

1979

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Está finda a hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1:**

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 150, de 1979, do Senador Amaral Furlan, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado n.º 104, de 1979, de sua autoria, que altera o § 1.º do art. 22 da Lei n.º 4.740, de 15 de junho de 1965, permitindo a organização partidária no Distrito Federal.

Em votação o requerimento.

Tem a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É apenas para lastimar, porque evidentemente, é um ato de vontade do Senador Amaral Furlan retirar o seu projeto que pretendia permitir a organização partidária no Distrito Federal.

Gostaria, no entanto, Sr. Presidente, ao encaminhar a votação, de destacar alguns trechos da justificativa do Senador Amaral Furlan:

“Se o Distrito Federal permanece, por imperativo constitucional — que não resistirá a uma primeira reforma da Carta de 1967/69, de inspiração popular legítima — sem representação política, inferiorizado até em relação aos Territórios Federais, que têm Deputados no Congresso, embora não disponham de personalidade jurídica de Direito Público, não deve durar muito semelhante preconceito político.”

Ainda há poucos dias tramitou na Comissão Mista projeto que pretendia dar uma representação política ao Distrito Federal, de autoria do Senador Henrique Santillo, bem como uma emenda nossa, que também pretendia criar uma Assembléia Legislativa no Distrito Federal, merecendo parecer contrário do nobre Senador Murilo Badaró. Esse parecer, no nosso entendimento, Sr. Presidente, não faz justiça à sua inteligência, ao seu espírito liberal e ao desejo da comunidade de Brasília de ter uma representação política, seja a que nível for: com Assembléia ou com representação na Câmara dos Deputados, ou com uma representação no Senado, como pretendia e pretende o nobre Senador Henrique Santillo.

Vai mais além o Senador Amaral Furlan ao justificar o seu projeto:

“Por outro lado, convém lembrar que, a partir do pleito de 1974 — ainda, portanto, durante o Governo Médici — permitiu-se ao eleitorado domiciliado em Brasília, com títulos de seus Estados de origem, comparecer às urnas, votando nos Deputados Federais.”

Sr. Presidente, há aqui um outro argumento em defesa de uma representação política em Brasília: hoje esta Cidade conta com mais de 1 milhão de habitantes e mais de 300 mil eleitores, e só aqueles portadores de títulos de origem podem votar. A população não tem direito a uma representação política.

Ao lamentar a retirada do projeto do Senador Amaral Furlan, aqui fica, mais uma vez, o meu desejo de que, um dia, a Maioria nesta Casa e na Câmara dos Deputados entenda que Brasília precisa ter uma representação política, porque, mais do que nunca, há uma necessidade da manifestação popular no Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Continua em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento será definitivamente arquivada.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — **Item 2:**

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 151, de 1979, do Senador Milton Cabral, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1979, de sua autoria, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto a que se refere o requerimento que vem de ser aprovado será remetido ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 15, de 1977 (n.º 741/72, na Casa de origem), que acresce a alínea j ao art. 3.º da Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que “regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade”, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 92, de 1979, da Comissão:

— de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 15, DE 1977**

(N.º 741-D/72, na Casa de origem)

Acresce a alínea “j” ao art. 3.º da Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que “regula o direito de representação e o processo de responsabilidade civil e penal, nos casos de abuso de autoridade”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 3.º da Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965, fica acrescido da alínea j com a seguinte redação:

“Art. 3.º .....  
j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — **Item 4:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 1, de 1979 (n.º 4.689/77, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 198 e 199, de 1979, das Comissões:

— de Serviço Público Civil; e  
— de Finanças.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada.

2 — Nos termos do inciso II do art. 322 do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa.

Em votação.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Com a palavra para encaminhar a votação, o nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE. Como Líder, para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, estando as Lideranças de acordo, solicito a V. Ex.ª que proceda à votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Gostaria de consultar a Liderança do MDB, para saber se está de pleno acordo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Em consonância com o pronunciamento dos Srs. Líderes, a Presidência submeterá a matéria à deliberação simbólica do Plenário.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

3 — Nos termos do art. 108, § 3.º, da Constituição, a matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 1, DE 1979**

(n.º 4.689/77, na Casa de origem)

Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul os cargos constantes do Anexo a esta Lei.

§ 1.º O ingresso nos cargos de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público para a primeira Referência da classe inicial da correspondente Categoria Funcional.

§ 2.º O regime jurídico dos servidores nomeados para os cargos referidos no parágrafo anterior é o do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 2.º Aos cargos referidos no artigo anterior são aplicados os mesmos valores de retribuição, referências de vencimento ou salário por classe, critério de gratificação e condições de trabalho fixados para idênticos cargos do Poder Executivo, incluídos na sistemática de classificação de cargos a que alude a Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Art. 3.º As despesas decorrentes do disposto nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul ou outras para esse fim destinadas.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

**ANEXO**

(Lei n.º . . . de . . . de 1978)

**Cargos Criados (Art. 1.º)**

**GRUPO: ARTESANATO**

| Cargo | Categoria Funcional e Classe | Código      |
|-------|------------------------------|-------------|
| 1     | Auxiliar de Artífice         | TRE-ART-709 |
| 1     |                              |             |

**GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES**

| Cargo | Categoria Funcional e Classe | Código     |
|-------|------------------------------|------------|
| 3     | Agente Administrativo, C     | TRE-SA-801 |
| 5     | Agente Administrativo, B     | TRE-SA-801 |
| 6     | Agente Administrativo, A     | TRE-SA-801 |
| 14    |                              |            |

**GRUPO: OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR**

| Cargo | Categoria Funcional e Classe | Código     |
|-------|------------------------------|------------|
| 1     | Médico, A                    | TRE-NS-901 |
| 1     | Contador, A                  | TRE-NS-924 |
| 1     | Bibliotecário, A             | TRE-NS-932 |
| 3     |                              |            |

**GRUPO: SERVIÇOS DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA**

| Cargo | Categoria Funcional e Classe | Código      |
|-------|------------------------------|-------------|
| 3     | Agente de Portaria, C        | TRE-TP-1202 |
| 4     | Agente de Portaria, B        | TRE-TP-1202 |
| 5     | Agente de Portaria, A        | TRE-TP-1202 |

12

**O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 5:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 349, de 1978, do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre ação de acidente de trabalho, tendo

PARECER, sob n.º 192, de 1979, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido, em separado, do Senador Nelson Carneiro.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 349, DE 1978**

Dispõe sobre a ação de acidente de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 19 da Lei n.º 6.367, de 19 de outubro de 1976, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 1.º O ingresso em juízo independe da prévia exaustão das vias administrativas.

§ 2.º É obrigatória, sob pena de nulidade, a intervenção do Ministério Público nas ações de acidente de trabalho.

§ 3.º Não se aplica o disposto nos arts. 188, 475 e 530 do Código de Processo Civil às ações de acidente do Trabalho.”

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) —** Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Henrique Santillo.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A freqüência com que os jornais dão conta dos problemas educacionais brasileiros traz-me hoje a esta tribuna, para discutir com a Casa minhas preocupações a respeito do assunto.

É evidente, entretanto, como preliminar esclarecimento dessa minha atitude, que não estou intencionado a ditar cátedra sobre tão relevante problema, pois ele ocupa a inteligência das pessoas mais responsáveis da sociedade humana em todo o mundo, especialistas ou não.

O que sei da educação, é pouco mais que a minha própria experiência de educando, numa formação pontilhada de percalços, mais orientada por emergências conjunturais, do que por uma visão preestabelecida da existência.

Acho, entretanto, que não poderia ser de outro modo, pois isto leva-me a concluir que a educação é um processo, em que cada encontro e cada relacionamento com as pessoas é uma lição a mais, uma informação a mais, uma sintetização a mais da própria experiência.

Não posso, por isso mesmo, deixar de registrar também que este momento, em que me encontro na tribuna, é um dos momentos mais importantes de minha formação, já que o Congresso, por ser uma instituição social que deveria se ocupar de todo o ordenamento jurídico da sociedade, deveria ser também aquela onde a discussão se fizesse com a mais ampla liberdade, o mais acendrado espírito público, o inter-relacionamento tolerante e respeitoso de seus membros, o que, infelizmente, muitas vezes não ocorre, à vista mesmo dos emperramentos institucionais que ilegitimamente o pressionam.

Não obstante, por ser uma instituição em que grande parte dos representantes são sensíveis às manifestações populares, que surgem das assembleias estudantis, das assembleias dos trabalhadores, dos encontros dos cientistas e dos intelectuais, dos setores progressistas do clero, dos sentimentos nacionalistas das Forças Armadas e das expectativas mais gerais da população na busca de transformações políticas ou econômicas, o Congresso é, ao mesmo tempo, um retrato das demais instituições e uma escola de coragem e de lealdade.

E estas são também as características que, estou certo, deveriam conformar a educação: a liberdade ampla, a discussão

aberta, o respeito mútuo e o compromisso social que, lamentavelmente, neste momento, não se aplicam integralmente ao Congresso Nacional, em decorrência da neurose obsessiva que 15 anos de excepcionalidade impuseram, por condicionamento, ao povo brasileiro, que se expressa no Congresso e nas demais instituições, pelas ameaças ainda latentes do "estado de emergência" e pela memória recente das inúmeras cassações de mandatos, das prisões e banimentos dos homens públicos em geral, numa tática sinistra de sujeição pelo medo, que o transformou num dócil instrumento de apoio às classes dominantes.

O que sei mais da educação, como observador atento dos acontecimentos que me rodeiam, são os princípios genéricos que a informam, reunidos por especialistas nas áreas da filosofia, da sociologia e da psicologia educacionais. Além de saber, evidentemente, pela frequência com que sou agredido pela pleora dos problemas educacionais, que a educação é hoje uma instituição social em crise. Crise nacional e internacional e, provavelmente, a mais séria e mais global de quantas já preocuparam a humanidade.

E é nessa crise que me vejo compelido a incidir com minhas reflexões, não apenas como político que tem a obrigação de procurar soluções para os problemas da sociedade, mas, ainda e principalmente, como cidadão e como indivíduo, que não tem apenas papéis sociais de pai, de irmão, de esposo, de médico, mas sobretudo de pessoa cuja segurança íntima depende, fundamentalmente, de uma visão harmoniosa e coerente da existência.

São inúmeros os aspectos críticos que envolvem hoje a educação brasileira. Os professores em greve, a discussão sobre a gratuidade do ensino, os inquéritos da Câmara e do Senado, respectivamente sobre o ensino superior e o MOBRRAL, os problemas de evasão e repetência, o aumento do consumo de drogas por adolescentes são alguns sintomas públicos do que afirmamos.

Mas a crise da educação brasileira é mais profunda, pois além de se envolver no dilema das opções entre elitização ou democratização, cientificismo ou profissionalização, humanismo ou praticismo, espontaneidade ou planificação, insere-se também no conjunto da crise mundial da educação, que não é apenas uma crise pedagógica ou de recursos materiais, mas sobretudo uma crise econômica, política e social, que se baseia num modelo de crescimento vegetativo ou "crescimento selvagem", que está próximo de uma transformação qualitativa e a exigir da humanidade um novo projeto de civilização.

E é esta necessidade social que se expressa na insatisfação popular, através de inúmeras greves e confrontos entre a coletividade e o Estado, onde o movimento estudantil é um fermento, pois o estudante, como parcela mais descomprometida com os desvios civilizatórios, que se apoiam na economia de mercado, rejeita uma sociedade consumista discriminatória — como são todas as sociedades de tipo ocidental —, com o generoso despreendimento de sua pureza e o idealismo de uma ideologia imanente, hostil ao condicionamento por imposição.

Foi isto o que nos demonstrou, por exemplo, a greve da Universidade de Brasília, em 1977, em que inúmeros estudantes sacrificaram suas carreiras, sua liberdade e sua segurança, para serem os detonadores de todo um processo democratizante que acabou por empolgar o conjunto da sociedade brasileira. Foi esta a lição de civismo que os estudantes brasileiros aprenderam com a experiência estudantil de Berkeley, em 1962, e do Maio Francês, em 1968, para ensinar à sociedade brasileira em 1977.

Contraditoriamente, entretanto, à necessidade de uma urgente resposta aos problemas educacionais brasileiros, as autoridades responsáveis, com inexplicável resignação e comodismo, discutem superficialmente.

Ainda agora, presenciemos uma rápida apreciação dos problemas da Universidade Aberta que ameaça desaparecer por falta de participação de todos os setores interessados na discussão dos problemas educacionais. Essa discussão que já havia sido levantada no Brasil, por volta de 1972, volta agora à tona. Se em 72 não pôde transformar-se no ponto de partida de uma ampla discussão de todos os problemas da educação, foi porque o sistema institucional estava fechado pelos atos de exceção.

Teme-se agora, mais uma vez, que, sendo discutidas as gritantes falhas da nossa política educacional se mostrem nuas diante da sociedade.

Hoje, indubitavelmente, grande parte dessa barreira encontra-se superada. Por isto mesmo, não há como fugir à obrigação de discutí-los intensamente como meio de trazer à tona os demais problemas seculares que emperram nosso sistema educacional e, bem assim, o conjunto do sistema produtivo e do estado das relações sociais, que a educação, como o melhor retrato da sociedade, reflete integralmente. Rever a educação equivalerá a rever a sociedade, como um todo, pois, como diz Fernando de Azevedo, apoiado

em Émile Durkheim, "Os sistemas de educação, determinados pelas estruturas sociais, não podem ser diferentes do que são numa sociedade dada".

Não há como negar o elitismo de nossa educação no grau superior. A Universidade nada mais tem sido, entre nós, que uma emissora de papéis de prestígio para estratos privilegiados da população. Se recebe pressão de inúmeros setores sociais, é porque a educação superior tem sido definida, no Brasil, como um meio de ascensão a melhores salários e de dominação do inculto pelo culto.

Se temos uma educação elitista, é porque temos uma sociedade elitista, fundada em profundas diferenças de classe, que precisam se justificar em supostas desigualdades entre as potencialidades humanas. Nossas taxas de alfabetização, que não chegam a 50% da população total, guardam perfeita similitude com o estado de miséria de igual parcela de nosso povo, que corresponde aos desabrigados e favelados, desempregados e subempregados, subnutridos e subalimentados.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Ouço com prazer o ilustre Senador.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Como não poderia deixar de ser, traz V. Ex.<sup>a</sup>, à tribuna do Senado, um enfoque, talvez dos mais lúcidos da Nação, a respeito desse problema, que diz fundamentalmente da sobrevivência deste País como nação civilizada e desenvolvida. Ouvi de passagem a afirmação de V. Ex.<sup>a</sup> que diz ser o nosso ensino elitista, e, por coincidência, li nos jornais declarações do Professor Newton Sucupira, até há pouco tempo Assessor de Assuntos Universitários do MEC, afirmando que só uma mudança da nossa sociedade, não sabia qual, seria capaz de impedir ou de evitar a elitização das nossas universidades. Quero crer que a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> e com o enfoque global que V. Ex.<sup>a</sup> inclusive sempre dá aos seus pronunciamentos, ajudará o Professor Newton Sucupira a entender que tipo de sociedade haveremos de construir, capaz de permitir realmente a solução dos problemas brasileiros.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Se ele admite a necessidade de uma transformação, já é um bom começo.

Essas taxas correspondem também, perfeitamente, à taxa de concentração da renda e ao estilo de propriedade dos meios de produção, quase toda na mão de minorias. Um levantamento do economista Langoni, já citado aqui, anteriormente, por mim mesmo, e por vários outros membros desta Casa, sobre concentração de renda, demonstrou que 2% da população brasileira detém a propriedade de mais da metade do território nacional, e que 1,1% dos depósitos em cadernetas de poupança alcançam 47% do total do dinheiro depositado.

Se considerarmos que o dinheiro jogado pelas classes dominantes nas cadernetas de poupança é apenas parte de um grande jogo financeiro, que inclui ações de banco e de empresas particulares ou estatais, que inclui a aventura do "Open Marketing", que inclui a agiotagem particular, que inclui a especulação imobiliária ou tantas outras formas de manipular dinheiro, veremos que esse dado ainda não corresponde à verdadeira dimensão da injustiça da distribuição da renda no Brasil.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com prazer ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Em primeiro lugar, quero, sinceramente, felicitá-lo por estar abordando, neste Plenário, o problema da educação e sobretudo, com a visão global com que V. Ex.<sup>a</sup> o está fazendo. Ouço o seu discurso com muita atenção, não só como seu colega neste Plenário, colega de Bancada, mas também como membro que sou da Comissão de Educação e Cultura do Senado. O trabalho de V. Ex.<sup>a</sup> constitui uma ótima contribuição para os estudos que aquela comissão vem fazendo, desde 1977 e 1978 com a finalidade de oferecer aos governantes deste País um plano repleto de sugestões as quais possam servir de colaboração até o final deste século. Creia que quase todos esses problemas enumerados vêm sendo considerados, não apenas ouvindo-se depoimentos de autoridades, mas, também, permitindo-se o livre debate na Comissão, entre seus membros e por parte de Deputados federais e outras pessoas interessadas que lá têm comparecido. O trabalho de V. Ex.<sup>a</sup> servirá como ótimo subsídio. Entre os problemas enumerados existe um a que talvez V. Ex.<sup>a</sup> não se tenha referido, mas que nos tem preocupado demais: a questão do financiamento da educação.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Mais adiante eu faço referência a esse ponto.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Quanto a este financiamento verificamos que todas as medidas governamentais até agora tomadas, não estão atendendo a este aspecto no campo da educação. Quanto ao mais, quero apenas felicitar a V. Ex.<sup>a</sup> e continuarei ouvindo-o com toda a atenção.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, ilustre Sr. Senador Adalberto Sena. A referência serve de estímulo à luta de todos nós.

Mas, é contra isto, Srs. Senadores, que se rebela o estudante: em ser veículo de transmissão dessa cultura às gerações do futuro. O que os sociólogos chamam de "conflito de gerações" nada mais é que uma recusa do jovem em ser uma peça da engrenagem formadora de quadros intermediários entre as classes dominantes e as classes subalternas e oprimidas.

Não é uma luta da geração ascendente contra a geração dominante, nem é uma luta de jovens contra velhos, mas uma luta de explorados contra exploradores, porque as desigualdades sociais não escolhem faixas de idade, faixas etárias.

Não é difícil deduzir que a educação nacional não pode transformar-se, em todos os seus níveis, enquanto não se transformar a rudeza desse quadro. Dito de outra forma, os milhões de alfabetos e os membros das classes médias baixas, que chegam ao ensino de nível médio, são os verdadeiros sustentáculos dessa orgia financeira de setores minoritários.

**O Sr. José Lins (ARENA — OE)** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Com prazer, ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador Henrique Santillo, acompanho com o máximo interesse o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, observando o subjetivo conteúdo analítico que V. Ex.<sup>a</sup> oferece ao analisar o problema educacional brasileiro. Tenho a impressão, nobre Senador, do que a mudança de estrutura social a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, dentro dos padrões de liberdade, aos quais o povo brasileiro está acostumado a aspirar, já há muito começou. Essa revolução, há muito já se processa. Acontece, Ex.<sup>a</sup>, que os dados referentes ao ensino no Brasil não se ajustam à sua análise. Quanto à renda, os 70% dos assalariados brasileiros, na faixa do salário mínimo, evoluíram para cerca de 45%, o que realmente é um ganho extraordinário. De seis milhões de estudantes em 1963 temos hoje vinte e seis milhões que significa cerca de quatro e meia vezes mais. Nas Universidades, tínhamos, em 1963, apenas cento e poucos mil estudantes. Hoje, temos mais de um milhão e cem mil. V. Ex.<sup>a</sup> sabe ainda do esforço do Governo para conseguir ampliar o número de matrículas no nosso ensino, o que em país pobre não pode ser feito, sem um extraordinário esforço porque isso não depende apenas de mais algumas cadeiras nas Universidades. Isso depende da formação de professores, da criação de novas estruturas e recursos, em suma, de toda natureza. Apesar de reconhecermos que nossas famílias são realmente pobres, mas o Governo as tem amparado, a fim de que possam levar seus filhos a universidades, criando para isso, um programa de financiamento do ensino universitário. Por tudo isso, V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que, dentro dos nossos padrões de tradição, a modificação das estruturas sociais a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, há muito começou. Elas prosseguem, agora, pela abertura também no campo universitário. Buscando-se a cooperação, já não mais indireta mas, direta, dos próprios alunos, com a revogação dos Decretos Lei n.ºs 477 e 228; com a abertura dos Estatutos universitários para a participação da mocidade. E tenho certeza, nobre Senador, que será muito positiva a contribuição dos estudantes brasileiros. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Eu é quem agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, ilustre Senador José Lins. Na verdade, o problema é muito mais de qualidade do que de quantidade; é muito mais no sentido da aplicação dos recursos materiais do que o montante dos recursos materiais aplicados. Na verdade, nobre Senador José Lins, durante esses 15 anos — ou melhor, não chegaram a ser 15 — durante esses 10 ou 11 anos em que a voz estudantil foi sufocada, transferiram para dentro das Universidades o próprio estado autoritário. Estou-me referindo, no discurso todo, mais ao ponto qualitativo da política educacional e se V. Ex.<sup>a</sup> me ouvir, mais adiante poderemos voltar à discussão desse mesmo problema.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Com prazer.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — O que há que se valorizar no aparte do nobre Senador José Lins, é a autocrítica que ele faz. Há que entender a educação como um processo, e não se ater apenas à estrutura física da universidade, ao banco escolar, etc. S. Ex.<sup>a</sup> se reportou a alguns números, como se fosse obra da Revolução. Em primeiro lugar, não foi obra do Governo, esse

aumento do número de estudantes na nossa universidade decorre, inclusive, da omissão do Governo Federal, no que diz respeito à ampliação da sua responsabilidade no setor universitário. Hoje, o que ocorre é exatamente o aumento do número de alunos em função das escolas particulares que aí estão. Com complexo de culpa, a solução que encontraram foi essa medida escapista de fornecer bolsas de estudo e crédito educativo, mas o grave, e me refiro à educação como processo, é a deseducação promovida pela Revolução em múltiplos setores, primeiro castrando as nossas universidades e a manifestação de nossos alunos, através daquela autocrítica que S. Ex.<sup>a</sup> fez ao se referir aos tempos de abertura, com a revogação dos Decretos-Leis n.º 477 e 288, que nega toda afirmação que ele havia feito anteriormente. E processos contra jornalistas, contra a revista *Versus*, que é coisa recente e todo esse aparato de repressão que deseduca e que nada tem a ver para um Governo voltado realmente para um processo educacional que permita o levantar de uma sociedade à procura dos seus destinos.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — De qualquer modo a problemática educacional é, sem dúvida, a mais abrangente de todas as problemáticas. Acho que devemos transformar o Senado em um foro de debate dos problemas educacionais, enfocando, até mesmo, o posicionamento aqui esposto pelo nobre Senador José Lins, analisando o que se fez na universidade, nos ensinos médio e primário no País, sob todos os aspectos, inclusive o aspecto puramente econômicos do problema.

Continuando, Sr. Presidente, Sr. Senadores:

A educação não se planifica em função das necessidades da população, porque a economia de mercado, com sua improvisação e seu empirismo, impede ou dificulta a planificação de qualquer outro setor da economia.

É preciso refletir que a crise da universidade é um resíduo da crise dos demais graus de ensino e da crise econômica geral.

Segundo levantamentos oficiais, — refiro-me, agora, às alegações apresentadas pelo nobre Senador Jason Barreto mais de 75% dos recursos alocados ao Ministério da Educação se destinam ao ensino universitário. Isto porque, na verdade, o ensino universitário está respondendo, em grande parte, pelas deficiências dos demais setores educacionais, como o ensino médio, que nem fornece uma cultura humanística de caráter geral, nem promove o conhecimento científico, nem o treinamento da mão-de-obra técnica intermediária, de que o país tanto necessita, e que a lei n.º 5.692 preconiza.

**O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC)** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Pois não, nobre Senador Adalberto Sena.

**O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC)** — Essa prevalência da atuação oficial no ensino superior foi por mim calculada em 1977. E cheguei à conclusão que a União está gastando por aluno do ensino superior trinta vezes o que gasta com um aluno do curso fundamental.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Mais da metade do tempo consumido pela universidade é utilizado nos chamados "estudos propedêuticos", ou seja, na formalização de um curso básico de características muito mais próximas daquelas que deveriam ter sido supridas no ensino médio.

Faço aqui um parêntese para uma breve análise desse problema no que diz respeito aos chamados cursinhos pré-vestibulares, oficialmente admitidos pelo Governo este tempo todo, simplesmente atendidos pelo próprio Governo, e transformados em mercantilização a mais obsessiva e a mais absurda da educação do País.

Enquanto a Organização Mundial de Saúde sugere que, para cada médico, haja cinco enfermeiros, no Brasil há seis médicos para cada enfermeiro. Enquanto os países desenvolvidos consideram boa relação para a indústria a formação de três técnicos por engenheiro, o Brasil forma 16 engenheiros para cada técnico. Os exemplos poderiam ser multiplicados ao infinito.

Mas quando se pensa em corrigir essa distorção, inexplicavelmente não se pensa em adequar o ensino de segundo grau à necessidade de formar tais técnicos. E como o Brasil tem uma tradição bacharelista muito grande, os próprios tecnocratas e os responsáveis pela educação colocam no ensino superior as esperanças de modernização desse quadro, criando cursos superiores de enfermagem, cursos superiores de nutrição, cursos superiores de arte, de economia doméstica ou de licenciatura em moral e cívica para exibir, no concerto das nações desenvolvidas, estatísticas de Grande Potência ou de Potência Emergente, com uma

imagem de nível educacional que, de nenhuma forma, corresponde à nossa dura realidade de país pobre e subdesenvolvido.

Não poderemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desenvolver uma escola brasileira de acordo com a realidade brasileira, enquanto estivermos atados aos modelos alienígenas de desenvolvimento, que para cá transplantam os luxos de uma modernização reflexa, através da ação ruínosa das multinacionais.

É nossa realidade cultural de país alienado que faz com que as autoridades educacionais, ao pensarem na implantação do que chamam de Universidade Aberta, através da criação de um curso livre, segundo o modelo inglês, não consigam livrar-se da hipótese da importação dessa tecnologia educacional, que incidirá gravosamente sobre nossa dívida externa e sobre a nossa própria cultura.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Enquanto acontece isso que V. Ex.<sup>a</sup> relata, uma das melhores inteligências deste País, Paulo Freire, é premiada pela UNESCO, enquanto nós permanecemos nessa situação que muito nos envergonha como País.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB GO)** — Não somente Paulo Freire, como milhares de outros exilados, inteligências obrigadas a fugirem do País, enquanto o País se torna cada vez mais dependente no seu desenvolvimento econômico, tecnológico, científico, alienando a própria cultura brasileira.

Não é culpa dessas autoridades, certamente, encararem o problema sob esse prisma, envolvidos que estão, como a maioria do povo brasileiro, por uma verdadeira máquina de dominação das consciências, através do rádio, da televisão, dos jornais e do cinema, zelosos em impingir-nos uma imagem de incompetência cultural ao gosto das multinacionais, que têm interesse em manter nossa dependência.

Mas essas autoridades têm culpa de basear-se em fontes internacionais de conhecimento quando ignoram experiências brasileiras. Citamos, como exemplo, o 2.º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958, por trabalhos do educador Inezil Pena Marinho, que relatavam a importância dos cursos por correspondência na educação de adultos, assim como a experiência pioneira da "Universidade do Ar de Vila dos Remédios", de São Paulo, que precedeu, em 20 anos, à experiência inglesa da "Open University" — ela mesma em crise, como em crise toda a educação inglesa — segundo a imprensa internacional, mas que não pôde prosseguir, por falta de recursos, que no nosso entender é muito mais falta de interesse, com os problemas verdadeiramente brasileiros.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Ouço com prazer, nobre Senador José Lins.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador Henrique Santillo, V. Ex.<sup>a</sup> da sua análise, a impressão que me fica é a de que V. Ex.<sup>a</sup> envolve nela as coisas mais dispares. Não é provável que haja, nos organismos ou na estruturação do ensino brasileiro, a influência de multinacionais a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere. Além do mais, V. Ex.<sup>a</sup> comete algumas contradições. Refiro-me, particularmente, à sua observação de que a relação entre o pessoal de nível superior formado pelas nossas universidades e o pessoal de nível médio é inadequada e a suposição de que é perfeitamente válida e necessária a universidade aberta...

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Permite V. Ex.<sup>a</sup>?

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** Pois não.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Não estou defendendo a universidade aberta, estou colocando o assunto em discussão. Acho tão importante o assunto, porque ele é bastante abrangente para nos permitir, no Congresso Nacional, com a participação do povo, através de todas as organizações de classe, discutir amplamente o problema educacional. Porque, discutindo o problema educacional, estaremos discutindo os mais abrangentes problemas da sociedade brasileira. Isso é fundamental. Estou colocando aqui o problema da universidade aberta sob outro enfoque, já que este é um problema mais do momento na própria imprensa nacional no que diz respeito aos problemas educacionais do País. Ainda não a defendi, pelo contrário, quero luzes, quero discussão e participação, acho que isso é fundamental hoje no Brasil. Isso é fundamental. É o passo inicial que precisamos dar, e o Congresso Nacional precisa dar o exemplo. Aliás, a sociedade, graças a Deus, já está dando o exemplo ao Congresso Nacional.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Veja bem V. Ex.<sup>a</sup> As idéias têm que ser muito bem apresentadas, porque na medida em que identificarmos os problemas relacionados com a pirâmide do ensino e ao mesmo tempo sugerimos uma universidade aberta, parece-me que nos tornamos contraditórios. V. Ex.<sup>a</sup> diz e é corroborado pelo nobre Senador Jaison Barreto, de Santa Catarina, que a nossa universidade, é elitista.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — Foi o Departamento de Assuntos Universitários do MEC, aliás o Professor Nilton Sucupira, quem o afirmou, num recente fórum na Universidade do Rio de Janeiro.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — E também os Reitores em reunião oficial agora, há pouco tempo.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — E a universidade aberta nada tem que ver com essa fuga da elitização, desde que permaneça esse modelo anunciado pelo Reitor que é dependente e agrava a dependência, porque feita através de material importado que nada tem que ver com a realidade brasileira.

**O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE)** O pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> é muito importante para mim, talvez mais do que o Sr. Nilton Sucupira.

**O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC)** — Nobre Senador Henrique Santillo, só queria responder à primeira colocação do nobre Senador José Lins, que coloca sempre muita candura, como tive oportunidade de comentar em outro pronunciamento que fiz. S. Ex.<sup>a</sup> fez uma afirmação dizendo da sua perplexidade pela abordagem muito ampla que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo, ao dizer que as multinacionais nada têm que ver com o problema educacional brasileiro. Cito um fato que é indelmentível. A indústria farmacêutica estrangeira chegou ao cúmulo de impor ao Conselho Federal de Educação a retirada da cadeira de Clínica Farmacêutica das nossas faculdades de farmácia. Ouça bem V. Ex.<sup>a</sup>: os nossos farmacêuticos não aprendem clínica farmacêutica nas nossas universidades de farmácia, porque a eles não interessa exatamente dar condições aos nossos farmacêuticos de pesquisar, de procurar fugir da dependência que hoje eles mantêm. Enquanto em qualquer faculdade de farmácia, no mundo inteiro, a carga média horária da cadeira de Clínica Farmacêutica é de 480 horas, aqui no Brasil não é obrigatória e poucas faculdades permitem, a título facultativo, o ensino da Cadeira de Química Farmacêutica. Praza aos Céus — parece que estou cometendo uma heresia ao dizer isto — mas é um exemplo típico de uma atuação das multinacionais, determinando normas ao Conselho Federal de Educação, que merece ser responsabilizado por esse crime de lesa-pátria.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Vou só ler este parágrafo, e terei o máximo prazer em discutir com V. Ex.<sup>a</sup>, como o teria em discutir com a Bancada da ARENA toda.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Acredito que V. Ex.<sup>a</sup> tenha esse prazer.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** Mas veja bem como V. Ex.<sup>a</sup> se equivoca. Eu não coloco o problema do capitalismo monopolista internacional ingerindo diretamente nas normas de ensino do País, se bem que eu concorde com o exemplo citado pelo ilustre Senador Jaison Barreto. É evidente que estamos fazendo uma análise bem global e bem abrangente do problema. Não há como desvincular a problemática educacional com a problemática toda da sociedade brasileira, submetida ela mesma a um processo de desenvolvimento dependente, aí sim, condicionado pelo capitalismo oligopolista internacional. É evidente isto.

Mas, quanto ao problema da universidade aberta, a que V. Ex.<sup>a</sup> também fez referência, veja bem, acho que a colocação feita pelo Ministro da Educação e Cultura foi péssima, porque a discussão em torno do problema não pode ser encerrada, como ele a encerrou. Não defendo aqui a universidade aberta. Pelo contrário, discuto-a e a repudio nos termos, sobretudo, em que está sendo feita ou que se pretende fazer na Universidade de Brasília, na nossa UnB, universidade criada para ser popular e transformada em elitista, também.

Escrevi aqui:

Não podemos, por isto mesmo, considerar atenuante o pecado do Ministro da Educação e Cultura, quando emprega slogans populistas para livrar-se da discussão da Open University antes que ela chegue ao conhecimento da população e à participação das grandes massas, porque, apesar de responsável direto por nossa política educacional, pensa a universidade como simples emissora de diplomas para o desempenho de papéis sociais privilegiados, ao invés de pensá-la como um fermento cultural, criadora de ciência e de tecnologia, além de formadora de sentimentos e de transformadora da realidade social.

Porque, agora, além dos pacotes econômicos e tecnológicos, passaremos a importar "pacotes culturais", nobre Senador.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO)** — Com prazer.

**O Sr. José Lins (ARENA — CE)** — Nobre Senador, o que estou salientando é que na análise de V. Ex.<sup>a</sup> são introduzidos elementos que não têm relação com a formação da estrutura de ensino no País. Esta a minha tese.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que citasse os elementos que não têm validade.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Exatamente porque V. Ex.<sup>a</sup> defende que temos um excesso sobre a formação de pessoal técnico de nível médio...

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — E muito grande.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... e praticamente se propõe a abertura da universidade, a universidade aberta.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Sou obrigado, por força das próprias circunstâncias criadas por V. Ex.<sup>a</sup>, a dizer que não disse isso. V. Ex.<sup>a</sup> está colocando nas minhas palavras algo que realmente não disse. Não defendi a universidade aberta.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex.<sup>a</sup> pretende que se analise um instrumento que parece importante para ampliar o ensino universitário...

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Não. Para discussão mais ampla dos problemas educacionais do País, para que a discussão desse importante problema seja levada às populações ou à sociedade como um todo.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Se não é para ampliar... V. Ex.<sup>a</sup> me permite continuar?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Ouço, com prazer.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Segundo, não há nenhum impedimento a que a universidade particular, a que o nobre Senador por Santa Catarina se referiu, que hoje constitui, segundo S. Ex.<sup>a</sup>, o grosso do setor universitário brasileiro, discuta o problema da universidade aberta. Terceiro, não é verdadeiro que o Governo não tenha feito um grande esforço, no sentido de ampliar os recursos destinados ao ensino, nos seus três graus. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o PIB brasileiro cresceu 210%, e sabe ainda que as aplicações em Educação aumentaram quase três vezes sua participação no PIB. Se V. Ex.<sup>a</sup> multiplicar esses dados, verá o quanto aumentaram realmente as aplicações do Governo Federal no ensino. Também não é verdadeiro que o nosso ensino universitário seja elitista; basta que V. Ex.<sup>a</sup> lembre que o Brasil, um país pobre que oferece ensino universitário de graça, ao contrário de muitos outros países. Então, Senador, onde está a substância do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>? Acredito, nobre Senador Henrique Santillo, que temos sérios problemas; acredito que é necessário reestruturar a universidade, mas não concordo com o nobre Senador por Santa Catarina, quando S. Ex.<sup>a</sup> diz que eu me limito apenas a citar números. Absolutamente! Referi, inclusive, que o problema da criação de mais vagas nas universidades não significa colocar apenas mais cadeiras nas salas de aula, e que é preciso toda uma estrutura por detrás disso tudo. Defendo, pois, que, apesar dos graves problemas que ainda afetam o ensino brasileiro, está sendo feito um grande esforço para acertar, e para melhorá-lo. Quem sabe...

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Mal orientado, não é?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... V. Ex.<sup>as</sup> podem também contribuir para isso?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador, aliás V. Ex.<sup>a</sup> tem a resistência do Benfica na defesa do Governo.

É certo, entretanto, que o fechamento da discussão dos problemas educacionais não os resolverá.

Importante, fundamental, é tentar discutir o problema, e discutir-lo em toda a sua amplitude, em toda a sua profundidade.

Certa feita, nobre Senador José Lins, lamentavelmente disse a um senador, na tribuna, que teríamos oito anos pela frente. Lamento tê-lo dito naquela oportunidade, e não vou dizê-lo a V. Ex.<sup>a</sup> mais uma vez.

E a crise da educação brasileira permanecerá em sua circularidade crítica, até que algum fator exógeno a venha resolver, se bem que é preciso reconhecer, que o questionamento levantado hoje pelos universitários, diante da própria estrutura universitária, será, sem dúvida alguma, um instrumento fortíssimo e poderosíssimo para a sua própria transformação.

Por isto mesmo, é necessário que reabramos a discussão, estabelecendo princípios para a transformação da realidade educacional em todos os níveis, a fim de evitarmos o desperdício dos talentos e dos recursos materiais, e ajudarmos o Brasil a demarrar na busca de sua destinação histórica. Não o Brasil potência-emergente, não o Brasil grande-potência, não o Brasil relega o capitalismo, não o Brasil ponta-de-lança da trilateral, mas o Brasil irmanado, sobretudo, na América Latina, como um Continente capaz de irmanamente buscar o seu destino.

E isto não se fará com o aumento da alienação à dependência estrangeira. Temos exemplos históricos para comprová-lo.

Nos albores da implantação da República, quando o Brasil oscilava entre a dependência inglesa e norte-americana, tivemos um curto período de soberania, na firmeza do Marechal de Ferro, que ameaçava receber à bala qualquer interferência estrangeira no processo revolucionário do Brasil. E nada mais que esse transbordamento de dignidade foi o que possibilitou termos, naquele curto período, grande efervescência cultural, através dos internacionalmente festejados trabalhos de Carlos Chagas, Vital Brasil, Osvaldo Cruz e tantos outros nomes que criavam uma Ciência brasileira para a solução dos problemas brasileiros.

A proposta da Universidade Aberta — volto a abordá-la, nos termos em que está colocada, causa-nos uma suspeição preliminar. Por ter sido colocada em discussão por um dos beneficiários do sistema implantado no País em 1964, não acreditamos que vise em primeiro lugar à solução efetiva da promoção cultural do povo brasileiro, sobretudo da democratização do ensino, mas a desafogar a pressão do público sobre a Universidade e o Governo, pois é disto que também temos exemplo, em 1968, quando se deu ao problema dos excedentes a solução simplista do vestibular classificatório, exemplo, aliás, similar à solução dada em todo o período aos problemas da educação, que consistiu no descompromisso constitucional do Estado com a educação, repassada aos mercantilistas do ensino, através do estímulo de subvenções e empréstimos privilegiados à rede privada e das medidas legais de reconhecimento apreçado das verdadeiras mercadorias da educação.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com prazer.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — O que não vamos permitir, é é bom que o nobre Senador José Lins o entenda, é que nos preocupemos em demasia com esse problema da Universidade Aberta, ao mesmo tempo que o Ministro da Educação encaminha o anteprojeto transformando as nossas Universidades Federais em autarquias...

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Perfeito.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — ... porque esse é o ponto que todos vamos perquirir o Governo, para esclarecer com que finalidades, porque, nas suas entrelinhas — aliás de maneira muito clara — o que se quer é desobrigar o Estado da obrigação preceps de garantir a educação universitária a todos os brasileiros. Essa meia medida de transformação das nossas Universidades em autarquias especiais, sob a alegação de que é necessário garantir a autonomia universitária e alocar mais recursos, no fundo esconde esse objetivo. De modo que, vamos discutir muito o problema da Open University. Inclusive V. Ex.<sup>a</sup> sabe — talvez não o Senador José Lins — esse sistema já está registrado e patenteado pela TV-Globo, especialista em matéria de enlatados. A TV, Globo já se antecipou, prevendo a importância que a Universidade aberta terá no futuro, desde que massificada, permitindo a milhões de brasileiros acesso à cultura, mas que o seja com tecnologia e com orientação nossa, e não essa importada, que, infelizmente, vem por péssimas mãos, sendo proposta do nosso Reitor, aqui — nosso não, do Governo e da Revolução — o Reitor da UNB.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — (MDB — GO) — Inclusive, eminente Senador Jaison Barreto, coloco em discussão, mais uma vez, a situação de crise em que se encontra a própria Universidade Aberta na Inglaterra, onde teve origem — são as informações mais recentes que tenho. A grande crítica que a ela se faz, além de outros problemas, é que se transformou em estímulo ao enriquecimento maior de pequenos grupos que a empolgaram e dela fizeram mina de fabricar dinheiro.

Quem educa deve, preliminarmente, pensar em termos de finalidade. Se a educação é um processo de transformação do comportamento, como postula a Psicologia, é preciso que se saiba, de antemão, que espécie de homem transformado deseja ou necessita uma sociedade. Esta conclusão está presente em toda e qualquer filosofia, independentemente da algaravia de axiomas e postulados em conflito entre as diversas escolas de pensamento.

Os princípios mais gerais que regem a educação, segundo esta conclusão, têm duas vertentes na conceituação do homem com finalidade: a concepção metafísica, essencialmente estática, que vê na natureza objetos isolados e definidos, que não se compenetraram nem se misturaram, e a concepção dialética, essencialmente dinâmica, para a qual os entes naturais estão em permanente transformação e interdependência.

A vertente metafísica, supervalorizando o indivíduo, põe como ideal a conquista da felicidade individual. A vertente dialética, ao contrário, rejeita o conceito abstrato dessa felicidade, para relacioná-la à utilidade social e à promoção do bem-estar geral, considerando-a apenas possível na medida em que haja felicidade coletiva.

Já Aristóteles, na antiga Grécia, ao estudar a moral e a virtude, na "Ética a Nicômaco", lobrigou esta verdade. "Todos os atos humanos têm em vista um bem qualquer: o da Medicina, é a saú-

de; o da arte de fabricar navios, o navio; o da arte militar, a vitória". Mas sua filiação à corrente metafísica de pensamento, entretanto, não o deixou chegar às conclusões que esta premissa impunha. Ou seja, que as virtudes humanas só têm valor em relação às demais pessoas, a que servem.

Um médico que não esteja com a preocupação voltada para seus semelhantes que sofrem é uma abstração sem importância; um armador sem passageiros ou viveres a transportar, igualmente; e o militar, decerto, só tem importância na medida em que se preocupa com a legalidade interna e a segurança externa do País, que está ligado aos supremos interesses nacionais e ao bem-estar de toda a população.

Ao estabelecer a distinção entre os entes naturais, a Metafísica pressupõe sua desigualdade, criando, implicitamente, uma hierarquia de qualidade entre as pessoas. Essa diferenciação, que é produto de deformações históricas, pela divisão do trabalho, desdobra-se numa relação em que os supostamente superiores possam dominar os supostamente inferiores, gerando um costume imposto pela força, e, posteriormente, uma teoria jurídica que justifique a dominação e que a mantenha.

Compreender esta divisão é fundamental para se compreender a crise atual da educação no Brasil, já que a sociedade brasileira, em grande parte ainda em formação, não se definiu quanto à sua filosofia dominante.

Ao contrário, segue padrões externos de dependência, por ter suas elites financeiras, por instinto de sobrevivência, nucleadas afetivamente ao pólo ocidental, de estilo capitalista, sobretudo à superestrutura do capitalismo oligopolista internacional, enquanto as elites intelectuais e políticas tendem, gradativamente, para o modelo de tipo democrático e socializante.

O conflito entre estas duas tendências impede um planejamento coerente e harmonioso não apenas da educação, mas de todos os demais ramos da Economia, como a Medicina, a Engenharia ou o Direito, onde os interesses particulares conflitam permanentemente com os interesses coletivos, pulverizando recursos preciosos e aumentando as áreas de pressão sobre os diversos graus de ensino, assim como sobre as demais instituições sociais.

A dependência política, econômica e tecnológica ao estrangeiro é que faz com que triunfe a tendência privatista, pois é ela que exige um modelo econômico de modernização reflexa, ou seja, a importação de uma tecnologia acabada, cara e sofisticada, em troca de uma exportação crescente de produtos primários a preços cada vez mais aviltados.

Esse modelo latifundiário-exportador é que é responsável pelo analfabetismo da quase totalidade das massas rurais, pois à alfabetização do agricultor corresponderia um aumento substancial de suas rendas e, daí, a impossibilidade de ser o País competitivo no mercado internacional.

Então, o que está entrvando o desenvolvimento da educação nacional é o interesse egoísta dos exportadores particulares e do sistema financeiro particular, em conluio com as empresas multinacionais.

Por isso mesmo, não resolveremos nossos problemas de educação, assim como os de saneamento, os de construção de habitações populares ou os do transporte coletivo, enquanto não promovermos o controle estatal do comércio exterior e o controle do sistema financeiro, pois estes não são problemas de insuficiência de recursos, mas de sua má utilização por particulares, que desaguam no empirismo, na corrupção, no elitismo e na estupidez de todos os serviços públicos.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Pois não.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Estou ouvindo com toda a atenção o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, sobretudo porque o tema sempre me seduziu, ao longo de 45 anos de educador.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Reconheço em V. Ex.<sup>a</sup> um grande educador do País.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Deixando de lado esse aspecto sociológico, que V. Ex.<sup>a</sup> analisa dentro das suas concepções dialéticas, perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>: num critério de prioridades, por que não formarmos, humildemente, com aqueles que acham que ainda hoje o problema número um deste País é, sem dúvida, o ensino primário para todos os brasileiros?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, estou de pleno acordo.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Isso, ao invés de criarmos o grande MOBIL, que vem receber, justamente, os

alunos que, por deficiência da estrutura estatal e do ensino particular, não conseguiram matricular na idade adequada. Por que o diversionismo do ensino pré-escolar, num país que ainda não tem escolas para os alunos de 7 anos de idade?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Muito bem, Ex.<sup>a</sup>!

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Por que não gastarmos mais no ensino médio profissionalmente, ao invés de continuarmos a prestigiar um curso secundário, que nada mais é do que um túnel para o curso superior? Por que não pensarmos em tudo isso, que reflete, sem dúvida, uma deficiência da nossa formação histórica, de um país que, na Colônia e no Império, era dividido em duas classes — senhores e escravos? Por que não ingressarmos na era da planificação democrática, em que se pudessem — e reconheço ser muito difícil — conciliar a planificação com a livre empresa? V. Ex.<sup>a</sup> falou em capitalismo monopolista; V. Ex.<sup>a</sup> falou em sistema capitalista. Em verdade, o Brasil tem esse problema de ensino talvez pela sua formação histórica, uma formação tão bem descrita por um gaúcho chamado Viana Moog, em Bandeirante e Pioneiros, onde ele mostra como o Brasil e os Estados Unidos se desenvolveram; onde ele estabelece, sem dúvida, as diferenças do ponto de vista sociológico da vila americana e da vila brasileira. Enquanto a vila americana era autodeterminada, a vila brasileira se formava sob a proteção dos reis de Portugal. Tudo isso fez com que tivéssemos um ensino absolutamente deficitário, e hoje ainda, fala-se em universidade aberta, em universidade noturnas, tudo isso para atender à massa de pessoas que procuram essas universidades, hoje, mais por um status social do que por uma profissão, porquanto lá no Recife, naquela cidade pequenina, porém decente, encontro nos táxis bacharéis em Direito, economistas, enquanto o mercado de trabalho brasileiro está precisando é de técnicos de nível médio. E do ponto de vista do ensino universitário, devemos é melhorar a qualidade desse ensino, que está se deteriorando...

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — A cada dia.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — ... quando essa massificação é feita sem os cuidados necessários. Por isso é que prestei muita atenção ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup> um discurso de um homem interessado pelos problemas fundamentais do gênero humano. Mas fico, como o mestre-escola, preocupado com a escolinha primária brasileira, que precisa ser prestigiada pelo Congresso Nacional, para que os municípios tenham condições de, descentralizando o ensino, cuidarem da escola primária, e não acontecer como atualmente na maioria dos municípios brasileiros exauridos nas suas fontes de receita.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Nobre Senador Aderbal Jurema, fico satisfeito pela grande coincidência dos nossos pontos de vista, principalmente por reconhecer em V. Ex.<sup>a</sup> um educador emérito.

Sem dúvida alguma, tem V. Ex.<sup>a</sup> plena razão. Primeiro ponto de preocupação é o ensino primário, e isto está sendo referido logo aqui na frente no meu pronunciamento; o segundo é o ensino secundário profissionalizante, a formação de técnicos, para que possam eles mesmo se tornar transformadores da própria sociedade e na busca da felicidade, individual, evidentemente, mas inserida na coletiva.

Diz muito bem V. Ex.<sup>a</sup> que não se pode comparar o desenvolvimento brasileiro com o norte-americano, pois a situação histórica é outra e os condicionamentos históricos também são outros; estamos ainda na chamada fase do capitalismo tardio, do terceiro mundo, que está aí, desesperadamente, procurando sobreviver; e como? Transferindo boa parte dos nossos recursos e do valor do nosso trabalho, ainda, para os países industrializados, e uma grande parte do valor do trabalho da massa humana às minorias privilegiadas, que têm tudo, e se não tiverem aqui universidades poderão mandar seus filhos para a Europa ou para os Estados Unidos, para a formação superior.

Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida alguma, e a distorção é grave. Acho, no entanto, que a condicionar a prioridade de V. Ex.<sup>a</sup> estabeleça, tanto quanto eu, para o ensino primário e, em seguida, o ensino médio profissionalizante, ela se calca na análise da problemática abrangente da sociedade brasileira; não é tão simples, e preciso ser discutida; e é preciso, sobretudo, conscientizar disso as autoridades governamentais deste País. E para isso tenho certeza absoluta de que V. Ex.<sup>a</sup> tem muito mais condições do que o modesto companheiro, aqui, do Senado.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Ouço V. Ex.<sup>a</sup>, com prazer.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Ouvi com atenção o excelente aparte do Sr. Senador Aderbal Jurema, inclusive pela preocupação demonstrada com a educação primária, que é fundamental. Mas, no final de sua exposição, S. Ex.<sup>a</sup> sentiu-se na obrigação de extrapolar, também, quando a municipalização do ensino, evidentemente, é a tese correta — todo mundo defende — mas teve que extrapolar por uma deficiência nossa; é que os Municípios foram, realmente, esvaziados, e isso implica numa discussão, por exemplo, de reforma tributária, e por aí adiante. De modo que quando o nobre Senador Henrique Santillo se propõe a partir do global, para afunilar depois, ele está demonstrando as causas, as origens, as razões das distorções do processo educacional brasileiro. Li há pouco tempo **Desafio da Educação Brasileira**, se não me engano de Paulo Natanael, prefaciado pelo ilustre Líder da Maioria Senador Jarbas Passarinho, onde ele definia — com essa preocupação maior de dar as causas e não resolver os efeitos, lá embaixo — demonstrando que os países, no conceito de Higgs, ou seja, que o mundo estaria dividido em países desenvolvidos, em países subdesenvolvidos e uma terceira faixa que ele chama de prismáticos, que estariam nessa fase de deslanchar do desenvolvimento, e que há uma frustração geral nesses países, exatamente, pelo enfoque que dão à solução de seus problemas, porque como não são subdesenvolvidos, na expressão global do termo, e não são desenvolvidos, importam modelos.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Importam modelos que não dizem nada das suas realidades.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — E investem dinheiro, como afirmava ainda há pouco o Sr. Senador José Lins, sem conseguir resultados palpáveis.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Esse é mais um exemplo da universidade aberta.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — De modo que o seu enfoque é fundamental para se definir uma filosofia de Governo que acerte nas causas, que procure o atacado e não se perca no varejo. De modo que é excelente o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campanha.) — Tenho que interromper o prezado colega para informar ao ilustre orador que o tempo de S. Ex.<sup>a</sup> já está esgotado, e temos outros oradores inscritos.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Terminarei, Sr. Presidente, é fundamental que se aborde esse assunto e que o discutam com essa liberdade, a fim de que se modifique realmente a filosofia do Governo porque, a partir disso, é que colocaremos ordem no processo educacional brasileiro.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Gostaria que o nobre orador me concedesse um breve aparte sobre a universidade aberta.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com prazer.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Assisti a uma exposição feita por um professor inglês sobre a universidade aberta e chamei a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> para o fato de que as condições brasileiras eram completamente diferentes das condições inglesas, sobretudo porque se supõe que a universidade aberta se dirige a uma massa de estudantes com curso secundário completo. Ora, nós sabemos que a maioria dos brasileiros não tem o curso secundário completo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Quase a totalidade.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Então, temos que nos preocupar, isto sim, é com o curso primário completo para chegar, então, no futuro, a uma universidade aberta.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concluirei rapidamente, Sr. Presidente.

Eis aí por que formamos médicos especializados no atendimento de minorias, engenheiros para as obras de luxo, arquiteto para as mansões, engenheiros para as transamazônicas, as auto-estradas e os viadutos faraônicos, químicos para o subemprego nos laboratórios da indústria farmacêutica das multinacionais, em vez de formarmos o médico generalista para as filas intermináveis da Previdência, o sanitário para a prevenção, o engenheiro civil para os canais de irrigação e a prevenção das secas ou das inundações, os técnicos de nível médio e o ensino primário a toda a massa brasileira.

O mais grave, entretanto, Sr. Presidente, é que os membros do Governo sabem disto. Mário Henrique Simonsen, antes de ser Ministro da Fazenda, em abril de 1969, escreveu na revista **Indústria & Produtividade**:

"O ensino médio está ainda, em sua maioria, a cargo da iniciativa privada... (Condenando.)

Em 1965, as escolas privadas absorviam 52% do total das matrículas do secundário. (...)"

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Já hoje mudou.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Mudou, é maior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campanha.) — Eu pediria ao nobre orador que não concedesse mais apertes, porque o seu tempo já está esgotado e ainda há outros oradores inscritos.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Excelência, tenho dados recentíssimos. Não vou nem continuar a ler aqui para ter condições de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que são dados recentíssimos, divulgados pelo próprio Reitor da Universidade Nacional de Brasília, que diz que a maioria das matrículas, hoje, assim se distribui: a rede municipal com 6%; as estaduais com 20% e as particulares com 65%. "Esse crescimento, todavia, não foi acompanhado de um aumento qualitativo desejável."

Tenho ainda uma porção de problemas que deveriam ser tratados dentro da mesma temática, mas gostaria de dizer que a nossa intenção é apenas discutir o problema. (Pausa.)

Sr. Presidente, estou aqui recebendo autorização para continuar o meu discurso, em nome da Liderança do MDB e, se V. Ex.<sup>a</sup> assim o permitir, continuarei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Atendido.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — O tipo de financiamento a que está submetido o ensino médio brasileiro constitui-se em barreira ao processo de democratização da oportunidade no país: o ensino privado, com fins lucrativos, ainda é uma realidade incontestável, inacessível à população mais pobre."

Apesar desta constatação, o modelo econômico do movimento de 64, ao qual o Ministro Simonsen presentemente serve, agravou o problema.

No artigo "Por uma Política Efetiva de Educação", publicada no **Jornal do Brasil** de 18 de fevereiro do corrente ano, uma autoridade educacional bem conhecida por suas ligações com o sistema repressivo, reconheceu:

"O crescimento da população estudantil se deu em grande parte nas instituições particulares; antes de 1964, as escolas públicas detinham a maioria das matrículas, mas hoje a distribuição é diversa: as municipais possuem 6%; as estaduais, 9%; as federais, 20% e as particulares, 65%. Esse crescimento, todavia, não foi acompanhado de um aumento qualitativo desejável."

Ainda para Mário Henrique Simonsen, essas escolas,

"por serem um instrumento de poder para os políticos locais, são criadas através da lei do menor esforço, com meia dúzia de salas de aula, giz e quadro-negro e um corpo improvisado de professores, que forma economistas onde há necessidade de médicos, literatos onde se precisa de administradores de empresa etc."

E conclui:

"O lamentável é que o Ministério da Educação tenha cedido tantas vezes a essas pressões, autorizando essas faculdades a funcionar, e concedendo-lhes polpudas subvenções."

É o caso, então, de se perguntar, Sr. Presidente, o que esse tecnocrata, há tantos anos dirigindo o Ministério da Fazenda e hoje à frente do Ministério do Planejamento, já fez para transformar esse quadro, denunciado por ele mesmo, segundo a consciência que tem dele. É difícil constatar que não haja algo mais que desinteresse ou omissão.

É preciso que nos conscientizemos, de vez, que o ensino privado consiste na intermediação de uma classe ociosa entre o professor e o aluno, entre o Estado e a população, que explora o trabalho do professor e explora a anuidade do aluno, consumindo verbas do governo, baixando a qualidade da instrução e desservindo o próprio desenvolvimento, além de funcionar como poderoso fermento para a insatisfação popular e, por via de consequência, para a perturbação da ordem pública. É isto que necessita ser meditado pelas Forças Armadas, quando pensam em termos de segurança nacional!

O quadro da educação brasileira já tem dado oportunidade a que oceanos de tinta e armazéns de papel sejam gastos na denúncia de suas principais deficiências e distorções. E isto nos daria ensejo para discuti-lo indefinidamente.

Não obstante, estamos ansiosos em superar a simples denúncia, incluindo na discussão algumas sugestões que poderiam modificá-lo, com vistas aos interesses da população, combinando a crítica com um programa.

Antes de mais nada, é preciso democratizar a educação, colocando ao menos o seu nível mais elementar — que é a educação primária — ao alcance de todos.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> — desobedecendo até um pouco a Presidência — dizer que o problema da democratização é uma questão muito delicada, porque quando falamos em democratizar a educação, precisamos preocupar-nos com a qualidade do ensino, pois democratizar é aumentar o ensino em quantidade.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Não, aí não concordo com V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Temos de zelar pela qualidade do ensino. Ninguém mais do que eu deseja que o ensino brasileiro seja democratizado, que a oportunidade de estudar seja para todos, mas precisamos ter muito cuidado com essa democratização do ensino.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concordo que ela precisa ser estudada, com muito cuidado. Não concordo, entretanto, que democratizar o ensino signifique piorar sua qualidade, apenas pelo aumento da oferta de vagas. Não, ela é abrangente, e precisa ser abrangente. E a democratização a que me refiro aqui é a verdadeira democratização, porque acho que não poderia implicar em outras interpretações. Não é apenas dar igualdade de oportunidade para ingressar numa escola, mas até a qualidade do ensino, formando o homem, a personalidade da criança e do jovem adolescente, para ser, ele mesmo, um propulsor da transformação da sociedade para melhor. E é o que não está ocorrendo.

“A compulsoriedade do ensino de 1.º grau é um dispositivo de natureza democrática e é um imperativo de justiça social; no nosso caso, é também uma exigência constitucional e, finalmente, a única forma de acabar com o analfabetismo”, diz o artigo do *Journal do Brasil*, já citado.

Para isto, é necessário que municipalizemos o ensino de 1.º grau, isto é, que deixemos sua programação e execução a critério das comunidades locais, que a planejarão segundo sua realidade, ficando os órgãos normativos centrais com a função de estabelecer suas diretrizes e currículo mínimo.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Mas, dando condições econômicas a essas comunidades. Não apenas na letra da lei.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Perfeitamente. Inclusive aqui estou citando — V. Ex.<sup>a</sup> se antecipou, muito bem, é evidente — que não têm os municípios condições de arcar com as despesas do ensino primário, os recursos precisam ser transferidos pela União e pelos Estados aos municípios, que normalizariam a aplicação desses recursos, que é, sem dúvida alguma, a única forma realmente de se evitar o MOBREAL, tentativa desesperada de se acabar com o efeito sem ir à causa do problema.

A União e os Estados devem gradativamente entregar aos municípios a rede educacional de nível primário, junto com os demais recursos materiais e humanos, além de fornecer-lhes recursos anuais, segundo suas necessidades.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — V. Ex.<sup>a</sup> há de reconhecer que, na atual conjuntura social brasileira, o MOBREAL está cumprindo uma finalidade que é uma consequência da falta de escolas primárias para todos. No dia que conseguirmos vencer essa etapa, que será sem dúvida a carta de alforria da educação brasileira, então o MOBREAL vai desaparecer porque não terá mais sentido.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Só lamento ter que discordar de V. Ex.<sup>a</sup> quanto a isso, na última parte de sua assertiva. Como as coisas estão indo acho muito difícil acabar com o MOBREAL.

Ainda nesse nível é necessário modificar o sistema de promoção entre as séries, enfatizando os aspectos fundamentais da socialização, que correspondem à eficiência em ler, escrever e manipular números ao nível das quatro operações e dos problemas aritméticos, de acordo com a realidade concreta local de cada região.

Isto implica, evidentemente, em solucionar o impasse democrático, para permitir que a população dos municípios possa participar amplamente do planejamento educacional que mais lhe convier e possibilitar torná-la vigilante quanto ao uso desses recursos, para que não sejam objeto de exploração política ou corrupção eleitoral, até mesmo, e quantas vezes isso ocorreu no Brasil, como tem acontecido com outros setores. A outorga do voto ao analfabeto seria fundamental para aperfeiçoar essa vigilância.

Como esta é a única forma correta de atacar o analfabetismo em suas fontes, e não em seus efeitos apenas, é necessário também, como medida de caráter geral, centralizar todos os recursos educacionais num único órgão de distribuição, com vinculação em orçamento público às prefeituras. Nesse caso, as porcentagens da loteria esportiva, tanto para a educação física, quanto para o combate ao analfabetismo, que hoje se repassa ao MOBREAL, devem ser juntadas aos 20% do Fundo de Participação dos Municípios e igualmente entregue às Prefeituras, ficando o órgão

distribuidor responsável pela avaliação do desempenho e pela execução do uso dos recursos, mas não da forma políadesca com que vem fazendo, mas oferecendo auxílio técnico e didático.

Impõe-se também oferecer ao professor do ensino de primeiro grau, em todo o Brasil, um salário condizente com suas necessidades e de acordo com sua importância social. É preciso dar-lhe tempo integral, sem correspondente exigência de reger mais classes, para que possa aproveitar o restante do tempo para o preparo das aulas para o seu próprio preparo técnico na correção dos exercícios e cuidado com seu próprio aperfeiçoamento. Neste particular, o ensino da Universidade Aberta poder-lhe-ia ser útil, por aumentar a habilitação do próprio professor sem afastá-lo, em definitivo, do lugar onde atua.

Quanto ao ensino de 2.º grau, é necessário que se estabeleçam currículos mais condizentes com as necessidades regionais de promoção social, formando técnicos em diversas áreas, como os de educação física, enfermagem, secretariado, mecânica, técnicas agrícolas, eletricidade, química, formação de professores de nível primário etc., com vistas à profissionalização efetiva e imediata, e nunca como um trampolim para a universidade. Como já disse V. Ex.<sup>a</sup>, e muito bem.

É preciso, ao mesmo tempo, tomar energias providências para se garantir a gratuidade desse nível de ensino, estabelecendo-se uma vigilância rigorosa sobre as entidades privadas que já atuam no setor, e desestimulando-se a criação de outras, seja pela implantação de escolas públicas, seja pelo estabelecimento de critérios mais rígidos no processo de autorização para o funcionamento. É necessário, ainda, coibir o aumento extorsivo das anuidades, como acontece muitas vezes, exercendo uma auditoria sobre a contabilidade dessas empresas, a fim de garantir a justa remuneração do professor e prevenir o lucro escandaloso. Nesse ramo é necessário dar ao professor a participação nos lucros dos colégios, o horário de tempo integral e um adicional *per capita* sobre o número de alunos que ultrapassarem o limite pedagógico de 40 alunos por sala de aula, além de vigiar o cumprimento das leis trabalhistas, que aí são permanentemente fraudadas sob a ameaça de dispensa.

E há uma particularidade desse nível de ensino que é preciso coibir imediatamente: trata-se da correção das anuidades no mesmo percentual em que é distribuído ao professor por ocasião dos dissídios coletivos. De nenhuma forma se pode admitir a aplicação do mesmo percentual para a correção das anuidades, pois a percentagem sobre o aumento do professor incide sobre um reduzido número de profissionais, enquanto a correção das anuidades é de todos os alunos atingindo a totalidade da clientela, aumentando, por conseguinte, os lucros da própria empresa transformada, como já disse e, como já se reconheceu aqui em mercearia da educação, fazendo com que os dissídios coletivos acabem sendo formas indiretas para a aquisição de lucros extraordinários por parte dos proprietários de colégios, com elevada incidência sobre a inflação e o custo de vida.

Já no que tange ao Ensino Superior as medidas deverão ser mais profundas e precisam ser discutidas, amplamente discutidas, nos seus aspectos mais abrangentes. Entre estes destaca-se o combate ao bacharelismo, que tem raízes históricas difíceis de remover, mas que lamentavelmente vem sendo estimulado pelo próprio Estado, quando, em exigência perfeccionista e profundamente contrária aos interesses nacionais, confunde cursos e concursos, nos sistemas internos de progressão funcional e nos concursos externos de admissão.

Isto tem causado excessiva pressão sobre as universidades, que passam a conferir títulos que nada inovam no mercado de trabalho, nem concorrem para o bem-estar do pessoal, pois o serviço público, ao contrário do que possa parecer, NÃO É profissão liberal, nem necessita sê-lo. A exigência legal de concurso para ingresso no serviço público nada tem a ver com a medida de escolaridade, mas de competência.

Para esta distorção está concorrendo ruinosamente a Reforma Administrativa promovida pelo Decreto-Lei n.º 200, porque o DAS, como grupo de “Direção e Assessoramento Superior” tem sido entendido pelos tecnocratas como um assessoramento embasado em curso superior, quando, na verdade, significa apenas uma diferença de capacidade dentro do próprio serviço público. Isto se torna mais evidente quanto sabemos que inúmeros cargos têm características próprias, muitas delas aprendidas no trato direto com a função, sem qualquer similaridade com as disciplinas de quaisquer cursos regulares do ensino oficial. Tais são, por exemplo, as de taquígrafo ou rádio-operador, que mais do que inadequadas ao título de bacharel, passariam a ridículas, se exibidas internacionalmente como padrões de eficiência do sistema educacional.

Esse bacharelismo torna-se, além de insensato, um fator de frustração para inúmeras pessoas, que adquirem conhecimento

geral ou especializado através do autodidatismo e vêem fechadas suas oportunidades de trabalho e de utilidade ao País com tais disparatadas exigências.

Ai também poderia ser útil a implantação da Universidade Aberta, que promovendo cursos através de meios diferentes dos aplicados no ensino tradicional, poderia incorporar a força de trabalho subempregada ao esforço de reconstrução nacional, como meio de redistribuir funções no sistema produtivo, sem qualquer necessidade de títulos universitários, porque isto seria agravar o costume bacharelista.

É evidente, entretanto, que sua implantação não poderá ser feita sem uma ampla discussão nacional, que envolva todos os interessados, para que seja o resultado da soma das necessidades e das aspirações maiores da coletividade.

Importa, sobretudo, que ela não seja um fator de dependência à tecnologia estrangeira, mas que se ampare na experiência e na capacidade de nossos próprios educadores, principalmente tendo em vista a peculiaridade dos problemas educacionais brasileiros. Precisamos de uma universidade que seja, na idade adulta, "uma opção para os que se viram obrigados, na juventude, a abandonarem, em qualquer dos níveis, o processo educacional brasileiro — sob pressões econômicas e de compromissos profissionais ou familiares, ou pela simples ausência de oportunidade; uma universidade que não lhes imponha refazer, uma a uma, as etapas perdidas, em muitos casos perfeitamente dispensáveis, porque a vida lhes terá ensinado muito mais; uma universidade, enfim, fora do convencional — a domicílio, sem horários rígidos de estudo, sem prédios majestosos ou campi e sobretudo sem o ranço aderente às salas de aula, que tantas vezes vence por esgotamento qualquer tenacidade em querer aprender".

Presicamos, também de uma clara opção governamental a favor do ensino gratuito em todos os níveis, em obediência ao preceito constitucional que diz:

"Art. 176. A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola."

Dentro desse espírito, é preciso combater o desperdício, no conjunto do qual a ociosidade das universidades federais é o mais gritante. A universidade de Brasília, por exemplo, poderia funcionar com um turno adicional à noite, absorvendo toda a clientela de nível superior do Distrito Federal e realizando, pelo menos no âmbito da Capital da República, o princípio constitucional da universalização do ensino superior, pela gratuidade.

Outra consequência dessa medida, é que teríamos a pronta elevação da qualidade do ensino aqui ministrado.

Ao mesmo tempo, é necessário fazer o ensino superior voltar aos cursos seriados, como forma de baixar-lhe sensivelmente os custos, propiciando melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos, além de resolver, em grande parte, tanto o problema da integração estudantil, quanto a da intercomunicação entre todos os cursos superiores do território nacional.

É necessário, ainda, estabelecer critérios mais confiáveis de medida, não apenas quanto à eficiência dos candidatos ao ensino superior, mas também quanto às suas atitudes diante das necessidades sociais. Isto acabaria com a "loteria do vestibular", provocando a transformação qualitativa dos cursinhos de preparação aos vestibulares, que são verdadeiros ninhos de corrupção das oportunidades e cuja "eficiência" sinistra é desenvolver a fraude e a mistificação como meio de ingresso nos cursos superiores. Esses cursinhos são, ao mesmo tempo que centros de desperdício do esforço estudantil, também indicadores da balbúrdia em que se encontra o ensino de segundo grau, que nem profissionaliza, nem prepara para as universidades, com raras exceções, normalmente na área do ensino público.

Finalmente, como medidas de caráter geral são igualmente necessárias: a planificação da sociedade, para possibilitar a planificação do ensino.

Isto implica em medidas profundas de transformação econômica e social, como a reforma agrária, o controle dos bancos e do comércio exterior e a expropriações das multinacionais, além do combate sistemático à mercantilização do ensino e da saúde, através da estatização do ensino e da assistência médica.

Só assim poderemos cumprir o princípio da democratização das oportunidades de ensino, através da erradicação do analfabetismo. Só assim poderemos cumprir o princípio da profissionalização, pelo aperfeiçoamento dos cursos de nível médio. E só assim poderemos cumprir o princípio do retorno universitário à função de criadora da cultura, como centro de pesquisa e de estudos superiores relacionados com os interesses do País e as necessidades do povo, pois se uma nação tem um programa de

desenvolvimento econômico real, a necessidade da formação de mão-de-obra há que ter a maior prioridade.

Ao mesmo tempo, é necessário possibilitar a participação do povo na discussão do planejamento educacional, através de simpósios, encontros e conferências, em amplo movimento de conscientização, que inclua os estudantes e os professores, o ciego e os militares, a imprensa e os intelectuais, assim como os artistas, a OAB, a CONTAG, a SBPC, os sindicatos operários e as donas-de-casa.

Nessa tarefa é importante a participação do Congresso Nacional, como catalizador e difusor de idéias, além de centro organizador da opinião pública, que tem meios para patrocinar muitos desses encontros.

Ao Congresso Nacional não basta o fechar-se em discussões internas como as CPI's, que quase nada apuram e absolutamente nada decidem, pois as CIP's do MOBRL e do Ensino Superior acabaram em geral consternação, sem ouvir os principais interessados e sem propiciar qualquer organização ao movimento de massas, única força social capaz de transformar profundamente nossa realidade no campo da educação.

Por isso mesmo chamo, neste momento, as parcelas mais responsáveis da população para discutirem, num Simpósio Nacional de Educação e Instrução, os mais graves problemas da educação brasileira, a ser realizado sob os auspícios da Comissão de Educação desta Casa, a fim de que cheguemos, pelo menos, à conclusão da necessidade de o Estado levar a efeito um Plano Trienal de Combate ao Analfabetismo, capaz de mobilizar todas as energias da Nação no alcance desse desiderato.

De minha parte, como contribuição pessoal à transformação dessa realidade educacional, apresentarei, nos próximos dias, à apreciação da Casa, uma Proposta de Emenda Constitucional tendente a revogar o inciso IV do art. 176 da Constituição, que prevê a mercantilização gradativa do ensino, intenção que — hoje sabemos — só causou prejuízos ao País.

Finalmente, Sr. Presidente, direi o seguinte: é preciso abrir ao Congresso Nacional para discussão. Não posso concordar que a discussão desses problemas, sobretudo o problema educacional, que afeta as intimidades da vida do ser humano, seja apenas tratado entre os parlamentares, ou entre os parlamentares e alguns técnicos. Na verdade, a massa precisa participar, através das suas organizações; os trabalhadores precisam participar, a comunidade científica do País precisa participar; e, assim por diante, todos os segmentos da sociedade, que estão procurando, através de um movimento de verticalização, de conscientização crescente, a sua própria libertação.

Sem xenofobismo, sem passionalismo, sem emocionalismo excessivo, é preciso reconhecer que no trato dos problemas políticos é quase impossível evitar uma certa dose de emocionalismo, porque se trata da vida humana e, quase sempre, do sofrimento humano.

Dai então eu estar sugerindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, através das Comissões de Educação e Cultura do Senado Federal e da própria Câmara dos Deputados, se possa fazer um debate, neste ano de 1979, que acredito ser um ano importantíssimo para a história deste País, dada a exigência, cada vez maior, da sociedade em termos de participação, de discussão e questionamento das estruturas sociais.

Daria o Congresso Nacional, através dessas comissões, oportunidade ao País inteiro, à Nação, à sociedade brasileira, de aqui, nesta Casa, participar efetivamente no processo de elaboração das decisões, quanto ao estabelecimento de uma política educacional para o País. —

Era o que tinha dizer. Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores que me honraram com seus apertes. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra, o nobre Senador José Lins, que falará em nome da Liderança.

**O SR. JOSÉ LINS** (ARENA — CE) — Sr. Presidente, devido ao adiantado da hora, peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> e transfiro para amanhã meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Senador Jaison Barreto.

**O SR. JAISON BARRETO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Senador Paulo Brossard. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

Com a palavra o nobre Senador Lomanto Júnior. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1977

As dez horas do dia vinte e oito de abril do ano de mil novecentos e setenta e sete, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a Presidência do Sr. Senador João Calmon e a presença dos Srs. Senadores Ruy Santos, Evelásio Vieira, Henrique de La Rocque, Mattos Leão, Adalberto Sena, Arnon de Mello, Heitor Dias, Cattete Pinheiro, Otto Lehmann, Ruy Carneiro, Lenoir Vargas, Osires Teixeira, Agenor Maria, Itamar Franco, Danton Jobim, Luiz Viana, Braga Júnior, Augusto Franco, Benedito Ferreira, Teotônio Vilela, Dinarte Mariz e Marcos Freire e os Srs. Deputados Prisco Viana, Adriano Valente, Lauro Leitão, Raimundo Parente, Cleverson Teixeira, Igo Losso, Nina Ribeiro, Nelson Marchesan, Carlos Wilson, Alcir Pimenta e Luiz Rocha e os Srs. José Carlos de Azevedo, Reitor da Universidade Nacional de Brasília, Padre José Vasconcellos, Presidente do Conselho Federal de Educação, Professora Anna Bernardes, Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, Arlindo Lopes Corrêa, Presidente do MOBRAF e o Sr. Ministro Fontoura, do Tribunal de Contas da União, são abertos os trabalhos para a elaboração do Projeto Educação.

O Sr. Presidente, Senador João Calmon, após algumas palavras elogiosas, faz ingressar no recinto o Exmº Sr. Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, convidando-o a assumir o lugar de honra à Mesa.

Ao conceder a palavra ao Sr. Ministro, o Sr. Presidente assinala o regozijo e a honra da Comissão de Educação e Cultura e dos demais presentes em contar com a presença de tão ilustre convidado para proferir palestra seguida de debates.

Inicialmente, o Sr. Ministro Ney Braga fala da preocupação do Ministério da Educação e Cultura reconhecer instituições da mais alta valia e afirma que se analisarmos o que era antes, em termos de aparelhamento de laboratórios, etc., podemos verificar o grande passo que foi dado no ensino brasileiro e defende as muitas instituições que, realmente, honram o Brasil, pela qualidade do ensino que ministram.

Proseguindo, salienta que ao assumir o Ministério, procurou elaborar política para os três setores da atividade do Magistério. A política da educação, a política da cultura e a política da educação física e desportos. Desde o início não teve preocupação de introduzir novas reformas, mesmo porque as reformas são muito recentes e elas estão sendo implantadas gradativamente. Porém, uma das preocupações é a escolarização em oito anos para todo o Brasil.

Em seguida, o Sr. Ministro discorre sobre os pontos fundamentais em que se preocupa: o ensino humanístico ao lado do técnico; a qualidade e a quantidade, oferta de vagas, a criação de centros de integração — empresa/escola, a educação pré-escolar, 1º e 2º graus, formação de professores, bolsa do 1º grau, ensino superior, etc.

Estamos, realmente, procurando desenvolver aquilo que desejávamos — concluiu o ilustre orador. Pode haver deficiências, mas temos que viver a realidade. O que não falta é compreensão e vontade de receber colaboração.

Após a exposição do Sr. Ministro, usam da palavra, pela ordem de inscrição, como debatedores, os Srs. Senadores Evelásio Vieira, Henrique de La Rocque, Agenor Maria, Adalberto Sena, Itamar Franco, Deputado Menandro Minahim e o Senador Benedito Ferreira.

Finalizando, o Sr. Presidente, Senador João Calmon, renova, em nome da Comissão e dos presentes, os agradecimentos ao Ministro Ney Braga pela sua primorosa e magistral exposição, confirmando ser o Sr. Ministro, um homem do diálogo, determinando, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

*ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1977, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA, SEGUIDA DE DEBATES, DO SR. NEY BRAGA, MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.*

Presidente: Senador João Calmon

Vice-Presidente: Senador Evelásio Vieira

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião

(Sem revisão do Orador)

**O SR. PRESIDENTE** (João Calmon) — Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, que tanto nos honra com a sua presença, neste momento; Sr. Ministro da Educação e Cultura Ney Braga; Srs. Dirigentes do Ministério da Educação; Pe. José Vasconcellos, Presidente do Conselho Federal de Educação; Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Logo após a minha eleição para a Presidência da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, tomei a iniciativa de visitar o Ministro Ney Braga, que todos nós consideramos ainda, sentimentalmente, como integrante desta Casa. S. Exª deixou traços indelévels de sua fulgurante passagem pelo Senado da República; conquistou, ao longo de toda a sua vida pública, no Paraná e nesta Casa, a gratidão, a admiração e a simpatia de todos nós.

Durante a minha visita ao titular da Pasta da Educação e Cultura, S. Exª anunciou que iria retribuir a minha visita, comparecendo a esta Comissão. No decorrer do nosso encontro, expus-lhe, em linhas gerais, o projeto que eu lançara ao tomar posse nesta Comissão, com a aprovação unânime de meus colegas. A nossa Comissão, ao longo de dois anos — 1977/1978 — procuraria elaborar um projeto educação, na base de um pacto nacional suprapartidário, que teria como objetivo oferecer uma preciosa colaboração aos futuros Presidentes da República. Não se trataria de um projeto educação para o ano 2000. Trata-se de um projeto educação a ser cumprido a partir de 1979, com a duração previsível de, pelo menos, 20 a 25 anos. Portanto, o Projeto Educação seria cumprido, ao longo de um período de cerca de 22 anos, até o ano 2000.

Ninguém poderia sonhar com a solução do problema da Educação, em nosso País, a prazo curto ou mesmo a médio prazo. Aproveitaríamos, nesses dois anos, a colaboração não apenas do atual Ministro da Educação, que adquiriu uma rica experiência no decorrer de sua gestão no MEC, mas também a experiência de cinco ex-Ministros de Estado, que são membros da nossa Comissão. Desses cinco ex-Ministros, três foram titulares do MEC: Gustavo Capanema, Tarso Dutra e Jarbas Passarinho. Dois outros foram, também, Ministros: Franco Montoro, do Trabalho, e Cattete Pinheiro, da Saúde. Além desses cinco ex-Ministros de Estado, a nossa Comissão é integrada por cinco ex-Governadores de Estados, que sofreram todas as agruras da falta de recursos financeiros para o setor da Educação. São eles os Senadores Helvídio Nunes, Arnon de Mello, Jarbas Passarinho, Adalberto Sena e Gustavo Capanema. Além desses parlamentares, convocá-riamos, para participação nesse Projeto Educação, o atual Deputado Federal Brígido Tinoco, que também foi Ministro da Educação e da Cultura. Seriam convocados, ainda, todos os ex-Ministros da Educação. Em certo momento, quando se cogitou dos nomes a serem convocados para colaborar nesse Projeto Educação, surgiu uma indagação sobre a conveniência ou não de serem convocados ex-Ministros que tiveram os seus direitos políticos cassados pela Revolução de março de 1964.

Por iniciativa do Senador Jarbas Passarinho, ficou decidido, por unanimidade, que não seriam excluídos da lista de ex-Ministros os cassados pela Revolução, porque segundo o ex-Ministro Jarbas Passarinho, S. Exª, como titular do MEC, inaugurara a Galeria de ex-Ministros da Educação, incluindo os que tiveram os seus direitos políticos cassados ou suspensos por 10 anos pela Revolução. Ainda mais, o ex-Ministro da Educação afirmou que, como antigo oficial do Exército, sabia que, nas paredes das várias unidades do glorioso Exército de Caxias, continuavam as fotografias dos comandantes que também foram atingidos pelas penalidades revolucionárias. Ficou decidido, então, que convocá-riamos todos os ex-Ministros da Educação.

A partir desse momento, estabeleci os contatos com os primeiros ex-Ministros da Educação, por ordem cronológica. E já aceitaram o nosso convite os ex-Ministros Pedro Calmon, Clemente Mariani e Antônio Balbino.

Colaborariam, também, na elaboração do Projeto Educação, o atual Presidente do Conselho Federal de Educação, Pe. José Vasconcellos, que tanto nos honra com a sua presença, e os ex-Presidentes do Conselho Federal de Educação. No elenco de colaboradores do Projeto Educação constam, ainda, todos os expoentes da Educação em nosso País.

Por iniciativa, também, do ex-Ministro Jarbas Passarinho, esta Comissão terá a preocupação de convidar expoentes da Educação que defendam pontos de vista contrários aos da atual política educacional do País. Segundo o Senador Jarbas Passarinho, que é, hoje, membro desta Comissão, S. Exª estimaria muito poder dialogar, nesta Comissão, com alguns expoentes da Educação que teceram numerosas críticas à sua orientação, quando titular do MEC, e citou textualmente um deles, que escreveu um livro intitulado *De Pombal a Passarinho*.

O Ministro Ney Braga, ao ser visitado por mim, manifestou o seu aplauso irrestrito à iniciativa da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Prometeu, ao mesmo tempo, colocar à disposição da nossa Comissão o

dirigentes de todos os departamentos do MEC, para que colaborassem com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Alta.

Posteriormente, tive a iniciativa de propor um projeto educação de âmbito estadual. Visitando a Assembléia Legislativa do Pará, sugeri que todas as demais Assembléias também elaborassem um projeto educação de âmbito estadual, seguindo as linhas gerais do programa desta nossa Comissão. Seriam convocados pelas Assembléias Legislativas os ex-Secretários de Educação, os ex-governadores, o atual secretário da Educação, o atual governador, os atuais e os ex-presidentes dos conselhos estaduais de Educação, bem como os exponents da Educação em cada Estado.

Essa iniciativa foi aprovada, também por unanimidade, pela nossa Comissão, e já recebi telegramas de cinco Assembléias Legislativas — de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Maranhão, da Bahia e do Pará — comunicando-me que estavam dispostas a iniciar a elaboração desse Projeto Educação de âmbito estadual.

No mês de junho, do próximo ano, receberemos esses projetos de educação de âmbito estadual. Teremos, assim, completado um diagnóstico nacional da Educação; teremos um retrato de corpo inteiro da Educação em nosso País.

Com a experiência do atual e dos ex-Ministros da Educação e de todos os expoentes no setor, não nos limitaremos a fazer o diagnóstico, tentaremos indicar a terapêutica, os remédios, para a solução do problema da Educação que não pode, obviamente, ficar na dependência apenas da dedicação, do esforço e do patriotismo de um Presidente da República ou de um Ministro da Educação. É necessária a mobilização de todos os governantes e governados, de tal maneira que seja feito um mutirão nacional para a solução do problema da educação, pelo menos até o ano 2000.

Ao longo desses dois anos, procuraremos esclarecer alguns pontos da maior importância que, infelizmente, ainda são muito controvertidos; um deles se refere à percentagem dos dispêndios públicos com a Educação em relação ao Orçamento Geral da União e aos orçamentos dos Estados e dos Municípios.

De acordo com algumas informações, inclusive da Assessoria Legislativa do Senado, atualmente, o percentual do Orçamento Geral da União para a função Educação gira em torno de quase 8%. De acordo com outras informações, e para efeito de comparação com exercícios anteriores, esse percentual aparece girando em torno de 12%. Finalmente, no plenário do Senado, já foi feita a afirmação, na base da maior seriedade, de que o percentual do Orçamento Geral da União para a função Educação gira em torno de 20 ou de 24%. Não é possível que nós, Senadores, continuemos a debater qual é o percentual do Orçamento Geral da União para a função Educação!

Em virtude dessa controvérsia, o Brasil aparece, no Anuário da UNESCO, colocado abaixo de 79 países em dispêndios públicos com a Educação, em relação do Produto Nacional Bruto.

Aqui, através desta Comissão, e contando com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, tenho tentado em vão uma retificação da UNESCO, em relação a essa posição realmente humilhante, em que o Brasil aparece naqueles anuários, que circulam amplamente no mundo capitalista e no mundo socialista.

O problema do percentual gira, principalmente, em torno do seguinte ponto: para efeito do cálculo do percentual, exclui-se uma determinada quantidade que representa, no Orçamento Geral da União, 30% do total da receita. Essa quantidade é representada por fundos, que têm uma destinação específica como, por exemplo, o Imposto sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, o Imposto sobre Operações Financeiras, e outras verbas do mesmo tipo.

É necessário que o Brasil, finalmente, através desta Casa, chegue a uma conclusão: se o Governo Federal está gastando 8%, 12% ou 20%, e se o Brasil é mesmo o 80º país do mundo em dispêndios públicos com Educação, ou se ele está sendo vítima da má vontade da UNESCO.

Por outro lado, os Estados afirmam que gastam 20, e até um pouco mais de 20%, dos seus orçamentos, com Educação. Entretanto, neste livro, lançado recentemente pelo Senado, em que reúno toda a documentação sobre a proposta de emenda à Constituição, procurando restabelecer um percentual dos orçamentos federal, estaduais e municipais para a Educação, inclui uma carta do Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Professor José Bonifácio Coutinho Nogueira, com a autoridade do cargo que ocupa de Secretário da Educação da Unidade da Federação que mais gasta com Educação, e até o ano passado dispunha de uma verba superior à do Ministério da Educação e Cultura para todo o Brasil — fenômeno que, hoje, graças ao Presidente Geisel e ao dinâmico Ministro Ney Braga, já não ocorre — afirma ele que, na realidade, os Estados não estão gastando nem 10% da sua receita com a Edu-

cação. Afirmo ele, ainda, que para ser encontrado esse percentual é excluída a receita do ICM.

Não é possível que continuemos, indefinidamente, com a impressão falsa de que estamos gastando, nos Estados, 20% dos orçamentos com a Educação. E, agora mesmo, um ex-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Álvaro Valle, divulgou um levantamento, feito sob a responsabilidade da sua Comissão em todo o Brasil. Esse levantamento indica que 110 municípios brasileiros não gastam um centavo, sequer, com Educação, apesar da clareza da lei que lhes impõe a obrigação de gastarem, pelo menos, 20% na área da Educação. Outros municípios, segundo o levantamento daquela mesma comissão, limitam-se a gastar Cr\$ 10,00 por ano com Educação.

Esta é, realmente, uma situação que precisa ser esclarecida, e o melhor *forum* para esse esclarecimento é, sem dúvida alguma, o Congresso Nacional.

Outro ponto é que tem sido muito controvertido em todos os debates, aqui na nossa Comissão, e que, inclusive, recebeu uma preciosa colaboração da Professora Anna Bernardes, Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, quando fez magistral conferência, num simpósio sobre a problemática educacional do Brasil, aqui no Senado Federal, esse ponto gira em torno da taxa de escolaridade do nosso País.

Divulga-se — e não é inverdade — que a taxa de escolaridade no Brasil gira em torno de 86%. Aritmeticamente, essa afirmação é verdadeira, mas transmite aos brasileiros a falsa impressão de que estamos no limiar da universalização do ensino de 1º Grau. Se o ideal é 100% e o Brasil já atingiu a taxa de 68%, deveremos nos considerar quase felizes, porque estamos quase no limiar da concretização do ideal da universalização do ensino.

O que é importante não é afirmar ou informar que a taxa de escolaridade é de 86%, o importante é exibir os dados fornecidos pelo Ministro Ney Braga e pela Professora Anna Bernardes, bem como pela Professora Terezinha Saraiva, na Escola Superior de Guerra. Segundo esses dados, apenas 9% das crianças brasileiras terminam o curso de 1º Grau. Ora, a Constituição brasileira afirma que os poderes públicos são obrigados a garantir 8 anos de escola gratuita a 100% das crianças. No entanto, a Constituição está sendo desrespeitada, e 91% das crianças brasileiras não terminam a escola de 1º Grau.

Outro tema, sistematicamente abordado aqui na nossa Comissão, gira em torno da gratuidade indiscriminada do ensino superior.

Muitas vezes, ouvimos a declaração de que a gratuidade do ensino superior é uma conquista brasileira a ser preservada, a ser defendida com unhas e dentes. Na realidade, precisamos ter a coragem de afirmar que gratuidade do ensino superior não é uma conquista a ser preservada, mas sim uma espoliação que deve ser eliminada. Estamos dando ensino gratuito indiscriminadamente a 400 mil jovens brasileiros à custa da espoliação de milhões de crianças que estão fora das escolas de 1º Grau. Segundo a Professora Anna Bernardes, na sua conferência, cerca de 3 milhões e 500 mil crianças ou 4 milhões estão fora das escolas de 1º Grau, e 91% das crianças, entre 7 e 14 anos, evadem-se da escola de 1º Grau e não concluem a terceira série. Estamos certos de que este assunto será debatido, ao longo dos dois anos de nossa gestão aqui na Comissão de Educação e Cultura.

Outro problema, também, sempre controvertido, e que foi focalizado pelo Pe. José Vasconcellos, na sua ontológica conferência do ano passado sobre a Educação, refere-se à queda da qualidade do ensino superior em nosso País: de tal maneira que o Pe. José Vasconcellos chegou a hesitar em chamar de universidade aquela escola que vem depois do 2º Grau, referindo-se àquela coisa que aparece depois da escola do 2º Grau. Ele forneceu à Comissão de Educação dados extremamente traumatizantes sobre a queda da qualidade do ensino superior do Brasil; queda esta que preocupa tanto o Ministério da Educação que, por feliz decisão do Ministro Ney Braga, foi suspensa a autorização da instalação de novos cursos superiores no Brasil, de novas escolas superiores no Brasil.

Sabemos que há muitas escolas superiores, no Brasil, do setor privado, que são verdadeiras fábricas de diplomas, com professores sem o mínimo de qualificação, que parecem ser um excelente negócio, porque elas proliferam numa escala cada vez maior.

Ainda recentemente, li num jornal de São Paulo o balanço de uma escola de ensino supletivo, não de ensino superior. O lucro auferido por essa escola de ensino supletivo é muito superior ao total do seu capital, de cerca de cinco milhões de cruzeiros. Essa escola de ensino supletivo ganhou, no ano passado, sete milhões de cruzeiros, depois de deduzido o Imposto de Renda.

Outro problema que preocupa o Ministro Ney Braga, que lançou em caráter experimental esse projeto no Brasil, é o da municipalização do ensino. Teremos oportunidade, também, de discutir este assunto, que é da maior importância. Se levarmos em consideração que 90% dos Municípios brasileiros

têm menos de 40 mil habitantes, e se levarmos em conta, também, que, de acordo com levantamento recente do Instituto Brasileiro da Administração Municipal, 50% dos prefeitos brasileiros têm apenas o antigo curso primário de quatro anos; e o IBAM omite um detalhe: percentual dos prefeitos brasileiros que não têm, sequer, o curso primário completo; portanto, não poderiam assumir sozinhos a responsabilidade do ensino de 1º Grau.

O Ministério da Educação e Cultura já está lançando esse projeto, em caráter experimental, inclusive no meu Estado, o Espírito Santo, onde o projeto de municipalização do ensino, financiado pelo MEC, vai abranger, inicialmente, 12 dos 53 Municípios.

Um outro tema, que é permanente, na Comissão de Educação e Cultura desta Casa, refere-se ao salário dos professores, dos professores de todos os níveis, mas principalmente dos professores de 1º Grau. E, ainda mais, no setor municipal, onde ainda hoje há professoras primárias municipais que ganham entre 30 e 100 cruzeiros, enquanto um presidiário, quando trabalha — e o faz quase sempre — ganha um salário mínimo, e ainda recebe casa do Estado, que é a cadeia, comida, roupa de presidiário e roupa lavada. Portanto, o presidiário ganha do Estado cerca de Cr\$ 1.500,00 por mês, enquanto a professora primária municipal, fora do controle, obviamente, do MEC, ainda ganha entre 30 e 100 cruzeiros. Ainda recentemente, fui convidado a falar num congresso de professores da Amazônia e apurei que nesta área, numa determinada cidade, a 35 km da Capital, uma professora primária municipal ainda está ganhando hoje, em 1977, apenas 35 cruzeiros por mês. E nos Estados do Centro do País uma professora primária municipal ainda ganha Cr\$ 87,60. A Comissão de Educação e Cultura vai levar avante o Projeto Educação, no plano federal e no plano estadual. Não vamos adotar uma atitude crítica em relação ao Poder Executivo, no âmbito federal, municipal e estadual. Em última análise, o que vamos fazer é um julgamento do comportamento da sociedade brasileira em relação ao problema da Educação. Por comodismo, queremos sempre atribuir ao Governo a responsabilidade exclusiva ou quase que exclusiva da solução do problema da Educação. Entendemos, entretanto, que a educação é um problema que depende de toda a comunidade brasileira. E, sobre esse aspecto, o Brasil tem atuado de maneira extremamente criticável, porque enquanto nos Estados Unidos o esforço educacional se divide na base de 70%, poder público, e 30%, setor privado, aqui no Brasil o esforço educacional se concentra na base de 90% na área do Poder Público e de 10% apenas na área do poder privado.

Agradeço ao Ministro Ney Braga a sua presença na Comissão de Educação e Cultura e, principalmente, sua decisão de responder a indagações que lhe queiram dirigir os membros desta Comissão de Educação e Cultura e os demais Senadores aqui presentes. S. Exª está fazendo apenas uma visita de cortesia a esta Casa. Ele voltará à Comissão de Educação e Cultura, a convite nosso, no ano que vem, para dar sua inestimável contribuição à elaboração do Projeto Educação.

Neste momento, entretanto, após sua exposição ele se colocará à disposição dos nossos companheiros desta Casa, a que espiritualmente S. Exª pertence, para responder a quaisquer indagações até meio-dia, quando tem um compromisso a que não pode fugir.

O SR. NEY BRAGA — Com licença, Sr. Presidente, estou à disposição da Comissão até depois do meio-dia, e me sinto à vontade, pois creio que mais indagações não serão feitas do que aquelas que o próprio Presidente já fez.

O SR. JOÃO CALMON — Com os renovados agradecimentos ao Ministro Ney Braga e eminente Presidente Petrônio Portella, pela sua presença que tanto nos desvanece, concedo a palavra ao Ministro Ney Braga.

O SR. NEY BRAGA — É lógico que me sinto em casa. Escrevi muita coisa sobre o que estamos fazendo no Ministério, e sintetizei o que foi escrito.

Ouvi atentamente as palavras do nosso Presidente da Comissão. Vim aqui para retribuir uma visita, visitar amigos e conviver com os Senhores todos, durante alguns instantes.

Todos somos responsáveis pela educação no Brasil. Devemos realmente somar esforços. Há muitas cabeças, muitas sentenças e muitas idéias, há muitos diagnósticos, mas nós temos no Ministério o diagnóstico da educação no Brasil, e com a firmeza de propósitos que o Governo tem, enfrentando a realidade brasileira, estamos procurando resolver esses problemas. O que estamos fazendo no Ministério vou, aos poucos, dizer ao Senhores.

Inicialmente, desejaria dizer ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura que teria muito prazer em receber — creio que foi gravado — o pronunciamento de abertura desta reunião, para que o Ministério pudesse, desde já, analisá-lo, e dentro do mais curto prazo responder indagações, que ele está em condições de responder, para que a Comissão tenha conhecimento.

Sobre os dados que são discutidos, sobre estatísticas que são aventadas sobre a qualidade do ensino, cujo pensamento eu não comungo de que a qualidade do ensino está deteriorada, porque há realmente, bons e maus estabelecimentos, há instituições boas. E é uma preocupação nossa reconhecermos instituições da mais alta valia, e se analisarmos o que era, antes, em termos de aparelhamento de laboratórios, etc., podemos verificar o grande passo que foi dado no ensino brasileiro.

Então; vivendo e analisando com objetividade, com realismo essa situação, nós responderemos, e quero desde já defender muitas instituições que, realmente, honram o Brasil, pela qualidade do ensino que ministram.

Estávamos dizendo que, logo no início da nossa administração, procuramos elaborar política para os três setores da atividade do Magistério. Então elaboramos a política da educação, a política da cultura e a política da educação física e desportos.

Essas políticas todas têm, no seu preâmbulo, uma parte que se pode chamar de doutrinária; depois fixa uma ação, uma estratégia de ação e finalmente, os objetivos a atingir. Na política de educação vamos focalizar, de início, a educação, nós fixamos quatro ações, que são a ação preventiva, que visa reduzir ao mínimo os fatores que afetam a eficácia do sistema educacional. Como exemplo, citamos o pré-escolar, a alimentação escolar, que é realmente uma das causas que dificultam o aproveitamento do ensino. Na ação corretiva nós visamos suprir deficiências quantitativas e qualitativas. Na ação de coerência, a articulação entre os diversos níveis e sistemas. E ação maximizadora, que é a obtenção da eficácia interna do sistema, exemplo, o aperfeiçoamento dos professores. Não nos propomos, até o final do mandato, a introduzir novas reformas. Desde o início tivemos esta preocupação, mesmo porque as reformas são muito recentes, e elas estão sendo implantadas, como a própria lei diz, gradativamente. Uma das preocupações — nós vamos talvez analisar no Ensino Fundamental — é esta que o nosso Presidente, com muito calor, ardor e patriotismo ele advoga, que é da escolarização em oito anos para todo o Brasil. Mas, a própria lei diz que isto será feito gradativamente. E nós saímos de uma estaca muito atrás, em termos de educação, se analisarmos recursos e se analisarmos metodologia, pois nos últimos anos que demarramos, Então, é importante que analisemos a situação exata do Brasil, de ontem e de hoje, e vejamos que há anos que ele vem dando passos para resolver esse problema, que é de todos nós. Então, é a gradatividade da implantação da reforma.

Um outro ponto que focalizamos sempre em toda política é o ensino humanístico ao lado do técnico; quer dizer, é dar ao homem não só o saber mas também, o crer. E analisarmos o mundo de hoje e verificarmos o que disse, há algum tempo, Ortega Garcez, é verdade. Quer dizer, o mundo de hoje está tornando, assim, um mundo de bárbaros, onde há muitos sábios e pouca gente de muita cultura, de cultura mais generalizada. Queremos que o técnico tenha alma e que creia na democracia, no Brasil, nos valores fundamentais que informam a vida brasileira. Então, esse é um dos pontos que focalizamos e toda a nossa política, é o humanismo ao lado do tecnicismo. E outro é a qualidade e quantidade. A nossa preocupação, segundo o primeiro pronunciamento que fiz, quando assumi o Ministério, é que queremos mais escola. Aliás, dizendo a frase de um médico de Belo Horizonte que ouvi num Congresso, há algum tempo, em Londrina: "mais escolas sim, más escolas não".

Em seguida fizemos, de maneira muito global e rápida, o levantamento do mercado de trabalho para que pudéssemos ofertar vagas, também e função do mercado de trabalho, porque a expansão do ensino, que estamos procurando fazer, agora, controlada, através de autorização que vamos analisar aqui. Inclusive, segundo análise do Conselho Fiscal de Educação verificamos que não vamos ofertar só as vagas que o mercado de trabalho está necessitando, vamos, também, verificar a personalidade humana, o homem que quer tirar cursos, e a isso tem direito, e outras áreas que o mercado de trabalho não absorve, mas que informam ao final, até os Paramentos e vários poderes, em escolas e mesmo fora delas criando, assim, o que se pode dizer, literatura, na arte e vários setores da cultura, a vida da Nação, mesmo, em termos culturais.

Quanto ao mercado de trabalho, fizemos um levantamento, por exemplo: da necessidade de pólos de desenvolvimento, da exploração da bauxita da usina de Tucuruí, criando os cursos nas Universidades do Pará e da Amazônia; a indústria têxtil do Nordeste, para as escolas técnicas; petroquímica na Bahia, inclusive criamos ali um centro tecnológico, etc; o centro industrial de ARATU; o pólo siderúrgico do Espírito Santo; a pesquisa do petróleo usina hidrelétrica de Itaipu, tudo isso foi analisado rapidamente e os cursos tiveram ampliação de vagas, criação de novas disciplinas, currículos novos para atender a esse mercado de trabalho, que visava ao imediato desenvolvimento

mento dessas regiões, dentro desses critérios que adotamos, de qualidade de ensino e de atender ao desenvolvimento econômico.

Outra preocupação, também, foi a criação rapidamente dos centros de integração, empresa/escola, que eu já via, antes do Ministério — e, nunca pensei em ir para a Educação, estava na Presidência de uma Fundação no Rio de Janeiro, de desenvolvimento universitário, desenvolvimento econômico e social —, e então criamos, no Rio de Janeiro o centro de integração empresa/escola, que já estava criado em São Paulo. E estamos, agora, em secretarias de educação, com doze centros instalados. Todas as escolas técnicas, algumas já o possuíam, e instalamos mais seis, e estamos com esses centros. Em colégios agrícolas, estamos com 16 centros. Esses centros procuram as empresas, e quero dizer ao Srs. que quase todos os alunos das escolas técnicas, com exceção de certos cursos, quando terminam o curso já têm emprego e a oferta é muito menor ainda do que a procura.

Vamos, focalizar, agora, rapidamente, os recursos para a educação, recursos que ouvimos muito bem o que disse o Senador João Calmon. Orçamentários: o aumento de 92%. Nunca houve este aumento, em termos de educação, de 1976 para 1977. O orçamento do MEC aumentou em 92% nesse período; quase dobrou. Fizemos ainda mais, para os Estados e Municípios neste Governo, a elevação gradativa de 5 para 9% na arrecadação dos impostos federais, que é o fundo que contribui com 20% para a educação. Subiu de dois bilhões, em 1976, para mais de três e meio bilhões, em 1977. A elevação do salário-educação, a alíquota de 1,4 foi aumentada para 2,5, e a parcela dos Estados de metade para dois terços. A arrecadação subiu de 1,7, em 1975, para 4,7 em 1976. O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, criado há cerca de dois anos deu dez bilhões de cruzeiros de financiamento, dos quais sete bilhões para a educação, fora do orçamento. Queremos dizer, o orçamento federal, em 1977, nos diversos Ministérios, não só no anexo MEC, ele tem 24 bilhões destinados à educação e a receita estimada é de 194 bilhões. Então, a porcentagem, se tomarmos em conta a receita e despesa com a educação, vai acima de 12%.

Uma outra preocupação nossa na política, foi, como já disse, a educação pré-escolar. É lógico que o encargo é dos Estados, não é obrigatório, mas o objetivo fundamental é melhorar o aproveitamento da primeira série do 1º Grau; é preparar a criança para a entrada do 1º Grau. Foi criado no MEC, em 1975, o Programa Integrado de Atendimento Pré-Escolar, voltado particularmente para a criança carente. Educação, saúde, nutrição e assistência social. Usa salas e mães de alunos que estão disponíveis e se oferecem para este curso. Estão em organização, nos Estados, várias coordenações. O MEC dá orientação geral, as normas, e ajuda também, de certa forma financeira, dentro do possível, os Estados. Além disto, há no Ministério da Previdência, também, a alimentação da criança na idade pré-escolar, através do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição.

Ensino de 1º Grau. Todos sabemos que a responsabilidade é dos Estados e dos Municípios. O crescimento da escolarização de 7 aos 14 anos. Dado fornecido pela professora citada pelo nosso Presidente, que é a Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, a Professora Anna Bernardes, que nos deu ainda ontem o índice até 1962, inferior a 50%; em 1970, 68% o índice de escolaridade. É lógico que escolaridade não quer dizer que a criança esteja frequentando uma escola de oito anos, mas ela está dentro da escola ou a escola que tem uma sala — e são muitas — uma professora que dá várias classes — que também temos — mas estamos vencendo esta etapa, para atingirmos dentro de um prazo razoável — 4 anos na zona rural, e em seguida 8 anos — que já estamos procurando atingir nas zonas urbanas. E pretendemos, até 1979, atingir dentro dessa escolaridade, medida nesses parâmetros, 90%.

O fluxo escolar, o degrau da 1ª para a 2ª série. Em 1962 era de 443 em mil, em 1970, de 519 em mil, em 1976, de 600 em mil. É realmente um rendimento que está crescendo, e entendemos porque, reconhecendo que isto é a realidade.

Alimentação escolar. Em 1976, de 600 em mil. É, realmente, um rendimento que está crescendo e sabemos da razão, reconhecendo, também que é a verdade.

E quero dizer, a esse respeito, que em 1972 e 1973 perdemos o auxílio externo. Então, em 1970, o gasto com a alimentação escolar foi de 155 milhões de cruzeiros. Em 1976, de 1,3 bilhão de cruzeiros.

Livros para alunos carentes, produzidos para distribuição no ano seguinte. Em 1974, foi de 8,5 milhões de exemplares. Em 1977, 20 milhões de exemplares de livros distribuídos a alunos carentes. Quer dizer, um crescimento extraordinário que nós atentávamos especialmente para o aumento do isto do livro. Verificamos que, em três anos, elevamos de 8,5 para 20 milhões de exemplares de distribuição para o aluno carente.

Formação de professores: tivemos o plano de 1972 a 1974; o MEC formou 144 mil professores do 1º Grau. Em execução, agora, o plano de 1975 a 1979, que formará 25 mil.

Material escolar (lápiz, borracha, etc.): em 1974, 23 milhões de peças; em 1976, 49 milhões de peças.

Bolsa do 1º Grau: incremento de 56% de 1975 a 1979. Quero comunicar à Comissão de Educação e Cultura que hoje mesmo assinarei a portaria de continuidade das bolsas daqueles que terminam o 1º e passam para o 2º Grau, que era uma reivindicação das Comissões de Educação e Cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Nós vamos aumentar, até 1978, mais 30% dessas bolsas.

O projeto pró-Município é uma assistência dada ao Município, e aqui já vai uma certa resposta à notícia de que nós demos 1,3 bilhão de cruzeiros ao Estado do Paraná, que não sei onde é que se foi buscar esse dado, e pedi ao Deputado Alvaro Valle para depois conversarmos, mas como me fizeram a pergunta, depois entro em detalhes a respeito do assunto. Recurso do 1º grau (Operação pró-município): 1975, 270 milhões; em 1976, 450 milhões; em 1977, 570 milhões, auxílio a municípios.

Auxílio ao 2º grau. Os senhores podem imaginar o crescimento do ensino do 2º grau: em 1964, 439 mil estudantes. Estamos atualmente com 1,8 e vamos a 2,5 milhões.

Com relação às bolsas, tivemos um crescimento de 36% de 1974 a 1977, e em 1978 pretendo aumentar mais 60%, nas bolsas de 2º grau, em face das reivindicações dos senhores parlamentares. Realmente, há necessidade de intensificarmos a ajuda nesta formação do nível médio. É uma preocupação que temos, com relação ao nível médio, e o nosso Departamento está bastante atento, e estamos procurando, de certa forma, implantar esta reforma da profissionalização do ensino do 2º grau, com o esforço gigantesco da iniciativa privada e dos poderes públicos dos Estados, da União e, também, dos Municípios.

Construímos, com ajuda externa, em convênio, 58 novas instalações de ensino do 2º grau. Instalamos a COAGRI e reparamos as escolas técnicas em pessoal, em material, em novos cursos. Realmente, as escolas técnicas são excelentes; podemos verificar isso de perto, pois elas são mesmo um orgulho para nós e para aqueles homens que trabalham nelas. E estamos agora avaliando esta reforma. No início — lembra-se muito bem o Sr. Presidente do Conselho Federal de Educação — nós assumimos o Ministério com uma resolução que dava uma porcentagem de pontos ao aluno no vestibular, que tivesse a profissionalização do 2º grau. Em impedimento com o Conselho, abolimos essa porcentagem, porque o Estado não podia oferecer profissionalização em todos os cursos. Inclusive estava sendo burlada a lei, pois havia cerca de 153 profissões dadas em estabelecimento do 2º grau, sem que isto fosse, realmente, a formação profissional. Era uma maneira de burlar a lei. Então, o Conselho nos deu as habilitações básicas, em currículos, setores ocupacionais que, depois, podem destinar-se a várias profissões. Além disso, estamos agora, com a Fundação Getúlio Vargas e com técnicos do Ministério, estudando a implantação desta lei, em entendimentos com o Ministério do Trabalho, para um casamento perfeito com o SESI, SENAI, SENAC, etc.

Ensino superior. Tinha, em 1964, 142 mil alunos; em 1970, 425, mil; em 1976, 1 milhão e 150 mil alunos. É um crescimento bem acelerado.

Crédito educativo. Foi implantado ano passado, e em 1976 tínhamos 150 mil estudantes no crédito educativo, com 700 milhões de cruzeiros, em 1977, estamos com 280 mil estudantes, sendo este um dos maiores programas de financiamento de educação do mundo, com 2,7 bilhões de cruzeiros, que também não estão no orçamento, porque é recurso vindo de várias instituições; Banco do Brasil, Caixa Econômica, etc. Desse 2,7 milhões somente 400 milhões estão no orçamento, que visam a baixar os juros, que são de 15%, com a carência de um ou dois anos. Assim, o pagamento é feito no tempo em que o empréstimo foi tirado. Os Senhores conhecem muito bem, e podem imaginar o esforço que se está fazendo para dar possibilidades a que o aluno pobre possa fazer o curso. Portanto, hoje, são 280 mil estudantes que têm contrato com o crédito educativo. Foi instalado o Conselho Nacional de Pós-graduação; o Plano Nacional de Pós-graduação prevê, em cinco anos, a formação de 16 mil mestres e 1.400 doutores. Temos os relatórios prontos, que encaminharemos à Comissão, se for desejo de seu Presidente, em todos eles estamos atingindo as metas anuais, e os recursos que o Ministério dá para essa finalidade, metade, talvez, seja do orçamento. Creio que o orçamento é da ordem de 3 milhões. Mais de 4 bilhões de cruzeiros nos três anos, de 1975 a 1977.

Construção de *campus* universitário. De 1975 a 1979. Os senhores acompanham as reformas que estamos implantando. O ensino passa de 4 para 8 anos. O ensino do 2º grau entra com a profissionalização. A universidade se reforma com o ciclo básico e o profissionalizante, exigindo, de certa forma, a

construção dos *campus* universitários. Então, é um esforço extraordinário de todo o Ministério, que se volta integralmente, com os senhores, para a resolução, em termos brasileiros, dos problemas, e dentro das condições que temos. Para que os Srs. observem, para a construção de *campus* gastamos 5,2 bilhões de cruzeiros. Este recurso não está no orçamento, porque é empréstimo estrangeiro ou empréstimo do FAS. São 5,2 bilhões de cruzeiros, em 23 universidades!

Hospitais universitários. Os senhores conhecem os hospitais universitários, que são muito carentes. Ainda há poucos dias, assinamos um convênio com os hospitais universitários da rede oficial de ensino, destinando 683 milhões de cruzeiros para reformas e reaparelhamento de hospitais.

Reconhecimento de curso. O esforço não é de hoje, é de há muito tempo. Mas queremos dizer o que se está fazendo hoje. Quando assumimos, a primeira visita que fizemos foi ao Espírito Santo. Encontramos, a INESCAN sem o seu reconhecimento, com médicos contando vários anos de formados, com concursos feitos, sem poderem ser empregados porque não estavam reconhecidos. Então, o esforço nosso foi de fazer o reconhecimento de todos os cursos, pelo menos daqueles que já estavam com turmas formadas ou no último ano. Nisto contamos com o Conselho Federal de Educação. Então, com esforço fizemos o seguinte: em 1974, reconhecemos 189 cursos; em 1975, 317; em 1976, 444. Isto significou comissões que visitaram vários cursos, exame do corpo docente, do material existente, etc. Hoje, temos, creio que não chega a duas dezenas, cursos para reconhecimento de turmas que ainda não terminaram, mas que estão no último ano. Esperamos neste ano, até julho ou agosto, reconhecer todos os cursos que formam, inclusive, a turma deste ano.

Um programa que, realmente, chamou-nos a atenção de início, em face da necessidade, diz respeito ao setor agrário. Criamos um programa de Educação Agrícola Superior (PEAS) e o desenvolvimento do Ensino Agrário que se chamou PRODECA. Destinamos 340 milhões, nesses anos, para este programa. Estamos procurando criar uma autarquia especial, que a lei já prevê, para uma melhor agilização da universidade, quanto à administração. Temos criado cursos de curta duração, em função também do mercado de trabalho, no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, mercado este que está a exigir profissionais competentes, com uma certa urgência. Estamos atualizando currículos — e já com comissão do mais alto nível — de Engenharia, Medicina, Ciências Agrárias, Educação e Arquitetura.

O ensino supletivo, o MOBREAL. Os senhores conhecem o MOBREAL; inclusive já esteve aqui o seu presidente, já houve até uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta Comissão deu como orientação ou determinação, como recebemos: "intensificação da absorção pelos sistemas estaduais dos menores de 9 aos 14 anos". Ora, isto é o programa do Departamento de Ensino Fundamental e já dissemos tudo que pensamos e o que está sendo feito para que isso se realize, inclusive, mais adiante, vamos verificar a formação de professores, inclusive pelo supletivo, o problema da formação de professores nas escolas superiores etc.

A formação universitária voltada para a educação de adultos. Este foi um outro ponto. O Departamento de Ensino Supletivo, DESU, determinou isto em sua estratégia. Em 1976, formamos 6.400 professores para a educação de adultos, e para 1977 estamos com a previsão da formação de 4.000 professores; e como queríamos, na cúpula, um curso de mestrado, foi instalado na Universidade Federal da Paraíba um curso de mestrado para esta finalidade, cumprindo aquilo que a CPI nos indicou, nos determinou.

Estrito cumprimento da alfabetização funcional, educação continuada de adolescentes e adultos. É outra orientação da Comissão. Além da criação do MOBREAL, prevê expressamente a educação continuada do recém-alfabetizado. Os programas MOBREAL cultural, profissionalizante, diversificado de ação comunitária, etc. atendem ao item 9 do plano que acompanha a lei de criação do MOBREAL. Há um plano que acompanha a lei de criação do MOBREAL, que este está seguindo, exatamente.

Esses programas propiciam a motivação, mobilização, flexibilidade e combate à regressão, etc. O MOBREAL já esteve aqui, e está aqui seu Presidente, e nós, quando os senhores quiserem, todos os nossos diretores de qualquer departamento de ensino estaremos sempre às ordens, para aqui comparecer, sem formalismo, para discutir, como companheiros que somos, voltados para o interesse da Nação. Não há nada o que esconder, há o que aprender e esta Comissão, estou certo, muito tem que ensinar e nós, com o maior prazer, receberemos dela sugestões.

Outro ponto a focalizar é a revisão do sistema de remuneração dos professores, que a Comissão também abordou. Nós já elevamos de 45 para 65 cruzeiros, por aluno-programa.

Ampliação do número de membros do Conselho de Administração, de cinco para nove. Já aumentamos e colocamos os membros que a Comissão determinou, que foi do departamento de ensino supletivo, etc. Os quatro

membros que a Comissão sugeriu, o Sr. Presidente já baixou um decreto e já os nomeamos.

Incidência da regressão. É um ponto debatido e que, inclusive, o Sr. Presidente o focalizou no início da sessão. Já assinamos com a FEFIESC, no Rio de Janeiro, um convênio para que ela estude essa regressão e com outras universidades do Brasil; já está em andamento isto. São os seis pontos que já estamos cumprindo.

Ensino Supletivo. Se não me engano, este ponto, também, o Sr. Presidente focalizou. Verificamos que existem até anúncios como este: Passe o fim de semana em tal lugar e tire o curso; faça um exame supletivo. Realmente, isso nos preocupava, desde o início. Padronizamos, então, o certificado no âmbito nacional; instalamos centros de ensino supletivo, ajudando os Estados, e tivemos 22 centros instalados, de 1974 a 1977.

Curso de habilitação de professores. Formamos 25 mil professores, agora, até o ano passado, num projeto que se chama LOGOS. E quanto a exame profissionalizante, já demos 3.500 certificados em trinta profissões. E capacitação de recursos humanos, para a educação de adultos. Prepara professores e pessoal técnico, com onze cursos. De 1974 a 1977, já disse, tivemos mais de 8 mil capacitados. Temos o projeto Minerva, que é conhecido de todos, no qual estão envolvidas 150 mil pessoas em todos os Estados. Temos o curso supletivo João da Silva, pela televisão; a atualização do Projeto Saci, que é um projeto que estava apenas no Rio Grande do Norte e vamos estender para todo o Nordeste; e mais o problema de livro didático para o ensino supletivo. Distribuimos, em 1977, 26 milhões de módulos. E quanto a Educação Física e Desportos. Elaboramos a Política da Educação Física escolar; a educação física praticamente não a tínhamos nas escolas, e estamos fazendo agora uma política, como aquela do 1º e do 2º Grau, assim como a do superior; o desporto de massa e o de alto nível. Até 1979, todas as universidades terão campos esportivos. As instalações construídas para o 1º e 2º Grau, pelo MEC, alcançou, de 74 a 76: 62 pistas de atletismo; 37 piscinas, em 3 anos e meio; 323 quadras e campos esportivos; 118 ginásios cobertos e 45 módulos esportivos.

Criamos cursos de educação física no Norte e no Nordeste, inclusive cursos de aperfeiçoamento. Criamos 36 cursos de educação física, porque há carência de técnicos e de professores de educação física. Temos intercâmbio internacional com diversos países, principalmente com a Alemanha Ocidental. E continuamos intensificando com as competições estudantis, que formam, afinal, a massa para o JUBS (Jogos Universitários) e para os jogos estudantis brasileiros.

Instalamos no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre laboratório de fisiologia do esforço e vamos instalar mais sete. Criamos o esporte para todos, que será desencadeado agora, dia 1º de maio, em vários Estados. E criamos o fundo de assistência ao atleta profissional. Demos agora, em 1977, 30 milhões de cruzeiros e assinamos um convênio com a FUGAP, que também atenderá outros Estados, para profissionalizar em outro setor o atleta do futebol, o atleta profissional, para que, quando não mais puder jogar futebol ele possa exercer outra atividade, e também dando a esse atleta, quando ele sair, em condições carentes, o pagamento da sua parte do INPS, para que ele tenha condições de procurar novo emprego. Afinal, atendimento a essa gente que, muitas vezes, brilha e não tem, depois, como continuar, porque aos 32 ou 33 anos eles saem da vida esportiva. Inclusive, criamos, com a ajuda do Conselho Federal de Educação, a profissão de auxiliar de educação física, no nível médio, que o supletivo vai dar a estes homens que têm essa habilitação, do atleta profissional, para que possam ajudar as escolas de 1º Grau, etc. nesse setor.

O Conselho Nacional de Desportos deu muita ajuda às confederações e federações, visando ao aperfeiçoamento do atleta. Queremos intensificar o esporte nas escolas de 1º Grau para formar base, porque ninguém forma excepcionais se não tiver base sólida, ampla, na formação do atleta desde os primeiros anos.

Excepcionalmente, nós pinçamos no passado um Bento de Assis, pinçamos agora um Madruga, um Arantes, etc., na natação, temos no futebol, por que? Porque o futebol é um esporte de massa. Então, há realmente, uma base na pirâmide e que dá lá em cima, na cúpula, o expoente máximo naquela atividade esportiva. Temos que ampliar as bases porque o futebol ampliou tanto que em toda parte do Brasil há um campo de pelada. Então, temos, realmente, base para pinçar bons jogadores de futebol, o que não havia há uns 10 ou 15 anos atrás, no atletismo, no basquete, no vôlei, na natação etc. Acompanhamos, por exemplo, na natação, o aparecimento de um Benevenuto, um Vilar, etc, depois caiu outra vez. O basquete no tempo de Almir, Valmir, todo este pessoal, também surgiu e caiu novamente. Estamos procurando intensificar o desporto nos clubes, pelas federações, junto àquelas instituições do ensino Superior, com o JEBS, com o JUBS, etc.

Os recursos em 1977 são da ordem de 184 milhões de cruzeiros. Tenho, aqui, as confederações que foram contempladas: atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esgrima, e natação que, agora, estamos com 3 milhões de cruzeiros, inclusive estamos patrocinando um campeonato de primavera, em São Paulo, fazendo surgir novos valores.

Incentivando, relativamente aos Estados Unidos, Alemanha, não só técnicos vindo para cá como também, mandamos nossos expoentes lá, como por exemplo João Madruga, que está nos Estados Unidos aperfeiçoando-se na natação. E assim vários outros. E recebi, há pouco, carta de agradecimento da nossa campeã sul-americana de lançamento de dardos. Está ali o Coronel Osni, que poderá também, sempre que for preciso, dizer daquilo que estamos fazendo neste setor para despertar e criar, no povo, o hábito de praticar o atletismo. Só este ano estamos com cerca de 54 milhões de cruzeiros, saindo de zero, do ano passado, para a formação de núcleos de esporte, de campos nas escolas de 1º Grau. É muito importante que uma criança aprenda, desde o 1º Grau, a praticar o atletismo.

Cultura. Temos procurado intensificá-lo, de todas as formas. São vários os órgãos e já temos a política nacional de cultura que — dizemos — o MEC não dirige, mas sim estimula, informa. Não é esta nossa preocupação, de dirigir a Cultura. Além do mais, criamos, por exemplo a FUNARTE, o Instituto Nacional de Música, de Artes Plásticas. A EMBRAFILME passou de 8 para 80 milhões de cruzeiros. Vamos ler aqui, rapidamente, este setor, porque é importante e temos satisfação em mostrar que o Governo do Presidente Geisel está atento e procurando desenvolver este setor como ele merece, como ele necessita.

A partir de 1975, tivemos a política nacional de cultura, a formação da FUNARTE, a fusão da EMBRAFILME e o CONCIME. De início, recebemos, já em andamento, do Governo anterior, e intensificamos a reparação de certos prédios no Rio de Janeiro: 60 milhões de cruzeiros. E procuramos, de início, reparar o Palácio da Cultura, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o Museu da República a Casa de Ruy Barbosa, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Depois disto tudo nós fomos ampliando para atender, porque realmente a biblioteca estava em estado de carência de energia elétrica, etc. Todos esses recursos foram para o setor de cultura.

Em 1974, 128 milhões; em 1975, 214 milhões; em 1976, 308 milhões de cruzeiros: em 1977, 560 milhões de cruzeiros. Só para o teatro patrocinamos 300 espetáculos e os Srs. talvez tenham conhecimento da campanha que fizemos da chamada Campanha das Kombis, pela qual os artistas de teatro e os empresários estão hoje muito agradecidos. Tanto que vendemos, nas zonas mais carentes, por exemplo, no Rio de Janeiro, na Zona Norte, nos subúrbios, entradas com subsídios dados pelo MEC. Entrada de uma Kombi que custa na cidade, vamos dizer, 40 ou 50 cruzeiros, nós cedemos 10 ou 20 cruzeiros. Então, levamos, no Rio e em São Paulo, mais de 90 mil expectadores, em 1974; 1976, cerca de 300 mil expectadores, nesta campanha das Kombis. Vamos levar agora para Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e outras Capitais. Nos cursos, neste setor do teatro, nós criamos preparação de professores de arte cênica, especialização para atores, iniciação teatral, introdução do teatro de bonecos, e ainda com várias documentações, porque publicamos muita coisa.

**Folclore** — Temos nesse setor uma publicação ampla. Reformamos o Museu do Folclore, lá no Catete; instalamos vários cursos de orientação, concursos e várias publicações. Agora vamos publicar o atlas do folclore brasileiro.

**Artes Plásticas** — Criamos o Instituto Nacional de Artes Plásticas. Recuperamos o Museu do Açude. É preciso que digamos aos Srs. que a nossa Revista de Cultura, que era vendida e tinha cinco mil exemplares, em 1975, em 1976 era vendida por preço mais alto e tinha cinco mil exemplares de tiragem. Agora, a partir de 1976, estamos vendendo a 8 cruzeiros, há uma procura muito grande, e atingimos, no mês passado, uma vendagem de 70 mil exemplares.

Em música, estamos realizando o projeto de estímulo às bandas de música, agora, inclusive, com a *TV Globo*, o campeonato nacional de bandas, o projeto espiral, criação de orquestras em várias capitais. E teremos 78 mil crianças tocando em conjunto no Rio de Janeiro, e esperamos ter em outras cidades também. Temos também o Projeto Barroco Mineiro, com 100 montagens já editadas, tendo sido preparado o primeiro álbum com dez discos e depois vamos fazer o barroco de São Paulo, Maranhão, Bahia etc. Relativamente ao Projeto Monumento da Música Popular Brasileira, já tive o prazer de lançar no Rio de Janeiro 8 discos e estão em preparação mais 10 discos, sendo comemorativos de Villa Lobos. Na rede nacional de música nós esta-

mos dando concertos em 70 cidades, hoje. E já estamos preparando o Dia Musical do Brasil, inclusive criamos um prêmio MEC, que é muito alto, para aquele que desenvolver a maior atividade cultural no País.

Quanto ao patrimônio histórico, para não tomar mais tempo vou dar os dados em números. Nós temos o projeto do Nordeste, com os governos do Nordeste, e agora o Projeto Leste, com os Governos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo. E em recursos para o IFAN, em 1975, 65 milhões de cruzeiros; em 1979; 595 milhões de cruzeiros, sendo que 65 milhões de cruzeiros em 1976 e 185 milhões de cruzeiros, agora, para recuperação, inclusive em Ouro Preto e na Bahia.

Programas Culturais com a universidade. Já temos convênio da FUNARTE com 21 universidades, e estamos aplicando, em 1977, nesses convênios, ainda, 7 milhões de cruzeiros, pois precisamos ampliá-los.

Em relação a cinema, já falei que a EMBRAFILME passou de 6 para 80 milhões de cruzeiros, estamos atendendo 302 entidades culturais e, em 1976, elaboramos 191 projetos.

Faço questão, também, de anotar, para encaminhar à Comissão, quais os filmes que a EMBRAFILME financia, porque há uma certa incompreensão entre a pornochanchada e aquilo que nós financiamos. Temos tido cautela e, daqui para frente cada vez, de financiarmos bons filmes. Realmente, agora conseguimos para a EMBRAFILME, também, 100 milhões de cruzeiros este ano; ela tinha 8 milhões de capital, aumentamos no ano passado para 80 milhões e agora demos mais 100 milhões, para que ela entre e também tenha mercado na televisão, para evitar, de certa forma, que tenhamos na televisão só filmes estrangeiros, o que não é mau, mas é preciso que doseemos, como fizemos, o nacional, no início da Administração Geisel, obrigando a frequência, para criar o hábito de assistirmos a filmes nacionais. Tivemos, agora, dois ou três filmes que ultrapassaram as expectativas, em termos de bilheteria, batendo até os filmes mais afamados do cinema norte-americano. Estamos procurando a melhoria da qualidade de filmes e a participação em festivais internacionais.

O Livro Cultural. Estamos coeditando estudos brasileiros, romance, novela, conto, poesia, teatro, reeditamos, da Brasileira, documentos brasileiros, coleções da Biblioteca Histórica Brasileira; títulos lançados na literatura infantil, também na literatura juvenil, tudo isto distribuirei, porque temos todos estes dados, aqui, que os Srs. receberão, posteriormente.

Criamos vários prêmios na área cultural e fizemos a instalação de bibliotecas, coisa importante, porque é preciso que os Srs. notem que tive a satisfação de receber os escritores do Brasil e a saudação deles ao Ministério foi comovente, pelo esforço reconhecido deles, de que estamos cumprindo o nosso dever. E um cumprimento de dever, mas é lógico que sentimos satisfação quando não vemos só críticas, vemos aquilo que é reconhecimento do que todos nós estamos fazendo, cumprindo leis, e estamos trabalhando em conjunto, Estado, Ministério, etc.

Bibliotecas. Em 1976, distribuimos, cooperamos e ajudamos a criação de 560 bibliotecas novas. Distribuimos 800 mil volumes e formamos, em trinta cursos, 600 auxiliares de biblioteca. Os recursos aplicados na área do livro cultural dobrou, de 1975 para 1976, e também de 1976 para 1977.

Era o que tinha a dizer. Estamos, realmente, procurando desenvolver aquilo que desejávamos. Pode haver deficiências, mas temos que viver a realidade. O que não falta é compreensão e vontade de receber colaboração. Então, estou pronto — com a gratidão de quem faz uma visita e é muito bem recebido — para responder as perguntas que me forem formuladas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Estão inscritos para o debate, sete Srs. Parlamentares. O primeiro debatedor inscrito é o nobre Sr. Senador Evelásio Vieira, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado. Em seguida, formularão indagações os Srs. Senadores Henrique de La Rocque, Agenor Maria, Adalberto Sena, Itamar Franco e o Deputado Menandro Minahim.

Com a palavra o nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ministro Ney Braga, as minhas indagações não têm outro sentido a não ser buscar o esclarecimento.

Medida altamente acertada é o crédito educativo. Evidenciado o seu sucesso, por que não estendê-lo também ao ensino de 2º grau?

O SR. NEY BRAGA — Quero responder o seguinte: iniciamos no ano passado o crédito educativo no ensino superior. Estamos estudando essa sua proposição que já conhecemos, por seus pronunciamentos. Quero, entretanto, lembrar que há, agora, uma lei do incentivo para a formação, no Ministério do Trabalho, para o treinamento de pessoal. Essa lei, possibilita às em-

presas descontar no Imposto de Renda até 10%, o dobro do que gastarem no setor de educação com os seus empregados. Estamos em entendimento com o Ministério do Trabalho para verificar o que se pode trazer disto para o Ministério da Educação. E há, na Fundação Getúlio Vargas, um estudo nosso sobre o programa de financiamento à educação, que se estende também ao 2º grau. Então, creio que temos uma porcentagem muito alta de 2º grau, oficial, muito mais alta do que no ensino superior. Então, o ensino superior foi para nós prioritário, nesse sentido de formação de recursos humanos, e também porque achamos que há necessidade de atendimento primeiro a ele, pelo número de estabelecimentos de 2º grau que estão nas mãos oficiais. Mas, é uma sugestão que nós levamos com muito prazer.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Pouco além de 400 mil brasileiros têm o privilégio de freqüentar as nossas faculdades com ensino gratuito. Em contrapartida, mais de 600 mil brasileiros pagam para freqüentar as nossas faculdades. O Sr. Ministro acha essa discriminação certa?

O SR. NEY BRAGA — Não é bem uma discriminação, é tradição e é, também, procurando desfazer isto que criamos o crédito educativo. Mas na análise — pois conheço o pensamento de V. Exª em termos de pagamento no ensino — precisamos fazer o seguinte: a freqüência da escola superior, hoje, já atinge, em algumas faculdades, 40% de alunos carentes. E, a maioria das escolas não pagas, a maioria não das escolas, mas na proporção estão no Nordeste e no Norte; é onde há mais carência. Então, não vemos por que instituir ensino pago nas escolas oficiais. Não é pensamento nosso isso, e sim, ajudar, pelo crédito educativo, àqueles que estão pagando o ensino, que estão procurando o crédito educativo. Logicamente, V. Exª tem a sua maneira de ver e nós a nossa, mas peço a V. Exª — porque, inclusive hoje, pela manhã, lendo os jornais, li que o Sr. faria esta pergunta e deixei o Dr. Armando Mendes bem trabalhado para esclarecer V. Exª com mais detalhes. Mas, o meu pensamento é permanecer como está, porque nós estamos entre dois sistemas: um é o socialista, o ensino gratuito, que é pago porque é socialista; o outro é o ensino pago totalmente. Estamos no meio termo, no que acho que fazemos bem. E, ainda mais, a preocupação nossa é de que o crescimento oficial seja dentro do estritamente necessário. Hoje, há uma inversão do que era há algum tempo passado. O ensino privado, hoje, já passou — creio — dos 60%. Por isso estamos atendendo gratuitamente, ainda, nas escolas superiores, e vamos proporcionar melhores condições de acesso ao aluno carente, para que ele possa entrar também, porque hoje ele tem dificuldades, por razões econômicas, sociais, etc. no acesso à própria escola não paga.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Temos carência de recursos para o ensino em todos os graus. Se houvesse a cobrança no ensino oficial, no ensino superior, não teríamos possibilidades de alocar, para o ensino fundamental, uma importância expressiva, que pudesse abrandar o problema?

O SR. NEY BRAGA — Creio que poderíamos buscar recursos em outras fontes, até no Imposto de Renda. Porque se o aluno não é carente ele é de uma família ou ele mesmo paga o Imposto de Renda. Então, talvez daí se possa buscar recursos. Esse seu funcionamento do ensino nós estamos estudando, inclusive com a ajuda da Fundação. É realmente, uma posição nítida, sólida, de V. Exª, mas creio que o custo socialista não seja, ainda, válido que se corra para estabelecer o ensino pago, onde por tradição ele não é pago.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Nas Capitais estão, exatamente, as famílias que possuem melhores rendimentos. As nossas universidades gratuitas estão nas Capitais, na sua quase totalidade. No interior, onde estão a maioria dos estudantes das faculdades, eles têm que pagar. O Governo possibilita a empresas estrangeiras financiamentos com juros subsidiados; para construirmos escolas temos, inclusive, que buscar financiamentos com juros e correção monetária. Não é isso uma injustiça, Sr. Ministro?

O SR. NEY BRAGA — Não conheço o financiamento subsidiado na instalação de indústrias. É preciso que analisemos bem o problema da indústria, porque indústria é emprego. Então, se não tivermos indústria não temos emprego. O Governo quando faz energia elétrica, meu caro Senador, e eu por exemplo fiz, e nunca pensei em energia elétrica como quilowatt, nem V. Exª pensa; pensa-se naquilo que ela vai produzir; e o povo quer é emprego e bem-estar, afinal. Então, realmente podemos verificar se a Capital tem, como centro, as famílias mais bem situadas, é também na Capital que o Imposto de Renda entra mais. Então, é preciso que haja uma análise disto. E os estabelecimentos de ensino o que não fazemos com juros e correção monetária? E também há o subsídio. Não é a correção monetária normal, ele é subsidiado, também. Então, essa defesa nós fazemos no Ministério de Educação. Não é verdade que seja correção monetária integral, e o juro não é baixo e a correção monetária subsidiada, também.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Mas, em termos de investimento, a educação não oferece uma maior rentabilidade de que todos os demais empreendimentos?

O SR. NEY BRAGA — Acredito e o Governo também crê nisso; é o melhor investimento que se pode fazer.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Exª, em reunião do Conselho Federal de Educação, em 1975, provavelmente em novembro, afirmou que não era justo que formandos de faculdades não reconhecidas continuassem sendo punidos, e que V. Exª tinha um programa para, dentro em breve, eliminar essa irregularidade. São decorridos quase dois anos, por que o problema continua?

O SR. NEY BRAGA — O problema não continua. Na minha explanação eu disse: reconhecemos, de 1975 para cá, mais de mil cursos nessas condições. E creio que não temos nem 10 dessas turmas, que se formam este ano. Está aqui o Presidente do Conselho. Quantos o Sr. tem lá para reconhecer?

O SR. PE. JOSÉ VASCONCELOS — Em situações irregulares, temos, somente, 12 cursos.

O SR. NEY BRAGA — Doze cursos, e mais de mil em 1975. De modo que estamos fazendo o esforço que V. Exª, naturalmente, quer que se faça.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Ministério da Educação e Cultura tem destinado recursos financeiros para a instalação de Centros de Estudos Supletivos, visando a oferecer cursos a nível de 1º grau. Tais centros supletivos não provocarão o esvaziamento na rede de ensino regular? Não estaria aí surgindo um novo MOBREAL?

O SR. NEY BRAGA — Não, porque depende da idade. O problema do ensino supletivo é que a freqüência é em função da idade. Não está surgindo um novo MOBREAL, porque, inclusive, o MOBREAL é vinculado e o supletivo segue a orientação do Departamento de Ensino Supletivo; há coordenação do ensino supletivo. Não há esse perigo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Falando aos membros do Conselho Federal de Educação, V. Exª destacou a necessidade de melhorar a qualidade do ensino de 1º grau; e mais: é preciso que os responsáveis devam especialmente interesse às primeiras séries de 1º grau, de onde muitas crianças estão saindo mal alfabetizadas. O que tem o Ministério da Educação feito para melhorar essas qualidades?

O SR. NEY BRAGA — Primeiro, a formação de professores; segundo, ajudando os Estados na cooperação pro-município; terceiro, orientando em novas metodologias, cooperando com os Estados; é o que estamos fazendo e a lei permite e ajuda a que faça.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Exª falou na carência do crédito educativo, 1, 2 anos. A carência é de um ou de dois anos?

O SR. NEY BRAGA — A carência é de um ano, e estamos estudando, agora, para o médico que tira residência, levar essa carência para dois anos. Por isso que eu disse um ou dois anos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — A responsabilidade do ensino fundamental é das prefeituras municipais.

O SR. NEY BRAGA — Do Estado e das prefeituras.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Mas, o que está ocorrendo é que os Estados não estão entrando e as prefeituras é que estão assumindo essa responsabilidade pelas pressões locais. Não seria mais justo transferir diretamente às prefeituras o salário-educação?

O SR. NEY BRAGA — Nós confiamos nos governos estaduais e eles estão repassando às prefeituras. Isso é um problema do Estado e um problema de legislação. Nós não acreditamos que se possa passar, porque o Estado tem o seu plano global de atendimento dos municípios. Aos poucos, os Municípios que têm mais recursos podem ir assumindo o ensino do 1º grau; mas, acreditamos que a fórmula atual, ainda, é a válida para que o Estado possa, dentro dos seu plano global, fazer essa distribuição dos recursos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Duas perguntas, ainda, Sr. Ministro. V. Exª entrou e voltou. Segundo a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, na distribuição dos recursos de 1976, o Ministério da Educação e Cultura teria drenado um bilhão e 300 milhões para o rico Estado do Paraná.

O SR. NEY BRAGA — Graças a Deus;

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — É, graças a Deus, e nós de Santa Catarina, aplaudimos e fazemos votos para que o Estado do Paraná continue crescendo mais.

O SR. NEY BRAGA — Pois o destino nos fez vizinhos e amigos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Só que nós estamos numa posição...

O SR. NEY BRAGA — Não, não é tanto não. A universidade do Estado de V. Ex<sup>a</sup> tem levado mais dinheiro do que a do Paraná.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Não as fundações educacionais do interior, Sr. Ministro.

O SR. NEY BRAGA — Não, só quero responder a V. Ex<sup>a</sup> que fundações tem. Tanto que os Deputados têm ido lá e tenho procurado atendê-los da melhor forma possível, inclusive através do FAZ, e o Paraná tem 3 universidades estaduais, e pediria ao Dr. Edson que fizesse esse levantamento para verificar entre os estabelecimentos superiores do Paraná, quais os recursos repassados para as Universidades do Paraná e de Santa Catarina, e as estaduais do Paraná.

E, então, depois, pedirei ao Dr. Edson o obséquio de enviar esses dados, por escrito, porque não há esse desequilíbrio.

Senador Evelásio Vieira, V. Ex<sup>a</sup> tem suas posições e eu as respeito, mas há aqui um equívoco. Já telefonei até para o Deputado Álvaro Vale, porque ele diz assim: Ajuda da União; ele coloca: Paraná, 1 bilhão, 319 milhões. Recursos próprios, empregados na educação: 165 milhões. Até nem notei, porque é um número tão gritante, e sou homem normal, racional e não ia fazer isso de forma alguma, porque seria uma irresponsabilidade, e não posso admitir que se pense assim. Acredito que tenha sido um equívoco da datilografia. Então, pensei: primeiro, pode ser um empréstimo do FAS. Ora, se o empréstimo é do FAS não é o Ministério que está repassando; não é empréstimo do FAS. O empréstimo do FAS é feito da Caixa Econômica para o Estado e em função do pedido do Estado e da capacidade de endividamento do Estado. E passa pelo Senado e por ele é aprovado.

E telefonei ao Governador, antes de poder falar com o Deputado Álvaro Valle, porque ele estava viajando, e o Governador me deu os dados do Paraná. Primeiro, é o seguinte: como é que o Paraná pode gastar só 165 milhões, se no meu tempo ele tinha 35 mil professoras, hoje, ele deve ter 50 mil. V. Ex<sup>a</sup> põe um mínimo de salário de professor, é mais do que isso, mas vamos pôr só para raciocínio um mil cruzeiros; dá 50 milhões por mês; 50 milhões vezes doze são 600 milhões, e o Ministério não pode estar pagando o funcionalismo do Estado. Isso é óbvio. Então, o Paraná gastou: do Tesouro do Estado, 1 bilhão e 428 milhões; do Fundo de Participação, que é dele, 49; recursos próprios do FUNDEPAR, 35; salário-educação, quota estadual, 120; salário-educação, quota federal, 14. Da União, PRODOPAR, federal — o PRODOPAR é um convênio com o Paraguai e com a OEA, para Itaipu, 12 milhões. Primeiro, convênio assinado antes da minha administração, com vários Estados do Brasil: 20 milhões; outros recursos federais da ordem de 20 milhões. O FAS, que não é meu, é Estado, Caixa Econômica, aprovado por todos os trâmites de Fazenda, Senado, etc., 205. De modo que se nós somarmos ainda o FAS não dá esse número. Vou pedir à Câmara que reveja isso e informe como saiu esse número. Acredito que tenha respondido à pergunta de V. Ex<sup>a</sup>; houve algum equívoco.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Na semana em que o Corinthians ganha, a produtividade em São Paulo aumenta.

O SR. NEY BRAGA — E eu sou Corinthians.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Sr. é inteligente Ministro, no Rio o Sr. é Flamengo, não é?

O SR. NEY BRAGA — Vasco.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ah! Vasco. Mas, a maioria do povo é Flamengo.

O SR. NEY BRAGA — Mas eu sempre fui Vasco, não mudo a camisa facilmente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Em Curitiba V. Ex<sup>a</sup> é Atlético e a maioria do povo é Coritiba?

O SR. NEY BRAGA — O povo é Coritiba. Mas, o Vasco surrou o Flamengo muito bem. Aliás, ontem, não sei se viram, o Flamengo também suou para ganhar do Madureira. De modo que o Flamengo não está muito bem. Risos)

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Presidente Mateus, verificando que a sua reeleição estava ameaçada, mudou as regras do jogo. Os elementos, conselheiros do Corinthians, da chapa de oposição, não se conformaram e, segundo a imprensa paulista, teriam feito uma denúncia ao Ministro da Educação; e está uma expectativa em São Paulo em relação à atitude do Ministro, se ele vai intervir no Corinthians? É a indagação que fazemos, já que há esse clima de expectativa em São Paulo.

O SR. NEY BRAGA — Não, não vou fazer isso, vou estudar, pois, não tenho nem essa atribuição. O único caminho é o CND estudar o problema. Lamento é que o Corinthians lute tanto na cúpula e não esqueça que o time dele precisa ser atendido. Mas, vou estudar e depois informa a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Então, V. Ex<sup>a</sup> me coloca na posição da torcida do Corinthians, para o povão, Ministro.

O SR. NEY BRAGA — O povão é nossa gente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Tem a palavra o nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Sr. Presidente, começaria afirmando que grande reunião é esta, que tem a presidi-la o abnegado, o incansável, o destemido missionário da educação brasileira, que é V. Ex<sup>a</sup>, que teve a honra da presença do Presidente do Congresso Nacional, que dela só se afastou por motivos imperiosos; que tem a assisti-la grande número de eminentes figuras do Congresso Nacional; assistindo-a, também, o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília e o eminentíssimo Presidente do Conselho Federal de Educação; diretores abnegados do Ministério de Educação e Cultura e, tantas outras figuras que se interessam pela problemática ora debatida nesta Comissão.

Inicou S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro Ney Braga a sua fala, e no nosso entender, iniciou-a muito bem, quando afirmou que a sua filosofia, dirigindo o seu Ministério, era que a parte técnica acompanhasse *pari passu* a parte humana.

Eu ousaria aditar, Sr. Ministro, que educar não é apenas iluminar a mente, mas, disciplinar também o espírito para que o adestrado receba, no máximo, a messe do saber. Carregamos todos nós — e sabemos, quer queiramos quer não — a sobrecarga de determinada e preferida psicose, e é ela que tantas vezes comanda nossos destinos e nossas ações.

O Senador João Calmon foi, na realidade, no ano que passou, o inspirador e grande incentivador do simpósio que lhe coube presidir, como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura de então, na ausência de S. Ex<sup>a</sup> o notável ex-Ministro Tarso Dutra, que por motivos de saúde a Brasília não podia comparecer, foi o Senador João Calmon, também, que nos incentivou e nos levou a realizar aquele simpósio, que embora simples a ele trouxe conferencistas eminentes como: o Padre José Vasconcelos, o Ministro Jarbas Passarinho e essas notáveis mulheres, Terezinha Saraiva, Ester Figueredo, Anna Bernardes e a Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que aqui estiveram, indiscutivelmente, prestando-nos informes preciosísimos e valiosos. E, hoje, quis o destino que o Senador João Calmon iniciasse o Simpósio, exatamente, com a fala de V. Ex<sup>a</sup> e recorde-me de que foi V. Ex<sup>a</sup> que nos deu a grande honra de encerrar o nosso simpósio.

Lembro-me daquele dia em que aqui chegando, com a modéstia que o caracteriza expondo o que tem feito em seu Ministério, não prometendo o que não está ao seu alcance, disse do muito que lá tem feito. E, hoje, renovando as mesmas diretrizes, com o mesmo entusiasmo, na Casa que, como bem disse João Calmon é sua, porque daqui partiu. V. Ex<sup>a</sup> tem o privilégio de ter sentido as emoções do Executivo e do Legislativo, passando pelo comando da comuna de Curitiba, passando pelas honras do Comando-Maior do Executivo do Paraná, tendo sido Senador da República depois de ter sido Deputado, e, hoje, com brilho, dirige a Pasta da Educação e Cultura do Governo Geisel.

V. Ex<sup>a</sup> aqui está e nos fez uma magnífica preleção. Disse-nos do muito que tem feito e do que ainda pretende realizar, o que é mais importante, ainda, porque demonstra que o entusiasmo não se exauriu.

Eu ousaria dizer, Ministro, com a franqueza que Deus me deu, que em vários departamentos onde o Parlamentar, por esta ou por aquela razão, é obrigado a ir e a freqüentar, quando não recebemos a devida acolhida, quando nos consideram impenitente pedinte, aquele que por certo, vai perturbar a serenidade que deve cercar o estudo do técnico, no Ministério da Educação, lá nunca fui para tratar dos interesses da minha terra, que não tivesse sido recebido, por qualquer departamento que passasse, sem a devida consideração e o maior respeito ao pleito que lá me levou.

A sua equipe, Ministro, a ela quero fazer um elogio especial. E porque não posso elogiar a todos e enaltecer a cada um assinalo, apenas, a pessoa fidalga de Carlos Alberto Direito, o Chefe do seu Gabinete. E conto-lhe — e é muito honroso narrar o fato — que lá estando há dias, com determinada pessoa do meu relacionamento, esta pessoa me fazia, ao deixar o Gabinete de Carlos Alberto, o seu retrato, de uma forma muito certa e apropriada. "Senador, o Chefe de Gabinete do Ministro Ney Braga é um homem objetivo, mas educado." É que se pode dizer não, é que se pode deixar de atender, mas procurando fazê-lo de uma maneira que nós outros compreendamos devidamente as razões dá recusa.

E, agora, Ministro, as indagações; elas são poucas mas me interessam. V. Ex<sup>a</sup> declarou que três filmes brasileiro foram feitos, com um recolhimento de bilheteria extraordinário. Indagaria a V. Ex<sup>a</sup>, por curiosidade, quais exatamente esses três filmes, cuja arrecadação superou a dos maiores filmes de origem internacional.

O SR. NEY BRAGA — Chica da Silva, o outro foi Tiradentes e a Independência e o outro foi Dona Flor.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Indagaria, também, se V. Ex<sup>a</sup> me permitisse, se a EMBRAFILME teve um dispêndio relativo ao sucesso desses empreendimentos?

O SR. NEY BRAGA — Não posso afirmar, assim, com segurança, mas ela financiou uma parte.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — À altura das necessidades?

O SR. NEY BRAGA — Dentro de critérios estabelecidos, de editais programados e publicados, não houve nenhum excesso.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — V. Ex<sup>a</sup> recentemente visitou o Município de Revelação, no meu Estado. Lá foi em companhia de maranhense ilustre, que é Edison Lobão. V. Ex<sup>a</sup> foi convidado e merecidamente para paraninhar uma turma que terminava os seus estudos nesse município que, para honra do nosso Estado, hoje, em determinados meses, arrecada mais do que a nossa Capital. Lá faço política aproximadamente há vinte anos. Conheço bem a tempera do seu povo e sua gente, e ousaria, para satisfação minha, indagar se o padrão educacional do meu querido Município de Imperatriz alegrou e confortou V. Ex<sup>a</sup>, e o que sentiu de um estudo daquele que lá está?

O SR. NEY BRAGA — É lógico que tive excelente impressão; fui paraninfe e estive lá na Faculdade de Educação, com professores, e a impressão foi a melhor.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Foi exatamente por isto que queria fazer esse apelo a V. Ex<sup>a</sup> e ao Padre Vasconcellos, pois estamos com um problema lá na Faculdade.

O SR. NEY BRAGA — Não sei se é o Padre Vasconcellos ou o Dr. Edson, que estão com "a mão na massa", como se diz, e talvez possam esclarecer. É a Faculdade de Educação de Imperatriz.

O SR. EDSON — (Fora do microfone) — Está em processo de reconhecimento.

O SR. NEY BRAGA — Sei que a Faculdade está com um processo de reconhecimento, mas houve um problema, baixamos em diligência e não sei se o processo já voltou. Havia, realmente, uma problemática grave, um problema referente a autorização.

O SR. EDSON — Já está sendo sanada a dúvida.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Quero expressar a V. Ex<sup>a</sup> e a seus auxiliares, bem como ao Presidente e aos membros do Conselho, o agradecimento do estudante de Imperatriz, pela compreensão que tiveram do problema.

O SR. NEY BRAGA — Inclusive, nós encaminhamos recurso para que ela pudesse se reaparelhar e se colocar dentro das exigências. Creio que até 700 mil cruzeiros, ou coisa assim.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Agora, a última pergunta e agradecendo, por antecedência, a fidalguia de V. Ex<sup>a</sup>, a pergunta tem que ser por via oblíqua.

V. Ex<sup>a</sup> talvez desconheça, mas a primeira turma de formandos da Faculdade de Barbacena, que tem a supervisão-lá a Fundação Antônio Carlos, titulado cerca de duas dezenas de estudantes maranhenses. Esses estudantes obtiveram vaga no referido estabelecimento pela minha mão. Haviam eles percorrido o território nacional, batido a várias portas, e a fidalguia do Líder do

Governo na Câmara dos Deputados, Deputado José Bonifácio — e o Maranhão lhe ficou a dever esse grande favor — permitiu com que não se frustrasse a vocação desses estudantes do nosso Estado. E eles para lá foram, e lhe confidencio que até seis estudantes que estavam fazendo cursos na Bolívia, largaram-se de lá para se matricularem em Barbacena. Alguns fizeram esse transcurso a pé, outros em caminhão. Bateram no meu gabinete, eu os levava ao Deputado José Bonifácio e ele os encaminhava à Faculdade.

Terminaram o curso há dois anos e tive a grande ventura e a imensa honra de ser o paraninfe da turma, um bacharel paraninfindo médicos, e a festa se revestiu de grande solenidade e se realizou na sede dos Cadetes da Aeronáutica de Barbacena. E sei também que, apesar dos esforços do Conselho Federal de Educação, havia uma problemática séria no problema de reconhecimento da Faculdade de Barbacena, que integra a Fundação Antônio Carlos. E, para meu sossego, porque fui paraninfe, como estou explicando a V. Ex<sup>a</sup>, de cerca de vinte médicos do Maranhão que lá se formaram, ousaria perguntar como última indagação, que V. Ex<sup>a</sup> procurasse saber do Ex<sup>mo</sup> Padre Vasconcellos informes sobre essa situação.

O SR. NEY BRAGA — Já está reconhecida a Faculdade de Barbacena, Senador.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — É uma notícia que me agrada muito, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que os médicos estavam altamente preocupados com o desfecho desse recurso.

Então, Sr. Ministro, renovando os agradecimentos, desejo dizer apenas que V. Ex<sup>a</sup> continue, no Ministério da Educação, sendo aquilo que foi aqui no Senado: um representante do seu Estado que honrou tanto sua terra.

O SR. NEY BRAGA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Sr. Ministro, gostaria de fazer três perguntas. A primeira: os proprietários de minifúndios e os trabalhadores rurais sem terra constituem 90% da população rural na minha Região Nordeste. Oitenta por cento das Prefeituras não dispõem de condições financeiras para arcar com a responsabilidade do ensino primário, na área rural. Assim sendo, e em decorrência desta realidade, estamos perdendo a juventude naquela região; em grande parte devido à falta de ensino público, ocasionando o esvaziamento do campo e a conseqüente inchação das cidades. Como está o Ministério encarando esse problema, que urge uma providência adequada e urgente? Esta é a primeira pergunta.

O SR. NEY BRAGA — Estamos procurando ajudar os Estados mais carentes para que eles construam e tenham professores na zona rural.

Esse problema que o Sr. aponta, meu caro Senador, não é da Educação, mas sim sócio-econômico, que acompanhamos em vários países do mundo. Mas, essa preocupação sua é nossa, de atender as zonas mais necessitadas, tanto com o auxílio técnico como com o financeiro, somando-nos, assim, ao esforço do Estado, porque sabemos que o ensino fundamental cabe ao Estado.

Assim, já nesse aumento do salário-educação, nesse aumento do fundo de participação, demos mais recursos aos Estados para que eles investissem na Educação, que é realmente o grande investimento. Mas, estamos na operação pró-municípios e, inclusive, em convênios firmados com Prefeitos dessas zonas mais carentes e mais necessitadas, procurando de certa forma amenizar este problema, esta situação que V. Ex<sup>a</sup> tão bem conhece e tão bem dela fala agora.

Quero dizer que nós também pensamos nessa gente, pensamos nesse êxodo, no problema que isso cria nas grandes cidades e, particularmente, nas dificuldades ocasionadas por aquelas famílias que vêm para a periferia, sofrer nas grandes cidades. O Ministério está tendo esse atendimento, tanto que eu enumeirei, na Operação Pró-Município, o aumento do volume de recursos que estamos destinando a essas Prefeituras.

Continuarei à disposição de sugestões de V. Ex<sup>a</sup> para, no Ministério, também somarmos esforços, todos nós, nesse problema da educação dessas regiões mais carentes, que é um problema cruciante e de todos nós.

O SR. AGENOR MARIA — Muito obrigado. A segunda pergunta: Como está sendo implantado o ensino profissionalizante no setor rural, que sabemos ser, diante da moderna agricultura, hoje, uma necessidade de mão-de-obra especializada, pois sabemos que o importante na implantação da tecnologia é a mão-de-obra capacitada e essa não existe, infelizmente, no Nordeste.

O SR. NEY BRAGA — Primeiro, já focalizei que temos no Nordeste varias escolas do setor. Segundo, temos agora esse treinamento de mão-de-obra — inclusive foi assinado há poucos dias, depois de analisado também pelo Ministro da Educação — entre o Ministro Arnaldo Prieto e o Ministro Allysso Paulinelli, com o setor de formação, de aperfeiçoamento, de treinamento de pessoal. O MOBREAL, inclusive, treina tratoristas e técnicos do setor de agricultura. O Ensino Supletivo também se volta para esse setor agora.

A preocupação nossa no 1º Grau não é tanto a terminalidade agora, nos oito anos, mas é dar terminalidade talvez antes dos oito anos, com iniciação para o trabalho da região, que é, na que V. Exª fala, a atividade rural.

O SR. AGENOR MARIA — Sr. Ministro, uma terceira e última pergunta: soube-se pelos jornais que foi um estudo feito pelo MEC que levou o Governo a vetar a emenda que procrastinaria recursos do Orçamento à Educação. O que diz V. Exª sobre isso?

O SR. NEY BRAGA — O MEC faz parte de um Governo total, global, que tem um País que está em desenvolvimento e que tem necessidades em quase todos os setores. Sabemos, por exemplo, que precisamos investir em energia elétrica para dar empregos. Há pouco, ainda tive o prazer de referir isto ao Senador Evelásio Vieira. Temos necessidade de estradas para transportar a produção do interior do País; temos necessidade de hospitais. E essas necessidades todas são prioritárias. O Governo tem que definir onde vai investir.

Quero focalizar, assim, retrocedendo, quando assumi, por exemplo, o Governo do Paraná. Sem que tenhamos recursos, não podemos investir em lugar nenhum. É preciso que haja equilíbrio, e este equilíbrio o Governo Geisel está tendo. Não podemos amarrar o Governo, porque amanhã, como a Educação pede mais de 12% e tem nos dispêndios da União com Educação, outros setores também podem pedir. Nós já temos muito imposto vinculado. E o Ministério deu o parecer porque, para ele, quanto mais recursos melhor. Cabe ao Governo realmente, como um todo, analisar as suas necessidades e destinar recursos de conformidade com essas necessidades. Muitas vezes elas não são nem a opinião pública, são as necessidades do povo. Por isso, estamos realmente estudando, no conjunto global do Governo, das suas prioridades, das suas necessidades, a quem esses recursos são necessários, para atendê-los. Dentro disso o Governo tomou uma certa posição e temos a emenda do Senador João Calmon.

O SR. AGENOR MARIA — Agradeço a V. Exª podendo, para concluir, afirmar que a maioria das Prefeituras da minha área não dispõem de verba para conservação das estradas vicinais, prejudicando demasiadamente o transporte dos produtos agrícolas, como também não tem condições financeiras de arcar com o pagamento das professoras primárias, pois dizia a V. Exª no ano passado, que há municípios no meu Estado em que a professora primária ganha 40 cruzeiros por mês e continuam, infelizmente, a perceber essa ínfima importância.

Fico grato a V. Exª pela atenção dispensada e espero que o Ministério, ainda na gestão de V. Exª, possa resolver esse problema, que considero o mais grave da atualidade nacional, pois o futuro deste País, que é o nosso País, está na Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Adalberto SENA.

O SR. ADALBERTO SENA — Ouvi com redobrada atenção, mesmo, a exposição de V. Exª, e a ela irei dedicar uma abertura e análise especiais. E teria algumas perguntas a fazer, além das três que me reservei, mas a exposição do nobre Presidente João Calmon, seguida das indagações do nobre Senador Evelásio Vieira, meu companheiro de bancada que, como eu próprio, representamos a Oposição nesta Comissão de Educação e Cultura, dispensaram-me de repisar na matéria porque já foi suficientemente explanada por eles e pelas respostas de V. Exª.

Entretanto, permita-me V. Exª três perguntas. Uma delas, exprimindo uma dúvida que ficou no meu espírito, numa resposta dada por V. Exª a uma das indagações do Senador Evelásio Vieira. O Senador Evelásio Vieira sugeriu que o salário da Educação fosse repassado aos municípios e não somente aos Estados. V. Exª respondeu que os Estados tinham uma política global de maneira que eles mesmos faziam esse repasse de acordo com essa política global.

O SR. NEY BRAGA — A responsabilidade do ensino fundamental é também do Estado.

O SR. ADALBERTO SENA — Sim, mas a minha pergunta é a seguinte: há muitos municípios que se queixam da ação dos Governos estaduais nesse

repasso. Perguntaria a V. Exª se o Ministério da Educação e Cultura tem algum meio de controlar a regularidade desses repasses?

O SR. NEY BRAGA — Não tem porque o Ministério respeita a autonomia do Estado, de modo que o Ministério repassa o conjunto e o Estado aplica como houver por bem fazê-lo. Não há meio de controlar. Realmente, o Ministério pode, analisando os planos do Estado, dar dos seus recursos mais para aqueles municípios que são menos aquinhoados pelo Estado. Isso ele pode fazer e está fazendo, mas não há essa hipótese de o Ministério interferir no planejamento do setor de construções, do Estado etc.

O SR. ADALBERTO SENA — A segunda pergunta: V. Exª abordou exaustivamente a questão da ação do Ministério no domínio da cultura. Perguntaria a V. Exª como o Ministério está vendo esse problema dos músicos brasileiros e também das músicas brasileiras. Estou me baseando, aliás, nas palavras do próprio Presidente-diretor da FUNART, Maestro Mário Nobre, de que muitos desses músicos estão recorrendo a atividades secundárias para subsistirem. Assim também a música brasileira, que vem sofrendo uma concorrência muito grande da música estrangeira. Quais as providências que o Ministério tem em vista para resolver esses dois problemas?

O SR. NEY BRAGA — Pedimos ao Sindicato dos Músicos, depois da criação do instituto e, inclusive, à presidência da Ordem dos Músicos, que apresentassem sugestões, porque com a fita, realmente, as casas noturnas das maiores cidades dispensaram aqueles conjuntos de músicos e eles ficaram desempregados.

Assim, nossa preocupação é, de certa forma, buscar empregos para eles. Propusemos ao Ministério da Fazenda, e ele convocou, convidou os Secretários dos Estados para verificar a possibilidade de que fosse descontado do ICM o recurso que fosse pago à música ao vivo por estabelecimentos de diversões, hotéis, etc. Mas, não houve unanimidade e há um convênio entre os Estados que só quando houver unanimidade há modificação do selo. Não houve unanimidade e estamos continuando a insistir nisso.

Certos tipos de hotéis, etc., ao invés de terem a fita, de terem discos, poderiam ter um conjunto e isto seria descontado do ICM. O ICM é do Estado e, então, o Estado poderia nos dar esta ajuda.

Estamos criando, agora, inclusive buscando no Sindicato dos Músicos um certo apoio, para dar recursos a eles, que sustentem esses músicos que no fim da vida não têm mais condições — não vou citar nomes, mas recebi outro dia, para satisfação minha, um memorial enorme dizendo que sou amigo deles e pedindo uma ajuda para Araci Cortes, que é realmente uma grande figura da música popular e está no fim da vida quase sem amparo. Estamos estudando uma forma de ampará-la, bem como a outros que têm nos procurado. Mas, não é a maneira de resolver o problema deles. O problema deles é de mercado.

Assim, estamos querendo incentivar festivais de música, grupos de música, orquestras de câmara, para percorrerem o Brasil procurando, pelo Ministério, dar emprego a eles.

O SR. ADALBERTO SENA — Festivais de música popular brasileira.

O SR. NEY BRAGA — Música popular brasileira. Há inclusive uma proposta, que estamos analisando, de cobrarmos, para obrigar que as emissoras tenham uma percentagem. Como nós elevamos de 84 para 112 as exigências de cinema nacional, para que essa percentagem seja mais alta da música popular brasileira, porque hoje estamos inclusive dizendo dos autores e intérpretes e vamos daqui a pouco anunciar que batemos todos os recordes, agora, na arrecadação do direito autoral.

Acreditamos que este trimestre superou a arrecadação total do ano passado nos direitos autorais, pelas condições que nós, agora, cumprindo a lei já existente, tratamos o problema do direito autoral. E o próprio Conselho do Direito Autoral está estudando a maneira de como amparar mais o músico brasileiro, além daquilo que já estamos fazendo.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. Exª.

A terceira pergunta já não é mais uma indagação, mas sim um apelo a V. Exª. Aliás, este apelo eu iria fazer da tribuna do Senado, mas vou aproveitar esta oportunidade, mesmo porque V. Exª, na sua exposição, teve algumas incidências sobre a matéria.

O nobre Senador Vasconcelos Torres apresentou um projeto que foi estudado, ontem, na Comissão de Educação e Cultura, mandando incluir o curso de Artes Gráficas entre os ministrados pelas escolas técnicas federais. Cobre a mim relatar este projeto. Mas, antes disso, tive o cuidado de procurar o Diretor de Ensino Médio no Ministério da Educação e Cultura para que ele me orientasse sobre o que havia a respeito do assunto na área naquele Minis-

tério. E a resposta do Departamento de Ensino Médio foi a seguinte: a habilitação proposta de Artes Gráficas já está prevista no Ensino de 2º Grau, tendo sido inclusive definido o respectivo currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação, segundo Parecer nº 4.572. Pois bem, em virtude desse embasamento legal, informado pelo Ministério, dei o parecer pelo arquivamento do processo. Mas, verifiquei que o problema não ficava solucionado com isto, porque se o Ministério tem embasamento legal não há indício na resposta dada pelo Departamento de Ensino Médio de que o Ministério tivesse cuidando ou cogitando de instalar esses cursos, muito embora as escolas técnicas pudessem fazê-lo. Então, a própria Comissão de Educação fez uma indicação, nesse sentido, ao Presidente do Senado, e eu gostaria de repetir, nessa oportunidade, que me privará por fazê-lo perante o Plenário do Senado, mesmo como uma homenagem à imprensa que está aqui assistindo aos nossos trabalhos. Então, gostaria que V. Exª, se possível, cuidasse disso: instalasse esse curso e outros correlatos, conforme informação do próprio Ministério, que disse que muitas dessas escolas já possuem oficinas gráficas. Então, queremos que, não digo em todas as escolas técnicas, pelo menos em algumas ocorresse isso.

O SR. NEY BRAGA — Pois não. V. Exª pode deixar a indicação que eu recebo com o maior prazer.

No início, o Sr. Presidente disse que eu teria que me retirar ao meio-dia e eu lhe disse que poderia permanecer por mais algum tempo. Mas, como tinha esse compromisso então vou dar um telefonema e já volto; é só pra transferir esse compromisso para outro horário. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — O Sr. Ministro voltará dentro de poucos minutos. Suspendo, assim, a reunião, por cinco minutos. (Suspende-se a reunião por 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Estão reabertos os nossos trabalhos.

Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou me resumir a apenas duas ou três perguntas, e as outras encaminharei por escrito, se V. Exª permitir.

O SR. NEY BRAGA — Pois não.

O SR. ITAMAR FRANCO — A primeira delas é a seguinte: se V. Exª acha necessário, já, a criação do Ministério da Cultura. E vai me permitir o seguinte: V. Exª, na sua brilhante palestra, falou praticamente 2/3 sobre educação. Quando entrou no aspecto cultural, olhou o relógio, evidentemente preocupado com o seu tempo, e desenvolveu maior velocidade na explanação.

O SR. NEY BRAGA — Explicarei. É que o Senador João Calmon me avisou, logo no início, que ele está interessado num projeto de educação. Quando houver um projeto para a cultura, eu tomarei 2/3 do tempo, porque eu asseguro a V. Exª que 2/3 do meu tempo, no Ministério, talvez seja para a cultura.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, V. Exª já acha necessário a criação do Ministério da Cultura?

O SR. NEY BRAGA — Não, não acho, creio que seria criar muitos Ministérios e talvez os contactos, assim, com o próprio despacho do Presidente. Não vejo razão. Quando estudei Administração do meu Estado pensei até em diminuir o número de secretarias e criar secretarias de maior amplitude. Nós temos um projeto, agora, que estamos estudando, de reforma administrativa do Ministério, a criação de grandes Secretarias. Uma seria a Secretaria da Cultura, outra a Secretaria do Esporte, outra do Ensino Superior e outras do 1º e 2º Graus. Em termos gerais, esta é a estrutura que nós damos. Mas, não creio, no momento, que se possa dissociar o entrelaçamento que há entre Universidade e setor cultural, e não creio que haja necessidade de se criar mais um Ministério. No início estudamos isso, inclusive o Ministério de Cultura e Turismo. Há outros países que têm tecnologia. Em São Paulo há a Secretaria de Tecnologia e Cultura. Mas nós não achamos que o momento seja da necessidade de se fazer isso, agora.

O SR. ITAMAR FRANCO — A segunda pergunta Exª.

V. Exª é um homem de espírito liberal, não acha necessário já agora, também, a modificação da legislação para o estudante?

O SR. NEY BRAGA — Não, não acho, porque nem ela não foi ainda exatamente implantada. Não foi ainda testada. E pra toda essa legislação nós chamamos os Srs. Reitores e conversamos com eles no sentido de que fossem

criados diretórios, etc. Então ela ainda não foi testada, como está. E creio que enquanto isso não for feito ela deve ficar como está.

O SR. ITAMAR FRANCO — Na minha universidade em Juiz de Fora, Sr. Ministro, já há uma experiência, nos cursos de Direito, do ensino dos direitos fundamentais do homem. Como V. Exª encariaria a obrigatoriedade desse ensino em todos os cursos superiores?

O SR. NEY BRAGA — Creio que o Estudo dos Problemas Brasileiros poderia cuidar desse assunto porque temos condições, já está na nossa legislação e é uma coisa que nós podemos tomar como sugestão, essa sua pergunta, para que no Estudo de Problemas Brasileiros nós coloquemos também essa cadeira.

O SR. ITAMAR FRANCO — A última pergunta, Sr. Ministro. Apesar do esforço do setor do desporto de massa e de alto nível, o Brasil não tem feito boa figura nas Olimpíadas. Perguntaria eu: falha estrutural ou falta de atletas?

O SR. NEY BRAGA — Creio que poderíamos somar os dois. Nós estamos procurando agrupar isso e estudar através do Conselho Nacional de Desportos, dos setores de confederações etc. V. Exª pode observar que até agora, ainda, a CBD, que trata primordialmente de futebol, tem dentro de si o atletismo e a natação. Estamos procurando tirar essas duas e criar a Confederação de Atletismo e de Natação. Então, tenho a impressão de que estamos procurando a estrutura válida e a busca de técnicos que orientem em todos os setores esses nossos jovens que estão surgindo. Já focalizei, nobre Senador, o problema do Madrugá, que está nos Estados Unidos, já focalizei o problema do nosso convênio com a Alemanha Ocidental, para que venha o técnico nosso de lá para nos ajudar. Estamos procurando formar o atleta e despertar o desporto de massa também, para que a oferta, isto é, a base da pirâmide de oferta do atleta, seja maior, começando na escola de 1º Grau. Os países não têm o desenvolvimento necessário nesse setor. Nos Estados Unidos, por exemplo, não surge o futebol porque não é hábito da massa jogar esse tipo de jogo. Eles jogam basquete, rugby e outros jogos. Aqui, no Brasil, temos o futebol. Na hora em que pudermos dar mais cancha, e estamos dando, e que a massa estudantil, desde o 1º Grau, jogue mais basquete, mais vôlei; não há pista, é muito raro. Até pouco tempo não havia uma pista de atletismo e creio que em 95% das cidades do Paraná, como em quase todos os outros Estados. Então, se a criança não pratica o atletismo como vai surgir o atleta do futuro? Nós estamos dando infra-estrutura, nessa estruturação geral, para que haja treino nas escolas de 1º e 2º Graus, nos jogos universitários. Vamos disputar, agora, vários campeonatos, e inclusive estamos com um projeto pedindo às TVs que despertem na juventude, na adolescência, inclusive nos pais, o sentimento de que há necessidade de se fazer educação física. Estamos tendo bons resultados e acredito que com essas reformulações que estamos fazendo nas estruturas gerais de análise de clubes, de confederações, de escolas, de esportes mais no sentido olímpico, vamos ter bons resultados.

O SR. ITAMAR FRANCO — Gostaria apenas que V. Exª desse um complemento à pergunta, para eu terminar. Essa reformulação da CBD seria a curto ou a médio prazo?

O SR. NEY BRAGA — Já pedi, inclusive, ao Coronel Eusy que fizesse-mos essa semana. Não sei se vai sair agora.

E quero dizer, também, que um dos problemas que o homem que todas as federações de natação elegem, para presidente dessa federação — é um consenso geral — ele pensa em trazer a confederação para Brasília. Acho mesmo útil que se venha trazendo esses órgãos para Brasília, mas não há uma infra-estrutura, ainda, de suporte. Mas, acredito que no próximo mês nós criemos a Confederação de Atletismo, porque há necessidade de que os recursos sejam voltados para esse setor, porque a CBD fica realmente assobrada com o futebol.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O SR. NEY BRAGA — Sempre às ordens, Senador. Tenho muito prazer e o Ministério tem lá as suas portas abertas para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Menandro Minahim.

O SR. MENANDRO MINAHIM — Antes de formular a minha pergunta, quero felicitá-lo pela brilhante e objetiva palestra com que brindou esse Plenário, dando assim, a todos nós, uma visão ecumênica do muito que vem realizando o seu Ministério.

A minha pergunta, Sr. Ministro, versa sobre o seguinte: Todos sabemos que a demanda em busca das universidades é muito maior que o poder de oferta. Qual a razão, Sr. Ministro de o Governo não haver, até a presente data, autorizado o funcionamento, à noite, das mantidas pelo mesmo, a fim de que possam oferecer um maior número de matrículas?

O SR. NEY BRAGA — Nosso problema é a criação de novos cursos. Estamos analisando bem esse problema de quantidade e qualidade de ensino. O corpo docente é realmente um problema a ser analisado profundamente. Então, como o crescimento foi válido, até há pouco tempo, houve uma corrida de oferta de número de vagas. Agora há necessidade de que analisemos este crescimento, com profundidade. Há muitas escolas que têm vagas ociosas. Eu mesmo entreguei o diploma para um cidadão que terminou um curso. Imagine o custo desse cidadão, durante 4 anos de curso. Então, estamos hoje analisando, já que temos, hoje, os distritos geoeleucionais divididos, estamos analisando com uma Comissão do Conselho Federal de Educação e o próprio DAU, do MEC, as necessidades sociais regionais e nacionais, para depois disso aprovarmos os cursos que nos estão sendo pedidos. Há um ou dois cursos noturnos que vamos analisar porque, realmente, há o que é empregado de dia e busca o curso noturno. Se não me engano uma no Espírito Santo, outra em Sergipe e não sei se a Bahia tem essa reivindicação. A Paraíba também.

O SR. MENANDRO MINAHIM — Na Bahia, há bem pouco tempo, funcionava apenas a Faculdade de Direito, à noite.

O SR. NEY BRAGA — Agora, suspendemos qualquer autorização até que venha essa análise do Conselho Federal de Educação, porque não é possível estarmos autorizando cursos, um ao lado do outro, e que amanhã têm vagas ociosas encarecendo o curso e, particularmente, certos cursos com professores que lecionam em vários municípios e que, realmente, não podem prestar um serviço como é o de se desejar, de um bom professor. Então, essa análise está sendo feita, profundamente, e esperamos que até o segundo semestre deste ano tenhamos já análise e vamos dizer quais os cursos que serão necessários ao desenvolvimento econômico e social do País. Vamos dizer isto e as instituições melhores, por certo, virão e o Conselho aprovará novos cursos. Até lá nós sustamos qualquer autorização.

O SR. MENANDRO MINAHIM — Muito obrigado à V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o penúltimo debatedor inscrito, nobre Senador Heitor Dias.

O SR. HEITOR DIAS — Sr. Presidente, digno Ministro, não vou formular nenhuma pergunta; deixei propositadamente para me inscrever por último, para que as minhas palavras fossem de aplauso e de saudação ao ilustre Ministro Ney Braga, pela magnífica exposição que fez nesta Casa, no dia de hoje, E, com certeza, este meu pensamento já foi traduzido antes das minhas palavras.

Câmara Cascudo acaba de publicar um livro dizendo que os gestos precedem a palavra. E não foi por outra razão que antes mesmo que V. Ex<sup>a</sup> terminasse sua exposição visse e ouvisse o julgamento traduzido nos aplausos de todo este Plenário.

V. Ex<sup>a</sup> alinha ao cidadão o homem público, na lhanza do trato, no espírito de compreensão e no cumprimento do seu dever. V. Ex<sup>a</sup> faz questão de ser sempre presente — é uma maneira de educar — em grandes congressos que se realizam nos vários cantos deste País. E me recordo que, na Bahia — se gravei bem as suas palavras — V. Ex<sup>a</sup> teve oportunidade de dizer, presidindo a solenidade, que não devíamos pensar apenas no futuro da educação, mas também na educação do futuro. E se V. Ex<sup>a</sup> quisesse fundamentar mais ainda este seu conceito, poderia fazê-lo, valendo-se das respostas que tão apropriadamente deu a perguntas que se fizeram no que tange a investimentos maiores para este ou aquele setor. É que V. Ex<sup>a</sup> deu o verdadeiro sentido de quando o Governo cuida da indústria, cuida dos transportes, está cuidando de uma infra-estrutura para garantir um Brasil de amanhã.

Somos na vida, Sr. Ministro, eternos caminhadores. A vida é, por si, uma jornada constante, não apenas uma caminhada física do berço à sepultura, mas uma jornada maior, que é do ser fiel ao seu destino. O caminhar para o bem, para o melhor, para a perfeição, para Deus. E cada um de nós, sobretudo aqueles que tenham exercício na vida pública, é um viajante permanente. Sabemos, quantos temos ocupado cargos executivos, que depois de tanto trabalho, de tanto sacrifício e tanto suor, não conseguimos realizar tudo que pretendíamos. Isto pouco importa. O que vale é olhar para trás e ver o muito que se percorreu. E eu poderia até dizer que cada um de nós, quando ocupa uma atividade pública, ocupa um executivo ao fim do seu mandato, ao fim do seu exercício, bem poderia dizer, patrioticamente, graças a Deus, não pude fazer

tudo, porque quando o homem fizer tudo é porque o homem parou, a sociedade estagnou e, ao contrário, a sociedade está sempre em evolução, sempre ambicionando querer mais e a querer melhor. Não fosse isso, o progresso não se contaria pelo modo que se conta hoje.

De modo que, meu caro Ministro, tenho a certeza de que falo em nome de quantos aqui se encontram, companheiros de partido e companheiros de Congresso, integrantes da Oposição. Quantos aqui estão são testemunhas da elevação, do critério do seu espírito público na direção de uma Pasta tão importante como a da Educação. V. Ex<sup>a</sup> não vai fazer tudo, mas ao fim do seu mandato pode olhar para trás. Há uma grande distância percorrida. Os seus olhos poderão não alcançá-la, mas alcançará apenas o seu espírito de homem público, a serviço do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao último debatedor inscrito, nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Ministro, em nome de todos nós, saudou V. Ex<sup>a</sup> e manifestou o nosso reconhecimento, reconhecimento do Plenário, pelas luzes que V. Ex<sup>a</sup> traz ao Senado e a todos aqueles colegas da Câmara dos Deputados e demais assistentes que tiveram o privilégio de aqui estar.

Mas, a minha questão, Sr. Ministro, já foi como que levantada pelo nobre Deputado Menandro Minahim, quando S. Ex<sup>a</sup> faz indagação quanto à ociosidade dos equipamentos dos edifícios. Enfim, de toda estrutura das Universidades Federais, e no que diz respeito a não funcionarem no horário noturno. V. Ex<sup>a</sup> deu como resposta a preocupação do Ministério, que é, talvez, a mais válida possível quanto à qualidade. Preocupa-se, hoje, o Ministério mais com possíveis excedentes da universidade, da faculdade, porque realmente é mais válido com eles preocupar-se do que com o famoso excedente dos vestibulares. Preocupa-se com a qualidade do aprendizado, que ali vem recolhendo os nossos jovens.

Mas tenho, Sr. Ministro, reiteradamente, manifestado-me contrário ao ensino superior gratuito, vez que ainda hoje constata-se que ele atende a um segmento da população que não é o menos favorecida. Isto porque sabe V. Ex<sup>a</sup> que, na realidade, aqueles que freqüentam os cursos noturnos são exatamente os que trabalham para custear-se e também o seu aprendizado. De outro lado — e este talvez seja o fundamento maior da minha posição contrária ao ensino gratuito — é que constatamos, por exemplo, como resíduo desse ensino gratuito como que a irresponsabilidade daqueles que desfrutam desse privilégio às custas do contribuinte brasileiro, e depois não exercem a sua profissão. Daria a V. Ex<sup>a</sup> uma indicação da gravidade dessa constatação, feita por mim; aliás, num diagnóstico elaborado pelo próprio Ministério da Educação. É que na Guanabara, com 1.140 km<sup>2</sup> e nenhum agricultável — porque todos transformados em loteamentos — existem ali residentes mais agrônomos do que em 2/3 do território brasileiro; isto é, Brasília, Centro-Oeste e Amazônia legal.

O SR. NEY BRAGA — Para sanar isto criamos vários cursos no setor de Ciências Agrárias e destinamos, especialmente, recursos altos para esses cursos que estão sendo criados. E aparelhamos os novos cursos e os antigos e estamos fazendo com que os cursos melhores recebam os professores daqueles centros que são mais fracos para um aperfeiçoamento. Este é o que chamamos e dissemos aqui, no início, o Programa de Desenvolvimento de Ciências Agrárias, que se chama PRODECA e o PEAS, que é um programa que vem há mais tempo. Há uma preocupação nossa para evitar isso. Entretanto, é geralmente na liberdade de ir e vir que esses homens tiram o curso e moram onde quiserem.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Ministro, realmente, é doloroso, porque o próprio diagnóstico do Ministério dá a V. Ex<sup>a</sup> um embasamento para essa preocupação quanto à qualidade. Constatamos que, apesar de ser o Brasil, ainda, um País que tem suas divisas, na sua grande maioria, extraídas do setor primário e, particularmente, da agropecuária, constatamos que é, talvez, um dos setores bem aquinhoado, em termos de mestrado e doutoramento, no seu corpo docente, e no entanto isso talvez se verifique face a pequena demanda de estudantes para esse setor do aprendizado.

Ora, Sr. Ministro, insisto com V. Ex<sup>a</sup> para que, a par desses estudos, que sejam eles agilizados, para propiciarmos o aproveitamento dessa enormidade de capital, que hoje representam as nossas universidades, custeadas pelo erário, e que possam os menos aquinhoados pela sorte, aqueles que trabalham de dia e que, conseqüentemente, custeiam seus estudos, porque freqüentam cursos de escolas particulares, possam também desfrutar desse privilégio, que sei, pelas palavras de V. Ex<sup>a</sup>, que já é preocupação do Ministério. Mas V. Ex<sup>a</sup>, que tantos serviços tem prestado ao Brasil, prestaria, inegavelmente,

com sua equipe, mais esse serviço se agilizado fosse esse estudo que já vem sendo elaborado. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. NEY BRAGA — Recebo a sugestão e agradeço. É lógico que aquilo que for possível nós faremos. Falamos sempre no menos aquinhoado. É uma preocupação de todos nós. Sou político e sensível a esses anseios. Tanto que depois de tantos anos o falado Crédito de Educação saiu no Governo Geisel, exatamente para ajudar aqueles duzentos e oitenta mil estudantes que, hoje, estão nele inscritos.

Acredito que é válida a nossa preocupação com a qualidade do ensino, e é válido a preocupação dos senhores, também, em discutir os termos da gratuidade do ensino. Temos uma posição, os senhores têm outra. Já tive ocasião de responder ao Senador Evelásio Vieira sobre nosso pensamento. Agora, como V. Ex<sup>a</sup> é o último debatedor, quero terminar agradecendo a oportunidade que o Sr. Presidente me deu de vir a esta Casa que é real e espiritualmente nossa. Muito haveremos de fazer juntos. Se tirarmos o formalismo da reunião, creio que mais ainda poderemos realizar.

Tenho o pensamento de que os próprios partidos políticos deveriam ter departamentos voltados para certos setores da vida. Então, o partido tal teria o setor da educação, e teria, assim, o seu programa. O outro partido também teria outro, assim como qualquer um. Então se estudaria dentro do partido e a comissão seria como um repositório das idéias que os partidos teriam para o setor da educação, para a política nacional de transportes e para tantas outras. Dessa forma nós nos ajudaríamos mutuamente, e estou à disposição, fora do formal, para debater esses assuntos que os senhores acham cruciantes e que são, e que estamos lá para resolver.

Então, agradeço esta oportunidade, e me coloco à disposição dos senhores, dizendo ao Sr. Presidente que, no seu projeto, o Ministério está às ordens para colaborar. Mas, o que afirmamos com segurança é que temos certeza de que estamos preparando, como disse o Senador Heitor Dias, o Brasil de amanhã e preparando, também, homens que possam, afinal, não só serem preparados para o futuro mas, também, preparar o futuro. Queremos brasileiros que saibam viver esta Nação, respeitando os fundamentos da sua vida espiritual. Por isso acreditamos que educação e cultura estejam muito unidas e muito entrosadas e não acreditamos que a separação dos dois Ministérios fosse agora necessária. Muito obrigado por me terem feito sentir como se estivesse em casa, e os senhores, no Ministério, também se sentirão da mesma forma. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Renovo, em nome da Comissão de Educação e Cultura, os nossos agradecimentos ao Ministro Ney Braga, pela sua primorosa e magistral exposição, confirmando que S. Ex<sup>a</sup> é, acima de tudo, um homem do diálogo.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.)

#### ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1979

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e um de junho do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões do Anexo "B", presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, Adalberto Sena, Aloysio Chaves, Franco Montoro, Jutahy Magalhães, Aderbal Jurema, Marcos Freire, Jorge Kalume e a Sra. Senadora Eunice Michiles.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Tarso Dutra e Evelásio Vieira.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra aos Srs. Senadores Adalberto Sena e Aloysio Chaves, para em nome do Movimento Democrático Brasileiro e Aliança Renovadora, respectivamente, homenagearem a Sra. Senadora Eunice Michiles, por sua participação como membro deste órgão técnico.

Com a palavra o Sr. Senador João Calmon, Presidente, também manifesta a sua satisfação pela integração, na Comissão de Educação e Cultura, da nobre Senadora.

Em seguida, a Senhora Senadora Eunice Michiles agradece a amabilidade e o carinho com que foi recebida na Comissão.

Dando prosseguimento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Franco Montoro para que possa relatar favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1978, que "dá nova redação ao item IV do art. 117 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973".

Em discussão, o Sr. Presidente concede vista ao Senhor Senador Jutahy Magalhães.

Finalizando, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1979, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador João Calmon

Vice-Presidente: Senador Jutahy Magalhães

#### Íntegra do apanhamento Taquigráfico da Reunião

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Educação e Cultura. Hoje em pauta apenas um projeto de lei, cujo Relator, Senador Franco Montoro, prometeu comparecer mas foi chamado para atender outro compromisso.

Aproveitaremos a oportunidade da reunião de hoje para dar as boas vindas à nobre colega Senadora Eunice Michiles, por sinal, como tem sido destacado, é a primeira mulher a ter assento no Senado da República. Para saudá-la, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena. Em seguida, outro amazônida, igualmente ilustre, o nobre colega Senador Aloysio Chaves irá saudá-la em nome da Aliança Renovadora Nacional.

Com a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA — Sr. Presidente, caros colegas integrantes da Comissão de Educação e Cultura, é para mim, pessoalmente, motivo de grande satisfação saudar a Senadora Eunice Michiles neste instante em que S. Ex<sup>a</sup> se integra nesta nossa querida Comissão.

Além do fato de se tratar de uma honra para nós termos aqui a primeira Senadora do Brasil no período considerando na totalidade — no período monárquico e no período republicano, como também por se tratar de uma representante do Amazonas, Estado vizinho do Acre que eu modestamente represento neste Senado. Essa nossa relação de vizinhança é motivo de estímulo porque, certamente, por esta Comissão passarão problemas que interessam a nossa região, e tenho a certeza que terei nela uma colaboradora sincera todas as vezes em que o interesse do Acre, aliado ao interesse da Amazônia, estiver integrado aos nossos trabalhos.

Queira, pois, receber, ilustre Senadora, a saudação não só minha, pessoalmente do Acre, como também do Movimento Democrático Brasileiro, do qual sou um dos integrantes deste sodalício. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Sr. Presidente e Srs. Senadores, honrou-me V. Ex<sup>a</sup>, eminente Presidente, com a incumbência que me desvanee de manifestar em nome da Aliança Renovadora Nacional a nossa satisfação por ver se integrar a esta Comissão a ilustre Senadora pelo Amazonas Sra. Eunice Michiles.

Realmente, este é um fato histórico que já foi assinalado no Plenário do Senado por eminentes colegas, mas também não poderia ficar sem o registro especial no seio desta Comissão, na ocasião em que nossa eminente colega aqui, pela primeira vez, comparece.

Há algumas coincidências que devemos assinalar e realçar nesse acontecimento. Em primeiro lugar, o fato de ser a nossa eminente colega, por sua formação profissional, uma mestra. Professora, exerceu esta profissão dignificando-a, num nível do magistério onde é mais difícil, mais árdua essa tarefa, e não menos nobre, no magistério do primeiro grau. Reuniu, depois, uma larga experiência na Amazônia, por último prestando serviços ao Governo na área da assistência social. Conhece a Amazônia, os seus problemas, e traz, portanto, para o Senado, uma contribuição que é valiosa para esta Casa, para o País, mas que será, sobretudo, fecunda para a nossa área.

No momento em que há um interesse nacional em torno da Amazônia, na ocasião em que todos nós mobilizamos recursos, selecionamos homens de idéias, e procuramos de fato programar a integração completa da Amazônia à economia e à civilização brasileira, é muito feliz que para o Senado, marcando um acontecimento histórico, chegue uma ilustre mulher brasileira, mas oriunda da Amazônia, onde viveu, onde sentiu seus problemas, suas angústias, a sua pobreza, a complexidade desses problemas que precisam ser minuciosamente estudados, perquiridos e analisados para que a eles se dê uma solução correta, uma solução adequada.

Este, portanto, Sr. Presidente, é um acontecimento também muito feliz e devemos realçar, nesta oportunidade, a incumbência que V. Ex<sup>a</sup> me deu é extremamente agradável. Goethe falava das cortêsias do coração; esta não é apenas uma cortêsia do coração, é também o ensejo de prestar o tributo da nossa homenagem, de manifestar a confiança com que o Senado vê incorporar-se ao seu quadro a nossa eminente colega, Senadora Eunice Michiles. Estamos certos de que a Amazônia, que não é mais a raiz do mistério, mas uma terra cujos problemas estão sendo dia a dia examinados, equacionados, precisa do esforço, da ajuda, da cooperação, da contribuição de todos os brasileiros para o seu rápido desenvolvimento. Estamos persuadidos porque já se criou uma consciência nacional em torno desse problema, que maior investimento que este País possa fazer é, realmente, a Amazônia, esta área que tem mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, representa mais da metade do Brasil, é indispensável não só à nossa integração econômica, como também a que o Brasil possa se alçar a uma posição de uma Nação desenvolvida, destacada no concerto dos outros países pelo seu desenvolvimento material, mas também pela sua cultura, pela contribuição que pode trazer ao desenvolvimento das ciências, das letras e das artes.

E, no seio desta Comissão, que cuida sobretudo desses problemas, a presença da ilustre Senadora é a certeza de que também, e em particular, a Comissão de Educação e Cultura acaba de se enriquecer com essa extraordinária aquisição.

Apresento, em nome da Aliança Renovadora Nacional, uma saudação bastante cordial à nossa colega, atendendo à recomendação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que para mim foi uma alta deferência. Estamos certos de que, nesta Comissão, juntos poderemos prosseguir na missão extraordinária que está sendo realizada, sob a direção eficiente e lúcida de V. Ex<sup>a</sup> como um dos grandes mestres da Educação nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES — Exmo. Sr. Presidente, nobres membros desta Comissão, gostaria, na oportunidade, de agradecer a amabilidade, o carinho com que estou sendo recebida nesta Comissão. Confesso a V. Ex<sup>as</sup> que conviver com tão ilustres parlamentares, além de ser uma honra para mim, sem dúvida alguma, me inibe, de certa forma.

No entanto, gostaria de trazer para esta Casa, para esta Comissão, minha experiência de professora primária nas barrancas do Amazonas. Gostaria de ao vosso lado poder, de uma maneira ou de outra, contribuir de qualquer forma para que seja valorizada aquela mulher, predominantemente mulher, professora primária, que nas barrancas dos rios, nas zonas rurais, enfrentando todo o tipo de dificuldades, estabelece a base para os futuros cidadãos brasileiros. Sem nenhuma dúvida, essa mulher relegada, ainda, a um plano inferior em termos de salários, em termos inclusive de *status*, precisa ter um outro tratamento por parte da Nação, de nossa parte, parlamentares que somos.

De maneira que quero me integrar ao esforço desta Comissão. Não sei bem como, na minha humildade, poderia contribuir, mas acredito que possa trazer o olhar clínico da mulher, a maneira de enxergar da mulher e, sobretudo, da professora que conviveu talvez no Estado mais difícil, nas situações mais difíceis na Educação deste País.

Meu muito obrigada à maneira gentil, cavalheira, a maneira carinhosa com que tenho sido recebida, e que a todo momento V. Ex<sup>as</sup> têm manifestado no meu convívio nesta Casa. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de dar a palavra ao nobre Senador Franco Montoro para relatar o seu projeto, esta Presidência deseja, também, manifestar a sua satisfação pela integração na Comissão de Educação e Cultura da nobre Senadora Eunice Michiles.

Realmente, nobre colega, é da maior importância a sua participação porque, pela primeira vez, integra os quadros do Senado da República uma mulher e, no caso especial de V. Ex<sup>a</sup>, uma professora — e professora primária — do interior do Amazonas.

Realmente, a professora primária, é o segmento mais desprezado, mais injustiçado do magistério brasileiro. Nas minhas andanças pelo Brasil todo, desde a sua amada Amazônia, até o Rio Grande do Sul, tenho visto casos realmente estupefacentes. Na Amazônia, no Ceará, no Piauí, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, só para citar alguns estados, há alguns anos constatei a existência de professoras ganhando apenas 80 cruzeiros por mês. E, num determinado caso, apenas 40 cruzeiros por mês.

Trata-se, entretanto de um problema nacional e não apenas nordestino ou nortista. No meu estado natal que eu represento no Senado Federal, o Espírito Santo, encontrei num dos municípios vizinhos ao Estado de Minas

Gerais, o Baixo Guandú, onde professoras primárias ganham 81 cruzeiros e 20 centavos.

Na realidade, no passado, a situação foi melhor. Pertenço a uma geração que viu de perto um fenômeno que desapareceu do Brasil: no interior do Espírito Santo, costumava-se apontar o cidadão casado com a professora da escola primária, como o "marido da professora". Era tão importante o papel desempenhado pela professora — e o seu salário não era esse atual salário de fome — que o marido era sempre chamado de "marido da professora". Já no interior do Ceará constatei um outro fenômeno, aqui confirmado pelo nobre colega José Lins, na cidade de Sobral, quando fui convidado para falar no centenário da fundação daquele município, um presidiário, condenado por crime de morte ou de roubo, que havia sido condenado há alguns anos de prisão, ganhava exatamente o dobro do que recebia uma professora primária. E mais do que o dobro porque o presidiário recebia do Estado, de graça, casa, que era a cadeia, comida, roupa e roupa lavada. Então esse quadro realmente tem preocupado a Comissão de Educação e Cultura. E, felizmente, graças à dedicação de todos os seus integrantes estamos ultimando a elaboração de um projeto de educação que representa, creio eu, uma das mais valiosas contribuições do Congresso brasileiro ao Poder Executivo, nestas últimas décadas. Não sei se em toda a História do Brasil. Estes dois primeiros volumes têm 1010 páginas e condensam os depoimentos prestados pelo Ministro da Educação em exercício e por ex-Ministros da Educação, pelo Presidente do Conselho Federal de Educação e por ex-Presidente do Conselho Federal de Educação. Posteriormente, através de um convênio celebrado entre o Senado Federal e a Universidade de Brasília, foi encomendado um amplo estudo com a participação de 19 expoentes em educação no nosso País. Essas contribuições estão reunidas em 2 volumes com 850 páginas, que deverão estar concluídos, na Gráfica do Senado, até o próximo dia 29. Serão, portanto, quase 2.000 páginas de estudos de análise do problema educacional. Antes mesmo da conclusão do trabalho da Gráfica tivemos oportunidade de oferecer os dois primeiros volumes do projeto de educação ao General João Baptista Figueiredo, antes mesmo de sua posse a Presidente da República. E logo que a Universidade de Brasília entregou ao então Presidente do Senado, Senador Petrólio Portella, os trabalhos desses 19 expoentes da educação, nós o encaminhamos ao atual titular da pasta da Educação. Creio que deva ser creditado ao Senado Federal uma excelente contribuição para o planejamento educacional do atual Governo.

Os jornais têm divulgado, amplamente, declarações do Ministro da Educação. Professor Eduardo Portella, declarando que no decorrer do Governo do Sr. Figueiredo será dada alta prioridade ao ensino de 1º grau. Realmente, nos últimos anos, o Brasil se enquadrou no diagnóstico da UNESCO, segundo o qual o superdimensionamento do ensino superior no Brasil, no Mundo, é um fenômeno típico dos países subdesenvolvidos. O Brasil está rigorosamente enquadrado dentro deste diagnóstico. Nós passamos de 128 mil alunos nas escolas superiores, antes da Revolução, para 1 milhão e 400 mil alunos, embora a qualidade do ensino tenha sofrido uma queda deplorável. Entretanto, na área do ensino fundamental o panorama é sombrio. Dentro desse projeto de educação há uma revelação estarrecedora que eu já comentei em uma das nossas reuniões anteriores. Certa vez, lendo uma História da Educação do Brasil, do Professor Pascoal Leme, um veterano educador que ainda vive no Rio de Janeiro, fiz um cálculo — para usar a expressão da gíria — em cima da perna, e, considerando o ritmo de crescimento do alunado na escola primária, nas últimas 4 décadas, cheguei à conclusão de que só no ano 2070 ou 2100 todas as crianças brasileiras estariam concluindo a escola fundamental. Entretanto, o Padre José Vasconcelos, no seu estudo destinado ao projeto de educação, obteve dados ainda mais completos, recorreu aos cálculos do computador eletrônico e chegou a esta traumatizante conclusão: mantido o ritmo de crescimento do alunado da escola primária, nas últimas 5 décadas, somente no ano 2270 todas as crianças brasileiras estarão terminando a escola de 1º grau. E o Padre José Vasconcelos indaga: Todas? E ele responde: — Não. Apenas aquelas que tiverem o privilégio de entrar na 1ª série porque, segundo enfatizou o atual Ministro da Educação, em entrevista há duas semanas, que foi publicada no 2º caderno do *Jornal do Brasil*, há 7 milhões de crianças, no Brasil, fora da escola de 1º grau.

Portanto a integração em nossa comissão de uma ex-professora primária representa motivo de júbilo para todos nós. Só lamento que em nenhuma outra parte do Brasil seja seguido o exemplo do meu torrão natal, o Espírito Santo. Num passado remoto, depois da morte do donatário da Capitania do Espírito Santo, o filho de Vasco Fernando Coutinho, herdou a capitania que era hereditária. E, meses depois, o filho de Vasco Fernando Coutinho veio a falecer, assumindo então a Capitania do Espírito Santo, uma mulher — Luísa

*É lido o seguinte*

### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

##### De agradecimento de comunicação:

Nº 177/79 (nº 321/79, na origem), de 13 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens nºs 226, de 1978; 241, 226, 225, 219, 053, 148, 007, 016, 220, 218 e 250, de 1979, da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1978 (nº 4.697/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a fixação e alteração do número de vagas nos cursos superiores de graduação, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 508, de 1979, da Comissão:

— de **Educação e Cultura**, favorável, com a emenda que apresenta de nº 1-CEC.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

*É o seguinte o projeto aprovado:*

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, de 1978

(Nº 4.697-C/78, na Casa de origem)

*De iniciativa do Senhor Presidente da República*

**Dispõe sobre a fixação e alteração do número de vagas nos cursos superiores de graduação, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Atendidas as conveniências do ensino e as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, cabe às universidades fixar o número de vagas iniciais de seus cursos de graduação.

Art. 2º Os Conselhos de Educação, no âmbito de suas respectivas jurisdições são competentes para:

I — apreciar, de ofício ou por solicitação das instituições de Ensino Superior, o número de vagas fixado e redistribuí-lo, na própria Instituição, quando assim recomenda o interesse do ensino;

II — determinar, a qualquer tempo, a anulação de alteração de número de vagas procedida sem a observância das disposições desta lei;

III — fixar o número de vagas iniciais dos cursos dos estabelecimentos isolados de ensino superior e das federações de escolas.

Art. 3º Aberto o concurso vestibular, o número de vagas iniciais regularmente autorizado e publicado no edital de abertura do referido concurso não pode, em hipótese alguma, ser alterado pela instituição de ensino.

Art. 4º O número de vagas iniciais será observado, ao longo do curso, como limite das matrículas nos períodos subsequentes, salvo os casos de transferência obrigatória, previstos na legislação, e de repetência.

Art. 5º A instituição de ensino que houver alterado o número de vagas de seus cursos, inclusive na forma do Decreto-lei nº 574, de 8 de maio de 1969, modificado pela Lei nº 5.850, de 7 de dezembro de 1972, deverá apresentar ao Conselho de Educação competente o quadro de distribuição de vagas correspondente ao último concurso vestibular realizado antes da publicação desta lei e, bem assim, as alterações relativamente à época da autorização ou reconhecimento dos cursos e a respectiva justificação.

Art. 6º O não-cumprimento das normas estabelecidas nesta lei sujeitará a instituição à sanção prevista no art. 48 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, combinado com o § 2º do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, além de outras sanções previstas em lei, regulamento ou ato normativo.

Art. 7º Qualquer manifestação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal, relativamente aos atos previstos nesta lei, dependerá, para sua validade, de aprovação pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e vinte dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se o Decreto-lei nº 574, de 8 de maio de 1969, e a Lei nº 5.850, de 7 de dezembro de 1972 e demais disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação para redação final.

*É a seguinte a emenda aprovada:*

#### EMENDA Nº 1-CEC

Suprimam-se, no art. 5º, as palavras finais "... e, bem assim, as alterações relativamente à época da autorização ou reconhecimento dos cursos e a respectiva justificação".

#### O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1979 (nº 5.742/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, Autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Sobral, Estado do Ceará, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 501 e 502, de 1979, das Comissões:

— de **Assuntos Regionais**; e

— de **Finanças**.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à sanção.

*É o seguinte o projeto aprovado:*

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1979

(Nº 5.742/78, na Casa de origem)

*De iniciativa do Senhor Presidente da República*

**Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, Autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Sobral, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, a doar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT, mediante escritura pública, o terreno de sua propriedade, localizado no Distrito de Jaibaras, Município de Sobral, Estado do Ceará, com cento e cinquenta e três metros quadrados, cuja configuração retangular está definida na planta anexa, devidamente rubricada pelo Secretário-Geral do Ministério do Interior.

Art. 2º O terreno a ser doado destina-se à construção, no Distrito referido no artigo anterior, de uma Agência Postal Radiotelegráfica.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma breve comunicação.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (MDB — ES. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo esta tribuna para registrar nos Anais do Senado Federal os 40 anos de Música Popular Brasileira de um funcionário desta Casa, embora já aposentado. Trata-se de Elpídio Vianna, autor de mais de 100 músicas gravadas e outras tantas inéditas, à espera de oportunidade para lançá-las.

Elpídio Vianna é autor de, entre centenas de sucessos, "Pisei num Despacho", com várias edições; "Sonhei"; "Deusa do Cabaré"; "Abaixa o Braço", inspirada na Segunda Guerra Mundial; "A Cobra está Fumando", slogan dos nossos pracinhas nos Campos da Itália; "Ela tem que voltar"; "Ela ainda não Voltou".

Já em 1936, Elpídio Vianna freqüentava a Catedral do Samba no Rio, o famoso Café Nice.

Os famosos compositores Geraldo Pereira, Ataulfo Alves, de saudosa memória, foram seus parceiros em vários sucessos.

A imprensa brasileira tem destacado nos últimos dias, os 40 anos de música popular desse compositor que foi nomeado para o Senado em 1946, aposentando-se em dezembro de 1966.

Homenageado pelo Club do Samba, Feira Pixinguinha — um Projeto da FUNARTE — Fundação Nacional de Arte —, onde foi agraciado com uma placa comemorativa pelo sucesso que vem mantendo até a presente data.

Incentivador e batalhador da Música Popular Brasileira em Brasília, Elpidio Vianna fez-se merecedor de nossa singela homenagem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (MDB — RJ. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A grande maioria de prefeitos enfrenta dificuldades de toda espécie para o bom exercício do cargo, conforme todos sabemos. Lutam com a escassez de recursos, num país em que a Federação inexistente desde que a União se tornou a única grande arrecadadora de impostos. Essas dificuldades se tornam maiores em cidade como Niterói, antiga capital do ex-Estado do Rio, um dos municípios mais prejudicados do Brasil.

Ao se candidatar ao cargo de Prefeito de Niterói, o Deputado Moreira Franco tinha pleno conhecimento dos numerosos e acumulados problemas da cidade, bem como a escassez de recursos da Prefeitura. O espírito público e a grande vontade de realizar o levou a candidatar-se a cargo tão espinhoso, pela legenda da Oposição, para o que contribuiu, sem dúvida, o grande amor que tem àquela bela cidade.

Com firmeza, empenho e imaginação criadora, tudo vem empreendendo em favor do povo de Niterói, não poupando esforços para realizar a melhor administração possível. E se conduzindo de forma limpidamente democrática, fiel a suas convicções e ao programa do MDB.

Com a preocupação de melhor ajudar na solução dos problemas do povo, o Prefeito Moreira Franco criou o Programa de Ação Concentrada nos Bairros e Áreas Periféricas de Niterói — PRÓ-BAIRRO, que é uma proposta de trabalho que “conjuga a execução, de forma ágil e intensificada, de um conjunto de atividades e serviços com estímulos concretos à participação direta da comunidade, tanto no trabalho de identificação de problemas localizados como na formação de lideranças capazes de selecionar e escalar, de forma permanente e organizada, as prioridades do bairro em relação aos serviços públicos municipais”.

O Pró-Bairro foi idealizado como uma alternativa viável encontrada pelo Prefeito Moreira Franco, na busca de soluções específicas para a demanda de necessidades, injetada a cada instante no complexo urbano. Com isto, teve que propor respostas que atendessem, num breve espaço de tempo, a problemática cotidiana e variável da cidade.

Embora existam os projetos de longo alcance, alicerçados num contexto de estudos e propostas de melhorias igualitárias, havia também a necessidade de que se estipulasse um modelo de intervenção para estes problemas intermediários, que são a tônica do dia-a-dia.

Simultaneamente, nasceu a preocupação básica de se aliar a tal Programa o trabalho ativo da comunidade, conclamando-a a uma participação não paternalística, vinculando-a de maneira direta e integrada ao Programa.

Esse programa, que vem alcançando resultados magníficos, é fruto da vontade de realizar, da sensibilidade para os problemas do povo e da imaginação de um administrador que tem perfeito conhecimento do que é a vida pública. O Pró-Bairro, conforme dissemos, se desenvolve sem prejuízo dos demais projetos e atividades de Governo, especialmente, os de grande porte, que exigem tratamento específico e maior demanda de tempo.

O Pró-Bairro inclui um conjunto de ações previamente estabelecidas por cada órgão municipal como também atuações específicas detectadas no período de execução do programa, em virtude de solicitações feitas pela comunidade local.

As ações previamente estabelecidas foram elaboradas pelas seguintes Secretarias: Obras e Urbanismo, Educação e Cultura, Saúde e Promoção Social e a Fundação Atividades Culturais.

Devido à gama dos problemas existentes com variantes bastante definidas, tornou-se básico o escalonamento de prioridades diante da impossibilidade de serem resolvidos todos os problemas do Bairro de uma só vez.

Assim sendo, em cada bairro acionado, o Pró-Bairro culmina com a instalação e posse de um Conselho Comunitário, constituído por representantes da Comunidade, com objetivo de analisar, selecionar, de debater junto à Ad-

ministração Municipal, os problemas do bairro, estabelecendo uma escala mais justa e sensível na adoção de medidas que lhes beneficiem.

Tal ação baseia-se na filosofia de Governo implantada pelo Prefeito Moreira Franco visando a integração ativa da comunidade no processo de decisão do município, fazendo de Niterói uma cidade mais humana e contribuindo, desta forma, para proporcionar uma melhor qualidade de vida para sua população.

Durante quarenta dias o Pró-Bairro atuou no Bairro do Barreto, iniciando-se a escalada de onde pretende-se cobrir todos os bairros de Niterói.

Neste período, o posto fixo do Pró-Bairro, localizado na Escola Municipal Altivo Cesar, atendeu a 1696 (mil seiscentos e noventa e seis) pessoas — cerca de 42% (quarenta e dois por cento) da população do bairro, se considerarmos a ocupação média familiar de cinco pessoas — solicitando 1908 (mil novecentas e oito) reivindicações, sendo atendidas 1418 (mil quatrocentas e dezoito), resolvendo-se, assim, 75% (setenta e cinco por cento) das solicitações feitas, ou seja para cada dez solicitações sete foram resolvidas.

Para isso, todos os órgãos da Prefeitura de Niterói foram acionados, contando também com a participação do MOBREAL e da LBA.

Sr. Presidente, o programa de saúde desenvolvido no Pró-Bairro do Barreto foi elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde através de duas unidades móveis:

— Atendimento Odontológico: 282 (duzentas e oitenta e duas) pessoas atendidas;

— Prevenção ao Câncer Pélvico Uterino: 92 (noventa e duas) senhoras atendidas e o Programa de Orientação Sanitária — 183 (cento e oitenta e três) visitas — tentando criar na comunidade, uma consciência maior para a problemática de higiene nas instalações físicas, de saúde dos funcionários, bem como orientando a manipulação e conservação dos gêneros alimentícios. Além dessas atividades a Secretaria Municipal de Saúde atendeu a casos de internações, doações, assistências médicas, entre outros.

O Setor Saúde atendeu a 451 (quatrocentas e cinquenta e uma) pessoas com 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) reivindicações, resolvendo 97% (noventa e sete por cento) das solicitações.

O Programa de Saúde teve a colaboração da LBA, que fez o seu atendimento na sede do programa, atendendo a diferentes solicitações, como a obtenção de registros de nascimento, legalização da família, legitimação dos filhos, retificação de nomes e realização de um casamento na própria sede do Pró-Bairro. A LBA atendeu a 119 (cento e dezenove) pessoas, com 161 (cento e sessenta e uma) reivindicações, resolvendo-as todas.

A Secretaria Municipal de Educação concentrou sua ação na oferta de vagas nas escolas municipais — 193 (cento e noventa e três) casos atendidos — e na concessão de bolsas de estudo — 115 (cento e quinze) bolsas distribuídas. Estabeleceu-se também um programa junto às escolas da rede municipal no Bairro, com experiências e atividades que propiciaram aos alunos participação e conhecimento da comunidade, incrementando o desporto através de competições esportivas no bairro além de atender a solicitações dos moradores para implantação de ruas de lazer.

A área da educação foi procurada por 443 (quatrocentas e quarenta e três) pessoas com 504 (quinhentas e quatro) reivindicações e atendeu a 326 (trezentas e vinte e seis), o que representa 65% (sessenta e cinco por cento) de solicitações atendidas.

E de se salientar também o trabalho articulado com o MOBREAL que se fez representar no Pró-Bairro através de um balcão de empregos, objetivando o atendimento a toda comunidade. Desta forma, auxiliou-se tanto as pessoas que necessitavam de trabalho, quanto as firmas empregadoras, além do programa de orientação profissional, encaminhando elementos aos cursos profissionalizantes do SENAI e do SENAC, promovendo matrículas para os alunos em seus cursos de alfabetização. O MOBREAL atendeu a 459 (quatrocentas e cinquenta e nove) pessoas com 467 (quatrocentas e sessenta e sete) reivindicações, tendo solucionado 280 (duzentas e oitenta) pedidos, significando que (sessenta por cento) dos casos foram resolvidos.

Independente do programa previamente estabelecido no plano do governo, o Pró-Bairro procurou traçar uma proposta de trabalho para o Barreto, que atendessem de forma ágil e imediata, a problemática do bairro. Foram feitas uma série de intervenções viárias e urbanísticas na quase totalidade do bairro. Dentre as obras viárias tivemos recapamento asfáltico —, implantação de moderna sinalização horizontal e vertical, regularização de caixas de rolamento; e nas obras de urbanização foram plantadas 1600 (mil e seiscentas) mudas de árvores, colocação de meio-fio — 180 (cento e oitenta) metros —, execução de drenagem, conservação e manutenção de praças, melhoria de área de recreação e lazer, recuperação de passeio público — 1 000 (mil) me-

tros quadrados —, colocação de guarda corpos na Avenida do Contorno, principal via do bairro —, 200 (duzentos) metros e programa especial de limpeza.

O Setor de Obras atendeu a 191 (cento e noventa e uma) pessoas com 267 (duzentas e sessenta e sete) reivindicações, solucionando 163 (cento e sessenta e três) destas, ou seja, 61% (sessenta e um por cento).

As Secretarias de Fazenda e Administração foram responsáveis por uma campanha de esclarecimento, visando a melhor compreensão pela comunidade das atividades administrativas, compreendidas pelo Poder Executivo Municipal e dando subsídios para que a comunidade tenha novos canais, pouco burocratizados, de informações.

A Secretaria Municipal de Administração, particularmente, pôde atuar auxiliando de maneira objetiva os servidores municipais residentes no Barreto, solucionando casos de aposentadoria, revisão de pensão, entre outros.

A Secretaria Municipal de Fazenda atuou basicamente na resolução dos casos de impostos atrasados e seus parcelamento, bem como revisão do valor das taxas de licença de localização.

A Fundação Atividades Culturais da Prefeitura de Niterói (FAC) estipulou primeiramente um código de perguntas sobre o fenômeno cultural diretamente ligado ao bairro. Em contrapartida propôs várias medidas, que no seu entender, criaram uma consciência maior da comunidade em relação ao veículo cultural e automaticamente possibilidades mais simples de avaliações.

Sr. Presidente, é com satisfação que destaco essa atuação do Prefeito Moreira Franco, cuja devoção à vista pública o leva a iniciativas tão benéficas como o Pró-Bairro, que promove uma ação comunitária capaz, por si só, de trazer benefícios excepcionais à cidade e, simultaneamente, promover o florescimento de novas lideranças, uma de nossas maiores necessidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

#### ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1979, apresentado pelo Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violações de direitos humanos nos últimos dez anos, tendo

PARECER, sob nº 488, de 1979, da comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 278, de 1979, do Senador Leite Chaves, solicitando, nos termos do artigo 418, inciso I, do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, para prestar esclarecimentos, perante o Senado Federal, sobre o empréstimo concedido à COPERSUCAR e ao grupo ATALLA.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 323, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito pelo jornalista Roberto Marinho, no dia 29 de agosto de 1979, por ocasião da abertura dos Seminários sobre o Modelo Energético Brasileiro, promovidos pelas Organizações Globo, no Rio de Janeiro.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 325, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Presidente da República, João Baptista Figueiredo, em Belo Horizonte, no dia 05 de setembro de 1979.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 327, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1978, de sua autoria, que altera dispositivo do vigente Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).

— 6 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 509, de 1979), do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que fixa novos limites de idade para

inscrição em concurso público ou prova de seleção em entidades da administração indireta e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Está encerrada a sessão.  
(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 12-9-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. LEITE CHAVES** (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A liderança existe, e seguramente o Sr. Leonel Brizola é portador, em alto grau, deste atributo.

Recebi em Foz do Iguaçu, vindo de um exílio de mais de 15 anos, mantendo plena consciência do seu papel no mundo renovado e num país cuja estrutura social permanece tão antiquada quanto a de 1964, com problemas sociais mais agravados. Nem se diga que houve mudanças de estrutura, pois não se deve confundir a introdução de melhoramentos advenientes da técnica com melhor posicionamento econômico da Maioria em relação ao acervo do País. Nenhuma mudança de estrutura se opera quando o Código Civil de um país não sofre mudança alguma. O nosso continua intocável desde que foi promulgado. As mudanças sofridas de lá a esta parte foram irrisórias, de superfície apenas. Continua o Código Civil disciplinando a propriedade de forma absoluta, de maneira a proteger exclusivamente a propriedade, privilégio odioso.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> que, na nossa estrutura, a propriedade é por tal forma amparada, que a pessoa humana pouco vale. De acordo com as nossas leis, se morrem os pais e há herança e filho menor órfão, essa criança é de logo protegida, há um juiz especial e um promotor especial, há contas especiais. Há uma proteção total e absoluta. O Estado gasta fortunas para a manutenção, o zelo e o cuidado desse acervo patrimonial. Entretanto, se essa criança é desprovida de bens, morre nas sarjetas, desamparada.

A estrutura de 1916 até esta parte é esta, continua inalterável e agravada. Agravada no número de crianças famintas e abandonadas, agravada no número de prostitutas aos doze anos, objeto de reportagens constantes, agravada no número incalculável dos trombadinhas. A recepção ao ex-Governador não teve preparo algum, mesmo assim, quase duas mil pessoas ali estavam para lhe tributar calorosa a fraterna homenagem. Mais da metade de nossa bancada estadual no Paraná e diversos líderes incontestes do Estado ali estiveram. No Paraná, foi onde o PTB teve todas as suas lideranças aniquiladas, pois é fato inegável que foi contra esse Partido que a Revolução de 1964 desfechou os seus mais violentos golpes, sendo fato inegável, podemos atestar, que ninguém que representasse o Partido, ali poderia estar em representação efetiva para recebê-lo. Impressionante foi também o número de Presidentes de diretórios, de líderes passados, daqueles sem mandatos que sofreram o castigo do exílio, da prisão. Todos ali estiveram para tributar uma espontânea e uma calorosa homenagem ao exilado que voltava.

Não houve transporte de um adepto, sequer. De Foz do Iguaçu ao aeroporto é grande a distância, como é distante do aeroporto até o Hotel das Cataratas, onde Leonel Brizola se hospedou. Não obstante, o ardor da recepção foi dos mais impressionantes.

Creio que, a despeito da boa vontade, não conseguiram os jornais transmitir a vibração daquela massa humana, aquele calor estabelecido entre os que o esperavam e o ex-Governador Leonel Brizola, que, com a esposa e neta, regressava de longo, duradouro e sofrido exílio.

O exílio é terrível, o exílio é pior do que a prisão, é muito mais doloroso, porque é o arrancar da pátria. Somente as consciências maduras e os valores consagrados são capazes de resistir ao exílio e nele se engrandecer.

O ex-Governador Leonel Brizola — posso afirmar a V. Ex<sup>a</sup> — voltou engrandecido, engrandecido com a dor da ausência, com a dilaceração do arrastamento da Pátria, com um duplo exílio, pois todos sabem que ele já estava no Uruguai, na ocupação de sua fazenda, assistindo ao passar do tempo quando novamente foi a outro exílio. Teve que ir para os Estados Unidos sem condições financeiras razoáveis, sem conhecimento da língua.

Ora, quando estamos no exterior, com dinheiro, com passaporte, com emprego em nossa terra, família a nos esperar e a certeza da volta, ainda assim sofremos. E o que não dizer daqueles que não sabem ou que não podem conceber, pelas circunstâncias, o seu dia de volta?!

**O Sr. Roberto Saturnino** (MDB — RJ) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES** (MDB — PR) — Com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — As homenagens que foram prestadas ao Governador Leonel Brizola e que V. Exª descreve e refere nesta tarde, com muita oportunidade, efetivamente são justíssimas e refletem o sentimento que está na alma do povo brasileiro. Todo o povo brasileiro, toda a Nação reconhece no Sr. Leonel Brizola a figura, em primeiro lugar, de um grande líder, de um homem que, — como muito bem acentua V. Exª — tem as características de um líder, características essas de que pouquíssimas pessoas são dotadas. E Leonel Brizola, efetivamente, reconhecidamente, possui essas características. Mas, além de ser um líder e de ter prestado a este País — particularmente ao seu Estado como governador e como excelente e bom governador que foi — grandes serviços, é um homem cujas idéias e propósitos se identificam muito com as nossas teses e idéias, as do MDB. Assim é que ainda que possa, eventualmente, haver pequenas divergências quanto à questão de organização de Partidos, um fato é inquestionável: é a identificação de propósitos, de objetivos e de metas, seja no campo do aperfeiçoamento e da efetiva implantação do regime democrático no País, seja quanto à consecução de metas no campo social, a preocupação social a que V. Exª muito bem aludiu. Assim, acho que V. Exª faz muito bem em ressaltar a figura do eminente líder que volta que, como disse, além de ser um líder, que está efetivamente no coração do povo, é um homem que se identifica perfeitamente com as nossas idéias e objetivos.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Esse aparte é um testemunho e, partindo de V. Exª muito haverá de exornar os seus sentimentos, agora, na hora da chegada. E posso assegurar que tais sentimentos, em relação a V. Exª, são recíprocos. Ele conhece a sua atuação como a de muitos de nosso partido por quem tem grande estima e cuja luta em favor da abertura ao longo desses anos é reconhecida.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — V. Exª permite?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com muita honra.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Meu eminente colega, eu, neste lado de cá, acostumei-me a admirar V. Exª do lado de lá, pela obstinada oposição que fazem ao Governo, ou, para melhor dizer, que fizeram a todos os governos da Revolução: Presidentes Costa e Silva, Médici, Geisel e, agora, o General Figueiredo. Uma oposição valente, sem meias palavras, embora respeitosa, sem temor. Esta é uma espécie de homenagem, homenagem desvaliosa, porque pessoalmente minha, que presto a V. Exª O Sr. Leonel Brizola passou 15 anos nos Estados Unidos, diz V. Exª que numa situação difícil, mas tenha a impressão de que a situação de V. Exª era bem mais incômoda. Ele sofria de saudade, enquanto V. Exª, da Oposição, travavam, diariamente, luta contra o governo, luta árdua, por vezes desigual. Causou-me, portanto, enorme estranheza a injustiça que o Sr. Leonel Brizola fez a V. Exª com sua declaração, à chegada, de que nestes 15 anos não tem havido oposição no Brasil. Isto, na verdade, é uma profunda injustiça aos aguerridos membros do MDB, desta Casa e da outra. Este meu registro, nobre colega.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço muito a V. Exª a gentileza do aparte, mas posso testemunhar que o nosso sofrimento, ao longo destes anos, foi grande, mas foi maior do que o dele, porque aqui, pelo menos, tínhamos a convivência da Pátria, da família e dos amigos.

No que diz respeito à questão da Oposição, eu, que assisti à entrevista posso informar que a resposta não foi claramente divulgada. Não sei se os Srs. já viram o que é uma entrevista concedida, à beira de uma catarata, a dezenas de repórteres, em que o povo participa, aos empurrões constantes.

A resposta foi exatamente essa: que não houve oposição, isto é, oposição no sentido conceitual do termo, oposição independente da vontade do Governo. Foi no sentido de não haver oposição legal, em razão de uma constituição casuística e arbitrária que ele emitiu seu depoimento, ninguém poderia entender de forma diferente. Sabe ele que foi aqui do Senado, deste plenário, que evantou a primeira voz em sua defesa, que foi a de Paulo Brossard, quando ele e o próprio Jango corriam risco de vida no Exterior. Os Anais registram o ato e disse tem ele conhecimento. Podem-lhe atribuir outras desvirtudes, nas nunca essa da grosseria e da ingratidão. De forma que posso assegurar a V. Exª, que assisti à entrevista.

Não houve oposição no sentido lato do termo. A Oposição foi consentida, e tanto é verdade que o nosso Partido registra a lacuna e a perda dos que ombaram, dos que foram cassados, dos que foram eliminados, por terem ultrapassado os limites da tolerância dos poderosos do dia. E a situação ainda persiste, pois a despeito de protestos, será extinto o MDB, o partido da Oposição.

Sr. Presidente, Brizola é homem de sensibilidade. Volta o mesmo em suas determinações mas com visão mais abrangente da nova realidade que

hoje reclama novo e diferenciado comportamento. Volta ao País e volta à política. Todavia, não traz veledade alguma do poder ou do mando. Consciente que o poder civil, nas atuais circunstâncias, somente seria causa e pretexto para novos golpes e novas violências. O exemplo de Getúlio e de Jango estão aí: um morto, o outro, deposto. Prefere, antes, dedicar-se diuturnamente à construção de um Partido renovado, pois, sem tal organização, o poder seria uma miragem.

A organização do povo, politicamente, constitui o dever primeiro de quem tem idéias e condições pessoais de lhe dar cumprimento. Não há interesse algum em triunfalismo, nem tampouco em concentrações ruidosas. A consciência de sua vocação, de sua capacidade de luta o levam até mesmo a dispensar pompas e manifestações quando isso seria até compreensível, nas atuais circunstâncias. A sua volta não implica divisão alguma. Entende que o trabalho é a filosofia política que melhor se compatibiliza com a realidade brasileira. E Partido de conteúdo socialista e democrático que busca o equilíbrio e a justiça social através de um progressivo avanço de reivindicação.

O partido a que pertenceu, e que existe na consciência do povo, é atual, a despeito da dilaceração de suas lideranças formais.

Como semente plantada por Getúlio em direção ao futuro, sobrevive no tempo. O mesmo não ocorreu com outros Partidos do passado, cujo revigoroamento não seria possível, talvez, nas atuais circunstâncias.

Muitos tentam condená-lo por não ter ingressado no MDB. Mas que confiança poderia inspirar um líder que abandonasse a sua trincheira de luta exatamente no instante em que as circunstâncias reclamam a sua reativação?

Diga-se, além do mais, que o seu ingresso seria inteiramente inócuo, pois ao invés de inviabilizar a extinção, daria ao Governo razões mais redobradas para que ela se efetivasse.

O MDB, dentro das atuais circunstâncias, fez até demais, porque sendo meramente tolerado para realizar um papel subalterno, não aceitou esse cometimento e levantamos a consciência da Nação — e foi essa a razão primeira para que a abertura se desse.

Não dependeria da volta de Brizola ou de Arraes a sua extinção. A estratégia que assim está determinando é de outra origem, porque os efeitos que se buscam são bem conhecidos.

O importante é que as oposições permaneçam unidas, ainda que abrigadas em mais de um partido; e condição para a existência de coligação é que existam partidos formais, definidos.

A despeito do grande noticiário em torno da sua volta, não se pode negar que existiram afirmações que não foram suas ou corretamente postas. Essas questões políticas são tão singulares que, vejamos os Srs., mesmo em Foz do Iguaçu, onde a multidão não era tão grande, não passava de duas mil pessoas, alguns jornais deram a presença do ex-líder Alencar Furtado, que lá não esteve e que, de antemão, disse que lá não haveria de comparecer. Se um fato material em relação a uma pessoa, a um líder conhecido, se em relação a um fato pode haver um erro ou uma afirmação que não corresponda à verdade, o que dizer em relação a conceitos?

Inclusive algumas entrevistas deram-no como tendo acusado o ex-Governador Arraes do desejo de jogar no mar a burguesia. Sobre este assunto eu conversei com o ex-Governador Leonel Brizola e ele disse: "Foi uma inverdade, eu nunca disse isso; quem falou disso fui eu, foi nos Estados Unidos". Contou as circunstâncias em que se deu o encontro e ele próprio Brizola dissera: "Arraes, hoje a burguesia é muito grande, ela não cabe no mar e nem na terra". Ele próprio, Brizola, é quem assim dissera, que ela era muito grande. Dando com isso a entender que havia necessidade de uma convivência, dentro de uma delimitação de interesses.

Também vi em jornais, colocada de forma diferente, uma alegoria a que ele se referiu. Num instante em que estávamos num banquete, oferecido por circunstâncias, um jornalista aproximou-se e pediu-lhe seu autógrafa, dizendo: "Eu quero o autógrafa do futuro Presidente da República!" Ele disse: "isso é impossível, isso é inviável, isso é inadmissível. O que nos cabe é organizar um partido. Se não houver organização jamais haverá condições da existência de um poder civil".

Então ele contou aquela fábula — não sei se é de Fedro ou de La Fontaine: — "O escorpião e o sapo estavam numa ilha, as águas se avolumavam. O escorpião disse: "Olha, nós vamos morrer, você podia me transportar, você que sabe nadar". E o sapo: "não posso fazê-lo, porque me picará". Replica o escorpião: "Como iria ferir-te se eu morreria também, sobretudo não sabendo nadar?" E o sapo resolveu salvá-lo. No meio do rio, o escorpião o ferrou. Aí o sapo perguntou: "Tu me ferroste, mesmo sabendo que vais morrer?" Respondeu o escorpião: "É da minha natureza".

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Agradecemos ao nobre Senador Aloysio Chaves a colaboração que nos dá, advertindo apenas que nem sempre é tão fácil ao trabalhador, sejam da cidade ou dos campos, reclamar dos direitos contrariados, mesmo porque, com a atual sistemática do Fundo de Garantia, ele pode ser despejado de um momento para o outro. E numa região como o Nordeste, em que ainda há poucos dias o próprio Superintendente da SUDENE afiançava que cerca de 27% da nossa população ativa está em desemprego aberto ou disfarçado, muitas vezes o pobre do trabalhador, que é tão espoliado e tão sacrificado, prefere engolir no seco para poder pelo menos garantir um mínimo de bóia à sua família. Daí a importância de que prescrição seja contada não a partir do desrespeito ao seu direito, mas da cessação do contrato de trabalho.

Ouçamos, agora, o ilustre Senador Henrique Santillo.

**O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO)** — Gostaria apenas de, neste oportuno pronunciamento que V. Exª faz nesta tarde, lembrar também aqui o problema dos trabalhadores rurais temporários, os "bóias-frias", que não têm nenhum amparo nas leis trabalhistas do País, para que o Governo possa, se realmente tem intenções de resolver problemas sociais, legislar em favor dos trabalhadores. E que V. Exª encaminhe também no seu projeto, inclusos nele, dispositivos que permitam amparar os trabalhadores rurais temporários do País, que já somam aí a casa de 8 milhões, marginalizados, sem garantia legal alguma, submetidos a um salário médio inferior ao salário mínimo, que são obrigados a empregar seus filhos menores, de 8, 9, 10 anos de idade, e que se submetem a um processo de espoliação extraordinariamente grande, e, como já disse, sem nenhuma garantia legal. São aí 8 milhões de trabalhadores brasileiros que estão ao léu, estão desamparados, e que nem mesmo do ponto de vista legal e formal, como bem disse V. Exª, têm condições de recorrer às autoridades brasileiras.

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Concordamos plenamente com V. Exª; incorporamos ao nosso pronunciamento a intervenção do ilustre representante do Estado de Goiás. Ele traz à tona o problema dos "bóias-frias", que vem se agravando a cada dia que passa — e aí como efeito e não como causa —, porque a raiz de todo o mal reside na própria estrutura fundiária do País. Ou o Governo parte efetivamente para uma reformulação da economia agrícola, em toda a profundidade, ou então esse grande problema que sacrifica massas de assalariados e de homens desempregados, não será resolvido.

Faz 15 anos que um movimento político — militar derrubou o governo anteriormente constituído, e uma das primeiras bandeiras então levantadas pelo Presidente da República, escolhido por aquele movimento, foi a da reforma agrária. Então, uma das teclas mais exaltadas era a promulgação do Estatuto da Terra, que previa especificamente o problema da reformulação dessa estrutura fundiária. Infelizmente, tudo ficou no papel e, por isso mesmo, o problema dos "bóias-frias" cada vez assume conotações verdadeiramente dramáticas.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Pois não.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Senador Marcos Freire, quando tomei a liberdade de procurar o Ministro do Trabalho, para colocar S. Exª a par da situação das minerações na minha região, em Currais Novos, no Rio Grande do Norte, era justamente porque os operários não tinham como fazer uma representação contra elas. Os sindicatos são subjugados à direção das minas. Qualquer um daqueles presidentes dos sindicatos que tomar a iniciativa de representar contra a mina, perde o emprego imediatamente. E o que é pior, perde o emprego e não recebe o Fundo de Garantia, porque este fica ao bel-prazer do patrão, para pagar no dia que bem entender. Essa é a grande realidade. S. Exª, o Ministro do Trabalho, ciente do caso, comprometeu-se comigo de mandar apurar e eu vou aguardar. O Ministro do Trabalho está científicado, fui pessoalmente falar com ele, e se nesses próximos 15 dias S. Exª não me der uma resposta favorável, comunicarei ao Plenário do Senado e vou voltar novamente ao Ministério. O que eu não tolero que seja viável é que agora, por ser do conhecimento do Ministro do Trabalho, essa taxa de insalubridade continue sem ser paga a criaturas que trabalham a 100, 200 metros de profundidade, adquirindo doenças ocupacionais e altamente prejudicadas por pessoas que só enxergam o lucro do dinheiro. Congratulome com V. Exª e com a lembrança do Senador por Goiás, Henrique Santillo, do operário do Paraná e de São Paulo, do "bóia-fria". É uma lembrança muito oportuna, porque, na realidade, o diarista não tem nenhuma estabilidade, nada tem que possa dar a ele uma perspectiva de segurança. Muito obrigado a V. Exª

**O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE)** — Nós é que agradecemos a V. Exª.

Diante dos boatos surgidos, a propósito da extensão da CLT ao campo, a Regional Nordeste II, da CNBB, em novo documento, a 16 de abril último, apresenta uma sucessão de argumentos contrários a essa extensão, além de outros que insistem na manutenção do art. 10 da Lei nº 5.889/73.

Como a Justiça do Trabalho não está interiorizada e o homem do campo é menos esclarecido quanto aos seus direitos, o citado artigo 10 é a melhor precaução legal para a defesa dos interesses do trabalhador rural.

Aliás, em lugar de se pretender a extensão da CLT ao trabalhador rural, o que cabe e estender o art. 10 da Lei 5.889/73 ao trabalhador urbano. É que, conforme já expôs recente documento do Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco,

"Na vigência do vínculo laboral, o empregado se sente compreensivelmente amedrontado e não recorre à Justiça do Trabalho. Teme a represália do patrão concretizada invariavelmente na dispensa sem justa causa ou quando o empregado é estável, nas várias modalidades ao alcance do empresário".

Por outro lado deve-se propor a criação de novas juntas de conciliação e julgamento no interior do país, certo que os juizes pela multiplicidade de atribuições e competência das mais amplas, nem sempre têm preparo bastante em Direito do Trabalho e, assim, acolhem mais os argumentos dos advogados patronais, mais preparados.

A Regional Nordeste II reafirma, com toda a sua autoridade, que:

"Todas essas investidas — o FGTS para o campo, prescrição bialnal nos moldes da CLT — são conseqüências da pressão do capital estrangeiro, que precisa do máximo de segurança, do mínimo de responsabilidade, para conseguir lucros cada vez maiores às custas do sangue, do suor, da vida dos trabalhadores".

Mas a Igreja não se limita à denúncia, apresentando aos interessados uma sugestão: "gritar, clamar, quer agrade, quer desagrade". Não permitir que a omissão resulte na perpetração de mais um crime contra os trabalhadores.

Apoiando essa denúncia e esse apelo, comprometemo-nos a lutar, nesta Casa e fora dela, para que não se estendam ao trabalhador no campo aquelas restrições que, à guiza de benefícios, lhe foram impostas pelo FGTS; muito menos que se permita a extensão àqueles da prescrição bialnal que a legislação marcou para os trabalhadores urbanos.

O campo precisa de assistência. Acreditamos que o amparo e estímulo à produção agropecuária, se bem orientados, pode reduzir, as dificuldades econômico-financeiras em que nos encontramos. Mas é preciso que, também no campo, se pratique a justiça distributiva, participando o trabalhador rural dos benefícios do desenvolvimento brasileiro, sem restrições nem violação de direitos arduamente conquistados.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Antes de passar à Ordem do Dia, desejo lembrar ao Plenário que a sessão de amanhã, dia 25 de setembro, será destinada a receber o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna, convocada nos termos regimentais.

Em consonância com o disposto no art. 419, alínea e, do Regimento Interno, no Ordem do Dia não se incluirá matéria para deliberação.

O livro de inscrição para os que desejarem interpelar o Sr. Ministro já se encontra aberto e continuará aberto até meia hora antes do início da sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Está finda a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA

As matérias constantes da pauta de hoje estão em fase de votação. Não havendo *quorum* para deliberação, fica a votação adiada para a sessão ordinária da próxima quarta-feira.

*São os seguintes os itens cuja votação é adiada:*

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17, de 1979, do Senador Itamar Franco, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, tendo

PARECERES, sob nºs 522 e 523, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável; e

— **Diretora**, favorável.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1979, apresentado pelo Senador Orestes Quêrcia, que cria Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar denúncias sobre violações de direitos humanos nos últimos dez anos, tendo

PARECER, sob nº 488, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 330, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, no dia 12 de setembro de 1979, por ocasião da instalação do Conselho Nacional do Comércio Exterior, no Rio de Janeiro.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 336, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1978, de sua autoria, que dispõe sobre aposentadoria especial, aos vinte anos de serviço, para os trabalhadores em cerâmica.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 337, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da exposição feita pelo Doutor Barboza Lima Sobrinho no Fórum ABI — Congresso Nacional de Problemas Brasileiros, realizado na Câmara dos Deputados no dia 18 de setembro de 1979.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha.

**O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE.** Pronuncia o seguinte discurso.)  
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Se alguns dos Srs. Senadores se derem ao trabalho de folhear os jornais e outros periódicos do nosso País, da última semana, vão verificar a constância com que aparecem notícias sobre problemas de índios do Brasil. Se pegarmos, por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, do dia 19 de setembro próximo findo, vamos ver, numa mesma página, três notícias de que nem a constância pode tirar a gravidade.

A primeira notícia diz textualmente:

“A declaração pela FUNAI de uma nova área indígena, com cerca de um milhão de hectares no município de Aripuanã, no Norte de Mato Grosso, está provocando uma série de protestos de políticos, empresários e até mesmo do próprio Governo Estadual, que já fez chegar à Presidência da República um documento de 17 páginas condenando a política indígena oficial e alertando que “Mato Grosso poderá tornar-se um feudo da FUNAI”.

Uma segunda notícia diz, para tristeza e vergonha nossa, que existe prisão para indígena na

“Fazenda Guarani”, que segundo denúncia está servindo de “colônia penal” para 74 indígenas de várias partes do País.

Uma terceira notícia da mesma página do mesmo jornal informa denúncia de que:

“Grileiros da Reserva Indígena de Barão de Antonina, no Paraná, estão arrendando as terras que ocuparam ilegalmente a famílias de japoneses, foi feita ontem em Bauru, por Álvaro Villas Boas, que dirige a 12ª Delegacia da FUNAI, com sede nesta cidade. Segundo ele, este fato “poderá aumentar a tensão existente na área e não se poderá prever as conseqüências disso”.

O mesmo jornal, na sua edição de 18 de setembro, já publicou assuntos de terras indígenas, desta vez na minha região, mais precisamente no meu município sergipano de Propriá. Passo a ler trechos da notícia que, pela importância, merece meditação e análise por esta Casa. Diz *O Estado de S. Paulo* em notícia vinda do seu correspondente de Sergipe:

A FUNAI decidiu no último fim de semana intervir, como parte interessada, na questão da ilha de São Pedro, no Baixo São Francisco, cuja posse é disputada na Justiça pela família do prefeito de Propriá, Antônio Guimarães Brito, e 150 caboclos descendentes dos

índios Xocós. Com a intervenção, a ilha de 250 hectares poderá ser transformada em reserva indígena.

Mesmo que isso não aconteça, os caboclos, que ocuparam as terras há dez dias, não deverão sair de lá “nem à força”, segundo afirmam. Eles alegam que as terras pertencem aos seus antepassados, expulsos da região há 100 anos, e dizem que estão dispostos a morrer defendendo a posse da ilha.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, percebe-se que não são notícias isoladas nem questões singelas a envolver simples disputas de posses de terras. O que há é o resultado de uma política *sui generis*, suicida mesmo, para escândalo dos antropólogos e dos estudiosos de sociologia do mundo inteiro, que vêem a política chamada de emancipação indígena começar a produzir os seus nefastos efeitos em nossa terra, como se este País fosse um pequeno país, de muito pequena extensão territorial, aonde os tradicionais filhos de sua terra não pudessem ter um lugar de sossego, de produção e de trabalho.

Evidentemente que estas questões indígenas só podem surgir num país que fez da improvisação a sua política, no sentido do tratamento dos direitos humanos. É claro que essas coisas só podem surgir num país onde a prepotência onde a sensação de que o povo não merece ser ouvido, construiu um Governo contrário às decisões que emanam do povo.

Tudo isso, Sr. Presidente, toda essa problemática que agora começa a envolver os índios brasileiros, faz parte de um quadro de desculturação do País que, para vergonha e infelicidade nossa, nos tornou, principalmente nos últimos três lustros, numa terra absolutamente sem características. Tanto isso é verdade, Srs. Senadores, que qualquer viajante desavisadamente chegado a uma das nossas metrópoles, como São Paulo, como Rio de Janeiro, nada vê naquelas cidades que as possam situar num país latino, tropical, que deveria ter características próprias. São Paulo é hoje igual a Nova Iorque, como o Rio de Janeiro, não fossem as belezas naturais, que não dependem do homem, seria igual a Boston ou Chicago. Isso, por que, Srs. Senadores? Porque houve realmente um fenômeno brasileiro muito típico nas últimas décadas, de invasão de multinacionais, de invasão da febre consumista, e um novo “bezerro de ouro” começou a ser adorado neste País — o capital — fazendo com que perdêssemos as características que outros países guardam, com tanta propriedade e com tanto amor.

A esse respeito, lembro de um episódio insólito acontecido comigo e com companheiros do Senado Federal que, em visita ao Território de Roraima, em pleno Trópico, fomos surpreendidos, em um hotel, por graçãos vestidos de *smoking* e que nos ofereciam pratos italianos. Isto é o maior sinal, apesar de sub-reptício, apesar de subliminar, de que este País está enfermo nas suas características nacionais.

Este País, que perdeu a sua identidade, nos seus costumes, na sua música, na sua comida, começa a perder as suas identidades históricas, é hoje um país sem memória. Evidentemente às custas do Governo, que virou as costas ao povo e que se achou auto-suficiente para gerir, sozinho, as nossas tradições.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE)** — Com muito prazer, nobre Senador Agenor Maria.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Senador Gilvan Rocha, V. Exª tem toda a razão. A propaganda massificante e subliminar nas televisões está criando uma situação irreversível em nosso País. Essa propaganda precisa ser disciplinada, custe o que custar, pois o que se observa é que ela leva às populações menos prevenidas aspirações que estão colocando em jogo a segurança da própria família. Afirmo a V. Exª: urge o Governo voltar-se para essa propaganda massificante e discipliná-la enquanto é tempo, porque posso afirmar que hoje, no Brasil, é muito difícil se encontrar uma doméstica, muito difícil! O tipo de educação que está aí, por incrível que pareça, faz com que a pessoa se sinta envergonhada de trabalhar, tenha pejo de trabalhar. E o pior; enquanto a menina-moça não aceita ser doméstica porque tem pejo de ser doméstica, se sente envergonhada de ser doméstica, por necessidade, ela prevai-se e se prostitui. Então é de se perguntar: que tipo de educação que está se dando neste País, onde o povo tem vergonha de trabalhar? Congratulo-me com o discurso de V. Exª e acredito que é um assunto que precisa voltar diariamente à baila para que, através do diálogo, possamos encontrar os meios de nos prevenir daquilo que tanto mal poderá fazer, no futuro, ao nosso País. Muito obrigado a V. Exª

**O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE)** — Eu que agradeço a sua intervenção, nobre Senador, homem sensível como é V. Exª a esses problemas nacionais.

Percebe-se então, Sr. Presidente, que a questão de disputa de terra pelos remanescentes dos primeiros habitantes de nosso País, não é simplesmente questão de fronteiras, uma questão de emancipação. Faz parte de um quadro que se agravou sobremaneira nos últimos anos. Um quadro de falta de memória, um quadro de desrespeito às nossas tradições e culturas endógenas. E, principalmente, um descaso a tudo que diz respeito à nossa História, aos nossos fundamentos intelectuais e culturais.

Isto tanto é mais grave, Sr. Presidente, quando estamos saindo de um governo prepotente e militar que deveria cultivar o nosso civismo, as nossas tradições que estão perigosamente perdidas, inclusive perdidas, pela falta de competência de se conduzir, nos cursos secundários e superiores, os estudos sobre a nossa problemática, que passaram, de uns anos para cá, a ser, em vez de estudos dos nossos problemas, em vez de estudos dos problemas brasileiros, teorismo em torno de propaganda governamental.

E é por isso, Sr. Presidente, que estou aqui a dizer que essas lutas dos indígenas brasileiros e sergipanos por suas terras envolvem uma questão da própria sobrevivência das nossas tradições culturais, que não podem ser esquecidas na improvisação de governos despreparados. Despreparados, Sr. Presidente, digo bem, porque basta sentir o exemplo do Sr. Ministro do Planejamento que, enquanto é Governo de um País que possui um órgão denominando Instituto Nacional de Reforma Agrária, ele mesmo, talvez desconhecendo a existência desse instituto, afirma que reforma agrária é assunto para economistas desocupados. Aliás, é uma característica muito própria dos governos antinacionais, dos grupos que ocupam o poder, fazerem do governo um aprendizado, quando sabemos, porque a história o demonstra, que ninguém vai para o governo aprender. Um governo não pode ser como é para o Sr. Delfim Netto, que hoje é o contrário do que era ontem, apenas um aprendizado através de ensaios e erros; não é ensaiando, errando e consertando que alguém tem que governar. Há que se chegar ao governo com uma programação do seu desempenho, com uma intenção, com um ideário, com uma ideologia para que não aconteça que de improviso em improviso, esse País não perca suas identidades culturais e não venha a se perder nos seus problemas.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Gilvan Rocha, acompanho, com interesse, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em que a cultura, as nossas tradições e a formação do homem brasileiro dentro da nossa tradição cultural, da nossa brasilidade é fundamental. Creio que todos nós estamos de acordo e nos preocupamos também com essa internacionalização que não acontece só no País, mas no mundo todo. V. Ex<sup>a</sup> há de convir que São Paulo, hoje, é uma cidade cosmopolita e ela não é o único exemplo, nem no Brasil, nem em país algum do mundo. Por outro lado, a política do Índio tem apresentado seus sérios problemas e acredito mesmo que o instituto da emancipação deve ser, cuidadosamente, acompanhado em seus efeitos, para as correções que forem julgadas convenientes no que V. Ex<sup>a</sup> quem sabe, já que seu Estado também participa da distribuição do índio brasileiro — poderá dar a sua sugestão. Mas nobre Senador, nesses últimos anos, o Governo tem se esforçado, também, por recompor no nosso ensino e na nossa formação, os princípios da nossa brasilidade e haja vista, V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, a introdução nos colégios da cadeira de Educação Cívica, a introdução na Universidade das cadeiras de Estudos Brasileiros e de Estudos Regionais, do próprio MOBRAF e outros programas que acredito estão dentro do objetivo importante a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. Eu gostaria finalmente de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, de esclarecer ao Plenário que o Sr. Ministro Delfim Netto jamais disse que a reforma agrária seria assunto para economistas desempregados. Ele esteve presente, aqui no Senado, e essa pergunta foi feita a ele por ocasião de uma reunião que ele fez com a Comissão de Agricultura e S. Ex<sup>a</sup> teve, nessa ocasião a oportunidade de esclarecer o pensamento dele de que a reforma agrária não é panacéia. Segundo, em nenhum país do mundo aonde foram feitas a reforma agrária os frutos foram realmente aqueles esperados. E terceiro, que ele é perfeitamente favorável à reforma agrária naquelas áreas aonde realmente se faz necessária, já que os frutos ainda precários dessa reforma, surgem sempre a muito longo prazo. Eu trago essa informação a V. Ex<sup>a</sup>, porque, realmente, o Sr. Ministro Delfim Netto é um homem que tem dado a melhor da sua inteligência ao País. E S. Ex<sup>a</sup> não é nenhum aprendiz, S. Ex<sup>a</sup> é um homem reconhecidamente capaz e acredito que prestará ainda, mais bons serviços a este País, durante este Governo. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Ainda bem, Excelência, que o Sr. Ministro Delfim Netto é conhecido pela sua volubilidade. Aliás é S. Ex<sup>a</sup>

mesmo quem declara, e declarou logo no início da sua mudança de Pasta ministerial, que mudava de opinião porque tinha mudado de lugar na mesa. A sinceridade e a constância não são qualidades inerentes ao nosso Ministro do Planejamento que, inclusive, faz do Governo um ato de aprendizado, porque S. Ex<sup>a</sup> hoje é o que não era antes. S. Ex<sup>a</sup> está fazendo o que, em técnica educacional é ensaio e erro. S. Ex<sup>a</sup> ensaia: se não der certo, não deu certo. Mas, é isto que está acabando com este País; esta improvisação, esta falta de estatismo nas decisões nacionais.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Aliás, respondendo, ainda, ao aparte de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> incorre em outro erro: é cacete muito comum do Governo dizer que o que ocorre no Brasil ocorre no resto do mundo; não é só no Brasil.

Vejamos no ponto que era objeto da nossa crítica: a desculturalização brasileira, a desnacionalização da nossa cultura. V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem viajado, sabe que todas as outras cidades internacionais, não têm essas características de cosmopolitismos totais. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a cidade do México por exemplo possui uma identidade cultural absolutamente evidente, assim como a possui Paris, que chega a ter uma atmosfera própria, como a possui Nova Délhi, como a possui Tóquio, como a possui Roma. O que há no Brasil, isto sim, é um descaso total de um Ministério que é, também, da Cultura, mas que jamais se empenhou o fundo, a ponto de que este País se transformasse no imperialismo que é hoje, trazendo evidentes prejuízos, principalmente, à nova geração e trazendo prejuízos que correm paralelos à fixação do homem à terra, como está a ocorrer, agora, com os indígenas brasileiros.

E é por isso, Sr. Presidente, que fiz questão de colocar a problemática da distribuição de terras para os índios, paralelo a essa política suicida de emancipação que escandalizou os estudiosos de Antropologia Social, que observam como se enterram tradições, costumes, como se colocam na vala comum tradições seculares de cultura dos nossos primeiros habitantes.

Daqui eu faço um apelo aos dirigentes da Fundação Nacional do Índio que estão, agora, assoberbados com esses programas e com estes problemas que estão surgindo, frutos da imprevidência de um governo que jamais se preocupou com o lado cultural, pois gastava a maioria do seu tempo em formular planos para perpetuação no poder. Eu faço um apelo à Fundação Nacional do Índio para que, não só na minha terra, não só na Ilha de São Pedro, onde existe uma tendência, a qual certamente não pode e nem deve se resolver tirando terra de um e entregando aos outros, que se faça, realmente, uma distribuição racional, que a FUNAI pague justamente a ocupação dessas terras com títulos da dívida ativa, com dinheiro em espécie até, no sentido da pacificação e no sentido maior da fixação de remanescentes de tribos indígenas, para que não possamos, num futuro muito próximo, ser um povo sem história e sem memória.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É pouca coisa o que tenho que falar, mas não poderia deixar de passar sem registro uma decisão que considerei pelo menos muito bombástica, aquela que foi tomada terça-feira passada pelo Senhor Presidente da República quando assinou um decreto através do qual isenta do desconto do Imposto de Renda, na fonte, o 13º salário.

Esta decisão, tomada pelo Senhor Presidente da República na terça-feira, foi anunciada, bombasticamente, por toda a imprensa, na quarta-feira, e não foram poucos os órgãos que procuraram, traduzindo esse decreto do Senhor Presidente da República, dizer que um grande benefício estava sendo concedido aos assalariados.

Sr. Presidente, refletindo bem, e causando até mesmo estranheza, eu confesso que nem tive coragem de levantar durante a semana esse problema, sem antes conversar com alguns economistas, conversar com alguns líderes da classe trabalhadora, para me inteirar, em profundidade, do alcance dessa medida do Senhor Presidente da República. E exatamente tinha eu razão quando desconfiava que o maior engodo que a classe trabalhadora podia ter recebido foi esse decreto. Por que razão? Porque o decreto do Presidente da República não isenta do pagamento do Imposto de Renda o 13º salário; apenas deixa de recolher compulsoriamente na fonte o que normalmente é feito de qualquer salário, que qualquer empresa pague a um determinado funcionário.

Ora, este não recolhimento do Imposto de Renda na fonte sobre o 13º salário só beneficia o Governo e nunca o assalariado! Por que razão? Primeiro,

vamos ver como é que funcionam essas deduções: elas começam normalmente no mês de janeiro e mensalmente é deduzido na fonte um determinado percentual. Mas quando é que isso vai ser devolvido? Vai ser devolvido, aproximadamente, no mês de junho. A declaração do Imposto de Renda é feita até março, e as devoluções vão ocorrer, aproximadamente, no mês de junho.

Ora, quase sempre as deduções na fonte são a mais, e a correção monetária a menos, para uma redução; é por essa razão que todo assalariado recebe praticamente devolução de Imposto de Renda retido na fonte, quando, ao fazer o cálculo em março, ao apresentar a sua declaração de Imposto de Renda, ele normalmente verifica que ele tem devolução do tesouro nacional, para receber, o que significa que o Governo, de janeiro a dezembro, cobrou a mais de todos os assalariados.

Entretanto, a correção monetária é a menos do que a correção real, porque a correção monetária pré-fixada foi de 35%, quando todos nós sabemos que a inflação este ano vai para 50, segundo o anúncio oficial do Governo, mas, quando isso chega a ser oficialmente anunciado, pode-se acrescentar mais 10 ou 20% neste cálculo.

Então, praticamente este ano a inflação vai ser o dobro daquela correção que o Governo vai dar daquilo que descontou na fonte dos assalariados durante o mês inteiro. E como um agravante: porque, enquanto a correção monetária é fixada em 35% a inflação chegou a 70%, na realidade vai haver um período de 18 meses para essa devolução, porque aquilo que foi desde janeiro descontado na fonte só vai ser devolvido no mês de junho.

Então, para um período de 18 meses, o Governo está admitindo uma correção monetária de 35% de uma importância que ele cobrou a mais do que normalmente é devido por cada assalariado.

Ora, Sr. Presidente, todo o desconto verificado de janeiro até aproximadamente o mês de agosto é ruim para o trabalhador; entretanto, a dedução dos últimos meses de cada ano é benéfica ao trabalhador. Porque, veja bem, o 13º salário é pago no mês de dezembro. Sobre este Imposto de Renda retido na fonte, que vai ser devolvido em junho, vai incidir uma correção monetária de 35%, portanto, uma correção monetária incidindo sobre um período de 6 meses apenas. Então, veja aí onde está o engodo.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Pois não.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Estou um pouco perplexo, ainda não consegui fixar bem essas idéias de V. Exª, sobretudo, as contas que V. Exª está fazendo. V. Exª declara que o desconto na fonte começa em janeiro e o Governo devolve no exercício seguinte, sobre o ano-base, a partir do mês de junho. Em alguns casos decorrido o prazo de 18 meses, sendo, portanto, o trabalhador ou o servidor público prejudicado. Mas, V. Exª acaba de declarar que quando a retenção na fonte se faz no último semestre ela é benéfica ao trabalhador ou ao servidor público. Neste caso são os exemplos que estamos utilizando.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Sim, é benéfico. Perfeito.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Neste caso, então, há uma perfeita compensação, porque se em alguns meses ele sofre uma desvantagem ou um prejuízo, o prazo corre contra ele, diremos em outras palavras, a partir de um determinado momento esse prazo passa a ser a seu favor. Foi isso que V. Exª disse.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Perfeito.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Então, o seu argumento é contraditório.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Não, V. Exª está equivocado. Veja bem: se a devolução ocorresse 12 meses após o início das deduções, uma correção monetária de 35% me parece que seria razoável, seria real. Por quê? Quando há deduções mensais, para efeito de prazo médio, devemos calcular não os 12 meses, mas os 6 meses; portanto, uma correção monetária de prazo médio de 6 meses, aos níveis de 35%, ela é bem razoável, ninguém sai perdendo. E não é esse realmente o objetivo, nem o Governo nem o trabalhador tem que sair perdendo, tem que haver justiça. Acontece que normalmente o prazo médio não é de 12 meses, porque a devolução leva 18 meses para ocorrer. Então, aí já começa a haver prejuízo do trabalhador, porque o seu dinheiro não está sendo corrigido razoavelmente, com justiça. Ainda mais, considerando o 13º salário, cujo desconto na fonte vai ter devolução seis meses depois com uma correção monetária calculada com base em 35%, então o Governo é que está se beneficiando e o trabalhador é que está sendo prejudicado. Por quê? Porque para ele é preferível deduzir na fonte o Imposto de Renda do 13º salário e do mês de dezembro; isso seria uma espécie de poupança para o traba-

lhador, pois seis meses depois ele teria a devolução, com uma correção monetária de 35%.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Permite-me uma nova intervenção, nobre Senador?

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Pois não.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Continuo perplexo, devo confessar ao eminente colega que, realmente, o meu raciocínio ainda não chegou a alcançar as razões que V. Exª está deduzindo, por isso peço desculpas por interromper o seu discurso.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Nós estamos aqui para debater o assunto e, quem sabe, se eu conseguir convencê-lo da injustiça que está sendo praticada, V. Exª, como Vice-Líder do Governo, há de nos ajudar, fazendo com que o Governo vá reparar essa injustiça que está cometendo contra o trabalhador.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador, sempre foi pleito manifestado, nesta Casa, e fora do Senado, no sentido de isentar o pagamento do 13º salário do desconto, da retenção na fonte para efeito de Imposto de Renda. Parece-me correto isso, não é?

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Como? Não entendi bem.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Sempre foi um pleito geral, manifestado, nesta Casa e fora dela, isentar da retenção na fonte...

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Não, não, não, deixe-me fazer uma correção, pelo menos eu nunca pleiteei essa medida. A medida que pleiteio é isentar do pagamento do Imposto de Renda o 13º salário.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Se nós entendemos que o assalariado percebe pouco e que, realmente, ele precisava de uma remuneração superior àquela que lhe é atribuída, não me parece que seja compensador para ele o fato de receber sobre essa retenção uma correção em 6 meses, 30 ou de 35%, que corresponderia a uma correção anual de 60% ou 70%.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — De 70%, no caso.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — O assalariado precisa do seu salário integral e da maneira mais satisfatória possível. Portanto, não vejo para se censurar este decreto. Se o Governo não o baixa, é censurado; se o faz, é também censurado.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Mas, Exª, o que nós sempre censuramos foi a tributação sobre o 13º. Uma coisa é pedirmos a isenção da incidência do Imposto de Renda sobre o 13º, que é o que queremos que aconteça; outra coisa completamente diferente é estarmos aqui a bater palmas para o Governo quando ele simplesmente não deduz o Imposto de Renda na fonte sobre o 13º. Mas o trabalhador vai ter que pagar o Imposto de Renda também sobre o 13º, porque entra no cálculo do Imposto de Renda a pagar.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Mas V. Exª acabou de dizer que sempre o trabalhador, e aí teremos de considerar uma determinada faixa de trabalhador como assalariado, sempre, V. Exª o disse há pouco, invariavelmente teria restituição. Então ele não vai pagar e se não teve a retenção no momento oportuno, ele foi beneficiado.

O SR. JOSÉ RICHÁ (MDB — PR) — Não foi beneficiado, porque, ao final, quase na véspera dele receber dedução, é preferível que incida o desconto na fonte, porque isto vai ser uma espécie de poupança para ele, porque ele vai receber o que foi deduzido, seis meses depois com uma correção monetária maior do que a correção real. Eu, inclusive, tenho pedido de sindicatos de trabalhadores avulsos de Santos e de Paranaguá, estivadores, ensacadores de café, trabalhadores e arrumadores. Eles, que são trabalhadores avulsos, querem inclusive que haja dedução na fonte. Por quê? Porque todo assalariado que não tenha um emprego fixo, trabalhador avulso, cai normalmente numa determinada importância que vai obrigá-lo a pagar Imposto de Renda sobre a mesma. Entretanto, como o recebimento de seu ganho é diário, ele está abaixo daquele limite em que é obrigatório, em que é compulsório o recolhimento na fonte por parte da empresa pagadora. Assim, ele não sofre nenhuma dedução na fonte. Acontece que isto o prejudica, porque na hora em que ele vai fazer a declaração do Imposto de Renda e verifica que tem imposto a pagar, ele não tem como pagá-lo.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Esse é que é o problema. Um determinado grupo de assalariados, trabalhadores na estiva, como V. Exª menciona, trabalhadores que prestam serviços sem continuidade...

portiva e um novo aumento do percentual sobre o imposto de renda, já apresentam um terço do total dos recursos do Ministério da Educação, e, no entanto, a situação da escola de 1º grau é cada vez pior, porque os Estados e Municípios, sabidamente, não dispõem de recursos para desempenharem essa tarefa que lhes é reservada pela Constituição Federal. Não seria uma convocação; seria um convite para que o Ministro fizesse uma exposição à nossa Comissão sobre esse projeto que, segundo informação chegada ao meu conhecimento, está, neste momento, no Ministério do Planejamento, que se preocupa com o problema. Creio que esse convite seja útil. Entretanto, coloco em discussão a sugestão, para ouvir a opinião dos meus nobres colegas. Creio que o Ministro terá o maior prazer, até porque já aqui esteve, por sinal, alcançou um sucesso extraordinário.

O SR. JORGE KALUME — Eu gostaria só de colocar o seguinte: Em 1973, fui paraninfar uma turma de técnicos pedagógicos lá da fronteira brasileira. Eu me informei, então, segundo dados oficiais de que, em 1980, o Brasil teria apenas 10% de analfabetos. E, hoje, com tristeza, vejo que não se reduziu. Mas acho que V. Exª tem razão. Estou de acordo com esse convite ao Sr. Ministro da Educação, para que S. Exª possa nos informar e explicar a respeito da matéria. Isso, na minha opinião, não é radicalismo, mas uma autoridade que promete e não cumpre deve ser responsabilizada. Isso é que quero dizer. Seja ele quem for, ou prefeito, ou governador, ou ministro. Então, no nosso País, nestes últimos anos, o que temos visto e ouvido é uma propaganda exagerada que nos faz acreditar, — eu, pelo menos, acredito — e quando, na verdade, passados uns dias, meses, anos, vemos o fracasso. É muito melhor ser franco. Não tendo recursos, é melhor não levar a efeito o programa, do que botar em prática um programa, sem dinheiro, e que não vai trazer resultado que se espera. Então, essa mudança de nome não deve trazer resultado nenhum para nós. Não adianta. O que adianta é manter o MOBREAL, naturalmente dentro de uma linha atuante, dinâmica, para se alcançar o seu objetivo, como foi criado aqui pelo nosso eminente colega, Senador Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A não ser que pesquisas, promovidas por órgãos realmente idôneos e isentos, demonstrem isso, pois que a idéia admirável da alfabetização de adultos não garante a efetiva alfabetização, porque, de acordo com as informações já apuradas em vários setores, o índice de regressão no analfabetismo estaria variando entre 85 a 92%. Então, por que manter nesse caso? Por que não injetar esses recursos vultosos na escola de jardim de infância e na escola de primeiro grau que, sabidamente, não dispõem de recursos suficientes? Por outro lado, órgão de atuação comunitária, com algumas das mesmas finalidades desse novo organismo que está sendo cogitado, algumas dessas funções já são preenchidas com absoluta deficiência de verbas pela Legião Brasileira de Assistência. Vários dos itens de que tomei conhecimento, através dos jornais, já são de responsabilidade da LBA, que não dispõe de recursos. Então, vamos suscitar um debate nada mais, e ouvir o que a opinião do Ministro competente para falar sobre esse assunto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães; Relator do Projeto.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, primeiro, quero pedir desculpas por estar andando de um lado para o outro, mas é que não consegui uma maneira de estar, ao mesmo tempo, em quatro lugares diferentes.

Com a Mensagem nº 461 de 1979, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do acordo firmado sobre cooperação cultural, concluído entre os governos da República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, em 7 de fevereiro de 1979. Atendendo ao disposto no Art. 44, inciso 1º, da Constituição Federal, é necessária a aprovação desse texto pelo Congresso Nacional. Acompanha a matéria exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual se esclarece que o referido acordo visa a criar instrumentos que intensifiquem os vínculos culturais, científicos e técnicos, entre os signatários, conforme especifica em seu Art. 2º, dispondo a respeito.

1 — No intercâmbio de professores profissionais, técnicos e pesquisadores;

2 — A concessão de bolsas de estudo de pós-graduação para cursos em suas universidades e instituições de ensino superiores;

3 — A concessão de bolsas de estudo em instituições de treinamento técnico, em outras entidades educacionais e de pesquisa;

É proposto ainda no seu art. 8º que:

Com objetivo de facilitar a aplicação desse acordo, e tendo em vista importantes ajustes quantos sejam necessários para promover um maior desen-

volvimento das relações culturais entre os dois países, será criada, no âmbito da Comissão Mista de Cooperação Brasileira Cabo-verdiano, uma subcomissão cultural. A subcomissão cultural reunir-se-á por ocasião das sessões da Comissão Mista, embora possa ser convocada extraordinariamente.

Ante o exposto e tendo em vista não ferir o interesse nacional, na parte da competência desta Comissão, nada temos a opor à aprovação do presente acordo na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 23/79.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em discussão o Parecer do nobre Relator.

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Se nenhum dos nobres colegas quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a nossa reunião. (Pausa.)

Encerrada.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1980

Às dez horas do dia dez de abril de mil novecentos e oitenta, na sala de reuniões do Anexo "B", presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, Jutahy Magalhães, Aloysio Chaves, Adalberto Sena e José Lins, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Tarso Dutra, Aderbal Jurema, Eunice Michiles, Evelásio Vieira e Franco Montoro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jutahy Magalhães, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1979, que "aprova o texto do tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Brasília, a 7 de fevereiro de 1979".

Colocado em discussão e votação o Parecer, é o mesmo aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1980

Às dez horas do dia trinta de abril de mil novecentos e oitenta, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Senhores Senadores Tancredo Neves, Vice-Presidente no exercício da Presidência, Jorge Kalume, Raimundo Parente, Henrique de La Rocque, Jutahy Magalhães, José Sarney, Saldanha Derzi, Lázaro Barboza e Mendes Canale, reúne-se a Comissão de Finanças.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Ofício "S" nº 12/80 — do Sr. Governador do Estado do Maranhão, solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares americanos), destinado a financiar Projetos Integrados de Produção Agropecuária do Estado.

Relator: Senador Henrique de La Rocque

Parecer: Favorável ao projeto, na forma do Projeto de Resolução que apresenta.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 23/77 — Altera a redação do art. 147 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Relator: Senador Henrique de La Rocque

Parecer: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CLS.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1980-(CN), que "suprime a letra "d" do parágrafo único do artigo 30 da Constituição Federal".

## 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1980

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala Clóvis Bevilacqua, presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Aderbal Jurema, Bernardino Viana, Passos Pôrto, Cunha Lima, Afonso Camargo, Leite Chaves e os Senhores Deputados Adriano Valente, Afrísio Vieira Lima, José Carlos Fagundes, Saramago Pinheiro, Carlos Wilson e Edson Vidigal, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1980-(CN), que "suprime a letra "d" do parágrafo único do artigo 30 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lenoir Vargas, Raimundo Parente, Nelson Carneiro, Dirceu Cardoso e os Senhores Deputados Alberto Hoffmann, Antônio Morimoto, Samir Achôa, Heitor Alencar Furtado e Cardoso Fregapani.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Aderbal Jurema, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Aderbal Jurema convida o Senhor Senador Passos Pôrto para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

## Para Presidente:

|                            |          |
|----------------------------|----------|
| Senador Cunha Lima .....   | 11 votos |
| Senador Leite Chaves ..... | 1 voto   |

## Para Vice-Presidente:

|                                  |          |
|----------------------------------|----------|
| Deputado Saramago Pinheiro ..... | 10 votos |
| Deputado Adriano Valente .....   | 2 votos  |

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Cunha Lima e Deputado Saramago Pinheiro.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Cunha Lima agradece, em nome do Senhor Deputado Saramago Pinheiro e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Alberto Hoffmann para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Nadir Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1980-(CN), que, "dá nova redação ao inciso VIII do artigo 13 da Constituição Federal".

## 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1980

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta, às dezesseis horas, na Sala Clóvis Bevilacqua, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume, José Lins, Aloysio Chaves, Aderbal Jurema, Almir Pinto, Moacyr Dalla, Orestes Quêrcia, Henrique Santillo e os Senhores Deputados Feu Rosa, Simão Sessin, Mário Moreira, Figueiredo Correia e Murilo Mendes, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudos e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1980-(CN), que "dá nova redação ao inciso VIII do artigo 13 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marcos Freire, Mauro Benevides, Evelásio Vieira e os Senhores Deputados Claudino Sales, Francisco Benjamin, Julio Marins, Paulo Pimentel e Cardoso Alves. De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senador Aderbal Jurema, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Aderbal Jurema convida o Senhor Senador Orestes Quêrcia para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

## Para Presidente:

|                               |          |
|-------------------------------|----------|
| Deputado Cardoso Alves .....  | 10 votos |
| Deputado Paulo Pimentel ..... | 3 votos  |

## Para Vice-Presidente:

|                           |          |
|---------------------------|----------|
| Senador Almir Pinto ..... | 10 votos |
| Senador José Lins .....   | 3 votos  |

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputado Cardoso Alves e Senador Almir Pinto.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Almir Pinto, Vice-Presidente, agradece, em nome do Senhor Deputado Cardoso Alves e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jorge Kalume para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zanlorenci, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e irá à publicação.

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1980-(CN), que, "Dispõe sobre a aplicação de recursos, pelos Estados e Municípios, em programas de alimentação escolar, acrescentando parágrafo ao artigo 13 e alterando a redação da redação da alínea "f" do parágrafo 3º do artigo 15 da Constituição Federal."

## 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA em 15 de abril de 1980

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala Clóvis Bevilacqua, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Tarso Dutra, Eunice Michiles, Jorge Kalume, José Lins, Lomanto Júnior, Adalberto Sena, Mendes Canale, Leite Chaves e os Srs. Deputados José Carlos Fagundes, Honorato Vianna e Darcílio Ayres, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1980-(CN), que, "Dispõe sobre a aplicação de recursos, pelos Estados e Municípios, em programas de alimentação escolar, acrescentando parágrafo ao artigo 13 e alterando a redação da alínea "f" do parágrafo 3º do artigo 15 da Constituição Federal."

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Humberto Lucena, Franco Montoro e Deputados Fernando Magalhães, Vingt Rosado, Adolfo Franco, João Herculino, Samir Achôa, Lúcia Viveiros, Ubaldo Dantas e Sérgio Murilo.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador João Calmon, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador João Calmon, convida o Senhor Senador José Lins para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado.

## Para Presidente:

|                              |          |
|------------------------------|----------|
| Senador Adalberto Sena ..... | 10 votos |
| Senador Franco Montoro ..... | 2 votos  |

## Para Vice-Presidente:

|                              |          |
|------------------------------|----------|
| Deputado Adolfo Franco ..... | 10 votos |
| Deputado Sérgio Murilo ..... | 2 votos  |

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Senador Adalberto Sena e o Sr. Deputado Adolfo Franco.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Adalberto Sena agradece, em nome do Senhor Deputado Adolfo Franco e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Honorato Vianna para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zanlorenci, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e irá à publicação.

Temos um outro expediente ainda, enviado pelo 1º-Secretário Alexandre Costa, nos seguintes termos:

"Sr. Presidente,

Em atendimento ao deliberado por essa comissão, tive oportunidade de solicitar, através do OF. 627, de 26 de outubro de 1979, reiterado pelo de nº 722, de 21 de novembro de 1979, as providências do Gabinete Civil da Presidência da República junto ao Conselho Federal de Educação, no sentido de se obter o pronunciamento daquele órgão sobre o Projeto de Lei do Senado de nº 223, de 1979, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional, estabelece critérios para distribuição de recursos da União para os Estados e Territórios. Decorrido o prazo regimental, sem que tenham sido respondidos aqueles expedientes, encaminho a V. Exª o referido projeto para os fins constantes do art. 164, item II, § 2º, do Regimento Interno."

O Relator é o nobre Senador Aloysio Chaves, a quem vou encaminhar este ofício.

Como, entretanto, ontem tive um encontro aqui, por ocasião das homenagens à memória do Senador Petrônio Portella, com o Presidente do Conselho Federal de Educação e S. Exª me pediu que mantivesse um contato com aquele colegiado, tenho impressão que eu poderia conseguir, diretamente com o Conselho Federal de Educação, um pronunciamento, porque essa iniciativa é do nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. TARSO DUTRA — (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Não. Af, faço diretamente. Ontem mesmo, mantive esse contato com S. Exª que me disse estar disposto a me receber no Conselho Federal de Educação para responder. Talvez, não tenha nem chegado lá. Mas, de acordo com a sugestão do nobre...

Eu estimaria também consultar a Comissão sobre um ponto que me parece a maior importância.

Como todos nós estamos lembrados, depois de um pequeno discurso que proferi do plenário do Senado, o MDB pediu a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre o MOBREAL. 13 Deputados da antiga ARENA e 10 do ex-MDB subscreveram o pedido. Foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, que funcionou apenas um mês e meio, menos de dois meses. Antes de decorridos dois meses, veio uma ordem, uma decisão, uma recomendação, no sentido de cessarem todos os depoimentos, e a Comissão deveria sustar a coleta de depoimentos. Como a ARENA era majoritária, essa determinação foi acolhida apenas com um voto contrário, que foi o meu. É necessário recordar aquela frase famosa de Clemenceau, de que "A vitória tem muitos pais, mas a derrota é órfã".

O MOBREAL nasceu por iniciativa do nobre Senador que ainda nos honra com a sua presença inspiradora e que era o então Ministro da Educação e Cultura do Governo Costa e Silva, Senador Tarso Dutra. Nasceu o MOBREAL e inspirou esperanças. Houve muito otimismo em relação aos resultados da sua ação. Mas havia uma decisão muito clara na época: o MOBREAL teria de atuar no decorrer de um determinado período, cessando suas atividades em 1980. Isto, depois, foi definido pelos sucessores do Ministro Tarso Dutra, Senadores Ney Braga e Jarbas Passarinho. Quando foi instituída a CPI do MOBREAL, chegou-se à conclusão, através dos primeiros depoimentos, de que o MOBREAL apresentava um alto grau de ineficiência. Foram constatados casos concretos de alunos-fantasmas, de falta de concorrência para compra de material, o índice de regressão ao analfabetismo, entre diplomados do MOBREAL, era muito elevado. Então, como cada depoimento agravava o quadro que já era do conhecimento de quase todos os Senadores do quadro do MOBREAL, houve essa decisão, infelizmente acolhida na base do rolo compressor, da maioria esmagadora de votos.

Posteriormente, o Ministro da Educação e Cultura da época, o nosso Senador Ney Braga, enviou-me ofício, a mim, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação e Cultura, dizendo que a CPI, embora tivesse encerrado os seus trabalhos, tinha apresentado um mérito incontestável, que as suas recomendações haviam sido acolhidas pelo Ministério da Educação e Cultura, que estava preocupado com a revelação sobre os altos índices de regressão ao analfabetismo entre diplomados do MOBREAL, e juntava, então, ao seu ofício ao Presidente da Comissão uma pesquisa realizada pela Subcomissão da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Através dessa pesquisa, havia sido apurado que o índice de regressão ao analfabetismo entre diplomados do MOBREAL era baixo, era satisfatório, que o aproveitamento dos alunos diplomados do MOBREAL era plenamente satisfatório.

De posse desse documento, partido do Ministro da Educação e Cultura, eu, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura, tive a curiosidade

de tomar conhecimento do texto dessa pesquisa, desse estudo feito pela Subcomissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Dirigi-me à Câmara, colhi todos os dados. Af, confesso que fiquei apenas estupefato. O relatório dessa Subcomissão não tinha a assinatura de um dos seus três membros, o Deputado Braga Ramos, figura eminente do Congresso Nacional há muitos anos. Já me causou estranheza a falta da assinatura de um dos três membros. O Presidente dessa Subcomissão tinha sido funcionário do MOBREAL até o dia da eleição, era o Coordenador estadual do MOBREAL no Estado do Rio de Janeiro. E mais, eu diria, todos os pesquisadores pertenciam aos quadros do MOBREAL, como constava lá, não houve nenhuma tentativa de ocultar a verdade, os pesquisadores eram funcionários do MOBREAL! As pesquisas haviam abrangido um número extremamente reduzido de diplomados do MOBREAL que tinham terminado o curso há um ano apenas, quando, de acordo com a boa técnica, deveriam decorrer pelo menos cinco anos para se fazer a apuração se teria havido ou não a regressão; depois de 5 anos, não alguns meses em seguida. Finalmente, apurei, e com enorme constrangimento, que o relatório da Subcomissão havia sido integralmente elaborado, redigido nelo MOBREAL.

Confesso que, diante dessas revelações de tamanha gravidade, numa época em que não existia no Brasil essa saudável abertura democrática que af está, confesso que fiquei perplexo. Entendi que talvez prestasse melhor serviço à causa da educação se, em vez de soltar esta bomba da tribuna do Senado, envolvendo uma Casa co-irmã, eu deveria, de preferência, encaminhar todos esses dados, esses elementos, essa documentação ao próprio Ministro da Educação, o que fiz numa carta particular, sem nenhum caráter oficial.

Enviei, então, toda a documentação ao Ministro Ney Braga, que me respondeu em seguida, dizendo que, tomando conhecimento daquelas revelações, iria encomendar uma pesquisa a um órgão idôneo e isento, porque, obviamente, o MOBREAL não seria o órgão adequado para aferir o seu grau de eficiência. Houve o primeiro contato do Ministério da Educação e Cultura com a Federação de Faculdades Oficiais do Estado do Rio de Janeiro, que depois se transformou em universidade, da qual, numa certa época, foi diretor o escritor Guilherme Figueiredo e de que é, atualmente, reitor.

Mas, por motivos que ignoro, esse convênio não chegou a ser celebrado. Posteriormente, o Ministério da Educação e Cultura entrou em entendimento com a Universidade de Brasília, através do Reitor José Carlos de Azevedo, não para a realização de uma pesquisa sobre o índice de regressão ao analfabetismo entre diplomados do MOBREAL, mas apenas para que a Universidade de Brasília fizesse um convênio, fixando os critérios que deveriam ser seguidos para uma pesquisa desse tipo. Até hoje, não houve essa pesquisa.

Mais tarde, o atual diretor da CAPES, cujo nome me escapa no momento, um jovem da mais alta categoria, fez um estudo, na época, para o IPEA, sobre o rendimento do MOBREAL, chegando a conclusões muito desanimadoras.

De acordo com informações que colhemos nos nossos Estados e nos Municípios que visitamos, através inclusive do caso particular do meu Estado natal que aqui represento, o Espírito Santo, a ação do MOBREAL foi absolutamente ineficiente, não por culpa da idéia de existir no País uma cruzada com estas características, mas pelas distorções que, aos poucos, foram sendo introduzidas.

O MOBREAL, hoje, logo após a primeira fase, passou a atuar em três, quatro, cinco, seis diferentes áreas que não têm nada a ver com a finalidade para a qual foi criado especificamente pelo eminentíssimo Ministro da Educação e Cultura da época, o Senador Tarso Dutra. Então, até hoje, e estou falando do Espírito Santo, houve um censo escolar no Espírito Santo, há dois anos, realizado pelas professoras do Estado. O índice de regressão ao analfabetismo constatado era de quase 40%. Então, na realidade, conforme declarou também o Reitor Azevedo, num dos estudos do Projeto da Educação, vamos encerrar a década de 80, na realidade, em números absolutos, com uma massa de analfabetos ainda maior. Houve uma pequena queda do percentual de analfabetismo, provavelmente não devida ao MOBREAL, mas, em números absolutos, até a massa de analfabetos cresceu.

Ora, neste momento, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura, fico extremamente preocupado, porque leio nos jornais que há um plano em marcha para que o MOBREAL continue, mudando o seu nome e alterando algumas das suas tarefas, para passar a ser um órgão de atuação comunitária, ficando apenas ainda uma parte menor reservada à alfabetização.

Indago dos meus nobres colegas se não seria desejável um convite nosso ao Ministro da Educação e Cultura, para que S. Exª, nos expusesse detalhes dessa modificação na estrutura do MOBREAL, a modificação da sua denominação e alteração dos seus objetivos. De acordo com algumas informações, — eu gostaria que fossem confirmadas ou desmentidas, de acordo com o resultado — os recursos hoje destinados ao MOBREAL, inclusive da Loteria Es-

pregado que, por motivo de doença, ficar incapacitado para o trabalho. Sessão: 16-4-80.

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1979 — Senador Orestes Quércia — acrescentando alínea f e alterando o item III do art. 8º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Sessão: 23-4-80.

#### Recurso rejeitado e enviado ao arquivo

S/Nº 79 — Senador Itamar Franco — interposto à decisão do Presidente do Senado Federal que negou seguimento ao Requerimento de Informações, de sua autoria, ao Poder Executivo, referente a quotas do PIS, investimentos da CVRD, dívida externa brasileira, empréstimos externos obtidos

pela LIGHT e participação da SIDERBRÁS no Projeto Mendes Júnior (Parecer nº 1.165/79). Sessão: 16-4-80.

#### Recursos prejudicados e enviados ao arquivo

S/Nº 79 — Senador Itamar Franco — interposto à decisão do Presidente do Senado Federal que negou seguimento ao Requerimento de Informações de sua autoria, ao Poder Executivo, sobre o processo iniciado pela representação de Lynaldo Uchoa de Medeiros contra ex-Diretores do Banco Central do Brasil e sobre contrato celebrado entre Aço Minas Gerais S.A. e a firma American Medical Internacional. (Parecer nº 1.166/79.) Sessão: 16-4-80.

S/Nº 79 — Senador Itamar Franco — interposto à decisão do Presidente do Senado Federal que negou seguimento ao Requerimento de Informações de sua autoria, ao Poder Executivo, sobre as características das agências do Banco do Brasil S.A. no exterior. (Parecer nº 1.167/79.) Sessão: 16-4-80.

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

#### 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1980

Às dez horas do dia vinte de março de mil novecentos e oitenta, na sala de reuniões do Anexo "B", presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, José Lins, Adalberto SENA e Tarso Dutra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Aderbal Jurema, Eunice Michiles, Evelásio Vieira e Franco Montoro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jutahy Magalhães, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1979, que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da República de Cabo Verde, em Brasília, à 7 de fevereiro de 1979".

Colocado em discussão e votação, o parecer é aprovado.

Logo após, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ANEXO À ATA DA 1ª REUNIÃO, EM 20 DE MARÇO DE 1980.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número legal, declaro iniciados os nossos trabalhos.

No decorrer do recesso do Congresso Nacional, realizou-se uma reunião muito importante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. O documento final tem enorme significação e eu pediria permissão aos nobres colegas para lê-lo, porque há uma referência expressa ao esforço de membros, aqui, da Comissão de Educação e Cultura em favor da solução de problemas altamente prioritários.

O texto desse documento final é o seguinte:

#### Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

##### Documento Final

Os Reitores das Universidades Brasileiras, ao término de sua XXX Reunião Plenária, realizada na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, de 23 a 25 de janeiro de 1980, registram, neste Documento, as mais importantes constatações e proposições a que chegaram, quando da análise do tema: Financiamento do Ensino Superior.

1. De início, reconhecem os Reitores o significado e alcance do esforço para a integração do ensino superior à política de universalização da educação básica, com prioridade nas ações voltadas para as zonas rurais e periferias urbanas, bem como os programas de ação cultural, a que se propõe, no momento, o Ministério da Educação e Cultura. Tal ênfase política vem reforçar a convicção do insubstituível e relevante papel que cabe à Universidade no desenvolvimento do País, sem privilégio de graus de ensino. Nesse sentido, entendem que se estará dando significativa contribuição para a solução de um problema único, embora com múltiplos aspectos, o da educação nacional.

2. Os Reitores observam, com preocupação, que não há uma consciência nacional de que a educação, inclusive nos programas do Governo, deva ser prioritária para o desenvolvimento do País.

3. Reconhecem e lamentam a reduzida participação do ensino superior nas estratégias da ação governamental.

4. Conseqüentemente, enfatizam os Reitores que a progressiva diminuição da parcela destinada à educação no orçamento federal, subordinada a critérios de racionalidade econômica, aplicáveis a outros investimentos, vem provocando um desequilíbrio entre os recursos financeiros necessários e as tarefas fundamentais do ensino superior, com tendência a tornar a Universidade institucionalmente inviável.

5. Observam que tal tendência é fruto de uma visão unilateral do processo de desenvolvimento do País que, nesses últimos anos, privilegiou investimentos de retorno rápido, em detrimento da educação, de efeitos multiplicadores mais profundos e permanentes.

Diante disso, impõe-se, como necessária e urgente, a mobilização da consciência nacional em favor da educação e de uma ação governamental inspirada nas seguintes premissas:

1. Que a educação seja reconhecida como prioridade fundamental no processo de desenvolvimento do País.

2. Que se aplique o preceito, consagrado na Constituição de 1946, da obrigatoriedade de investir, em educação, pelo menos, 12% da Receita da União e 20% da dos Estados.

3. Que se crie um Fundo Especial para o ensino superior oficial e particular, sem prejuízo dos recursos destinados ao ensino do 1º e 2º graus.

4. Que as formas alternativas de financiamento à educação constituam uma estratégia complementar e adicional aos encargos governamentais.

5. Que o pagamento de anuidades e taxas escolares não sejam considerados suficientes para resolver o grave problema do financiamento do ensino superior.

6. Que se reconheça a necessidade de assegurar às instituições universitárias a indispensável autonomia de gestão financeira e a transferência de recursos, prevista na Lei nº 5.640, sob forma de dotação global, como condições básicas para desempenho satisfatório de suas funções.

Finalmente, sem desconhecem a grave situação econômico-financeira por que passa o País, os Reitores salientam que toda tentativa de restituir às instituições universitárias as condições requeridas para o seu funcionamento condigno envolve, necessariamente, profunda revisão da presente política salarial. Neste sentido, de maneira unânime aplaudem a iniciativa do Sr. Ministro da Educação e Cultura, Prof. Eduardo Portella, de propor a reestruturação da carreira do magistério, pressuposto do exercício permanente de uma pedagogia da qualidade.

Curitiba-Pr, 25 de janeiro de 1980

Como esse documento final consagra a tese de todos os membros do Senado Federal, eu proporia que constasse, na nossa Ata, um voto de aplauso a esse documento final do Conselho de Reitores.

O SR. ADALBERTO SENA — (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em dividi-lo 1/3 para o ensino superior, 1/3 para o ensino médio e 1/3 para o ensino primário.

Agora, há uma outra emenda, além daquela que foi derrotada e teve como Relator o nosso nobre colega Jutahy Magalhães, há uma outra emenda de iniciativa de uma Deputada mineira, propondo o restabelecimento da vinculação, isto é, o mesmo percentual da proposta anterior que, infelizmente, não pode ser aprovada.

c) o Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco.

§ 2º Os Governadores dos Estados, sempre que o desejarem, assumirão pessoalmente a representação dos respectivos Estados.

§ 3º Os representantes dos órgãos e entidades mencionados neste artigo serão escolhidos entre seus servidores e sua substituição, bem como a dos membros natos do Conselho, se processará na forma prevista em regulamento.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Assuntos Regionais.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 1979**

**Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre transferência de empregado estudante.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho o seguinte § 4º:

“§ 4º O empregado, estudante universitário, só poderá ser transferido para localidade em que funcionar normalmente o curso superior em que estiver matriculado, sendo-lhe garantida a matrícula, em qualquer época.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Entre as proteções ao contrato de trabalho, consignadas nos arts. 469 e 470, não se encontra a que aqui se sugere e que assegura não apenas o interesse do empregado, mas também o do empregador e do País.

O que se procura alcançar é uma garantia ao empregado que esteja cursando universidade, vedando que o empregador possa transferi-lo, a não ser que na nova localidade exista o curso em que esteja matriculado, assegurando-se-lhe, ainda, a matrícula em qualquer época do ano.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1979. — Nelson Carneiro.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**

Art. 469. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

§ 1º Não estão compreendidos na proibição deste artigo os empregados que exerçam cargos de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra da real necessidade de serviço.

§ 2º É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

§ 3º Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar o contrato, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Legislação Social.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 1979**

**Introduz alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário aos idosos e inválidos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado à Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, o seguinte artigo sob nº 7º, renumerando-se o atual e seguintes:

“Art. 7º A renda mensal vitalícia a que se refere o art. 2º será revertida à viúva ou companheira do beneficiário, quando do falecimento deste.”

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, renumerado para 9º em virtude da determinação contida no artigo anterior desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O custeio do amparo estabelecido nesta lei será atendido, sem aumento de contribuições, pelo destaque de uma parcela da receita de custeio dos regimes de benefícios e serviços dos trabalhadores urbanos e rurais, variável de quatro a seis décimos por cento da folha de salários de contribuição.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Acolho, com a medida preconizada no art. 1º deste projeto, sugestão a nós enviada pela Câmara Municipal da cidade paulista de Bauru, resultado de requerimento apresentado à referida edilidade pelo Vereador Otto de Carvalho.

Trata-se de medida absolutamente meritória e justa, visto como, se o idoso ou o inválido necessita do amparo da previdência social, conforme reconheceu o governo ao editar a Lei nº 6.179, de 1974, com muito maior razão o benefício que cabe a um desses desprotegidos deve reverter à sua viúva ou companheira, no caso de falecimento do beneficiário.

A nova redação que estamos procurando dar ao art. 8º da Lei nº 6.179/74 (9º em razão da renumeração determinada no projeto) visa atender à exigência contida no parágrafo único do art. 165 da Constituição e, pois, viabilizar o projeto quanto à constitucionalidade. A fonte de custeio por nós ideada provirá da elevação de 4 para até 6 décimos por cento do destaque de receita previsto na legislação em vigor, plenamente compatível com as disponibilidades da previdência social.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1979. — Orestes Quéricia.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 6.179, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

**Institui amparo previdenciário aos idosos e inválidos.**

Art. 8º O custeio do amparo estabelecido nesta Lei será atendido, sem aumento de contribuições pelo destaque de uma parcela da receita do INPS e do FUNRURAL, correspondente a 0,4% (quatro décimos por cento) da folha de salários de contribuição, onerando em partes iguais cada uma dessas entidades.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e Finanças.)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

AV. (11) nº 349

Em 13 de agosto de 1979

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Luiz Viana Filho  
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

De acordo com correspondência anteriormente encaminhada, está previsto meu comparecimento ao Plenário do Senado Federal no próximo dia 16, para proferir palestra sobre as diretrizes de trabalho deste Ministério na atual Administração, o Programa Nacional do Alcool e a privatização de empresas estatais.

Entretanto, para essa mesma data está marcada reunião dos Ministros da área econômica do Governo brasileiro com a delegação de cinco Ministros japoneses, que estará em visita ao Brasil.

Considerando não haver sido possível alterar a data do encontro, em razão de tratar-se de missão estrangeira, com programação previamente definida, e da existência de assuntos de grande relevância a serem tratados com delegação nipônica, solicito a sua colaboração no sentido de estudar a possibilidade de adiamento do meu comparecimento a essa Casa para uma nova data, a ser sugerida por Vossa Excelência.

Agradecendo antecipadamente a atenção de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para renovar os meus protestos de elevada estima e consideração.

— João Camilo Penna.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Em atendimento ao expediente que acaba de ser lido, esta Presidência, não havendo objeção do plenário, resolve prorrogar para o dia 13 de setembro o comparecimento do Sr. Ministro João Camilo Pena, da Indústria e do Comércio, ao plenário do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 267, DE 1979**

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal;

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvida a Casa, a transcrição nos Anais do Senado Federal o texto completo da conferência pronunciada pelo Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, perante os estagiários da Escola Superior de Guerra.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1979. — **Murilo Badaró.**

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Através da Mensagem nº 126, de 1979, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Murillo Gurgel Valente, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil, junto à República de Cingapura.

Para apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (ARENA — AL. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Ministro do Exército, General Walter Pires, compareceu, no dia 26 de junho passado, perante à Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados, aproveitando a oportunidade para importantes declarações, esclarecendo assuntos diversos ao responder a indagações que lhe foram feitas por parlamentares.

Sobre a anistia, objeto de uma das perguntas, respondeu: "o Exército cumprirá, rigorosamente, o que for determinado pelo decreto", adiantando que, quanto à situação dos militares punidos pelos atos de exceção, "cada caso será analisado, pois as implicações não são as mesmas".

Inicialmente, o Ministro do Exército fez objetiva explanação sobre "a cooperação do Exército brasileiro no desenvolvimento nacional", razão maior de sua ida à Comissão de Transportes da Câmara. Lembrou ser o Exército uma instituição caracteristicamente representativa de nosso povo: "dentro de suas fileiras — disse — confundem-se as classes, desaparecem as diferenças sociais, as desigualdades entre os homens, porque todos se nivelam na camaradagem do quartel. O Exército é, por assim dizer, o ponto de convergência a que acorrem, anualmente, nossos jovens patrióticos de todas as procedências, para a prestação do serviço militar". Destacou que a heterogeneidade "de procedências, credos e raças, que se fundem no convívio da caserna, dá ao Exército o traço de sua formação democrática, a sua homogeneidade de procedimentos, a sua coesão e a sua força". Completou, afirmando: "com toda a convicção, que o Exército brasileiro tem acentuada formação democrática, representa verdadeiramente o corte transversal de nosso povo e, com a maior honestidade de propósitos, tem cumprido sua destinação constitucional".

Mostrou o decisivo papel do Exército para a valorização do homem brasileiro, na interiorização do progresso e na integração nacional, papel este que o Exército, como a Marinha e a Aeronáutica, exercem historicamente nas regiões mais distantes e isoladas do País, as instituições militares se tornando fonte de civilização no vasto território nacional.

Observou o General Walter Pires que, no quadro de segurança nacional, dois papéis fundamentais são reservados ao Exército: o primeiro é o de estar apto a intervir sempre que os antagonistas internos e externos não puderem ser superados no campo político, econômico ou psicossocial e constituem risco para a segurança da comunidade; o segundo é a participação efetiva no processo de desenvolvimento, em consequência da posição que usufrua de estar em todas as regiões brasileiras.

Nesta parte, aludiu o Ministro a aspectos dos mais importantes da missão assumida pelo Exército desde a sua criação em nossa pátria, missão felizmente sempre bem executada, com patriotismo, decisão e idealismo, na mais importante contribuição para a integração nacional, a preservação de nossa

segurança interna e incessante progresso, que o Exército leva a todos os pontos em que se faz presente.

Sr. Presidente, após sua explanação, o Ministro Walter Pires colocou-se à disposição dos parlamentares, respondendo a numerosas perguntas que lhe foram feitas, sobre temas os mais variados. Negou, firmemente, a exportação de material bélico para a Nicarágua, então palco de violenta guerra civil. Mostrou a necessidade da existência do Departamento de Operações Internas e do Centro de Operações Internas (DOI—CODI), asseverando que foi graças a esses órgãos que "este País não está entregue ao comunismo". Lembrou que esses órgãos têm "uma ação preventiva responsável pela ordem interna. Sua ação — disse — permitiu que dominássemos as guerrilhas, perdendo o Exército 395 homens, dos quais 95 morreram e outros 300 ficaram feridos".

Muitas outras declarações foram feitas pelo General Walter Pires, respondendo, franca e objetivamente, a todas as indagações que lhe foram apresentadas, sobretudo por parlamentares da Oposição. Sobre o binômio segurança-desenvolvimento, disse ser conjuntural, "prevalecendo em determinadas situações a segurança e, em outras, o desenvolvimento", as Forças Armadas sempre se sacrificando, com abnegação, em benefício do desenvolvimento nacional.

Sr. Presidente, a presença do Ministro do Exército na Comissão de Transportes da Câmara foi oportuna, importante e, sobretudo, esclarecedora, em torno de assuntos diversos os mais relevantes. Cabe-nos felicitá-lo para objetividade de suas palavras e, sobretudo, a franqueza com que aludiu aos mais variados problemas, sempre afirmando a vocação democrática do povo brasileiro, a que é fiel o Exército, corporação que, como as armas corrimãs, tão bem representa nosso povo! (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller, por cessão do nobre Senador Jorge Kalume.

**O SR. GASTÃO MÜLLER** (ARENA — MT. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Comemora-se, o dia 8 de setembro, como o Dia Internacional da Alfabetização, bem como no Brasil, assinala-se essa mesma data, como o marco inicial do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

São nove (9) anos de luta dessa instituição fundada no Governo Costa e Silva, tendo, como Ministro da Educação, o Senador Tarso Dutra, nosso ilustre colega e posto em execução o MOBREAL, já pelo então Ministro Jarbas Passarinho, titular do Ministério da Educação, no Governo Médici.

Como se pode notar o MOBREAL está ligado visceralmente ao Senado, pois dois ilustres membros desta Casa participaram ativamente, na fundação e agilização do MOBREAL. Paralelamente, é preciso recordar-se, trata-se de uma iniciativa da Revolução que veio e vem ainda prestando inegáveis serviços ao povo brasileiro.

Como Deputado Federal há alguns anos atrás, ainda na gestão do então Ministro Jarbas Passarinho, fiz um discurso, na Câmara, pregando e sugerindo a conjugação de esforços do MOBREAL com a Justiça Eleitoral, preconizando mais um mérito ao MOBREAL, isto é, além de alfabetizar o indivíduo, ao entregar-lhe o diploma de alfabetizado, também lhe faria a entrega do Título de Eleitor, lógico, se o alfabetizado fosse maior de 18 anos.

Recebi, na época, uma gentil carta do Ministro Jarbas Passarinho, achando boa a idéia, mas, salvo engano, a idéia não foi colocada em ação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi da Srª D. Araceli Gonçalves Pinheiro, Representante do MOBREAL no Distrito Federal, Ofício Circular referente ao assunto, ou seja, o 9º aniversário do MOBREAL e um artigo da mesma "Vivendo e Aprendendo" (Homenagem aos 9 anos do MOBREAL).

Para mim houve sinceramente duas novidades, isto é, ser a D. Araceli G. Pinheiro, digna esposa do ex-Senador Cattete Pinheiro, que por várias Legislaturas abrilhantou a representação paraense nesta Casa e que trabalha no Mobral, por puro e respeitável idealismo, bem como, confesso, fiquei surpreso em saber que tão importante órgão tem sede no Rio, tendo, aqui, somente uma representação.

Há poucos dias, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fiz desta mesma Tribuna um pronunciamento, alertando o Presidente João Figueiredo para esse sério problema, isto é, a duplicidade de Capitais que possui o Brasil. Afinal é ou não é Brasília a Capital do Brasil?

Centenas de órgãos do Governo Federal ainda com sede no Rio, outras adiarão a vinda para Brasília, como é o caso do DNER, etc, um fator inflacionário sério na conjuntura nacional.

Encaminho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para constar dos Anais desta Casa e portanto fique gravado na memória nacional a passagem no dia 8 de setembro, dos 9 (nove) anos do MOBRAL, prestando uma homenagem àqueles que contribuíram ou contribuem para o sucesso da Instituição. (Muito bem!)

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. GASTÃO MÜLLER EM SEU DISCURSO:*

Da: Representação do MOBRAL no DF - REDIF

Ao: Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Gastão Müller

Assunto: 9<sup>o</sup> Aniversário do MOBRAL

Ofício-Circular nº 006/79/BSB/REDIF

Brasília, 3 de agosto de 1979

Senhor Senador

Dia 8 de setembro, consagrado como Dia Internacional da Alfabetização, estaremos também comemorando o 9<sup>o</sup> aniversário de atuação do MOBRAL.

Atendendo ao dever de manter o público informado sobre nossas atividades, cabe-nos dizer que, apesar das dificuldades ora enfrentadas, devido às próprias deficiências das regiões onde se desenvolvem os projetos, a estratégia do MOBRAL é válida, podendo ser constatada através da numerosa clientela que concluiu os programas, realmente habilitada a usar os mecanismos básicos da educação.

A experiência destes nove anos confirmou as expectativas iniciais. Para garantir o pleno sucesso deste Movimento, será necessário, no futuro, apenas continuar a adaptar a oferta de oportunidades de ensino à demanda sócio-econômica-cultural.

É bom frisar que, embora seja mais fácil a dedicação exclusiva à alfabetização, estamos dispostos a prosseguir com a Educação Continuada, prevista em lei, para levar até o fim um trabalho leal e completo, conforme os objetivos oficialmente propostos dentro de uma concepção realista do nosso contexto social.

Confiamos no MOBRAL e julgamos relevante a continuação deste trabalho. Alegra-me constatar que não somos únicos a pensar assim. Entre as diversas Instituições que nos prestam seu valioso apoio, podemos destacar o Legislativo, conferindo um estímulo inestimável através da palavra de seus representantes. Neste sentido, esperando que a data do próximo aniversário do MOBRAL possa contar com as homenagens de V. Ex<sup>a</sup>, remetemos em anexo, artigo de nossa autoria, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que sejam necessários.

Agradecendo a prestímosa colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, subscrevemo-nos Atenciosamente. — **Araçeli Gonçalves Pinheiro**, Representante do MOBRAL no DF

**"VIVENDO E APRENDENDO"**

(Homenagem aos 9 anos de MOBRAL)

*Araçeli G. Pinheiro*

A necessidade de modernização dos equipamentos de produção exige a contínua reformulação da mão-de-obra disponível, de forma a adequá-la às tecnologias modernas. E os próprios usuários precisam aprender a reformular seus costumes, para se adaptarem, satisfatoriamente, aos novos estilos de vida.

Esta é uma das razões pelas quais os órgãos ligados à educação, como a UNESCO, por exemplo, proclamam, com insistência, a necessidade da implantação sistemática da Educação Permanente, particularmente nos países em desenvolvimento, mais atingidos pela contínua mutação tecnológica imposta pelo progresso.

É será exatamente em decorrência dos avanços obtidos pela Educação Permanente, que se estabelecerá a relação educação/desenvolvimento. Na medida em que os indivíduos sejam habilitados a manipular instrumentos inovadores, ocorrerão as mudanças propulsoras do desejado desenvolvimento sócio-econômico do País.

Acostumados que somos a encarar o ensino sistemático sob o aspecto meramente tradicional, quando o alvo era o Diploma e a correspondente versatilidade oratória conferida pelo título de Doutor, é natural a estranheza que causa o termo Educação Permanente. Este, entretanto, constitui apenas uma nova conceituação para a velha filosofia popular que, despreziosamente, reconhece na educação um processo contínuo de aperfeiçoamento do ser humano, no provérbio: Vivendo e Aprendendo. Singela expressão, mas

de profunda concepção psicológica e educacional, ao incorporar no ciclo vital do homem a permanente aprendizagem.

Para alcançar a meta reclamada, ou seja a Educação Permanente, é imprescindível a mobilização geral das forças vivas da nação. É um trabalho que requer a participação indiscriminada de todos, de modo a serem atingidas, igualmente, todas as camadas da população. Cada indivíduo, na medida em que puder desenvolver sua capacidade potencial, estará se tornando mais útil ao crescimento da Nação.

É bom lembrar que mesmo o trabalho rural, tido até há algum tempo próprio dos infradotados intelectuais, exige hoje preparo e conhecimentos especializados, para a manipulação de sofisticado equipamento e produtos químicos que requerem cuidadosa aplicação. A força física, atributo que prevalecia no trabalho rural, está sendo substituída, cada vez mais, pela capacidade mental. É necessário assegurar o suporte humano requerido pela tecnologia, introduzida visando o aumento da produtividade, reclamado pela crescente demanda de alimentos. Só assim poderemos viabilizar os propósitos de "encher as panelas do povo" e minimizar o grave problema da fome no mundo.

Eis a razão pela qual a Fundação MOBRAL, em seus nove anos de efetiva atuação, implanta novos programas à medida que vai queimando etapas, desde a alfabetização funcional — seu objetivo prioritário — à qualificação profissional, sem esquecer as necessidades artísticas-culturais, visando o desabrochar das aptidões e vocações para a plena realização individual de sua clientela.

Felizmente, embora lamentemos a descrença de alguns, temos a satisfação de ver um crescente número de entidades e pessoas que, compreendendo os nobres objetivos do MOBRAL, e o seu grande alcance sócio-econômico, vêm se aliando e trazendo valiosa contribuição, para atingirmos os fins visados. É um trabalho integrado, onde cada qual oferece o que pode dentro de sua área, sem esperar outras recompensas que não a promoção humana e comunitária.

O MOBRAL, como órgão catalizador, que vem a ser por força de sua ação mobilizadora nas comunidades, tornou-se importante veículo inovador, descobrindo e viabilizando o aproveitamento de valores culturais, que se encontravam marginalizados ou prestes à extinção por falta de apoio.

Foram imprevistos que se apresentaram como desafios à capacidade de resolver os problemas sociais de uma grande massa da população de um País de dimensões continentais e em acelerado processo de modernização e desenvolvimento.

O MOBRAL, dentro do que lhe confere a lei que o criou — Lei nº 5.379/67 — não pode restringir-se à alfabetização de adolescentes e adultos, segundo manifestações de alguns. Compete-lhe, também, assegurar a Educação Continuada. E é exatamente o que está fazendo, na medida em que sua clientela avança na escalada do conhecimento.

É um trabalho que se realiza em todo o território nacional, através de projetos integrados com outros órgãos, onde se destacam as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ministérios como o da Educação e Cultura, Exército, Saúde, Trabalho, Comunicações, entidades como o SESI, SENAI, SESC, Massey-Ferguson, Arno e muitas outras.

A grandeza deste trabalho não pode ser ignorada, particularmente num momento em que ele se volta para a zona rural. Aqui se concentra a população mais carente e menos instruída.

A necessidade de se adaptar o setor agrícola à tecnologia moderna, a fim de compatibilizá-la com os índices de produção reclamados pela crescente demanda de alimentos, exige a versatilidade de ensino que o MOBRAL procura oferecer através de seus programas diversificados de ação comunitária. Por outro lado, a defesa da saúde e do meio ambiente são aspectos de interesse geral, pois seus reflexos atingem a humanidade. Os rudimentos de educação sanitária e de ensino agrícola ministrados nos programas do MOBRAL, embora modestos, podem se tornar instrumentos de grande significação para o equilíbrio ecológico e a profilaxia da doença em nosso País.

É um esforço com resultados não só a curto prazo, mas igualmente a médio e longo prazo, pois as famílias hoje atendidas, mesmo em programas acelerados e de curta duração, usufruirão seus efeitos benéficos em nova conduta e na ação educadora sobre sua prole. Esperamos, assim, que as novas gerações, contando com progenitores melhor preparados, tenham assegurada a educação familiar, indispensável como principal suporte, para enfrentar os demais caminhos da vida.

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Cunha Lima.

**O SR. CUNHA LIMA (MDB — PB.** Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cada vez que vou ao meu Estado, volto mais preocupado com a crise permanente do Nordeste e o empobrecimento da Paraíba.

É possível até que companheiros de outras regiões, não conhecedores da realidade nordestina com maior profundidade, possam imaginar que os Senadores daquela área do País, com especialidade os da Oposição, vivam aqui, a exagerar, em seus discursos e apartes, quando apelam em favor do Nordeste.

Na verdade, nobres colegas, a situação é crítica e pode se tornar caótica. Falo mais uma vez em defesa da minha região e do meu povo, com a consciência de quem está emitindo um autêntico grito de alerta em favor da unidade da Pátria, da paz social e da tranquilidade dos nossos descendentes.

Não sou um carbonário nem um agitador, Sr. Presidente. A casa já me conhece e sabe da minha profunda formação cristã e democrática e do meu comportamento como cidadão e como representante do povo.

Não sou, igualmente, pessimista ou derrotista. Mas afirmo, aqui e agora, com o respeito que o Senado me merece: ou o Governo e a Nação encaram os problemas do Nordeste com realismo e urgência, ou dentro de alguns anos este País será abalado por uma convulsão social sem precedentes na sua história e de resultados imprevisíveis.

A esperança, a paciência, para que não dizer, a acomodação do nordestino estão começando a se esgotar ante o desaparecimento acelerado das suas opções de sobrevivência.

Quando as secas periódicas, o crescimento da população das regiões interiores e a omissão do Governo, começaram a pressionar o homem do campo abandonado e sem perspectivas no seu *habitat*, a solução que ele encontrou foi a retirada em direção às capitais e cidades maiores da região.

Logo porém, elas perderam sua atração, pois cresceram sem estrutura e novos problemas surgiram para essa legião de migrantes em sua própria Nação.

**O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CUNHA LIMA (MDB — PB)** — Com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI)** — As providências, meu caro e nobre Senador, que foram anunciadas pelo Governo Federal, desde o início do Governo do General Figueiredo, já deviam ter sido postas em prática. Até agora, estão apenas no papel. Tenho recebido também, como V. Ex<sup>a</sup>, reclamações não só das classes empresárias rurais, mas também dos industriais e dos comerciantes. Não sei a quem cabe a culpa dessa morosidade; não sei se ao Conselho Monetário Nacional — creio que não, porque já vi a resolução — não sei se ao Presidente do Banco Central ou se à Diretoria do Banco do Brasil. Sei que os recursos anunciados, quando se reclamaram e se reivindicaram os diversos pleitos para atender às classes rurais, até agora não chegaram. Adianto mais; quando os recursos para a comercialização de produtos agrícolas chegam ao Nordeste, já se passou a época da sua comercialização, e os agricultores têm que vender seus produtos a um preço bem abaixo dos preços fixados pela Comissão de Financiamento da Produção. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CUNHA LIMA (MDB — PB)** — O agradecimento cabe a mim, nobre Senador Bernardino Viana, pelo testemunho que dá das angústias por que têm passado os nordestinos, sempre à espera de providências governamentais. No decorrer do meu pronunciamento analisarei — V. Ex<sup>a</sup> observará — as causas que provocam o empobrecimento constante do nosso Nordeste sofrido. Muito obrigado.

Apareceu, então, a miragem do Eixo Rio — São Paulo, com os "paule-arara", inicialmente, e os ônibus depois, a cruzarem a Rio—Bahia em proporções cada vez maiores, povoando as metrópoles do Sudeste de uma não-de-obra desqualificada, mas absorvida principalmente pela indústria da construção civil. Eram homens que deixavam o trabalho do campo, pois não tinham terras, crédito ou assistência para as atividades da agricultura. O círculo vicioso estava instalado: diminuía a produção agrícola por falta de rações na lavoura e aumentava consideravelmente a tensão social na periferia das grandes cidades industrializadas.

Hoje, Sr. Presidente, o fluxo continua, mas os nordestinos que desembarcam nas rodovias do Rio, de São Paulo, do ABC paulista ou de Brasília, já não encontram emprego. E, incorporando-se às populações faveladas, constituem-se, muitas vezes, em reforço às hostes de marginais e assalariados que infestam atualmente os centros mais adiantados do País.

No Nordeste, à espera de notícias e de remessas de dinheiro que nunca vêm, seus familiares começam a se desesperar e passam a mendigar pelas ruas, quando não se pervertem irremediavelmente na promiscuidade do crime da embriaguez ou da prostituição.

Isto está acontecendo há muitos anos e aos milhares.

Enquanto isso, os governantes do País preparam planos, anunciam metas, interrompem planos e alteram metas.

Até quando, Sr. Presidente?

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CUNHA LIMA (MDB — PB)** — Com muito prazer, nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE)** — Realmente, nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> faz bem em se reportar a esses planos e as essas metas que, lamentavelmente, não são cumpridas dentro daqueles cronogramas estabelecidos pelos seus idealizadores. Vejamos em relação ao Nordeste: são, sobretudo, dois os instrumentos que podem acelerar o desenvolvimento regional. Primeiro a SUDENE, criada graças a clarevidência e a lucidez do grande estadista, Juscelino Kubitschek. Instituída a SUDENE passou aquele órgão a se beneficiar dos incentivos fiscais que, em 1962, eram de 100%, mas que, no momento, estão reduzidos a 20% apenas, com desdobramentos inevitáveis consequentes de várias leis e decretos-leis, para a pesca, para o turismo, para florestamento, etc. No que diz respeito ao Banco do Nordeste, que tem uma origem mais recuada, no Governo de Getúlio Vargas, e em consequência da visão extraordinária de homem público que tinha o Ministro da Fazenda, Sr. Horácio Lafer, o Banco do Nordeste vive permanentemente a lutar com carência de recursos, com dificuldades imensas para cumprir os seus nobres objetivos institucionais. E, apenas para dar um exemplo sobre o tratamento que recebe o Nordeste, vou citar o seguinte caso: a BR-020, que projetada para fazer a ligação de Fortaleza com Brasília, passando por Piauí, no entroncamento de Picos, passando por Barreiras, na Bahia, até atingir a Capital da República. Pois bem, nobre Senador, esta rodovia que é da maior significação para o desenvolvimento da nossa área, interligando Fortaleza, Recife, Barreiras à Brasília, continua sendo construída dentro de uma morosidade verdadeiramente enervante. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, em consequência disso é que o Nordeste continua a se desenvolver dentro desses parâmetros de disparidade, comparados com as outras regiões do País.

**O SR. CUNHA LIMA (MDB — PB)** — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides, nobre representante do Estado do Ceará. V. Ex<sup>a</sup> aborda, com objetividade, a problemática nordestina, e eu, no decorrer do meu pronunciamento, analisarei com mais detalhes os temas focalizados por V. Ex<sup>a</sup> quanto ao esvaziamento da SUDENE, ao esvaziamento do Banco do Nordeste e à descontinuidade das metas programadas para o nosso Nordeste.

Em pronunciamento que tenho feito nesta Casa; declarei o que repito agora: não têm faltado planos e idéias para o aceleramento do progresso do Nordeste e sua ascensão a um estágio maior de desenvolvimento. O grande e grave problema é a descontinuidade dos planos e inexecução das idéias.

O fato é que os desníveis em relação às outras regiões do País continuam acentuando-se.

Em 1975, a renda *per capita* do nordestino estava em torno dos 343 dólares, ou seja, 34% da média nacional.

A estimativa populacional daquele ano indicava um total de 32 milhões de nordestinos (30% da população nacional). Não há em todo o Mundo Ocidental outra área tão populosa com renda tão baixa.

No período de 1960 a 1978, enquanto a taxa média de crescimento anual do País foi de 7,5%, o Nordeste cresceu ao nível de 6,8%.

Seria insignificante a diferença se o desnível não estivesse acumulado ao longo do tempo em proporções alarmantes.

Em 1949, por exemplo, a economia nordestina participou da renda interna do País com 13,9%; essa participação caiu para 10,4%, em 1970.

Por sua vez, o setor agrícola, vocação natural da região, baixou a sua participação na estrutura da renda interna do Nordeste de 36,6% em 1949 para 19,4% em 1970, e na composição da renda interna do País, de 26,6% em 1949 para 11,2% em 1970.

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CUNHA LIMA (MDB — PB)** — Com muito prazer, nobre Senador Humberto Lucena.

**O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB)** — Congratulo-me pelo discurso de V. Ex<sup>a</sup> que é da maior oportunidade, pois mostra ao Senado, com dados irrefutáveis, de fontes oficiais, a real situação do Nordeste e, particularmente, do nosso Estado, a Paraíba. Pois V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que dentro da nossa sofrida região ainda há outras disparidades que são justamente aquelas entre os grandes e pequenos Estados, e o nosso, a Paraíba, tem sido tremendamente sacrificado, pois a sua participação nos recursos do FINOR

tonelagem para pagamento, a estiva e a conferência dos manifestos, assim como direção destes serviços em todas as operações de carregamento ou descarga das embarcações principais, seja diretamente ou por meio de embarcações auxiliares.

§ 1º A conferência das mercadorias poderá ser efetuada nos porões, nas lingadas, balanças, pátios, portas e depósitos das instalações portuárias, cabendo ao armador, diretamente ou por seu agente, requisitar o número de conferentes necessários para seus serviços observadas sempre as normas do art. 7º e seus parágrafos.

Art. 3º O Conferente será selecionado em prova de habilitação prestada perante Comissão Examinadora, especialmente designada pelo Conselho Regional do Trabalho Marítimo, de que farão parte um representante indicado pelos Sindicatos de Empregadores, outro pelo Sindicato dos Empregados e os mais que forem julgados necessários e que exigirá conhecimentos básicos de Português, História do Brasil, noções de Aritmética de Geometria e boa caligrafia.

§ 1º São condições à inserção na prova de habilitação:

- a) ser brasileiro, maior de 18 e menor de 45 anos;
- b) apresentar atestado de saúde passado por médico de instituição oficial ou autárquica;
- c) apresentar atestado de bons antecedentes, passado pela Polícia e declaração de boa conduta, assinada por duas pessoas de notória idoneidade.

§ 2º Os conselhos regionais do Trabalho Marítimo expedirão Instruções reguladoras da prova de habilitação e as farão publicar no *Diário Oficial* ou jornal de grande circulação no porto, pelo menos 30 dias antes de sua realização. Do resultado da prova caberá recurso em primeira instância ao próprio Conselho, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data de sua homologação.

Art. 4º O número de conferentes em cada porto será fixado anualmente, no mês de maio, pelo Conselho Regional do Trabalho Marítimo tomando-se por cálculo o número total de horas efetivamente trabalhadas pelos conferentes empregados nos doze meses anteriores ao citado mês dividido por 2.880 (12 x 240 horas mensais).

Parágrafo único. No computo das horas efetivamente trabalhadas serão incluídas as trabalhadas pelos conferentes integrantes do quadro extra.

Art. 5º O serviço de Conferência em cada embarcação principal será dirigido por um conferente-chefe e assistido por um conferente-ajudante, conforme a necessidade do serviço.

Parágrafo Único. Nas operações de carga ou descarga das embarcações auxiliares de ou para a embarcação principal fica a critério do armador ou seu agente o emprego de conferente na embarcação auxiliar.

Art. 6º Aos conferentes poderão ser atribuídas, além de chefe e ajudante, as funções de conferentes de manifesto, conferente controlador, conferente de avaria ou balança, conferente de guias, conferentes de plano, conferente de lingada, conferente-porta, conferente de pátio, conferente-rendição e outras funções semelhantes previstas nas regulamentações de cada porto. Para outros serviços ligados à carga ou descarga das mercadorias poderão ser empregados conferentes na forma ajustada entre as partes.

Art. 7º O conferente-chefe e o conferente-ajudante serão de livre escolha do armador ou de seu agente. Os demais conferentes serão requisitados ao Sindicato respectivo que os fornecerá na forma de rodízio obedecendo o seguinte critério:

- a) Conferente de lingada — um por terno de estiva em operação;
- b) Quando em operação de carga ou descarga de grânéis sólidos por aparelhos transportadores mecânicos, aparelhos de sucção, esteiras e similares será requisitado um conferente por aparelho em operação;
- c) Os grânéis líquidos quando carregados ou descarregados por aparelhos mecânicos com registradores ou quando a conferência só puder ser efetuada por sondagens nos porões, nos tanques ou nas instalações especializadas, um único conferente poderá fazer as

anotações registradas em qualquer dos casos mencionados, dispensando-se os demais conferentes;

d) O conferente-rendição será requisitado um para até três conferentes em serviço excluído o chefe e o ajudante, sendo requisitado mais um se o número de conferentes for superior a três;

e) Os conferentes de manifesto, avaria ou balança, guia, pátio, plano e porta, serão requisitados na forma da regulamentação de cada porto;

f) O conferente em função de mando não poderá, simultaneamente, exercer a de simples conferência de carga e descarga.

Art. 8º O horário de trabalho dividir-se-á em dois períodos um diurno e outro noturno, acompanhando o regime estabelecido para os estivadores pelas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Parágrafo único. Cada período poderá em continuação ser prorrogado por duas horas. Nos casos excepcionais, previstos no art. 278 § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, o serviço poderá ser prorrogado pelas horas destinadas às refeições.

Art. 9º A remuneração de conferente, para serviços extraordinários será feita e fixada, obedecendo as seguintes normas:

- a) para os serviços à noite, em dias úteis, o salário do dia correspondente, com 50%;
- b) para os serviços nas horas de continuação, o salário-hora do respectivo período, com 20%;
- c) para os serviços nas horas de refeições, o salário-hora do respectivo período, com 100%;
- d) para os serviços aos domingos, o salário dos dias úteis com 50%;
- e) para os serviços nos feriados o salário dos dias úteis com 100%.

Parágrafo 1º — O conferente-chefe receberá a remuneração do conferente de lingada ou porão de maior remuneração, acrescido de 50%, e ajudante receberá a remuneração do conferente de lingada ou porão de maior remuneração acrescida de 30%. Os demais conferentes em serviços especiais receberão a remuneração do conferente de lingada ou porão de maior remuneração, acrescida de 20%.

Parágrafo 2º O conferente-rendição, perceberá a remuneração que couber ao conferente de lingada ou porão de maior remuneração.

Art. 10º As Delegacias do Trabalho Marítimo, solicitarão aos órgãos de previdência de que forem segurados os conferentes que os submetem, em períodos não excedentes de dois anos, a exame de saúde que comprove sua habilitação física para o exercício da profissão.

Art. 11º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1965; 144ª da Independência e 77ª da República. — H. Castello Branco — Juarez Távora — Arnaldo Sussekind.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 577. O quadro de atividades e profissões em vigor fixará o plano básico do enquadramento sindical.

4º GRUPOS - PORTUÁRIOS  
Categorias profissionais

- Trabalhadores nos serviços portuários.
- Motoristas em guindastes dos portos.
- Conferentes e consertadores de carga e descarga nos portos.
- Vigia portuários.
- Classificadores de frutas nos portos (facultativo o uso da expressão "descartadores").

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Hã oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende, Líder da ARENA.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores;

A inauguração desta Sessão Legislativa coincide, praticamente, com o transcurso, hoje, do quarto aniversário do Governo do Presidente Ernesto Geisel.

O documento e o evento convivem harmoniosamente, no seu relevo e na sua importância.

A Mensagem reforça o sentimento de confiabilidade do povo brasileiro na lucidez e nas virtudes de uma Administração multiplicadora.

E a data proporciona, de um lado, a emoção das vozes gratulatórias perante as marcantes conquistas de vastas áreas do testemunho e ao aplauso da opinião pública durante o ano que se esgotou, e, em outro ângulo, exprime as perspectivas de um momento histórico para a Nação viva e amadurecida para o aperfeiçoamento de suas instituições democráticas.

Ao buscar a institucionalização dos seus ideais maiores, a Revolução de 1964 vem procurando atingir as etapas do nosso desenvolvimento político, de modo gradual e seguro, o que corresponde ao compromisso dos seus líderes e aos interesses irrecusáveis do País, que somente poderão ser atendidos, como tem ocorrido, mantidas a ordem pública e a tranqüilidade social, sem o que, obviamente, seria impossível assegurar-se o eficaz desempenho em todos os setores do labor nacional.

Empenhado, com êxito, na manutenção dessas condições propiciadoras da consecução dos objetivos de paz e de trabalho, em favor do Brasil, o Presidente Ernesto Geisel demonstra a sua qualidade de estadista, pelos predicados de administrador de largo descortino e pelas virtudes do patriota, cuja obra e cujo destino hão de vincular-se profundamente à memória e à seqüência das nossas gerações.

Apesar de não ter traçado prazos para a ultimate do seu ciclo renovador, o processo revolucionário, que nos livrou do caos econômico-social, emerge da formação democrática do honrado Chefe do Governo a iniciativa de uma reconstrução político-constitucional. Nessa tarefa impõe-se, porém, a obediência às nossas peculiaridades, às nossas condições facilmente identificáveis e às lições de um mundo tangido por transformações incoercíveis, incorformismos violentos e confrontações deletérias e de expansão ideológica facilitada pelos sofisticados condutos da comunicação massificada.

Prepara-se a Nação para o advento de uma nova feição do Estado. O Presidente deseja realizar esse trabalho de mãos dadas com a sociedade brasileira, buscando a formulação que assegure o funcionamento normal do regime, sem o risco de traumatismos ou retrocessos.

Para ajudá-lo nesse trabalho histórico, a primeira incumbência coube ao prelúcido Senador Petrônio Portella, na sua condição de Presidente do Congresso Nacional, numa prova de confiança e de apreço no alto discernimento do Poder Legislativo, que, através dos seus membros, interpretando, com talento e sensibilidade, os reclamos e os interesses do País, saberá ser digno das horas altas do nosso destino.

A Mensagem presidencial de primeiro de março coloca-se, na hora presente, como um documento da mais lúcida e percutiente análise da realidade brasileira e do contexto internacional, fruto de madura e profunda reflexão e da sólida experiência haurida do desenvolvimento, da inteligência e inspiração patriótica que animam a atuação governamental.

O documento, calcado em indicadores econômico-sociais da maior valia e confiabilidade, adverte-nos basicamente de que as etapas já cumpridas ao longo da trajetória que se traçou, assim como a recomendação no tocante à conclusão de tarefas e programas em

curso e a consolidação dos resultados promissores obtidos em 1977, fundamentam a expectativa de prudente otimismo em relação a 1978 e revelam a obstinação do supremo mandatário de entregar ao sucessor um País com menores ou escassas vulnerabilidades ou dependências externas.

Expõe-nos, de outro lado, sua convicção em torno de princípios diretos do planejamento econômico-social, que norteiam a Administração Pública brasileira no propósito reiterado de preservar as legítimas conquistas e o multifário espectro de realizações promissoras da Revolução de 1964 — a bem de todo o povo, a que elas se destinam — e à altura de nosso estágio de desenvolvimento, como potência que se firma no cenáculo mundial.

A Nação assistiu, como dele participou, ao notável esforço empreendido pelo Governo no último quadriênio, com ênfase especial no exercício findo e que deverá perdurar, sem interrupção ou esmorecimento, até consumir-se a pujante obra administrativa, fiel aos elevados compromissos e ambiciosos objetivos colimados pelo II PND, em meio ao panorama mundial adverso e aos magnos problemas e múltiplos e complexos desafios que representam um país colossal, de vertiginoso crescimento demográfico.

Para a consecução das grandes propostas inscritas no bojo do II PND, que, em síntese, pretendem:

— a substituição de importações de insumos básicos e de bens de capital e o esforço para elevar a produção interna de petróleo e álcool;

— a expansão e diversificação das exportações e o controle das importações;

— o fortalecimento da empresa privada nacional;

— o desenvolvimento regional e a desconcentração industrial;

— e o desenvolvimento urbano, tornou-se imperativa uma tomada de decisão no sentido de adotar-se e consolidar-se uma estratégia gradualista, capaz de adequar a economia brasileira aos quadros e dificuldades da novel situação mundial conflitante e contrastante, agravada sobremaneira pela crise do petróleo e seus efeitos retardados, máxime no tocante à deterioração das relações de troca e os desequilíbrios comerciais, via de regra transferidos aos países de menor poder de negociação ou de economias pouco desenvolvidas.

No intuito de preservar a vitalidade do organismo econômico nacional e alcançar as etapas demarcadas ao nosso processo de crescimento, buscou-se ajustar os vetores divergentes da conjuntura externa e outros fatores quase impossíveis de compatibilizar — como a árdua tarefa de manter o esforço produtivo, ainda que a menores taxas, para evitar os efeitos recessivos da desaceleração brusca e violenta, e superar concomitantemente os problemas concernentes ao reequilíbrio gradativo do balanço de pagamentos e à contenção das pressões inflacionárias.

Os amplos e expressivos indicadores oferecidos agora ao exame e debate de toda a Nação demonstram, sobejamente, o acerto da política econômico-financeira e social, a correção dos princípios sobre que se assenta e a excelência da estratégia posta em prática nos últimos anos, cujos benefícios duradouros e palpáveis seguramente se estendem a todos os setores de atividade, a ponto de se poder afiançar, sem margem a erro, que nenhuma faceta da vida nacional se quedou indiferente ou alheia à ação vigorosa desencadeada pelo Governo.

Observou-se, de fato, uma polarização da consciência nacional e uma solidariedade incomuns por parte de todas as classes sociais e setores produtivos em torno da delicada conjuntura que o País tinha diante de si, como que se apercebendo da gravidade e extensão dos desafios antepostos à nossa marcha rumo ao desenvolvimento, não obstante a reconhecida capacidade brasileira de transpor obstáculos e afirmar-se, por seus próprios meios e soluções, em situações perante as quais, em outras latitudes e diferentes épocas, sucumbiram orgulhosas nações e malograram sólidas economias.

Anota-se, por exemplo, que, no período de 1973 a 1977, enquanto inúmeros países, afetados rudemente pela crise energética, apresentavam índices de crescimento negativo ou nulo; ao passo que, no conjunto dos países desenvolvidos, o crescimento do PIB situou-se em torno de 8% e a renda *per capita* se estagnou, o Brasil

experimenta, no mesmo período, um aumento do Produto Interno Bruto da ordem de 33% e, na renda *per capita*, de 19%.

Na força de sua expressão numérica, o PIB nacional atingiu, em 1977, a US\$ 164 bilhões e a renda *per capita* a US\$ 1.452, sendo o índice geral de aumento da economia quase 5% maior do que o ano anterior.

Acrescente-se que, pela primeira vez, desde 1973, o País logrou o *superavit* na balança comercial, na modesta cifra de US\$ 138 milhões, mas que traduz uma notável reversão de comportamento, registrando-se o recorde de US\$ 12,1 bilhões nas exportações.

Para essa *performance* invulgar, saliente-se a contribuição majoritária da pauta de produtos agrícolas, no valor global de US\$ 7,2 bilhões (com acréscimo de 14% em relação a 1976), e de produtos manufaturados, no montante de US\$ 4,9 bilhões (29% acima dos níveis constatados em 1976).

Auspiciosos resultados revelam, a sua vez, os dados referentes ao balanço de pagamentos, cujo *deficit* de conta corrente ficou 62% abaixo do de 1976, ou seja, com um decréscimo acentuado de US\$ 6,1 bilhões para US\$ 3,8 bilhões.

Cumpra enfatizar, ademais, a tendência de retração e o controle exercido no capítulo da dívida externa, em confronto com o ano anterior, tanto mais significativos quanto se percebe que as reservas monetárias alcançaram em 1977 patamares jamais obtidos no País: para uma dívida externa bruta da ordem de US\$ 31,2 bilhões, nossas reservas internacionais elevaram-se a US\$ 7,2 bilhões. O valor da dívida externa líquida, incluídos no montante os encargos do setor privado, não excedia, por conseguinte, à época, a US\$ 24,0 bilhões, ficando dentro de padrões internacionalmente aceitos.

O bom êxito da política de combate à inflação se evidenciou, a seu turno, no comportamento geral dos preços, mormente a partir do segundo semestre do ano findo, postos desde então sob controle e com nítida tendência regressiva, se compararmos o índice geral de preços de 1976, estimado em 46,3%, como de 1977, avaliado em 38,8%.

No quadro geral do desempenho da economia brasileira em 1977, é de justiça reiterar a contribuição decisiva e valiosa do setor agropecuário, concorrendo mesmo para a eliminação do *deficit* na balança comercial.

A dinamização do setor primário deveu-se em parte aos preços compensadores vigentes no mercado externo e às condições climáticas geralmente favoráveis, como também às importantes providências em favor da agricultura e da pecuária, ao incremento do volume da produção exportada, o que possibilitou um crescimento global da atividade agropecuária de cerca de 9,6% — duas vezes superior ao do PIB — cabendo ao setor industrial o percentual de 3,9%, em comparação com 1976.

Essa participação altamente promissora do setor agrário se tornou possível também em virtude da ampliação, calculada em 6,2%, da área incorporada ao processo produtivo, sobretudo no Nordeste, e ao aumento da produtividade agrícola, em diversas lavouras, como a do café, algodão, feijão e a maioria das culturas importantes.

Quanto ao setor industrial, a desaceleração havida em 1977 obedeceu a ditames da política econômica, de forma seletiva, afetando principalmente a produção de bens de consumo, de modo que, nos vários setores considerados prioritários, fossem mantidas altas taxas de expansão.

Entre esses, alinham-se os programas de bens de capital (agilizados pelo processo de substituição de importações), insumos básicos (matérias-primas e bens intermediários), de exportação a médio prazo e de tecnologia.

Peculiar relevo adquiriu a indústria siderúrgica, cujo excepcional incremento, da ordem de 24%, permitiu uma produção estimada em 11,4 milhões de toneladas de aço, esforço que será mantido nos anos vindouros com vistas à auto-suficiência brasileira em produtos siderúrgicos.

Prioritários são também os setores dos não-ferrosos, a petroquímica, o cimento, papel e celulose, fertilizantes, defensivos agrícolas e as inúmeras possibilidades decorrentes do PROÁLCOOL.

Sobressaem, doutra parte, os elencos de medidas destinadas ao controle das pressões altistas sobre os preços ou para conter o volume de importações; o acompanhamento da execução orçamentária de modo a assegurar saldo positivo de caixa (que realmente apresentou *superavit* de Cr\$ 105 milhões, ou 0,4% da Receita, calculada em Cr\$ 242,9 bilhões); o controle dos investimentos de empresas públicas e a contenção de importações; a utilização de instrumentos fiscais e financeiros (política tributária, monetária e creditícia) voltados à orientação dos investimentos, estímulos à exportação, ou para soffrear a expansão dos meios de pagamento e permitir a disciplina do mercado financeiro — sem embargo de um expressivo elenco de mecanismos criados para apoiar efetivamente a iniciativa privada — de que são exemplo as séries de programas e linhas de financiamentos no âmbito do BNDE.

A política de contenção dos dispêndios governamentais não impediu realizações de porte, assim como a obtenção de marcos altamente compensadores em áreas que demandam grandes recursos, como é o caso dos sistemas de transportes (com investimentos de Cr\$ 38 bilhões), comunicações (ao qual se destinaram Cr\$ 20,5 bilhões) e energético (com emprego de Cr\$ 47,8 bilhões).

Em consequência, acrescentaram-se 1.124 km à rede rodoviária federal, que hoje soma 76,6 mil km, mais da metade pavimentados.

Reequiparam-se as ferrovias e aperfeiçoaram-se-lhes o serviços; as operações de transportes ferroviários de carga subiram de 13% em relação a 1976, assim como foi de 7% no Rio de Janeiro e de 11% em São Paulo o aumento do número de usuários dos transportes suburbanos, estimados em 160 e 110 milhões de passageiros, respectivamente.

Aliás, no particular terreno dos transportes de massa, afloram as perspectivas animadoras que advêm dos serviços de metrô, já em operação parcial ou em construção.

Intensificou-se o intercâmbio comercial marítimo e a participação de navios de bandeira brasileira; de seu lado, a indústria de construção naval assume galhardamente o terceiro lugar no mundo.

A área de comunicações caracterizou-se, precipuamente, pela ampliação da oferta e modernização dos serviços de telefones, telex e postal-telegráfico, bem como pela ênfase conferida ao campo da radiodifusão, além de se impulsionar a produção nacional de equipamentos usados nesses sistemas, e fomentar a pesquisa tecnológica.

Os investimentos no campo energético propiciaram uma elevação da capacidade instalada da ordem de 8,2%, chegando a 22,8 mil MW, para um consumo total de 87,3 mil GWH (com um aumento de 12,5% no período), sendo de notar o empenho governamental na continuidade do portentoso empreendimento binacional — Itaipu.

Tópico importante deve ser reservado ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro, a cargo, dentre outros órgãos, da NUCLEBRÁS e da CNEN, onde despontam as perspectivas alvissareiras decorrentes do tratado de cooperação firmado com a Alemanha.

Vale acentuar os esforços despendidos pela PETROBRÁS no que diz respeito aos trabalhos de exploração e produção em diversas bacias sedimentares e na plataforma continental, que lograram uma expansão das reservas, a despeito do ligeiro declínio da produção nacional; ressalte-se, por oportuno, a imensa faixa de atuação da empresa, no País e no exterior, diretamente ou através de suas subsidiárias BRASPETRO, PETROQUISA, INTERBRÁS e outras.

A determinação governamental em ativar o desenvolvimento das várias regiões brasileiras e superar os desníveis existentes ocupa todo um largo espaço das medidas e programas em andamento.

No primeiro caso incluem-se os recursos oriundos do FINOR (Cr\$ 5,6 bilhões) e do FINAM (Cr\$ 1,7 bilhão), e, do segundo tipo, elencam-se o POLONORDESTE, cuja programação absorveu recursos da ordem de Cr\$ 3,2 bilhões, com 35 projetos em execução; o POLAMAZÔNIA, com aplicações de Cr\$ 1,69 bilhão, através de 246 projetos; o POLOCENTRO, com notável papel no tocante à exploração racional dos cerrados, ao qual se alocaram recursos no montante de Cr\$ 894 milhões em projetos aprovados.

Relacionam-se, ainda, entre tantos outros, o Projeto Sertanejo, cuja área de atuação corresponde à zona semi-árida do Nordeste, e para o qual se liberaram recursos da ordem de Cr\$ 173 milhões; o Programa Especial da Região da Grande Dourados, com recursos liberados no montante de Cr\$ 180 milhões, e tem por escopo a incorporação de vasta área ao sistema produtivo regional; o Programa de Desenvolvimento do Pantanal, que, por sua vez, concentra sua ação na pecuária, saneamento, energia elétrica e transportes, além do aproveitamento da bacia do Alto Paraguai, contando com dotações de Cr\$ 269 milhões; finalmente, o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, contemplado com recursos de Cr\$ 252 milhões, que visa a fortalecer a infra-estrutura e ampliar a oferta de empregos nos municípios da área de influência da Capital Federal e, destarte, conter pressões migratórias ou sobre os serviços públicos disponíveis no Distrito Federal.

A política de desenvolvimento urbano ganhou realce bem definido através da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — CNPU, com aplicações de Cr\$ 35,5 bilhões, em nove Regiões Metropolitanas e no Programa de Cidades de Porte Médio, com benefícios para dezenas de comunidades em vários Estados, além de outras frentes de trabalho.

O desempenho no campo social espelha-se na magnitude conferida ao orçamento específico, com dispêndios que representam 14% do PIB, isto é, cerca de Cr\$ 300 bilhões, destinados à educação, saúde pública, assistência médica, saneamento, nutrição, habitação, previdência, trabalho e treinamento profissional.

O esforço global pode ser discriminado, em grandes números, através dos seguintes itens:

- com respeito à valorização dos recursos humanos, a parcela de Cr\$ 123 bilhões, acrescidos dos recursos do FAS, com Cr\$ 8,5 bilhões proporcionados a 244 projetos;

- em educação foram gastos cerca de Cr\$ 53 bilhões pela União e os Estados;

- no campo da saúde, saneamento e nutrição, os dispêndios, incluindo-se os desembolsos dos Estados, somaram Cr\$ 60 bilhões;

- na área do trabalho treinamento profissional, aplicaram-se Cr\$ 10 bilhões, aproximadamente;

- na execução da política de integração social, despenderam-se recursos de Cr\$ 207 bilhões;

- a previdência social (exclusive assistência médica) realizou desembolsos estimados em Cr\$ 102 bilhões;

- no campo da habitação, os financiamentos concedidos pelo BNH ascenderam a Cr\$ 74 bilhões, o que permitiu o financiamento de 267 mil unidades habitacionais, na maioria para famílias de baixa renda.

A relevância que a política social assumiu durante o Governo do Presidente Ernesto Geisel avulta da preocupação em manter o crescimento, sem prejuízo dos necessários ajustes da economia aos efeitos da crise energética mundial e a outras dificuldades internas, mas sempre com a nítida determinação de minimizarem-se-lhes as consequências sobre a a estratégia social estabelecida no II PND.

Assim, a desaceleração do crescimento provocada na economia urbana foi induzida de modo a não se fazer acompanhar de ondas de desemprego generalizado, mormente nos grandes centros do País. Para enfrentar as eventuais crises tóxicas, em estreitas faixas do mercado de trabalho, oriou-se o Conselho Nacional de Política de Emprego e implantou-se o Sistema Nacional de Emprego, além da adoção de programas específicos de promoção social e para treinamento e qualificação da mão-de-obra nas áreas da agricultura, indústria, comércio e serviços, cujos benefícios abrangeram perto de 3,5 milhões de trabalhadores.

Como corolário da atuação firme nesse campo e o conjunto de medidas adrede concebidas para expandir a taxa de ocupação da mão-de-obra, a população economicamente ativa tangenciou os 37,5 milhões de trabalhadores.

Esta mesma orientação presidiu a política salarial, buscando-se preservar e recompor o poder de compra dos salários e evitar que os

ônus das medidas antiinflacionárias fossem transferidos em grande parte aos assalariados e consumidores.

Por isso mesmo que os reajustes salariais mantiveram-se em níveis acima da mera correção monetária e a despeito do arrefecimento do surto inflacionário — traduzindo, portanto, ganho real das classes obreiras, como no caso do salário mínimo, majorado em 44%, ou dos acordos coletivos, aos quais se atribuiu um percentual de 40 ou 41%.

Nada menos do que 6,4 milhões de trabalhadores e servidores públicos de menor renda beneficiaram-se com o abono do Fundo PIS-PASEP, que chegou a 24,7 milhões de cadastrados (com um aumento de 19%).

No tocante ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, registrou-se uma arrecadação bruta de Cr\$ 39 bilhões, elevando-se outrossim o número de cadastrados a 25,5 milhões, com um incremento de 19% sobre o ano anterior.

No relativo à capacitação da mão-de-obra e treinamento profissional foram aplicados cerca de Cr\$ 10 bilhões envolvendo 3,5 milhões de trabalhadores.

Com um saldo humano e lucro social incontabilizável, em matéria de prevenção de acidentes de trabalho, merece relevo a redução de 400.000 ocorrências em comparação com o número verificado no ano de 1976.

A valorização dos recursos humanos ganhou novo alento com a contribuição inestimável do FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que aprovou, em 1977, 244 projetos em educação e saúde, com dispêndio de Cr\$ 8,5 bilhões.

Em suma, o orçamento social não foi afetado, substancialmente, pela política de contenção de gastos públicos, que ressalvou, em toda a linha, a valorização dos recursos humanos e a qualidade de vida ou bem-estar dos brasileiros, aliás cabalmente demonstrados pelo aumento da expectativa de vida para além dos 60 anos; não se descurou, de resto, das implicações do modelo de desenvolvimento e a estratégia de execução, sobre o perfil de distribuição de renda.

No campo da educação e cultura, as conquistas efetivas em todos os níveis e modalidades de ensino e manifestações culturais e artísticas tornaram-se possíveis com a conjugação de esforços e meios das três esferas de governo, e podem ser facilmente aquilata-das pela força dos números: estimou-se em 25,4 milhões o total de matrículas no ensino regular, nos diferentes níveis, ou seja, 21,6 milhões no ensino de 1º grau, 2,5 milhões no de 2º grau e 1,3 milhão no ensino superior. Isto representa um acréscimo, em termos globais, de 6% em relação ao ano passado.

Accentue-se, ademais, o papel incomparável do MOBRAL na alfabetização de adultos, com 4 milhões de matriculados, sendo 1,5 milhão somente em 1976, o que possibilitou uma taxa de alfabetização sem precedentes no País, da ordem de 84%.

Não pode ser esquecida a expressiva expansão no ensino pós-graduado, que hoje oferece mais de 300 cursos e contou com 12 mil alunos matriculados em todo o País.

Também merece ser lembrada a série de programas e medidas em favor da assistência ao educando, dentre as quais o Programa de Crédito Educativo, o de Bolsas de Estudo, a Campanha de Alimentação Escolar e a Campanha do Livro e Material Didático.

Várias medidas foram concretizadas no âmbito do Sistema Nacional de Saúde e no de Vigilância Epidemiológica, com resultados largamente positivos na melhoria dos padrões sanitários e combate à esquistossomose, à doença de Chagas e à tuberculose ou na erradicação da malária.

Ressoum, ainda, na esfera de atuação do Ministério da Saúde, os amplos programas e providências voltadas ao saneamento básico em áreas rurais, à assistência aos grupos populacionais mais carentes através do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN, além do controle de drogas, medicamentos e alimentos, e outras ações regionais no campo da saúde e saneamento.

É dever de elementar justiça reconhecer a amplitude das realizações governamentais nesse vital setor, podendo-se inclusive chamar a

atenção para os expressivos marcos obtidos na redução da mortalidade infantil e das doenças endêmicas.

Saliente-se que os gastos públicos (federais e estaduais) comprometidos com a saúde, saneamento e nutrição superaram os Cr\$ 60 bilhões; ademais, Cr\$ 37 bilhões foram carreados ao INPS e ao FUNRURAL. Estes dois órgãos propiciaram, em conjunto, cerca de 135,2 milhões de consultas médicas e atendimentos ambulatoriais e 8,6 milhões de internações hospitalares; em outros termos, nada menos do que 60 milhões de brasileiros foram alcançados pela Previdência Social urbana e, a maior parte dos rurícolas, através do FUNRURAL.

A proteção social expandiu-se acentuadamente com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, atento inclusive à preconizada universalização da Previdência Social; a instituição do SINPAS tornou possível também o aprimoramento da Administração Pública previdenciária, ao abarcar as atividades tipicamente de previdência (benefícios), além da assistência médica, social e a gestão financeira e patrimonial.

Os dispêndios efetivos no âmbito da Previdência Social (exceto assistência médica) orçaram Cr\$ 102 bilhões, abrangendo uma vasta gama de benefícios e prestações.

Saliente-se, por fim, que a execução da política de integração social demandou recursos calculados em Cr\$ 207 bilhões, sendo que a implementação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — CSU, com 355 projetos aprovados, absorveu uma verba de Cr\$ 1,8 bilhão, achando-se, a essa altura, 56 Centros Sociais em pleno funcionamento, atendendo a mais de 300 mil pessoas em 1977.

No cenário internacional foi marcante a presença do Brasil, apesar de fatores contrastantes no relacionamento das nações, tido pelos desníveis econômicos. Por outro lado, perduraram os penosos gravames sofridos pelos países não-produtores de petróleo, o que, obviamente produz reflexos globais sobre a situação mundial.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella.** Fazendo soar a campainha.) — Peço a V. Exª que conclua o seu discurso, pois seu tempo está se esgotando.

**O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES)** — Estou terminando, Sr. Presidente.

Proseguimos em nossa lúcida ação diplomática, integralmente inspirada no propósito da solução de dificuldades conjunturais, "procurando ampliar, de forma progressiva e sistemática, as áreas de convergência ou de coincidência de interesses e conter as proporções dos atritos inevitáveis".

Fomentamos e ampliamos nossos laços de amizade e de interesse com a América Latina e a África, merecendo destacadas as visitas dos Presidentes da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela, durante as quais foram assinados importantes atos internacionais. De especial relevo histórico foi o estreitamento de nossas relações com a República Federal da Alemanha, refletido na estruturação do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e na ampliação das atividades reguladas pelo Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, valendo ainda pôr em destaque o incremento de intercâmbio com a França e o Reino Unido.

Mantivemos com os Estados Unidos da América "um diálogo permanente, construtivo e aberto", motivador de um clima de respeito mútuo, no esforço recíproco em favor da normalidade do relacionamento, absolutamente indispensável aos interesses comuns e em obséquio da causa da humanidade. Gratificou-nos, sobretudo, em termos de amizade qualificada, a visita que nos fez a Senhora Rosalyn Carter, esposa do Presidente norte-americano.

As relações com o Canadá, União Soviética e demais países da Europa, com as nações do Oriente Médio, da Oceania, da Ásia, sobressaindo-se o Japão e a República Popular da China, mantiveram-se em ritmo do bom desenvolvimento, a caracterizar a eficiência de nossa ação diplomática, de permeio com a correção de propósitos do Brasil no campo internacional, o que nos permitiu alcançar êxitos positivos na política da negociação.

E foi precisamente a clarividência do comportamento do nosso País na comunidade internacional que permitiu ao eminente Presidente Ernesto Geisel afirmar em sua Mensagem:

"O Brasil orgulha-se de conviver, de forma harmoniosa e solidária, com seus numerosos vizinhos d'aquém e d'além-mar".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a grandeza e multiplicidade das realizações governamentais ao longo de todo o exercício de 1977 não podem, obviamente, conter-se nos estritos limites de umas tantas cifras ou estatísticas, aqui reproduzidas, ou numa apreciação sumária de tudo quanto foi objeto de minucioso enfoque na Mensagem Presidencial.

Resta-nos, para concluir, a inabalável certeza de que o eminente Presidente Ernesto Geisel, à frente do valoroso *staff* ministerial, levará a bom termo o seu programa de governo e cumprirá, uma a uma, as etapas a que se propôs, fiel ao compromisso de conduzir o Brasil ao longo de sua trajetória ímpar na História mundial, rumo aos nossos destinos de Nação próspera, coesa e solidária, convicta dos valores éticos e cristãos que presidem a alma nacional, consciente da missão de Paz que nos está reservada no Mundo Livre. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG.** Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Desejo apenas solicitar licença a V. Exª para passar a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, que vai analisar alguns aspectos da fala do nobre líder Senador Eurico Rezende. Já comunicando que amanhã, no horário da Liderança, o Senador Roberto Saturnino vai mostrar a realidade política e econômica da Nação. Peço licença, então, a V. Exª

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Nós da Mesa, temos o dever de construir face da realidade, e V. Exª tem toda nossa credibilidade, não só em razão da respeitabilidade de sua pessoa como em razão, também, da credencial implícita que tem dos seus nobres colegas de Bancada. Razão pela qual, independentemente de comunicação oficial, acolho as palavras de V. Exª, neste momento, como intérprete de sua Bancada, passando a palavra a S. Exª o nobre Senador Marcos Freire.

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG)** — Agradeço a compreensão de V. Exª

*O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, nos termos do artigo 16 do Regimento Interno, para uma comunicação.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ.** Para uma Comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Comemora-se, hoje, o centenário de nascimento de uma figura marcante da República: a do grande e saudoso Senador Fernando de Melo Viana.

O velho Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, onde pontificou o tradicional político mineiro nos seus últimos anos de vida, já foi demolido para, segundo afirmam, atender às instâncias do progresso metropolitano. Mas, aos que tiveram, como eu, o privilégio e a ventura de conhecer pessoalmente Melo Viana, ou de viver o período em que ele presidiu o Senado, difícil será passar por aquele local da Cinelândia carioca e não recordar, com saudades, a sua figura de orador extraordinário, de político respeitado e admirado.

A recordação, na verdade, não se cinge ao venerando Senador Melo Viana, mas a todo um longo período, desde a Proclamação da República, que ele viu eclodir aos onze anos de idade, até o dia da sua morte, 76 anos depois, quando o Brasil supunha que já passara por todas as vicissitudes de uma Nação jovem e, em pleno ano de 1954, já alcançara um estágio democrático que não merecia os erros e os pecados que o empurraram a retrocessos e recuos políticos absolutamente inesperados.

Melo Viana, Senhor Presidente e Senhores Senadores, cumpriu toda aquela trajetória que marcou os nossos pró-homens do passado. Estudou no Caraça, prosseguiu estudos no Ginásio de Ouro Preto, formou-se em Direito, foi Promotor de Justiça, Deputado Estadual, Juiz, Secretário de Estado, Governador de Minas e duas vezes eleito Vice-Presidente da República, sendo que da segunda vez, companheiro de chapa de Júlio Prestes, não chegou à posse e terminou exilado por dois anos na Europa.

Com a reconstitucionalização do País, em 1945, Melo Viana foi eleito Senador por Minas Gerais e, sucessivamente, presidiu a Constituinte e o Senado da República.

Sr. Presidente, todos aprendemos, com a filosofia oriental, que os velhos devem ser cultuados e lembrados às novas gerações, não por sentimento de saudosismo inócuo infrutífero, mas para que, das experiências do passado, possamos extrair, com sabedoria, os frutos sazonalizados que nos legaram as antigas gerações.

Ve-se, Sr. Presidente, na experiência de Melo Viana, a ascensão profissional e política de quem se fez com o seu próprio esforço, guardando, como linha permanente de conduta, o rigor do homem-ligado, honesto e coerente; a experiência de quem curtiu êxitos e dissabores, sem abandonar jamais o interesse público como a principal motivação da sua vida; e principalmente a experiência de quem, tragado na voragem de uma revolução, afastou-se do País, como exilado, sob um tumulto que firmava a impressão de que não haveria retorno para os que se fossem e, no entanto, todos retornaram — até mesmo o inflexível Washington Luiz —, atraídos pela vontade de um povo que, em toda a sua História, encontrou os meios e processos de reunir em confraternização os irmãos desavindos.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Ouço com atenção o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela homenagem que está prestando a Melo Viana. Ele presidiu, realmente, aquela Constituinte à qual tive a honra de pertencer, ao lado de eminentes colegas que estão aqui no Senado, como o Senador Ruy Santos, o Senador Magalhães Pinto, o Senador Amaral Peixoto e outras figuras que compõem o Congresso Nacional. Foi um homem hábil, inteligente, que presidiu, sem dúvida nenhuma, uma Constituinte das mais importantes, senão a mais importante da História do Brasil. Nela tomaram parte vários ex-Presidentes, ex-Ministros, e figuras notáveis de todos os setores da atividade brasileira. O Brasil, naquela época, recebeu uma Carta Magna, que foi muito avançada, sobretudo no campo econômico e social. Não sei se as outras Constituições que vieram após a de 46 trouxeram, no seu conteúdo, aquele recurso e aquela beleza da Constituição de 1946. Quero, portanto, dar aqui o testemunho dos meus aplausos a um homem que se conduziu com elevação, com espírito democrático e com muita grandeza, na Presidência da Constituinte de 1946.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que muito me honra e que enriquece bastante o discurso que venho fazendo, de vez que V. Ex<sup>a</sup> foi daqueles que comungaram com Melo Viana, no Congresso Nacional, por ocasião da Constituinte, que unia as duas Casas.

Aproveito para incluir neste discurso os apertes de solidariedade a esta homenagem, do Senador Itamar Franco, por Minas Gerais, que pede que o faça, assim como dos Senadores Amaral Peixoto e Otto Lehmann, em razão de não ser possível, pelo Regimento, a inserção de mais apertes nesta breve comunicação.

Prosseguindo o curso de minhas palavras, Sr. Presidente, digo que uma das mais notáveis facetas do povo brasileiro, caracterizada por bom e tolerante, insistentemente disposto à união pela certeza de que os ódios e ressentimentos, geradores da injustiça e da iniquidade, nunca levam às melhores veredas.

Melo Viana foi um dos mais enérgicos defensores da dignidade do Parlamento, fazendo-se legendária até mesmo sua postura física, de grande energia, nos instantes em que jamais permitiu qualquer ato ou atitude que, mesmo remotamente, pudesse ferir o Poder Legislativo que presidiu.

Nos instantes de dúvidas vividos pelo País, o exemplo do velho Senador por Minas Gerais deve ser lembrado a cada momento, a fim de que nele nos inspiremos, na vida parlamentar, como alento e estímulo aos esforços que incansavelmente devem ser investidos no sentido de que recuperemos, para o Legislativo brasileiro, o lugar insubstituível que lhe cabe no contexto democrático desejado por todos os patriotas desta Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — A Presidência, em nome da Mesa, associa-se às homenagens prestadas ao súdo Senador Melo Viana, cujo centenário hoje se comemora.

A evocação feita pelo eminente representante do Estado do Rio de Janeiro revestiu-se do esplendor, da justiça e da grandeza do reconhecimento.

Melo Viana, representante do Estado das Minas Gerais, ascendeu aos postos da vida pública desde a promotoria, deputação estadual, secretaria de Estado, Governador do seu grande Estado, vice-Presidente da República por duas vezes; foi ele o Presidente da Constituinte de 1946 e o Presidente deste Senado Federal.

Lembro-me ainda, saindo da minha faculdade de direito, da magnífica impressão que me causou o seu discurso quando promulgava a Constituição de 1946, e que fora divulgado pela imprensa da minha província. A sua palavra refletia a grandeza daquele singular momento da nossa História e revelava o patriota e o democrata.

A Presidência se associa às homenagens prestadas a esse exemplo singular de cidadão da República, rendendo um preito a todos aqueles que, na atividade política, souberam engrandecer e elevar nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Vamos prorrogar o Expediente por mais quinze minutos, porque há diversos Srs. Senadores que se propõem fazer pequenas comunicações inadiváveis. Dessa forma, havendo sobre a mesa três nomes de Srs. Senadores que desejam fazer essas comunicações, divideremos o tempo, na forma regimental, em cinco minutos para cada um dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As cidades de Marabá e Tucuruí, no Tocantins, estão debaixo d'água. Mais de 70% da área urbana de Marabá estão inundadas. O nosso povo, embora acostumado periodicamente a isso, está sofrendo, no momento, um tipo de flagelo correspondente às maiores enchentes que o rio Tocantins tem registrado.

Recebi apelos dos Prefeitos das cidades de Tucuruí e Marabá, sobretudo, no sentido de solicitar socorros urgentes nos campos da saúde e da alimentação. Entendi-me com S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro do Interior, e ele já irá, segunda-feira, visitar as duas áreas inundadas. S. Ex<sup>a</sup> já deu instruções à JUDAM para fazer o investimento necessário, de modo a socorrer as populações flageladas.

Era meu intento — e agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a oportunidade que me dá — usar a tribuna do Senado apenas no sentido de agradecer ao Sr. Ministro do Interior as providências prontas que já tomou e aquelas que serão em seguida objeto de uma preocupação maior, que é o amparo completo às populações necessitadas. (Muito bem! Muito bem!)

conhecer o esforço governamental e praticar-se injustiça, como se faz nesta tarde, com o eminente Ministro Ney Braga que, sem dúvida alguma, fez uma das mais belas realizações no setor educacional brasileiro. Nós não podemos conduzir uma discussão com o passionalismo colocado pelo nobre Senador Evandro Carreira que, de um lado, concorda com V. Ex<sup>a</sup> de que as nossas grandes dificuldades estejam situadas quando maqueamos — para usar as suas expressões — as soluções para a problemática brasileira. Mas S. Ex<sup>a</sup>, toda a vez que aqui vem exemplificar, teima em estabelecer comparativa do Brasil com a Alemanha, do Brasil com os Estados Unidos da América e, agora, do Brasil com o Japão. São países que estão, é forçoso reconhecer, a um século de distância de nós em termos de desenvolvimento. Então, as suas colocações, a sua problemática está em patamares inteiramente diferentes do nosso. Sabe S. Ex<sup>a</sup> que é verdade que o Japão alocou violentas somas de recursos no setor da educação mas, sabe também que o Governo brasileiro, em 1977, alocou, Senhor Senador — e refresco a memória de V. Ex<sup>a</sup> — nada menos que 300 bilhões de cruzeiros no setor social, envolvendo escolas, saneamento e outros fatores. Isto representa quase 15% do Produto Interno Bruto. Sabem V. Ex<sup>as</sup> que o orçamento do Ministério da Educação e Cultura, no ano de 1977, foi 92% superior ao orçamento de 1976, e que só através do Projeto Pró-Município se beneficiou mais de 220 mil estudantes que tiveram acesso às escolas, criando-se mais de 70 mil vagas. V. Ex<sup>a</sup> sabe que se formaram, nos Territórios e nos Estados, com cobertura do MEC, quase dois mil novos professores. V. Ex<sup>a</sup> sabe que em prol da melhoria do sistema educacional, em prol da melhoria do ensino brasileiro, realizaram-se, através do Plano Nacional de Pós-graduação, só no ano de 1977, mais de 300 cursos, beneficiando cerca de 12 mil professores. V. Ex<sup>a</sup> sabe que através de inúmeras medidas, no pré-escolar, no 1º grau, no 2º grau, no ensino superior, se criaram inúmeras melhores situações e como V. Ex<sup>a</sup> mesmo reconheceu, de público, ainda há pouco, o Governo instituiu, sem dúvida nenhuma, um dos mais arrojados e extraordinários projetos que se conhecem no mundo contemporâneo, que é o Crédito Educativo, o qual beneficia praticamente 25% no total dos matriculados em curso superior. Esquece-se V. Ex<sup>a</sup>, também, do extraordinário programa de bolsas de estudo; do extraordinário programa de campanha da merenda escolar; do magnífico programa do livro e do material didático que tem realmente dado substancial reforço, não só à quantidade, mas à própria qualidade do ensino brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> sabe, como o Brasil inteiro sabe, nobre Senador, que só no exercício de 1977 foram concedidas, nos diversos níveis, 225 mil bolsas de estudo atingindo um total de 163 milhões de cruzeiros, correspondendo portanto a cerca de 30 mil bolsas superiores ao ano de 1973.

Estou a concluir o aparte. Quando, reconhecendo, de público, que há um substancial aumento de número de vagas nas escolas, seja no pré-escolar, no 1º Grau, no 2º Grau ou no curso superior, V. Ex<sup>a</sup>, — e aí já com o aval do magnífico Professor e nobre Senador Gilvan Rocha — diz que a qualidade do ensino piora. V. Ex<sup>a</sup>, simplesmente, faz a afirmação esquecendo-se de que de 1964 a esta parte vêm num crescendo magnífico todas as dotações destinadas à melhoria do ensino brasileiro. Só na área do 1º Grau foram destinados recursos da ordem de 45 milhões de cruzeiros que habilitaram 2.822 professores estaduais, 2.049 professores municipais, além de mais de um milhão de administradores e supervisores educacionais, com o objetivo exclusivo de melhorar o ensino. V. Ex<sup>a</sup> não desconhece que se formaram, só no ano de 1977, quase 3 mil professores em habilitação e com aperfeiçoamento de seus conhecimentos básicos; que se formaram quase 3 mil e 300 professores só na área de Língua Portuguesa e que, também, a nível de 2º Grau, foram habilitados, através do ensino à distância, cerca de 25 mil professores leigos em todo o Território nacional. V. Ex<sup>a</sup> sabe, também, que num total de 93 mil e 500 docentes de nível superior atingiu-se, neste ano que passou, de 77 a 22% de professores de nível universitário com título de mestrado e doutorado, o que significa um aumento de quase 60% em relação ao ano próximo de 1974. Há de ver V. Ex<sup>a</sup> que é evidente que além de todas essas medidas diretamente realizadas pelo Ministério da Edu-

cação e Cultura, um sem número de programas está sendo realizado a nível de mestrado, a nível de doutoramento, a nível de melhor formação do professor universitário, do professor secundário, do professor primário, e inúmeros e inúmeros programas de pesquisa em convênio com o CNPq, o que vem demonstrar que há realmente um grande esforço do Governo no sentido de melhorar a qualidade de ensino. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que o ensino brasileiro precisa de equacionamento; o ensino brasileiro precisa de soluções. Mas não será desconhecendo o esforço do Governo, não será fazendo tábula rasa esse grande esforço governamental no sentido da melhoria da qualidade, dando-se melhor oportunidade a todos, que vamos conseguir tudo isso. E muito menos com passionalismo de colocações como as que foram feitas, há pouco, pelo nobre Senador Evandro Carreira e pelo meu querido e dileto amigo Gilvan Rocha. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Concordo com o rosário de números que V. Ex<sup>a</sup> acabou de apresentar. Concordo. Mas, são poucos em relação às nossas necessidades.

Um dado para neutralizar todo o arrazoado de V. Ex<sup>a</sup>: nós tínhamos um percentual de 11% do orçamento da União, para educação. Retrocedemos; estamos com 6%. Este dado elimina todos os dados que V. Ex<sup>a</sup> acaba de apresentar à Casa.

Mas, Senador Osires Teixeira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em vez das minhas palavras, as palavras de homens do Movimento Democrático Brasileiro, eu prefiro ir buscar o depoimento insuspeito do titular do Departamento do Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura. É o Coronel Torquato Jardim, Diretor do Departamento do Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura que diz:

"A pressão que o ensino de Primeiro Grau está exercendo sobre o de Segundo Grau, já que este nível de ensino não tem vagas suficientes para absorver a totalidade de alunos egressos do Primeiro Grau — consequência da carência de recursos financeiros" — ...

Para o Coronel Torquato,

"Só quando as autoridades brasileiras se conscientizarem da importância do ensino de Segundo Grau para o País, a exemplo do que fizeram o Japão e a Alemanha Ocidental..."

As palavras não são de homens do Movimento Democrático Brasileiro; não são palavras de homens passionais, de homens que falam impulsionados pela emoção. Não!

São palavras de um técnico, titular do Ensino Médio, que fala dentro da sua tranquilidade — como nós temos procurado falar nesta Casa — e diz que:

"...concedendo-lhe destaque na elaboração do 3º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de modo que sejam destinados mais recursos financeiros para sua execução, é que se poderá ampliar o ensino, melhorar sua qualidade e concretizar a reforma prevista pela Lei nº 5.692/71."

Lei do Governo Federal; do Governo revolucionário.

"Lamentou a ação limitada do Departamento de Ensino Médio, imposta pelo próprio Ministério da Educação, que vem dando prioridade ao desenvolvimento do ensino pré-escolar e do Plano Nacional de Pós-Graduação e defendeu a procura de novas fontes de recursos para o ensino de Segundo Grau, que vem se caracterizando por "uma pobreza franciscana."

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com prazer. Depois, darei continuidade a este depoimento que é muito importante.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É tão importante que é absolutamente irresponsável. Mas, apenas para me dirigir ao nobre

Líder, tive o cuidado de fazer duas anotações, dentro daquela quantidade imensa de adjetivos que S. Ex<sup>a</sup> usa muito quando, naquele afã de defender o Governo, se sobrepõe até aos próprios funcionários governamentais. "Esplêndida e colossal", a situação do ensino brasileiro. Agora, vê V. Ex<sup>a</sup> que o apego à estatística, que é sinal de que este País fez uma opção de modelo de desenvolvimento puramente econômico, contrário ao Japão e à Alemanha, e que deu no milagre contrário ao Japão e à Alemanha e que deu no milagre que todos nós conhecemos, resulta em coisas inverossímeis. Para lhe dar um exemplo muito interessante que foi-me dito por um amigo: um jornalista mal remunerado, dizia que um dia teve o prazer de viajar num avião junto ao Senador Magalhães Pinto e que constituiu-se, aquela fileira de cadeiras em que vinham os dois, um dos maiores índices de renda *per capita* do Brasil. Vê V. Ex<sup>a</sup> que ante as manipulações e estatísticas que esse Governo faz e a realidade dos fatos, existe uma distância abismal e S. Ex<sup>a</sup> não está correto em dizer que nós somos passionais, que não reconhecemos o que o Governo fez. O Governo fez, mas poderia fazer muitíssimo mais e ainda não se conscientizou que o problema é de modelo. Ele pode dizer que formou milhares de médicos, que formou centenas de professoras, mas não fez uma clara opção em investir em educação. A única opção que esse Governo fez, foi acreditar na economia dirigida e que deu no que todos nós conhecemos.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Prossigo na reprodução do depoimento do titular do Departamento do Ensino Médio do Ministério da Educação.

"— O ensino de Primeiro Grau é obrigatório e gratuito, recebe quota do salário-educação, uma fatia da Loteria Esportiva, além do MOBRAF. O Terceiro Grau — Ensino Superior — Universitário — é onde o MEC põe mais dinheiro, por ser o mais importante, além de constituir um problema político, ficando o Segundo Grau relegado ao segundo plano e sendo socorrido pela rede particular de ensino — disse Torquato Jardim."

"Segundo ele,

A previsão para este ano é de aplicar somente nas escolas técnicas federais mantidas pelo MEC um total de Cr\$ 835.202.000,00.

Cerca de Cr\$ 103 milhões serão distribuídos entre as unidades federadas para desenvolvimento de programas como a compra de equipamentos e de aumento de vagas para alunos carentes nos estabelecimentos de ensino particulares."

"Importância irrisória!

"Segundo dados de 1977, estavam matriculados 2.173.812 alunos no ensino de Segundo Grau, contra uma população escolarizável, de 15 a 19 anos, de 12.452.935 alunos."

Afirmamos nós, mais de dez milhões de jovens de 15 a 19 anos que estão atualmente privados do ensino médio, marginalizados, sem possibilidades de aumentar os seus conhecimentos, de obter uma profissão, para poderem buscar a sua melhor promoção social.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Essa é afirmação do Coronel ou de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Esse, agora é um enxerto meu, foi um comentário à parte. Ainda estou lendo, reproduzindo o depoimento do Coronel.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Veja que V. Ex<sup>a</sup> já coloca o passional.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Não, eu tive que aduzir para tornar mais claro, visualizar mais a crise do ensino no País, porque estou agora contraditando V. Ex<sup>a</sup> com as palavras de uma autoridade do Governo de V. Ex<sup>a</sup>, de um homem que é responsável pelo ensino médio neste País.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> só um esclarecimento?

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Pois não.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Primeiro, quando há uma contraposição de 12 milhões, 452 mil e poucos estudantes — salvo engano — no ensino do primeiro grau, contra uma população de pouco mais de 2 milhões no ensino do segundo grau, é evidente que se reflete uma pressão, exatamente porque, no ensino de primeiro grau existem todos aqueles subsídios resultantes do salário de educação, etc., que dá uma ampliação muito grande dos quadros de ensino de primeiro grau, máxime, porque, o ensino de primeiro grau vai recrutar professores com menor qualidade de especialização. Daí eu querer enfatizar o grande esforço do Governo na formação dos professores, porque, se V. Ex<sup>a</sup> de um lado reclama o menor número de estabelecimentos de ensino na área de segundo grau, de outro lado, V. Ex<sup>a</sup> fala na qualidade do ensino. Então, não é possível e nem é racional que o Governo irresponsavelmente passe a criar um número maior de cursos de segundo grau, quando não existem muitos professores com capacidade para poder lecionar nesse estágio. Então, o crescimento é, naturalmente, mais lento. É evidente, o que quis refletir o nobre Coronel Torquato ao levantar essa problemática, foi naturalmente a necessidade da formação de um maior número de professores. Mas, quando V. Ex<sup>a</sup> cota o número 12 milhões com o número 2 milhões e diz que 10 milhões ficarão privados, V. Ex<sup>a</sup> está, obviamente, fazendo um jogo de palavras, porque sabe que esses 12 milhões estão esparsos ao longo de quatro séries diferentes. Na verdade, em números redondos, seria em torno de 3 milhões para cada série, então, a cada ano sim, haveria uma entrada de 3 milhões de alunos em condições de ingressarem no 2º ciclo, quando a disponibilidade de vagas seria de pouco mais de 2 milhões. Nesse ponto, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, porque existe a diferença e a pressão do 1º para o 2º Grau, mas entre 2 milhões para 3 milhões e de 10 milhões marginalizados, V. Ex<sup>a</sup> há de concluir comigo que devo ficar preocupado de que a tese há pouco por mim levantada, de que há passionalismo, é verdadeira.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Não há jogo de palavras, são números que estou citando. Há um déficit, segundo o titular do Ensino Médio, de 10 milhões de jovens que estão marginalizados do processo educacional, por carência de escolas.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Não, Ex<sup>a</sup> Há uma afirmação de que existem 10 milhões de alunos no 1º ciclo, o que quer significar, 10 milhões de alunos espalhados no 1º ano do 1º Grau, no 2º, o que vale dizer, na 5ª, na 6ª, na 7ª e na 8ª séries, o que daria uma média de 3 milhões para cada série e não de 10 milhões que terminaram em 1977 e estão marginalizados para fazer o 2º Grau em 1978. Por isso é que chamei a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, porque é preciso não manipular, ao sabor, os números, pois senão iríamos dar no exemplo citado ainda há pouco pelo nobre Senador Gilvan Rocha, que sopra, com a inteligência brilhante e bem a V. Ex<sup>a</sup>, a renda *per capita* auferida no banco do avião em que viajavam o Senador Magalhães Pinto e o jornalista mal remunerado.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Senador Osires Teixeira, é o titular do Ensino Médio no Brasil quem diz que são dez milhões de moços marginalizados por falta de escolas.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Marginalizados disse V. Ex<sup>a</sup> Por gentileza, leia para mim, a fim de ver se ele usou a palavra marginalizados.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Não.

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Não? Obrigado.

**O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC)** — Mas, vou repetir...

**O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO)** — Então não precisa ler, se ele não falou, porque foi V. Ex<sup>a</sup> quem disse. Pedi a V. Ex<sup>a</sup> para ler e confirmar que ele não disse, então não há necessidade.

**O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM)** — Nobre Senador Evelásio Vieira, concede-me um aparte para esclarecer? (Assentimento do orador.) O nobre Senador Osires Teixeira, embora não lhe diga

que se trata de um passional ao defender sofregamente o Governo, tenta, agora, uma acrobacia, um malabarismo numérico para nos impingir um jogo que eu não aceito porque o meu raciocínio percebe a acrobacia e o malabarismo que pretende. Ele está argumentando com V. Ex<sup>a</sup> de que a pressão de dez milhões sobre dois milhões não se justifica, porque não há essa pressão de dez milhões sobre dois, há, sim, uma pressão de três milhões sobre dois, porque os dez milhões estariam distribuídos, admitamos, equitativamente, entre as várias séries do primeiro grau. Veja bem o jogo, a acrobacia que ele pretende, é a seguinte — não diz ele, também, que a válvula de escape para o Segundo Grau não é de dois milhões de vagas porque são dois milhões divididos em três séries.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Claro.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Então, seriam dois milhões, seriam uma válvula de escape de setecentas mil vagas, no máximo, para uma pressão de três milhões. Vejam, o nobre Senador pretende transferir sua passionalidade, ao defender sofregamente o Governo, fazendo arranjos numéricos, talvez pensando que a nossa nobre Oposição não tenha capacidade de raciocínio. Este tem sido o erro do Governo e de quem o defende, é o de subestimar a Oposição. Este raciocínio, agora, foi subestimado, porque se jogaram dez milhões em cima de dois e dividiram-se os dez milhões, achando que é a pressão de três sobre dois...

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Respeito a inteligência da Oposição, mas reconheço o passionalismo.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Não é a pressão de três milhões sobre setecentas mil vagas só, porque os dois milhões de vagas existem dentro de todas as séries do segundo grau, que são três, por conseguinte. Há uma pressão muito grande, há uma demanda muito grande, há apenas setecentas mil vagas, no máximo, no Brasil, para o Segundo Grau. Esta é a verdade. É um ensino precário e capenga porque ao Governo não interessa desenvolver nem a ciência nem a tecnologia, neste País, pois pretende que ele fique embrutecido e burro para instaurar a monarquia que deseja.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Eu me considero feliz porque V. Ex<sup>a</sup> já baixou de dez milhões para três. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Mas volto a dizer que prefiro responder ao Vice-líder da ARENA, Senador Osires Teixeira, com as palavras do próprio Governo. E vou prosseguir.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Quando for comentário de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> comente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Segundo o coronel Torquato, o fenômeno que se registrou anos atrás, na passagem do ensino de Segundo Grau para o Terceiro, resultando num crescimento do ensino superior, agora contido, (inclusive proibiram admissão de funcionários em Escolas Superiores...

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Para evitar a má qualidade de ensino.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — ... está se verificando, atualmente, na passagem do Primeiro para o Segundo Grau.

Conforme disse, os bons colégios da rede particular não têm vagas disponíveis enquanto as escolas oficiais estão sobrecarregadas, não conseguindo absorver toda a clientela egressa do Primeiro Grau.

Resaltou também a desarticulação entre o Segundo e Terceiro Graus:

— O vestibular é calcado no que se ensina no Segundo Grau ou o Segundo Grau está preocupado com o vestibular? — Indagou, para em seguida dizer que não sabe a resposta.

O próprio titular do Ensino de Segundo Grau, não sabe,

Para ele, o vestibular deve medir no candidato o grau de preparo que foi dado no ensino de Segundo Grau, exigindo inclusive conhecimentos do aspecto profissionalizante do ensino.

Informou que,

O ensino do Segundo Grau conta atualmente com cerca de dois milhões de alunos e o Terceiro Grau com 1 milhão e 200 alunos.

Voltando a ratificar o que havia dito anteriormente.

Baseado em informações do Departamento de Assuntos Universitários, disse que o número de egressos do ensino regular anualmente é inferior ao número de vagas que o ensino superior oferece, o que resulta em sobra de vagas.

Além da desvalorização do técnico de nível médio, outros pontos destacados pelo Coronel Torquato Jardim, como dificultando o desenvolvimento do ensino de Segundo Grau, são: a resistência das famílias que não aceitam o conceito de profissionalização do ensino; a inexistência de currículos adequados; a escassez de pessoal docente qualificado; de pessoal técnico; inexistência de um conceito de escola de Segundo Grau.

Um elenco de críticas contundentes do Coronel Jardim, titular do Ensino de 2º Grau, contra o ensino neste País. Não são só os homens do Movimento Democrático Brasileiro que estão apenas a criticar pelo prazer da crítica. Não, estamos a criticar com constância as deficiências da educação, buscando corrigir os desacertos, procurando despertar o Governo para esse ponto fundamental da educação, para que o nosso povo possa se habilitar, possa se capacitar, a ele mesmo, buscar o seu melhor bem-estar material, estar mais capacitado a dar um grande desenvolvimento a esta Nação.

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Inicialmente, darei o aparte ao Senador Agenor Maria, que havia solicitado primeiro, e depois darei a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — O problema da educação, no Brasil, é um problema profundamente sério e continuará sendo sério enquanto o Governo não compreender que a meta fundamental deva ser o homem. Acontece que o Governo não pensa isso. Não sei porque. Acredito que temos, no Brasil, projetos demais e a maioria deles não foram postos em execução, até hoje, porque não se tem como executar os projetos pois falta o homem para executá-los, através de leis férreas. Então, é uma questão de filosofia: se o Governo que opta para que o dinheiro sobreponha-se ao trabalho e à produção, este Governo não está, absolutamente, olhando a pessoa humana independentemente. Está olhando a pessoa humana através de uma subserviência total, porque a independência do homem só será possível através da independência econômica e, para se alcançar a independência econômica, é preciso ter formação. Não é formação doutoral, mas formação profissional. É mais fácil hoje, no Brasil, apesar da dificuldade de dinheiro, comprar um trator do que conseguir um tratorista; é muito mais fácil comprar um serviço de irrigação no Brasil, de hoje, do que conseguir quem conheça de irrigação no Brasil; é fácil conseguir o adubo para fazer o aumento da produtividade, mas o difícil é encontrar quem conheça curva de nível. Em 100 agricultores, no Brasil, 90 não sabem o que é curva de nível; em 100 agricultores, no Brasil, 90 não sabem o que é um trator; em 100 agricultores, no Brasil, 90 não sabem o que é irrigação; em 100 agricultores, no Brasil, 99 não sabem o que é inseminação artificial. Então, pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Evelásio Vieira e ao Vice-Líder do Governo, o nobre Senador Osires Teixeira: como teremos, neste País, uma agricultura desenvolvida, uma pecuária evoluída, se o nosso homem não desenvolveu? Este é o grande problema, é uma questão de opção: ou o Governo modifica a filosofia ou nós vamos, a cada passo, para uma situação mais difícil, porque o que vejo no Brasil de hoje, a desaparecer a cada dia, são os valores éticos e morais da nossa sociedade, é a família que está se diluindo. Por conta de quê? Por conta do empobrecimento que se transformou em miséria. É o homem perdendo a consciência de ser homem, porque ele não pode manter mais a casa, porque a pobreza arrostada por ele transformou-se em miséria. A miséria é a promiscuidade que está aí, assolando todos os lares, é a pobreza nacional. O que é o

operário brasileiro nos dias de hoje? É o homem que vive de teimoso que é, porque é de se perguntar: como é que pode o operário do Rio Grande do Norte, que é a minha terra, viver com 725 cruzeiros? É inteiramente impossível. Mas é o salário fixado pelo Governo. E para alcançar este salário é preciso ser de maior, ter todos os documentos e ter a carteira assinada. Para ganhar quanto? O salário fixado pelo Governo, que é um salário de 725 cruzeiros. O resto é folclore, Senador. Agradeço a V. Exª a oportunidade e peço desculpas por ter sido extenso no aparte mas, francamente, é preciso mudar a filosofia. Sem mudar a filosofia, não encontraremos o caminho do progresso deste País. E o progresso do Brasil só é possível através, em primeiro lugar, do progresso do homem. Enquanto o homem não evoluir, o País não vai desenvolver. Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto. Faz soar a campanha.) — Lembro ao nobre Senador que seu tempo está esgotado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com a generosidade de V. Exª, Sr. Presidente, ouvirei o Líder da ARENA, do Governo, e, em seguida, encerrarei o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — É impossível, porque ainda temos dois oradores para ocupar o tempo.

O SR. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Agradeço a boa vontade de V. Exª, Senador Evelásio Vieira. Oportunamente discutiremos o assunto, porque ele é empolgante.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Presidente, se há outros oradores, encerro o meu discurso e voltarei, em outra oportunidade, para concluir e para termos possibilidade de dialogar mais demoradamente assunto de marcante importância para o Brasil. (Muito bem! Palmas.)

*DISCURSO PROFERIDO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 16-3-78 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:*

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia doze de agosto do ano passado, tive oportunidade de fazer daqui um pronunciamento, que se tornou longo em razão dos apertes, pleiteando para os funcionários do Banco do Brasil um melhor tratamento nos seus vencimentos funcionais. Mostrávamos, naquela oportunidade, que uma das razões, determinantes do sucesso do banco, como empreendimento bancário, como órgão executor da política financeira do Governo, decorreu, exatamente, da excepcional qualidade de seu corpo funcional.

Mostrávamos, naquela oportunidade, que, em razão dos salários de relativa expressão em comparação com os oferecidos no mercado, o Banco do Brasil, ao longo de cem anos, tornou-se funcionalmente uma empresa modelar para inspirar, inclusive, o Governo a outras realizações como foram a PETROBRÁS, Volta Redonda, Companhia Vale do São Francisco, ELETROBRÁS, PORTOBRÁS, COBEC, INTERBRÁS e todas essas admiráveis firmas brasileiras que se exercitando no setor da economia mista passaram a dar ao País uma real expressão interna e mesmo internacional.

O nosso discurso, Sr. Presidente, foi publicado no dia 16 de agosto de 1977, no *Diário Oficial* nº 84. Antes disto, já havíamos feito aqui outro discurso em anterior pronunciamento, através da Voz do Brasil.

Na época, o projeto de reestruturação encontrava-se com o Senhor Presidente da República e, tempos depois, a reestruturação foi aprovada, em decorrência do qual aquela situação aflitiva que se veri-

ficava no Banco se resolveu e as despedidas ou pedidos constantes de rescisão de contratos que se verificavam cessaram, continuando o Banco a ser uma universidade de trabalho, formando os seus próprios funcionários, que servem não somente nos seus quadros de direção, como, ainda no setor da administração pública, quando requisitados.

O Banco do Brasil, Sr. Presidente, entretanto, marginalizou um setor desse corpo funcional, sem cuja presença, o Banco não seria aquela excelência. Criaram-se condições favoráveis para os funcionários de escrita, os funcionários da contabilidade, do setor da administração, mas houve esquecimento do grande número de funcionários que integra o quadro de portaria do Banco.

Há naquela casa uma norma que constitui, sob certo aspecto, um dos motivos da sua solidez interna, que é o bom relacionamento em grau de igualdade dos seus funcionários, em quaisquer que sejam as atividades em que eles sirvam. Ainda que seja contínuo, no Banco do Brasil, o funcionário sempre foi respeitado, porque sempre teve ordenado suficiente para se comportar de modo compatível com os níveis desfrutados pelos demais funcionários. Pois bem, Sr. Presidente, esse corpo funcional foi esquecido e, sem que houvesse respeito a uma determinação legal, a um princípio jurídico recolhido pela nossa Consolidação, de que as diferenças de funções, ou a natureza diferencial de trabalho, não pode estabelecer diferenciação de salários. É verdade que os vencimentos nem sempre eram os mesmos, mas havia uma certa proporcionalidade entre eles, de maneira a não existir fosso entre essas duas camadas funcionais. Com a melhoria desta última e a manutenção dos nossos funcionários de portaria nos quadros de vencimento anterior, esse fosso se tornou insuportável, aquele equilíbrio de padrões desapareceu, e sentimos, nesta faixa de bancários, na faixa de portaria, um total descontentamento dentro do Banco do Brasil. Muitos gerentes, sentindo o problema, considerando-o mesmo injusto e aviltante, são obrigados a conceder prorrogação de faina horária, visando mais a um atendimento complementar desse salário do que mesmo para atender à necessidade urgente de um determinado serviço. Alega-se que este quadro está em extinção ou está para extinguir-se. Mas, a razão não é relevante para que se justifique a desigualdade de tratamento.

Quando o contínuo entrou no Banco os vencimentos guardavam com os dos demais funcionários um certo equilíbrio, uma certa proporção. Mas a desproporção se tornou insuportável, dentro do Banco, e a extinção desta carreira não implica em que possa ter ele o direito de abastecer, ou de aviltar aqueles vencimentos. É justo por conseguinte que esses funcionários continuem a ter aqueles índices de percepção funcional, até que sejam atingidos pela aposentadoria.

É verdade que uma tal Comissão Salarial cria dificuldades, e uma das razões pelos quais o Banco teria encontrado condição legal para melhorar os vencimentos dos funcionários de contabilidade e de outras carreiras, teria sido o estabelecimento de diferenciação de nível e de qualificação; mas essa mesma possibilidade não poderia ser aplicada aos contínuos, porque exercem tarefa similar, fainas laborais de natureza não intelectual.

Mas, há de convir também que mesmo entre essas fainas, há algumas que são de maior ou de menor responsabilidade, havendo diferenciação entre esses trabalhos, que é, às vezes, um atributo do próprio tempo de serviço prestado por cada um na casa.

É justo, assim, que se façam critérios, de sorte que sejam amparadas essas diferenças de atividade, em razão mesmo do ofício que realiza, ainda que o trabalho seja de natureza material.

O que não se pode permitir, o que viria quebrar o equilíbrio da harmonia funcional naquela casa, é que o fosso persistisse vindo reinar na "Casa do Dinheiro do País", descontentamento, desconfiança ou frustração que jamais existiu.

E não se diga que o Banco não pode pagar: os seus lucros são razoáveis e ainda que aumente hoje os vencimentos desses funcionários, em razão mesmo de determinações de justiça, esses vencimentos

permitiria — diz ele — “reintegrar à ciência brasileira figuras exponenciais, de peso e renome internacional.”

No mesmo sentido é a afirmação do Presidente da Sociedade Brasileira de Física, Professor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, ao comentar o caso do Físico José Leite Lopes e seu desejo de retornar ao Brasil. Diz Sr. Ex<sup>a</sup>:

“O desenvolvimento científico brasileiro foi seriamente prejudicado com a aposentadoria de diversos professores e profissionais competentes, com base no AI-5. Mas, pior ainda que a aposentadoria, é a aplicação do Ato Complementar nº 75, que impede o trabalho do cientista, não só em órgãos oficiais, como também nos particulares, forçando o profissional a sair do País e a trabalhar fora.”

Da mesma forma, o Diretor do Departamento de Física da Pontifícia Universidade Católica, Professor Marcelo Dami, ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, considerou “importante para o País” a volta do Físico José Leite Lopes, acrescentando:

“Leite Lopes é um dos mais ilustres físicos brasileiros, que está dando importante contribuição no desenvolvimento da física em escala internacional.”

Depois de lembrar que ele formou grande número de alunos durante os anos em que ensinou na Universidade do Brasil e no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, afirmou o Professor Marcelo Dami — “o Brasil precisa de cientistas de alto nível e o Professor Leite Lopes é um dos poucos brasileiros nessa escala”.

Poderia citar outras autoridades. Mas, quero concluir, Sr. Presidente, lembrando que, na última quarta-feira, dia 23 do corrente, professores do Departamento de Física Teórica da UFRJ — isto é, a totalidade dos professores — pediram ao diretor do Instituto de Física a reintegração dos Físicos José Leite Lopes, Jayme Tionno, Sara Castro de Andrade e Elisa Frota Pessoa, além da anulação da aposentadoria *post mortem* do Professor Plínio Sussekind da Rocha, todos atingidos pelo AI-5.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Pois não, ouço com prazer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Desejamos e queremos alcançar o estágio de País desenvolvido, para a nossa sociedade desfrutar de um bem material, de um bem espiritual e só poderemos alcançar esse grande objetivo desenvolvendo a tecnologia, do contrário isso não será possível. No nosso País, nos últimos anos, o Governo não tem atuado nessa direção, pelo contrário, se dá ao luxo de expurgar os grandes cientistas. Rendo minha homenagem à posição de V. Ex<sup>a</sup> em defesa da comunidade científica brasileira.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Nobre Senador, penso que esta não é apenas uma posição minha, nem da banca da do Movimento Democrático Brasileiro. Esta é, certamente, a posição de todo o Senado da República que não pode concordar com um atentado à cultura brasileira.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Ouço com prazer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> pronuncia, nesta tarde, um discurso impecável em defesa da inteligência brasileira. Mereceria, como está a merecer, os encômios de todos os companheiros de V. Ex<sup>a</sup> Vou mais além do que isso, ao lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que esse obscurantismo cultural é tão inexplicável

que, mesmo que partissemos para o absurdo de se punir delitos de pensamento de alguns professores, ficaria muito difícil explicar proselitismo molecular de professores de áreas de Ciências Exatas. É um absurdo tão grande pensar-se de um professor de Biologia ou um professor de Física quer subverter células, moléculas e átomos.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Agradeço o magnífico aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que vem colocar numa preeminência que o tema merece o problema da recuperação que o Brasil tem o direito e o dever de promover essas inteligências que foram afastadas do País.

Ouçõ com prazer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Milton Cabral.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Este assunto, nobre Senador Franco Montoro, não pode ser analisado com passionalismo. É preciso considerar a época, as circunstâncias. V. Ex<sup>a</sup> muito bem sabe que não se faz revoluções em nenhum país sem que o movimento vitorioso adote medidas de defesa, se aparelhe contra os seus adversários. Provavelmente, na época, esses eminentes patriotas foram afastados da cátedra não por serem cientistas, mas diante das suas funções políticas de adversários do regime, por posições políticas que adotaram e certamente estavam fazendo proselitismo dos seus pensamentos. Agora, a diferença que existe, fundamental, e que não se pode deixar de registrar neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> traz à baila este assunto, é de que aqui no Brasil, a despeito de revoluções, a despeito do regime tachado de regime de força, esses professores foram apenas afastados da cátedra, enquanto, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, na Rússia Soviética os cientistas foram expulsos ou presos, não tiveram esse direito de apenas deixarem de lecionar. É preciso considerar a época, é preciso considerar as circunstâncias.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Mas não desejamos para o Brasil a sorte da Rússia. V. Ex<sup>a</sup> tem razão ao criticar a violência naquele país. Poderia acrescentar que alguns cientistas foram recolhidos a clínicas psiquiátricas. É o exemplo do tratamento totalitário que nós condenamos, exatamente em nome dos princípios da dignidade da pessoa humana, daqueles princípios que ontem, no Congresso Nacional, foram solenemente lembrados como fundamento dessa mensagem humanística que está na base da cultura moderna e de um autêntica civilização cristã. A propósito da violência que denunciemos, V. Ex<sup>a</sup> lembra, e muito bem, o que se faz na Rússia Soviética e poderia citar o que se fez na Alemanha nazista. V. Ex<sup>a</sup> colabora conosco, e agradeço a colaboração, porque não é isso que queremos para o Brasil; nem o comunismo russo, nem o nazismo alemão. Queremos uma democracia humana, cristã, brasileira. E é em nome desses princípios que V. Ex<sup>a</sup> deveria dizer se concorda ou não com essas medidas de violência que foram aplicadas e são mantidas no Brasil, até este momento.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Fiz referência a uma época.

O SR. SOLICENTE (José Lindoso. Fazendo soar a campanha.) — Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que conclua seu discurso, pois seu tempo está esgotado.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Concluo, Sr. Presidente.

Não quero discutir o passado. Esses homens foram punidos em 1969. A Revolução foi de 64. Um dos maiores homens desta Nação, primeiro Ministro da Justiça depois de 64, Senador da República, Presidente de diversas Comissões desta Casa, Milton Campos dizia:

“Cumprê distinguir a Revolução e seu processo. A Revolução há de ser permanente como idéia e inspiração. O processo revolucionário, porém, há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que

elimina o Direito, intranquilha os cidadãos e paralisa a evolução do meio social."

É a palavra de Milton Campos. Cinco anos depois, assistimos ainda um ato de arbítrio. A época não justifica. Mas não quero julgar o passado, o nosso apelo é relativo ao presente.

O que pedem os professores? Eis, e com isso concluo, Sr. Presidente:

A nota-pedido dos físicos, que deverá ser examinada pela Congregação no começo do mês, é deste teor:

"Em cumprimento à deliberação unânime, em reunião conjunta do Departamento de Física Teórica e do seu Corpo Deliberativo, venho, através de V. S<sup>a</sup>, encaminhar à Congregação do Instituto de Física o pedido de que sejam envidados todos os esforços possíveis, junto às autoridades competentes, no sentido de reintegrar ao corpo docente os professores aposentados compulsoriamente: José Leite Lopes, Jayme Tionno, Sarah Castro de Andrade e Elisa Frota Pessoa, tendo em vista a inestimável falta que faz a valiosa e experiente participação dos mesmos nas atividades de ensino e pesquisa do Instituto. Ainda, por equidade, foi deliberado que se solicite, também, a anulação *post mortem* da aposentadoria do professor Plínio Sussekind Rocha."

O Sr. Osires Teixeira (ARENA — GO) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um pequeno aparte, antes que conclua?

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso. Fazendo soar a campanha.) — Não pode V. Ex<sup>a</sup> conceder aparte, uma vez que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou e é uma concessão da Mesa ouvir a conclusão do seu discurso.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Concluo, Sr. Presidente:

O Senado não pode ficar indiferente a esse apelo da comunidade científica brasileira. O desenvolvimento cultural é a base insubstituível do verdadeiro desenvolvimento nacional. Juntamos, por isso, nossas vozes a dos professores, físicos, biólogos e demais cientistas do País para solicitar ao Presidente da República e ao Ministro da Educação as providências para a rápida reintegração, nas tarefas de ensino e pesquisa, dos cientistas alcançados pelos atos de exceção.

Assim agindo, o Governo brasileiro está prestando ao País um serviço de significação histórica, porque é na pesquisa científica e tecnológica feita por brasileiros, no território brasileiro, com materiais encontrados no Brasil, que se poderá abrir o caminho para o verdadeiro desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. BENEDITO FERREIRA NA SESSÃO DE 31-3-78 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A compreensão, especialmente dos verdadeiramente patriotas é, sem dúvida alguma, a remuneração maior que podem esperar aqueles que servem ao País e à Nação. É gratificante para nós, é confortador mesmo, verificar que até dentre os mais sacrificados, como é o caso do empresariado nacional, especialmente dentre os açucareiros nordestinos, ver no 14<sup>o</sup> aniversário da Revolução de 1964, uma manifestação como esta que publica o *Correio Braziliense* de hoje, que pretendo inscrita em nossos Anais. Mais sacrificados eu disse, Sr. Presidente, os empresários, sacrificados os trabalhadores, sacrificados quantos dão o melhor de si para a construção da Pátria

comum, convencidos de que nenhuma grande civilização atingiu o tal patamar sem o sacrifício de algumas gerações em prol do grande objetivo e em favor dos seus sucessores. E o caso, Sr. Presidente, deste manifesto do setor da indústria nacional, da agroindústria açucareira pernambucana, que vem trazer os seus aplausos, trazer a sua compreensão a quantos, investidos da pesada responsabilidade de colocar a nau da Administração Pública, colocar o nosso sofrido Brasil na rota que lhe foi reservada pelo Criador, em boa hora, Sr. Presidente, o Sr. Gilson Machado Guimarães filho, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Pernambuco, faz essa manifestação pública — como eu disse e vale repetir — numa demonstração de apreço e de aplauso àqueles que, arrostando as momentâneas popularidades, não fogem ao bom combate e caminham, celeremente, em busca do grande objetivo, do objetivo maior de todos nós, que é o do Brasil grande, do Brasil independente e, sobretudo, do Brasil cristão.

E diz esse manifesto, Sr. Presidente:

#### "SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

Hoje, 31 de Março, a Revolução completa 14 anos.

Um rápido olhar sobre o passado nos mostra que conseguimos fazer muito embora nos frustraremos pelo que ainda se tem a fazer, considerando-se a dimensão dos nossos problemas, dentro de um espaço continental, e sabendo que as soluções são também grandiosas e custosas.

Esse passageiro sentimento de frustração é superado, todavia, pela certeza de que estamos dando nossa parcela de trabalho na construção de um País mais justo e menos desigual, social e economicamente.

Sabemos das dificuldades que existem, em todos os campos, material e humano, para atingirmos o nível "ótimo" de realizações e a perfeição em cada tarefa de que nos incumbimos. Mas, este não é um problema só e exclusivamente brasileiro. Só e exclusivamente do nosso regime político. Acontece em todas as latitudes. Sob qualquer regime. Estão na índole do ser humano a contradição e a insatisfação.

Tarefa nacional, a reconstrução do País, a partir do caos econômico, financeiro e social de 1963 — que, devemos nos lembrar, ameaçava degenerar-se em anarquia — deve-se em grande parte ao patriotismo, à abnegação e ao sacrifício das Forças Armadas. Chamadas pelo povo, desde a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", atuaram com a legitimidade conferida por todos os brasileiros no sentido de restaurar a ordem e a legalidade.

Como presidente de um órgão de classe e na qualidade de empresário privado, não posso deixar de dar meu testemunho de reconhecimento do que já se fez nos últimos 14 anos, em todos os campos e setores de atividades, mudando radicalmente a imagem do Brasil e tornando o nosso País respeitado e reconhecido nos foros internacionais.

Esta mudança reflete a crescente importância econômica do Brasil, hoje relacionado entre as 10 maiores potências industriais do mundo.

Firmando a sua política externa como uma Nação ligada ao Mundo Ocidental — sem, contudo, alinhamentos automáticos — o Brasil, graças à segura orientação dos governos revolucionários tem feito sempre prevalecer os interesses nacionais, mantendo-se solidário com Nações amigas, no que se refere a relações de intercâmbio comercial.

Mas, voltemos a olhar para o curto período de 14 anos em que a Revolução se fez intérprete dos anseios da população e reorganizou a vida nacional.

É inegável o aumento da renda, hoje situando o Brasil ao nível de US\$ 1.100 "per capita".

Este dado reflete toda uma gama de profundas mudanças econômicas e sociais:

A poupança nacional foi orientada, embora com sacrifício de todos, e protegida contra a inflação.

A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) serviu não apenas como defesa do assalariado, como também garantiu ao Governo recursos para financiar um amplo programa de habitação popular, hoje o mais importante de todo o Ocidente.

A reforma da Previdência Social garantiu melhor assistência médica e hospitalar a todos os níveis, além de remédios.

A criação do PIS e do PASEP assegurou mais um salário anual a todos os que se encontram nas faixas de baixa renda.

O FUNRURAL, apesar das dificuldades é potencialmente um grande instrumento de benefício ao trabalhador do campo, esquecido nas legislações previdenciárias anteriores.

O programa de alimentação não apenas nas escolas mas estendido também aos trabalhadores, inclusive através do incentivo fiscal do Imposto de Renda nas empresas, melhorou consideravelmente os índices de nutrição da população e refletiu-se positivamente na produtividade.

No setor de infra-estrutura, apesar das deficiências ainda existentes, em função da extensão territorial e das distâncias, muito foi construído: as grandes barragens, imprimindo nova dimensão ao programa de energia elétrica; as estradas; os aeroportos; as pontes; a renovação urbana de todas as metrópoles do país; o programa de telecomunicações — o mais avançado dos países em desenvolvimento da atualidade; a definição do programa nuclear, como alternativa energética para a próxima década; a reorganização e reaparelhamento dos portos e a reestruturação da marinha mercante; a reforma das ferrovias e o programa de contenção das enchentes e defesa das cidades contra inundação, a exemplo do que está sendo feito em Pernambuco para proteger a cidade do Recife.

Todas as linhas da política do Governo foram traçadas dentro de um planejamento que levou em consideração a existência de recursos internos da poupança nacional e recursos externos obtidos através de empréstimos e inversões diretas, compatibilizando-se usos e fontes de recursos financeiros nos sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

O MOBRAF, com a alfabetização de massa, abriu novas oportunidades de escolaridade e acesso a milhões de brasileiros. O programa de custeio de estudos universitários, através de bolsas de estudos financiadas, beneficiou cerca de 21,2% cerca de 184 mil alunos, em 1976 de todos os estudantes de nível universitário do país.

Também tem sido uma constante preocupação do Governo a integração das regiões subdesenvolvidas ao conjunto da economia nacional, valendo destacar a criação do FINOR, FINAM e os mecanismos do PROTERRA, POLO-NORDESTE, Projeto Sertanejo e POLOAMAZÔNIA.

Se bem que persistam problemas estruturais graves na economia de regiões do País, o quadro sócio-econômico do Nordeste mudou, nos últimos 14 anos, sendo fundamental que o processo de desenvolvimento regional continue dinâmico. Para nós é essencial que se consolide a vontade política de manter altas taxas de desenvolvimento nesta região, permitindo enfrentar a curto prazo os problemas rurais e urbanos. A execução desses programas governamentais não tem sido feita sem o exercício da crítica construtiva por diferentes setores responsáveis da vida nacional. Temos visto sobejamente pela imprensa e no Congresso críticas as mais contundentes a medidas executivas do Governo e nós mesmos, dentro das

funções que exercemos, mais de uma vez temos apontado erros e sugerido soluções, nas bases de um diálogo franco e construtivo, sem qualquer interferência ou constrangimento.

Muitas vezes nós nos esquecemos do valor moral da segurança em que vivemos, não distinguindo freqüentemente os limites entre as liberdades e as responsabilidades individuais, frente ao bem coletivo. Quanto vale a garantia dos nossos lares? E das nossas fábricas? E das nossas Escolas? E das nossas centrais de energia e de abastecimento d'água?

É um valor este — o da segurança, que tem permitido ao Brasil trabalhar em paz, com ordem, na busca do progresso — motivo da confiança internacional para investimentos reprodutivos em nossa economia sem prejuízo da nossa soberania nacional.

É um bem que a sociedade — algumas vezes até mesmo sem se perceber — dispõe pela dedicação dos que, nos diversos setores, zelam continuamente, preferindo freqüentemente o anonimato da ação à evidência ruidosa.

**Gilson Machado Guimarães Filho**, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco.

E verificamos isso, Sr. Presidente, constatamos isso a cada instante, como ainda há pouco assistimos, neste Plenário, da Tribuna desta Casa, o nobre Senador opositorista por São Paulo dizer que não pretende e que não quer debater o passado. Mas, quando lhes convém, quando convém aos objetivos de S. Ex<sup>a</sup> busca, ali, nesse passado que não se pretende debatido, argumentos para suas teses. Não querem debater o passado por que, Sr. Presidente? Querem discutir os efeitos, e recusam-se a debater as causas. Querem mais do que isso. Querem uma anistia ampla de cambulhada, misturando possíveis justos com os ímpios. E que repugna até mesmo aos que atingidos, aos punidos, que estão convencidos de que foram injustiçados.

Sr. Presidente, a par desse significativo manifesto da indústria açucareira, trouxe para inscrição dos Anais da Casa, sem falsa modéstia, aquilo que pretendo uma retrospectiva do que éramos antes de 1964, e o que somos após 1964. Busquei, Sr. Presidente, neste trabalho, neste levantamento estatístico, neste 14º aniversário da Revolução de 1964, dar aos mais jovens, dar às crianças dos idos de 1964, as razões, os motivos pelos percalços, pelas cirurgias muitas vezes que fomos cominados a praticar nessa jornada, que reputo e demonstro através desse nosso trabalho, necessários como medida de salvação nacional.

Sr. Presidente, buscamos, com essa nossa retrospectiva, mostrar essa necessidade às crianças da bolinha de gude dos idos de 64, mas que hoje homens e mulheres maduros, partícipes ativos do progresso e das dificuldades que ainda experimentamos; e que, muitas vezes, por falta de esclarecimento, por falta de verdadeiras e corretas informações, não compreendem, não aceitam as coisas como realmente ainda elas se desdobram em nossa Pátria.

Trago aqui, em diversos capítulos, que creio seria exaustivo para quantos me ouvem, nesta oportunidade, vez que, do conhecimento de todos nós — e não se trata nada de novo — trago dados estatísticos que faço, repito, com cotejo do que nos denunciam as estatísticas atuais com aquilo que era o Brasil encontrado por nós nos idos, e de triste memória, meses e dias de 1964.

**O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO)** — Com muito prazer.

**O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL)** — Quando V. Ex<sup>a</sup> procura marcar o Brasil de antes de 1964 e o de após 1964, me parece oportuno lembrar um fato hoje ocorrido, neste aniversário da Revolução, que é o lançamento do petroleiro "Henrique Dias" de

277.000 toneladas de porte bruto, o maior petroleiro brasileiro, e também o maior navio já feito nas Américas, com exceção dos Estados Unidos. É oportuno citar também que, antes de 1964, nenhum estaleiro brasileiro jamais produziu qualquer embarcação acima de 10.000 toneladas. O "Henrique Dias" tem, como já disse, 277.000 toneladas de porte bruto, 337 metros de comprimento e 21 metros de calado. Este o aparte que achei por bem inserir no discurso de V. Ex<sup>a</sup>, para exemplificar os grandes êxitos da Revolução no campo de construção naval.

**O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO)** — Nobre Senador Luiz Cavalcante, V. Ex<sup>a</sup> lembra muito bem esse extraordinário salto cometido por nós no setor da nossa Marinha Mercante, no setor da nossa construção naval, onde mesmo porque, sabe V. Ex<sup>a</sup> e sabem quantos me ouvem que o Brasil, hoje, tem a sua frota, em tonelada de porte bruto, superior a toda a frota das Américas Central e do Sul, quando em realidade, em 1964, com a legislação criminosa, com a legislação demagógica, a nossa Marinha Mercante, reduzida a uma iníqua insignificância, pouco ou nada transportava, pouco ou nada portava em termos quantitativos e, mais do que isso, nobre Senador Luiz Cavalcante, o navio de que V. Ex<sup>a</sup> dá notícia, o Henrique Dias, graças à Revolução de 64, não vai mais precisar navegar como o faziam os navios da PETROBRAS nos idos de 1964, como se fora navios-piratas, não podendo ostentar em seus mastros o Pavilhão Nacional.

E preciso, nobre Senador Luiz Cavalcante, que a juventude saiba que os navios da nossa tão defendida e decantada PETROBRAS, tal o descrédito do Brasil no exterior, não podiam navegar sob a Bandeira Brasileira, em virtude do risco de serem apresados nos portos estrangeiros para ressarcimento de dívidas não resgatadas.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO)** — Ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer, após concluir a minha resposta ao Senador Luiz Cavalcante.

Ufano-me em poder alardear que temos hoje uma frota superior, em porte de tonelada bruta, ao somado de todas as marinhas mercantes das duas Américas. E, graças a Deus, navegando não com aquela condição vexatória, resguardados por bandeiras de países como a Libéria, como ocorria com os petroleiros da PETROBRAS, que não eram fabricados no Brasil. Hoje, graças a Deus, o "Henrique Dias" fabricado por mãos de brasileiros, com matéria-prima brasileira, pode ostentar, orgulhosamente, o nosso Ariverde Pendão.

Ouç o nobre Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — E muito rápido o meu aparte. O Senador Luiz Cavalcante falou, com justo orgulho de todos nós, do lançamento do petroleiro "Henrique Dias". Não quero situar aqui 1964 como o ano-março da indústria naval brasileira, nem pretendo fazer comparações entre antes e depois de 64, apenas lembraria neste instante a V. Ex<sup>a</sup> que se tudo isso é possível, no aspecto da indústria naval, é graças, também, ao descortino do grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

**O SR. BENEDITO FERREIRA (ARENA — GO)** — Sr. Presidente, traz à colação o nobre Senador Itamar Franco o nome e a obra daquele que, governando o Brasil, foi premiado pelo meu Estado com o mandato de Senador. Não quero, Sr. Presidente, por feito e até mesmo por fidelidade à minha origem de brasileiro, debater ou discutir em torno da obra de um diplomado com o diploma maior,

pelos meus conterrâneos. Se pecados houve — e creio que não foram poucos — benefícios em favor do Brasil também são inumeráveis sob aquela administração.

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, que não quero, não posso e não devo, fazê-lo porque, adversário político do saudoso extinto, não lhe regateei em vida, com mín<sup>as</sup> críticas; mas também não pude, sob pena de receber o desprezo da maioria dos meus coestaduanos, deixar de reconhecer-lhe os atributos, os aspectos positivos, sobretudo no que diz respeito à interiorização do Poder Central a sacudida extraordinária que o Brasil sofreu em decorrência dessa interiorização.

Reconheço, pois, Senador Itamar Franco, os passos dados, os reflexos dessa sacudida extraordinária sofrida pelo Brasil na gestão do hoje saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sr. Presidente, nesta retrospectiva, neste levantamento estatístico, repito, que nada traz de novo aos meus pares no Senado, e nem a V. Ex<sup>a</sup> mas que precisa, penso eu, ser perpassado, ser memorizado, ser do conhecimento das novas gerações, para que possam verificar, para que possam antes de mais nada justificar os governantes revolucionários, pela forma com que se têm conduzido, para que possam encontrar razão substantiva para o tipo de manifestação como esta que faço para inserção nos Anais da Casa.

Disse eu inicialmente, que a nossa agroindústria é hoje, talvez, por força da conjuntura mundial, um dos setores deveras sacrificado da nossa economia. E como homem, Sr. Presidente, do Governo, como homem que defende a ordem estabelecida, não poderia deixar de reconhecer o muito que está por ser realizado, as distorções a que temos sido levados a praticar. E muitas vezes, desta mesma tribuna, exercitando o papel que melhor comportaria a elementos da Oposição, sob a forma de críticas construtivas, tenho trazido os meus clamores, sobretudo os clamores da agropecuária, especialmente no que diz respeito ao notável egoísmo da área urbana, que força e induz nossos dirigentes a essa verdadeira drenagem, a essa extraordinária transferência de rendas, fato esse que tem favorecido, sobremaneira, os privilegiados homens da área urbana, em detrimento dos nossos sofridos homens de mãos calosas, dos nossos roceiros.

Sr. Presidente, neste trabalho trago o meu depoimento, mais ainda, minha constatação, através do exame frio dos números. Em que pesem as dificuldades, se cotejado esse setor, que julgo o menos aquinhado, pelos meus nobres pares, verificar-se-á que atualmente muito se tem realizado e em melhores condições do que no pretérito, aqui rememorado com tristeza, mas que banido — penso e tenho fé em Deus — de maneira definitiva dos nossos destinos.

Sr. Presidente, este fascículo, de 80 páginas abriga apreciável volume de estatísticas, de números e para ele peço atenção especial da nobre Oposição, a atenção dos homens sérios que contestam a Administração revolucionária, para que melhor possam informar-se, para que melhor possam inteirar-se do quanto se tem realizado, do quanto se tem sacrificado, do quanto se tem esforçado, efetivamente, no sentido de consecução do objetivo de todos nós, que — repito — não se trata do Brasil grande potência, mas da grande Nação Iraterna e cristã, a Nação exemplo, a Nação paradigma, sonhada, bem sei, por quantos de boa vontade militam no Partido do Governo e no Partido da Oposição. Espero em Deus que este modesto trabalho, porém bem intencionado trabalho, atinja a consciência de todas as pessoas responsáveis neste País, e sobretudo informe a juventude brasileira, que não conhece e não sabe o quanto se vem fazendo e como se vem fazendo em seu favor, em favor de todos nós e em favor das futuras gerações.

Este, Sr. Presidente, o trabalho:

### RESPOSTAS AOS PREGOEIROS DO DESANIMO

- Mais Efeitos Que Causas
- Deserédito Internacional
- A Inflação Galopante
- Os Novos Eleitores
- Exemplos Edificantes
- Comportamento da Economia Nacional
- Petróleo
- Estradas
- Comunicação
- Habitação
- Correção Monetária
- Moralização Revolucionária
- Educação
- Crédito Educativo
- Previdência Social
- As Conquistas
- As Filas do INPS
- 163.512.999 Atendimentos
- Aposentadoria e Abonos
- O Desafio do Êxodo Rural
- Em Favor do Homem do Campo

### SANEAMENTO

- Abastecimento de Água
- Rede de Esgoto

Trago um levantamento do realizado e ao mesmo tempo um cotejo com o encontrado em 1964.

### RESPOSTAS AOS PREGOEIROS DO DESANIMO

Descortina-se sobre o Brasil de hoje uma evidente pretensão daqueles que não se conformam com o desenvolvimento pátrio, em contradição a um passado que pouco nos orgulha, mas que propiciou, aos pregoeiros do desânimo, momentos e facilidades que só o retorno à anarquia generalizada pode lhes favorecer.

Dessa forma os argumentos dos adversários do desenvolvimento, "engenheiros de obras feitas" que, por tantos anos detiveram o poder de governo no País, e pouco ou quase nada realizaram em favor do nosso progresso nacional, minimizam as portentosas realizações revolucionárias. E utilizando-se de uma espécie de "cortina de fumaça", através de inescrupulosa exploração das nossas contradições internas, maximizam, com verdadeiras lentes de aumento, tudo que ainda nos resta realizar. Capitalizam eleitoralmente a angústia que visita toda a humanidade em todas as latitudes neste último quartel do século XX.

### MAIS EFEITOS QUE CAUSAS

Em verdade tal situação de angústia generalizada é muito mais efeito do que causa. O que mais nos aflige é a tomada de consciência do quanto estivemos "deltados em berços esplêndidos"; do quanto, através do ludíbrio dos "pelegos", fomos ficando recuados no tempo em relação aos outros países, muitos dos quais, não contavam, nem de longe, com os nossos recursos naturais. Isso face ao desaso com que tratavam os interesses mais caros da nacionalidade; a malversação dos recursos públicos que, aos poucos, mas constante e impunemente, transformaram o nosso Brasil num verdadeiro arquipélago econômico, ante as disparidades verificadas entre as regiões Norte-Nordeste — como também o Centro-Oeste e a Região Centro-Sul do País. Uma espécie de Europa Ocidental no Atlântico-Sul e nova Ásia ou África Negra no interior.

### DECRÉDITO INTERNACIONAL

Desacreditado o País no exterior, envergonharam-nos os que hoje nos criticam, ao ponto de assistirmos os navios da nos-

sa querida PETROBRAS, navegarem disfarçados com bandeiras da Líbia ou do Panamá, para não serem retidos nos portos estrangeiros em garantia de ressarcimento das dívidas não pagas pelo Brasil. Por outro lado, para cortejar as massas votantes, concentradas, em sua grande maioria no Centro-Sul do País, saquearam a Agropecuária (no caso o interior do País) e com os recursos, com as divisas de exportações (80% extraídas da Agricultura e da Pecuária), através do maior crime de lesa-pátria que se tem notícia.

Através das tristemente famosas operações de SWAP financiaram as firmas estrangeiras, não para fabricarem tratores no Brasil, mas, automóveis de passeio para a nossa gente que ainda não podia comprar sequer bicicletas.

### A INFLAÇÃO GALOPANTE

Para os que hoje levantam a bandeira da inflação, plenamente sobre o controle das autoridades governamentais, é bom lembrar que esses mesmos críticos ou seus inspirados, a pouco mais de 14 anos ocupavam o poder. Mas a preocupação da época em que governavam era a de apenas cortejar o eleitor urbano, vez que o homem da zona rural, relegado a um completo abandono, não votava, não decidia as eleições. Daí o êxodo rural; as favelas; os desajustes sociais; a formação dos famigerados "grupos dos onze" e as "ligas camponesas"; as greves e as badernas que antecederam e provocaram a Revolução de 31 de março de 1964. Emergindo do abismo, do verdadeiro caos, quando a irresponsabilidade administrativa levou o País a atingir 12,5% de inflação ao mês, de janeiro a março de 1964.

### OS NOVOS ELEITORES

No entanto, em que pesem os extraordinários índices de desenvolvimento e da Justiça Social alcançados, nestes últimos 14 anos, não podemos perder de vista que a grande maioria dos que irão votar nas próximas eleições, são jovens que não se recordam das mazelas administrativas, do sofrimento e da insegurança então reinantes. Eles não sofreram o impacto de tal época, mas é bom que sejam lembrados das humilhações e do descrédito total do Brasil perante os demais países.

Dai a nossa responsabilidade e o impostergável dever patriótico de esclarecer aos jovens e procurar recordar aos mais velhos do que fomos e do que somos e o quanto seremos se, de mãos dadas, por amor ao Brasil, nos mantivermos unidos, coesos em torno do ideário de 31 de março de 1964, que é encarado pela Aliança Renovadora Nacional.

### EXEMPLOS EDIFICANTES

É preciso que cada brasileiro, especialmente os políticos, solicitado através de exemplos edificantes, como responsáveis maiores pelos destinos da Pátria, sejam os depositários da fé e da confiança da nossa gente e tenhamos a autoridade moral para convocarmos o povo e caminharmos juntos a longa e difícil jornada, que ainda nos falta percorrer, para o País atingir o glorioso destino que nos reservou o Todo-Poderoso, de sermos, não uma superpotência, mas uma grande e generosa Nação, a verdadeira Pátria do Evangelho.

Vejamos através dos números, das Estatísticas Irrefutáveis porque temos o direito e o dever de pedirmos a nossa gente o seu apoio para a Revolução.

Estabeleçamos com quem está a razão e a autoridade moral para dirigir os destinos da nossa gente.

### COMPORTAMENTO DA ECONOMIA

Em 1963, sem nenhuma crise externa, como a da multiplicação do preço do petróleo e sim por culpa exclusiva do patronato oficial às greves políticas e da orgia administrativa, atingimos uma inflação de 80,2%, 37,5% somente nos primeiros três meses de 1964 e um crescimento de 1,5% no Produto Interno Bruto, ou seja, a metade do que cresceu a população brasileira.

Em 1975, apesar da crise energética que abalou profundamente até mesmo a economia das chamadas "superpotências", fomos levados a uma taxa de tão-somente 31,2% de inflação e ainda atingimos 4% de crescimento no Produto Interno Bruto.

Deve-se sublinhar, de qualquer forma, a excelente performance da economia nacional, principalmente dentro do ambiente mundial de desaceleração, senão de estagnação do progresso. Com isso, o Brasil conseguiu pela sétima vez consecutiva, uma taxa de crescimento superior a 9%. A taxa acumulada, entre 1969 e 1974, seria de 95,7%.

Partindo do último dado definitivo do Instituto Brasileiro de Economia sobre o PIB, ou seja, Cr\$ 234.005 milhões correntes em 1971, o PIB teria chegado a Cr\$ 569.614 milhões em 1974, correspondendo a um valor per capita de Cr\$ 5.428.

Os Cr\$ 5.428 de 1974 corresponderiam a US\$ 810 em moeda corrente (à taxa média ponderada do dólar, venda e compra), resultado excelente se lembrarmos que, alguns anos atrás, o Hudson Institute, projetando a performance econômica anterior a 1965, vaticinava que o Brasil alcançaria no ano 2000 a renda per capita de US\$ 506. Evidentemente, não se deve esquecer que o dólar norte-americano foi inflacionado. Uma boa comparação deveria deflacionar, também, os valores nessa moeda, contudo já ultrapassamos 1.100 dólares.

Em 1963, além das greves políticas dos "pelegos", as nossas escassas fábricas, por falta de energia elétrica, trabalhavam pouquíssimas horas por dia. Tínhamos instalados, no Brasil, tão somente 6.355.000 Kwa; em 1975 atingimos 19.835.000 de Kwa instalados, em 1976 chegamos a 22.500.000 Kwa, o que significa mais de 350% de aumento nos 12 anos transcorridos. Em 1980 atingiremos 34.885.000 Kwa, considerando-se as grandes usinas em construção e que entrarão em funcionamento nos próximos quatro anos, como se vê a seguir:

| 1977                                       | Kwa       |
|--|-----------|
| 2 Unidades térmicas em Manaus, com         | 120.000   |
| 1 Unidade térmica em Belém, com            | 120.000   |
| Hidrelétrica Maribondo *                   | 350.000   |
| 1 Nuclear de Angra dos Reis                | 625.000   |
| 1 Termelétrica Santa Catarina              | 125.000   |
| 1 Hidrelétrica Itaipua — Rio Grande do Sul | 250.000   |
| 3 Máquinas em Cachoeira Dourada *          | 240.000   |
| 1 Hidrelétrica Salto-Ozorio *              | 175.000   |
|  | <hr/>     |
|  | 2.005.000 |

#### Em Construção até 1980

|                                  | Kwa        |
|----------------------------------|------------|
| Couto Magalhães (Araguaia) ..... | 200.000    |
| Itumbalara .....                 | 2.080.000  |
| São Simão .....                  | 2.500.000  |
| Água Vermelha .....              | 1.400.000  |
| Sobradinho .....                 | 1.000.000  |
| Paulo Afonso * .....             | 1.200.000  |
| Foz da Areia (Rio Iguaçu) .....  | 2.000.000  |
|                                  | <hr/>      |
|                                  | 10.380.000 |

Após 1980, a previsão para Usinas que entrarão em atividade é a seguinte:

#### — 1981 —

|   |            |
|---|------------|
| São Felix — Tocantins .....                     | 1.300.000  |
| 2 Termonucleares em Angra dos Reis .....        | 2.400.000  |
| 1 Hidroelétrica — Rio Guatuman — Amazonas ..... | 250.000    |
| 1 Hidroelétrica Salto-Samuel (Rondonia) .....   | 60.000     |
| 1 Hidroelétrica Rio Cottingo-Roraima .....      | 30.000     |
| Itaipu .....                                    | 12.600.000 |

#### Até 1985

|                                      |           |
|--------------------------------------|-----------|
| Ponto Primavera (Rio Grande) .....   | 2.000.000 |
| Iha Grande (Rio Grande) .....        | 2.000.000 |
| Emborcação (Paranaíba) .....         | 600.000   |
| Tucuruí (Tocantins) .....            | 3.000.000 |
| Usina do Xingó (São Francisco) ..... | 3.000.000 |
| Usina do Corumbá-Peixe da Onça ..... | 200.000   |

#### PETRÓLEO

Apesar das crescentes dificuldades em localizar-se novos campos petrolíferos, o Brasil elevou sua produção de 5.679.880 m<sup>3</sup> para 9.979.000 m<sup>3</sup> em 1975, e mais recentemente com as novas descobertas, aumentamos mais 45.000 barris/dia a nossa produção.

#### ESTRADAS

Até 1964 todos os governos anteriores nos legaram 545.447 quilômetros de estradas, municipais, estaduais e federais, e foram atingidos 17.700 quilômetros de rodovias pavimentadas. Em 1975 atingimos a extraordinária cifra de 1.351.055 quilômetros de rodovias construídas, das quais 79.214 quilômetros de rodovias pavimentadas — releva-se o fato de que neste período e quantidade, foram realizadas as rodovias de construção mais difíceis, distantes, e por consequência, muito mais caras.

#### COMUNICAÇÃO

No setor de comunicações, especialmente a longa distância realizamos quase que um milagre, tais as dificuldades e quantidades encontradas em 1963, quando tínhamos, um serviço telefônico e postal que prestava-se para tudo, menos para sua finalidade, tínhamos, então, 500 terminais de telex, e 1.220.000 telefones instalados em todo o País. Pois bem em 1975 além de um correio que realmente funciona, temos 11.850 terminais de telex e 3.400.000 telefones instalados para atingirmos em 1980 10 milhões de aparelhos telefônicos funcionando no Brasil.

#### HABITAÇÃO

Capítulo especial na falácia oposicionista tem sido, em todos os momentos, o Plano Nacional de Habitação, cujos sucessos, mais que extraordinários, e por isto mesmo, maldosamente minimizado e depreciado pelos "engenheiros das obras feitas". Sabemos os mais velhos e experientes, o quanto representou e continua representando, em termos de conquista social, o Pla-

no Nacional de Habitação especialmente se levarmos em conta que, nos 26 anos anteriores ao BNH, os governantes de então, utilizando a Fundação da Casa Popular, os antigos Institutos de Previdência, Caixas Econômicas e etc., construíram menos do que conseguimos construir somente em 1975, ou seja 143.000 habitações.

#### CORREÇÃO MONETÁRIA

Combatem a correção monetária como se fosse honesto não aplicá-la sobre os financiamentos do BNH, o qual nada mais é do que o agente financeiro que aplica o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, dinheiro intocável vez que representa, em última análise, o suor e o sacrifício dos trabalhadores e a segurança de seus familiares.

Exacerbam as críticas ao crescimento das prestações e do saldo devedor para iludirem os menos esclarecidos, escondendo no entanto, o fato de que, nas casas populíferas cujas prestações nunca ultrapassaram por força da lei 20% sobre o salário do trabalhador, que ao pagar a última das 180 prestações estará liquidado o débito, nada importando o saldo devedor existente na conta, mas, escondem o fato da maior significação que é o verdadeiro seguro de vida que ampara a família no caso de falecimento do comprador da casa popular, pois a sua família, mesmo que tenha sido paga (1) uma única prestação, recebe quitada a escritura da casa comprada.

Tais os benefícios prestados pelo BNH à nossa população, tal o planejamento que, mesmo aqueles que compraram ou construíram casas acima das suas reais possibilidades e usando do bom senso, estão alugando-as, com o dinheiro do aluguel, invariavelmente, podem pagar, até 2 duas prestações por mês. Dai os ataques, furiosos ao BNH.

#### MORALIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Através de um peleguismo mais que vergonhoso, favorecendo exclusivamente os apunhados cabos eleitorais, na maioria das vezes bem situados economicamente, os governos passados construíram, em 26 anos, 118.500 habitações e após a moralização revolucionária, com a criação do BNH, num período de 10 anos, já temos 1.243.000 novas habitações e o que é mais importante, sem a presença imoralíssima dos "pelegos".

#### EDUCAÇÃO

No setor da educação como um todo, a situação encontrada pela Revolução em 1964, só pode ser adjetivada como caótica. A anarquia promovida pelos "estudantes profissionais", além dos demais aspectos negativos, como o desvio grosseiro dos recursos públicos para financiar a subversão, hoje consta apenas das páginas da história de um passado pávido de glórias. Vejamos o número de vagas ou matrículas existentes em 1963 — Ensino Primário 9.300.000; Ensino Médio 1.710.000 e Ensino Superior 124.000.

Pois bem, em que pesem todos os obstáculos, toda a infraestrutura que estava por ser realizada, chega o País em 1975 com 15.958.000 matrículas no Ensino de 1.º Grau; 8.759.000 matriculados no ensino de 2.º Grau e 1.337.000 matriculados no Ensino de 3.º Grau ou Superior, o que correspondeu a 500% de aumento no Ensino Médio e 1.000% no Universitário.

#### CRÉDITO EDUCATIVO

Aspecto da maior significação por ser de elevada justiça, foi a criação do Crédito Educativo, pelo Governo Federal, buscando dar condições de estudo aos jovens de famílias pobres. No entanto a turma do "quanto pior melhor" usando e abusando da boa fé dos nossos jovens estudantes, tudo têm feito para combater o Crédito Educativo. Na verdade o que intentam é a luta de classes vez que, lamentavelmente, até bem pouco tempo, o Ensino Superior gratuito só era usufruído pelos privilegiados, pelos abastados, bem nutridos, bem vestidos, que podiam custear os caríssimos cursinhos preparatórios e que podiam estudar sem trabalhar, sustentados pela família. O que combatem nossos adversários? O que é e o que pretende o "Programa de Crédito Educativo":

1. Destinatários  
Estudantes universitários, economicamente carentes
2. Modalidades  
Financiamento para pagamento de anuidades (instituições particulares de ensino pagas)  
Financiamento para manutenção (instituições oficiais gratuitas) (excepcionalmente, financiamento simultâneo para anuidades e manutenção)
3. Tetos  
A serem estabelecidos, em princípio:  
a) anuidades — até o respectivo valor;  
b) manutenção — até um salário mínimo/mês
4. Prazos  
Utilização — o da duração média do curso acrescido de um ano de tolerância  
Carência — um ano após concluído o curso

- Amortização — igual ao de utilização, após a carência
5. Custo
    - Juros nominais de 15% a.a., capitalizáveis durante a amortização
  6. Garantia
    - Contrato de financiamento
  7. Seguro
    - Cobrando os saldos devedores contra morte ou invalidez
  8. Recursos
    - Do Banco Central (depósitos compulsórios), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Ministério da Educação e Cultura (orçamentários) e outros
  9. Dimensões
    - Recursos estimados em Cr\$ 10,8 bilhões (dez bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros) no período 1976/1979
  10. Agentes Financeiros
    - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bancos Comerciais
  11. Implantação
    - Ano letivo de 1976
  12. Áreas
    - Todo o Brasil, iniciando nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
  13. Condição Básica
    - A situação de carência econômica do aluno e sua família
  14. Mecânica
    - Em montagem, simplificada, com o mínimo de burocracia e intervenção das instituições de ensino superior
  15. Classificação
    - Através de processamento por computador, os candidatos serão classificados entre os que necessitam ou não necessitam do crédito. Os primeiros se habilitarão segundo os indicadores colhidos em formulário próprio, a respeito de suas condições sócio-econômicas
  16. Diversos
    - O Programa não retira nenhum benefício de que os alunos desfrutam não obriga ninguém a recorrer a ele, não pretende extinguir a gratuidade dos estabelecimentos oficiais.

#### PREVIDÊNCIA SOCIAL

Previdência Social — Recordam-se os mais velhos mas é preciso que digamos aos jovens que não viveram à época do "peleguismo" na Previdência Social, quando o trabalhador tudo fazia para não contribuir para os antigos Institutos, pois, sabiam que o seu suor, o dinheiro tirado da mesa dos seus familiares destinava-se quase que exclusivamente para custear os "cabides de empregos" os banquetes e bacanais da pelegada. Vejamos pois a situação encontrada pela Revolução e o que se realiza atualmente com a arrecadação dos contribuintes do INPS

#### AS CONQUISTAS

Em 1963, o número de segurados da previdência social era de 5.300.000, distribuídos pelos diversos Institutos, o que configurava uma cobertura apenas parcial da área urbana. A população do País era então de 76 milhões e meio de habitantes, de modo que a tão propaganda proteção social atingia apenas a 7% da população na condição de segurados e 21% na de segurados e dependentes.

Em 1976, para uma população de 110 milhões de habitantes, com a ampliação da previdência urbana aos empregados domésticos, a filiação municipal de autônomos e empregadores, a instituição do PRORURAL e o rol de medidas adotadas já no atual Governo, a previdência em geral registra um total de 30.130.000 segurados, representando 27,2% da população, o que faz com que a soma de segurados e dependentes atinja a quase totalidade dos habitantes do País.

Em 1963, os antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões mantinham apenas 588 mil aposentados e 588.700 pensionistas. Hoje, o número de aposentados do INPS e do FUNRURAL se eleva a 2.890.000, aos quais devem ser somados 2.060.000 pensionistas.

Somente o benefício especial para velhos e inválidos, implantado há menos de um ano, já está sendo pago a cerca de 500 mil pessoas.

Em 1960 foram pagos 3,9 bilhões de cruzeiros (a preços de 75) de benefícios na previdência. Em 1974, 23,2 bilhões, também a preços de 75.

Para uma aprecação mais objetiva do quanto valeu ao trabalhador, a moralização revolucionária, através da unificação dos antigos Institutos de Aposentadoria, e a criação do INPS, vejamos no quadro abaixo, a evolução do número de contribuintes (segurados) e dependentes e percentagem dos beneficiados em relação a população urbana a partir de 1964.

| Ano  |            |            |            | %    |
|------|------------|------------|------------|------|
| 1964 | 38.941.100 | 5.794.606  | 20.107.283 | 51,6 |
| 1965 | 40.952.300 | 6.168.904  | 21.422.884 | 52,3 |
| 1966 | 43.021.200 | 6.564.107  | 22.777.451 | 52,9 |
| 1967 | 45.150.100 | 7.085.128  | 24.604.675 | 54,5 |
| 1968 | 47.340.300 | 7.763.058  | 27.163.920 | 57,4 |
| 1969 | 49.593.700 | 8.701.157  | 29.688.960 | 59,9 |
| 1970 | 51.912.300 | 8.745.422  | 32.448.360 | 62,5 |
| 1971 | 54.297.200 | 9.640.695  | 35.464.265 | 65,3 |
| 1972 | 56.751.500 | 10.307.834 | 38.760.374 | 68,3 |
| 1973 | 59.276.500 | 14.065.817 | 42.362.701 | 71,5 |
| 1974 | 61.874.300 | 14.906.631 | 46.300.145 | 74,8 |
| 1975 | 64.546.900 | 16.067.000 | 50.400.000 | 78,1 |

Como se vê, se incluímos no quadro acima os contribuintes e beneficiários dos Institutos Estaduais e do IPASE chegaremos a 90 ou 95% do total da população urbana com a proteção da Previdência Social.

#### AS FILAS DO INPS

O mais comum entre os críticos da obra revolucionária é quanto às filas existentes no INPS. Se existem filas é porque o INPS existe e atende. Mas atende em números tão extraordinários e que crescem cada vez mais, porque atualmente o trabalhador procura, por todos os meios, ser contribuinte. Sabe que o seu suor reverte em benefícios para si e para os seus familiares, exatamente ao contrário da época em que os exaltados algozes da Revolução, faziam dos antigos Institutos o covil dos apaniguados, o Balcão Eleitoreiro dos "pelegos". Somente a partir de 1969, a evolução dos atendimentos ambulatoriais e internações hospitalares.

#### EVOLUÇÃO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS DO INPS 1971/1975

| Ano  | Consultas<br>médicas | Serviços Diversos<br>através<br>Ambulatório | Internações<br>Hospitalares |
|------|----------------------|---|-----------------------------|
| 1969 | 33.087.915           | 17.373.667                                  | 2.601.343                   |
| 1970 | 40.145.326           | 20.823.199                                  | 2.815.522                   |
| 1971 | 47.799.459           | 32.644.414                                  | 2.931.589                   |
| 1972 | 51.231.079           | 40.325.320                                  | 3.405.906                   |
| 1973 | 52.258.910           | 42.696.649                                  | 3.708.051                   |
| 1974 | 55.384.627           | 46.403.526                                  | 4.082.702                   |
| 1975 | 88.504.656           | 79.621.505                                  | 5.386.738                   |

Somente em 1975 é que foram computados os atendimentos através de Convênios.

#### 163.512.999 ATENDIMENTOS

Ai está, somando-se as consultas, os atendimentos ambulatoriais e as internações hospitalares em 1975, chegamos ao espantoso número de 163.512.999 atendimentos, o que significou, mais de 10 atendimentos para cada um dos 16.067.000 trabalhadores contribuintes do INPS.

Tamamha a disparidade, em todos os aspectos na administração, quando comparamos os números do que vimos realizando a partir de 1964 com a situação anterior que, aos nossos adversários não resta outro caminho senão, a fuga ao debate, desviam-se do confronto e partem logo para o "Estado de Direito", a revogação do AI-5 e do Decreto-Lei n.º 477.

Mas ao povo, a nossa gente, tão ludibriada no passado, interessa e cabe-nos dizer, mostrar com todas as letras e números que a Revolução, em que pesem a distorção e o caos herdados em 1964 é irreversível na moralização dos costumes. Para patentear mais a razão do desespero e no caso o total desmascaramento dos revanchistas e pelegos que querem voltar ao poder através do engodo, vejamos a evolução, o aumento do número de brasileiros que vivem atualmente graças aos benefícios de manutenção pagos pontualmente pelo INPS:

#### APOSENTADORIA E ABONOS

No quadro que segue, incluem-se os que recebem: Aposentadoria, Pensão, Auxílio, Abonos e Renda Vitalícia, sendo estes

últimos, os idosos que, por descrença no valor dos antigos Institutos, interromperam as suas contribuições. Fatalmente, dado o avanço da idade e a falta de recursos, muitos destes 500 mil velhos amparados a partir de 1974 pela Revolução, hoje estão pedindo esmolas ou mortos pela privação.

Esses os números, a partir de 1971.

| Ano  | Números de Aposentados, Pensionistas, Abonos, Renda Vitalícia |
|------|---|
| 1971 | 2.268.129   |
| 1972 | 2.481.870   |
| 1973 | 2.682.691   |
| 1974 | 2.941.237   |
| 1975 | 3.469.799   |

Sem estardalhaço da demagogia eleitoral, tão ao gosto dos emedebistas, podemos dizer à nossa gente, não com palavras ocas e vazias de qualquer substância, mas com números irrefutáveis que, seguramente, segundo o serviço atuarial da Previdência Social, mais de 10 milhões de patricios vivem na área urbana exclusivamente graças ao que recebem mensalmente do INPS.

#### O DESAFIO DO EXODO RURAL

Para desespero maior dos que combatem a Revolução e o seu Partido, a ARENA, aceitamos o desafio do exodo rural, da herança maldita que foi o abandono total a que foi relegado o nosso homem do campo, pelos autores das "Ligas Camponesas" dos "grupos dos onze", da SUPRA e outras siglas de triste memória e que disfarçavam o desgoverno praticado pelos nossos adversários de hoje nos idos de 1964. Diga-se de passagem que fomos além com a criação do PRORURAL — Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, produzimos no setor, um verdadeiro artigo de exportação, pois, até mesmo as mais avançadas civilizações da atualidade ainda não tinham conseguido um mecanismo, uma fórmula ou meio de propiciar aos seus trabalhadores rurais a assistência previdenciária.

Através da Lei Complementar n.º 11, de 1971, resolveu-se o problema com um mecanismo sem nenhuma complicação para o homem do campo, ampliando-se os benefícios iniciais logo a seguir com a Lei n.º 6.179 e Lei n.º 6.195, ambas de 1974, que asseguraram a aposentadoria por velhice (sem nenhuma contribuição anterior) e o seguro por acidente de trabalho ao nosso lavrador, como também estendeu os mesmos benefícios aos garimpeiros e finalmente aquilhou também o Empregador Rural com os benefícios da Previdência Social.

#### EM FAVOR DO HOMEM DO CAMPO

Vejamos os números alcançados até 1975 em favor do homem do campo. 1.396.000 (hum milhão trezentos e noventa e seis mil) aposentadorias por velhice, 95.000 (noventa e cinco mil) aposentadorias por invalidez, 163.000 (cento e sessenta e três mil) pensões por morte, 115.000 (cento e quinze mil) pensões mensais vitalícias a maiores de 20 anos ou inválidos.

Para prestar assistência médico-odontológica foram firmados e estão sendo custeados pelo FUNRURAL 2.287 convênios médico-hospitalares, 3.085 convênios médico-ambulatoriais e 2.470 convênios odontológicos.

Doados pelo FUNRURAL a entidades filantrópicas e sindicatos de trabalhadores rurais até 1975: 2.634 gabinetes odontológicos fixos e 158 portáteis; 2.936 ambulatórios médicos e 100 unidades móveis de assistência para atender as populações rarefeitas da zona rural, além da distribuição gratuita de remédios, produzidos pela Central de Medicamentos em quase 80% dos Municípios do Brasil.

Gastando verdadeiros rios de dinheiro para proporcionar atendimentos e receitas médicas com os beneficiários da Previdência Social, verificou-se então que, somente, 22% da população brasileira comprava remédios tais os preços mais que proibitivos constatados no setor. Pois bem, não cruzou os braços, a Revolução, criou a CEME para produzir medicamentos da melhor qualidade e a preços infinitamente mais baratos para serem distribuídos aos 78% da nossa gente que não os podia adquirir, e, atualmente, 2.835 municípios brasileiros, 72% do total já estão sendo fartamente abastecidos com remédios da CEME.

Ao lado da solução dos medicamentos faltava alimentos, a uma ponderável parcela da população, notadamente entre as nutrizes, gestantes e crianças com menos de 6 anos, não beneficiadas pela Merenda Escolar. Pois bem, criou-se o INAN — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual em 1976 já vinha atendendo em caráter permanente 252.062 pessoas no País, além de outras campanhas de pesquisas na produção de bons alimentos e destacando-se a da Educação Alimentar.

#### SANEAMENTO

##### Abastecimento de Água

O Brasil possuía, em 1965, 7.934.284 metros de linhas adutoras, em 1972, alcançou-se 11.842.666 metros lineares.

Outra comparação importante é a de que, em 1960, de 6.500.000 de domicílios urbanos, menos da metade recebiam água de redes gerais e quase 2.000.000 simplesmente não dispunham de água corrente. Já em 1970, 55% da população urbana estava beneficiada por água encanada.

##### Rede de Esgoto

Em 1965 o número de prédios servidos por rede de esgoto era de 1.310.978. No ano de 1972 aquele número elevou-se a 2.543.675.

É interessante notar que, em 1960, 12% de domicílios do País — incluindo zonas urbana e rural — eram atendidos por rede de esgoto, enquanto que, em 1972, essa percentagem era bastante superior — 25%.

Da análise dos números acima, ressalta a preocupação dos governos da Revolução em propiciar condições mínimas de saúde para o povo brasileiro. São obras de infra-estrutura, que ficam debaixo da terra, não aparecendo como outras obras simplesmente de fachada, sem proveito direto, o que era muito comum nos governos anteriores à Revolução. Preocupam-se os governos da ARENA em executar obras que venham dar ao nosso povo condição de dignidade humana.

A consequência desses números é o demonstrativo da eficácia governamental: em 1960, a expectativa de vida da população era de 55 anos; em 1974 passou para 62 anos. A taxa de mortalidade em 1960 atingia 11,4/1000; declinou, em 1974, para 8,7/1000.

Como se vê, o incremento dado a abastecimento de água e rede de esgotos minorou a situação de saúde de nossos compatriotas.

#### RIQUEZA NACIONAL

- Valorização do Homem
- Bolsas de Estudo
- A Quem Interessa o Futuro
- O Aumento da População
- Relação aos Superdesenvolvidos
- Campanha da Merenda Escolar
- Fortalecimento dos Municípios

#### RIQUEZA NACIONAL

A baixa produtividade nacional, o pequeno desempenho do trabalhador brasileiro tem o seu fulcro do círculo vicioso: pobreza, doença e analfabetismo. E pobre porque é analfabeto e o é por ser doente e assim pode-se ir trocando as causas de posições, mas chegando sempre à baixa produtividade.

Incontestavelmente o Brasil vem conseguindo êxitos extraordinários no setor de saúde, seja na erradicação das endemias pelo saneamento básico, através da vacinação em massa da população, ou através da assistência curativa do INPS, FUNRURAL e Central de Medicamentos.

Preocupando-se com a pobreza, os gritantes desníveis na participação da renda nacional, sem a demagogia de querer distribuir o inexistente, optou a Revolução, consentente e patrioticamente, em convocar a Nação para primeiro criar, produzir, para depois iniciar a distribuição, a participação mais equânime de todos na riqueza. Pois bem, ai estão as nossas fábricas de automóveis produzindo este ano 1 milhão de veículos. Fábricas de televisão produzindo outro tanto, geladeiras, etc., etc. Isso que permite indagar aos pregoeiros da descrença, quem está comprando, utilizando e consumindo a produção destas indústrias, senão os brasileiros?

O analfabetismo que, antes da Revolução, quando a nossa população era de 76 milhões, atingia 39% da mesma, atualmente com a população de 110 milhões, já não atinge 20% dos maiores de 15 anos, e isto graças ao MOBIL e aos 30 milhões de matriculas que oferecemos aos nossos jovens nos 3 Graus do ensino e que continuamos a ampliar a níveis bem superiores ao crescimento da nossa população.

## VALORIZAÇÃO DO HOMEM

Buscando melhorar a produtividade nacional, para através da mesma melhorar a remuneração dos assalariados, dentro da sã filosofia de eqüidade para então reparti-la, entendeu a Revolução, corretamente, que seria da maior valia a ação dos Sindicatos dos Trabalhadores na colimação desse objetivo.

Tanto é que, logo após o "saneamento da área", com o afastamento dos "pelegos" e agitadores profissionais do comunismo, verificou-se um extraordinário interesse por parte dos trabalhadores de participarem e criarem novos Sindicatos. Para se ter um idéia de quantos trabalhadores não se sujeitavam ao desempenho imposto pelos "pelegos" nos antigos Sindicatos, basta ressaltar que, até março de 1964, existiam no Brasil 3.538 entidades do gênero e somente 1.616.000 (hum milhão e seiscentos e sessenta mil) filiados e, em 1974 atingia-se o índice de 6.858 sindicatos organizados e funcionando com 3.200.000 (três milhões e duzentos mil) sindicalizados.

## BOLSAS DE ESTUDO

Através dos Sindicatos, o Ministério do Trabalho, com o Programa Especial de Bolsas de Ensino para os filhos dos sindicalizados vem mantendo 1.126.569 bolsistas, isto até 1974, com vistas à duplicação do número de la para cá, como também custeou cursos de qualificação de mão-de-obra, no período de 72/74, a 679.232 trabalhadores.

Para se ter uma idéia, mesmo pequena, da grandeza e dos resultados desta política de valorizar através da qualificação dos nossos trabalhadores, basta verificar a situação em São Paulo. Em 1965 o volume dos trabalhadores, no Estado Bandeirante, tinha 36% que recebiam na faixa do salário mínimo; já no levantamento realizado em 1973, somente 19% ainda recebiam na base do mínimo, graças à qualificação e à crescente melhoria da produtividade.

## A QUEM INTERESSA O FUTURO

Aos demagogos e egoístas eleitores não preocupa o futuro do Brasil, indiferentes à realidade e até mesmo escamoteando, escondendo a verdade, partem em busca da momentânea popularidade quando injuriam a política trabalhista e salarial que se vem implantando ao mesmo tempo em que vai se livrando o Brasil dos resquícios da maldita herança recebida em 1964. Não se preocupam, como preocupa a Revolução em criar mais e mais oportunidades de emprego para as novas gerações que vão sendo incorporadas à frota-trabalho.

## O AUMENTO DA POPULAÇÃO

Para se ter uma idéia da gravidade desta situação vejamos: Entre 1960 e 1974 a população brasileira aumentou de cerca de 34 milhões de pessoas, e a população urbana passou de 32 milhões para 61 milhões. Existiam no País, em 1975, 56 milhões de menores de 20 anos, o que significava que 20 anos antes, 52% daquela população ainda não tinham nascido. Contudo, graças aos sacrifícios de todos é que, no levantamento realizado em 1973, verificou-se o aumento de empregos de 22,7 milhões em 1960 para 36,2 milhões até aquele ano.

## RELAÇÃO AOS SUPERDESENVOLVIDOS

Vale dizer que enquanto os países superdesenvolvidos lutam e não conseguem, sequer, diminuir as taxas de desemprego, o Brasil vai propiciando pleno emprego, apesar da nossa elevada taxa de crescimento populacional, a quantos atingem a faixa do trabalho sem as falsas bajulações, sem cortejar, mas sobretudo reconhecendo no trabalhador, no homem de mãos ciosas, o artífice da grandeza nacional, e por isso respeitando-o, a Revolução cuidou com seriedade das suas necessidades imediatas, mas sem perder de vista a sua segurança e o futuro de seus dependentes, enumerando:

I — Habitação — através de casas populares, cujas prestações mensais não ultrapassam a 20% do seu salário e que no caso de sua morte, antes de quitar o saldo devedor, os seus dependentes têm quitada a escritura;

II — PIS — com este programa, além de criar a autêntica participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, unificando-o com o PASEP para fins de aplicação na obtenção de rendas, ficou assegurado o 14.º salário, a partir deste ano, aos que percebem até 5 salários mínimos por mês.

III — Se o salário mínimo é fixado como a menor remuneração que se deve pagar os incapazes ou desqualificados profissionalmente, com a permanente escolarização, com os bolsas de ensino, com o treinamento oficial da mão-de-obra, vamos soerguendo o nível de vida do trabalhador, libertando-o do peçonhoso e até mesmo humilhante salário mínimo.

IV — Com o Crédito Educativo rompemos os grilhões dos privilégios que era o fato de que só os filhos dos abastados, dos mais favorecidos economicamente, podiam desfrutar o Ensino Superior gratuito. Graças à Revolução, os filhos dos trabalhadores podem hoje estudar nas Universidades Federais ou Estaduais, tendo assegurado o custeio de todas as suas necessidades

de manutenção, via financiamentos para serem pagos, parceladamente, depois de formado.

V — Com a moralização da Previdência Social, além dos reais e cada vez maiores benefícios de assistência para si e para os seus dependentes, a tranquilidade de uma aposentadoria segura, tranquila e no entanto, tão incerta com a malversação que faziam com os recursos dos antigos Institutos de Aposentadoria, quase todos caminhando para a insolvência. Para parar por aqui, lembraríamos que só a Revolução veio sanar a gritante injustiça que se praticava na Previdência, no que diz respeito à aposentadoria, permitindo a contagem recíproca de tempo de serviço, tanto na iniciativa privada como no Serviço Público Federal.

## CAMPANHA DA MERENDA ESCOLAR

Atenção toda especial foi dada à Campanha da Merenda Escolar para beneficiar as nossas crianças das faixas menos favorecidas da população.

Vejamos a evolução em termos de números, sem relevarmos a mais que substancial melhoria na qualidade da merenda servida

| Ano  | N.º de Municípios atendidos | N.º de Escolas beneficiadas | N.º de Crianças atendidas no período letivo | N.º de refeições servidas no período |
|------|-----------------------------|-----------------------------|---|--------------------------------------|
| 1964 | 2.000                       | 38.000                      | 3.500.000                                   | 280.000.000                          |
| 1968 | 3.324                       | 89.750                      | 9.447.148                                   | 976.434.307                          |
| 1975 | 3.446                       | 92.370                      | 11.137.981                                  | 1.178.620.408                        |

Como se vê conseguimos, no período, um aumento de 70% no número de municípios, 240% no número de escolas atendidas, mais de 300% no número de crianças que passaram a receber refeições nas escolas. Releve-se que a maior regularidade do serviço elevou o número de refeições em cerca de 400% em relação a 1964.

## FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS

Através de uma campanha meritória, mas que, no final foi se desvirtuando, até transformar-se na "Indústria do Municipalismo" muito se tentou e nada se conseguiu até 1964 no sentido de dar condições financeiras aos municípios.

Com o preliminar saneamento levado a efeito, a Revolução promoveu a Reforma Tributária, criando o ICM e o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, na arrecadação Federal, com o que passaram as nossas Prefeituras a desempenhar o papel dinâmico em termos de realizações como temos assistido, desde então.

Com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 5, entendeu a ARENA e a Revolução de ampliar, praticamente duplicar a participação dos municípios na Arrecadação Federal, a partir de 1976.

## O CUSTO DE VIDA E A REALIDADE

- O Que Falam os Dados
- A Gasolina e Seus Aumentos
- Distorções
- Querem Negar os Recursos à PETROBRAS
- O Jogo dos Adversários
- Mais Um Milhão de Automóveis
- Padrão de Vida
- Brasil — Indicadores Sociais Urbanos e Rurais
- Famílias de Renda entre 1 e 3 Salários Mínimos
- Brasil — Indicadores Sociais Urbanos, por Domicílio

## O CUSTO DE VIDA E A REALIDADE

Na corrida natural do homem brasileiro pelo seu direito de desfrutar dos bens de consumo que a sociedade moderna lhe oferece, está a Nação sujeita aos riscos e as consequências da inflação que aqui chega, importada dos países tecnologicamente mais avançados.

E na mais que maldosa tentativa de levar à gente pátria a desesperança e o pessimismo doentio, os "pregoeiros do desânimo", vestidos com a pele do MDB, distorcem a realidade, exploram a angústia real existente no seio de nosso povo que, "bombardeado" nestes últimos 20 anos pelo avanço da ciência tecnológica, a qual a cada instante vai criando mais e novos bens de consumo e colocando-os a sua disposição. Não há como negar pois, ao brasileiro, o direito de querer usufruir de tais bens. Contudo temos que compatibilizar o desejado com o possível. E isso, bem posto diante do bom senso o levará a reflexão e, por consequência, verificará que o padrão de vida no Brasil, em todas as camadas da população e em todos os aspectos tem melhorado consideravelmente.

Tanto isso é verdade que a Fundação Getúlio Vargas, há cerca de 20 anos, para apreciar a variação do custo de vida no País, utiliza pouco mais de 100 indicadores, itens ou coisas utilizadas então pela população. Decorridos os anos, eis que passa a mesma FGV a ter que lançar mão de cerca de 600 itens para verificar a mesma variação do Custo de Vida. Logo, de boa fé, não é correto afirmar que haja achatamento salarial, quando na realidade o que existe de fato é um crescente de necessidades em virtude do maior uso de número de bens e serviços e sofisticções no nosso padrão de vida.

## O QUE FALAM OS DADOS

Dentro de uma confirmação de lançamento de novos produtos no mercado, podemos confirmar que os níveis de expansão da indústria de eletrodomésticos vem mantendo, a partir de 1970, crescimento superior a 20 por cento ao ano.

Com relação à indústria automobilística, vejamos: em 1964 tínhamos, segundo o IBGE, 1.674.078 automóveis no Brasil e no último levantamento ocorrido no ano passado, atingimos à casa dos 5.133.110, ou seja, 1 automóvel para cada 48 brasileiros em 64 e em 1974 já tínhamos a média de 1 automóvel para cada 21 habitantes.

## A GASOLINA E SEUS AUMENTOS

Figura como um capítulo especial nas pregações oposicionistas, a alta dos preços da gasolina e os lucros obtidos pela PETROBRAS. Só que os emedebistas esquecem-se, em sua ignorância propositada, de se referir à origem real dos aumentos e onde e como é aplicado o fruto do lucro da empresa petrolífera nacional. É preciso que se esclareça de vez, à opinião pública, que os aumentos na gasolina e nos derivados do petróleo têm ligações à própria inflação internacional, que obrigam o Brasil a adquirir o petróleo a preços mais elevados.

Os lucros óbvios e naturais que a PETROBRAS adquire com a comercialização do petróleo tem uma destinação altamente grandiosa, que é a procura de tornar o Brasil, se não de todo auto-suficiente, pelo menos independente dos países produtores do "ouro-negro". Com tais lucros financia projetos, pesquisas e prospecções à procura de novas jazidas petrolíferas em terras brasileiras.

## DISTORÇÕES

Dentro ainda da filosofia de pregações pessimistas da oposição, há, até, os que negam e duvidam que a PETROBRAS seja a verdadeira destinatária dos lucros da comercialização do petróleo no Brasil, chegando mesmo ao disparate em afirmar que tais dividendos vão diretamente ao Governo. Isso em razão de não se conformarem, os emedebistas, com os níveis de expansão e conquistas da PETROBRAS, no campo das pesquisas, negando uma realidade palpável e saltitante aos olhos de quem quiser ver.

Dessa forma não ousam, os adversários do Governo, atacar diretamente a PETROBRAS, com o medo de perderem o apelo dos verdadeiros nacionalistas menos atentos e que ainda desconhecem a verdadeira intenção dos apátridas que querem somente a bandeira dos nossos problemas e aflições, para promoverem a agitação e nunca e em hipótese alguma, a solução do que nos angustia.

## QUEREM NEGAR OS RECURSOS A PETROBRAS

Dentro dessa linha de comportamento combatem, os exacerbados oposicionistas, os contratos de risco, enquanto negam recursos à PETROBRAS. Vale dizer que não querem, os inimigos do Brasil, que produzamos petróleo. Quem se lembra de que, alguma vez, seja nas Tribunas ou através dos jornais, se falasse contra o aumento do óleo diesel.

Será por que ele tem aumentado muito menos do que a gasolina? Ou por que ele é um instrumento ou a energia que

move máquinas e caminhões? Ou será por que sendo o óleo diesel utilizado para a produção, seus aumentos sejam defendidos na razão de serem pagos por todos, ricos e pobres, que possuem ou não automóveis de passeio?

O óleo diesel, na verdade, não fica mais barato que a gasolina. E que a diferença é subsidiada pelo Governo, para garantir preços mais adequados aos fatores e elementos motores da produção e do desenvolvimento nacional.

## O JOGO DO ADVERSÁRIO

Na verdade, como sempre, os pregoeiros emedebistas fazem pouco uso de suas inteligências e abusam da atenção do povo brasileiro. Daí por que continuam fazendo um "cavalinho de batalha" não com a alta do petróleo no mundo inteiro, mas somente na alta da gasolina. Isso, naturalmente, porque a cada dia que passa maior é o número de brasileiros que são atingidos particular e diretamente, pois passam a ser proprietários de automóveis.

## MAIS UM MILHÃO DE AUTOMÓVEIS

É preciso esclarecer, ainda, que a partir deste ano, um milhão de novos carros serão colocados em circulação no mercado nacional e que obviamente serão adquiridos por brasileiros. Contudo, é bom salientarmos também, que cerca de 100 milhões de patricios, dos 107 milhões que somos, continuarão a pagar impostos e a produzir, sem que desfrutem do privilégio de possuírem o seu automóvel particular. E, pois, mais que urgente, entendam os 6 ou 7 milhões de brasileiros que desfrutam do sonho de todos (possuir um carro), que o seu protesto contra a elevação do preço da gasolina coloca-os numa posição mais que antipática, porque egoística e impatriótica.

## PADRÃO DE VIDA

Como se pode deduzir, até nos aspectos que demonstram a melhoria e por consequência a sofisticação do padrão de vida de nossa gente, como é o caso de que é cada dia maior o número dos que possuem automóvel, na medida de 1 carro para cada grupo de 48 pessoas em 64, para 1 carro para cada 21 pessoas em 1975, maldosa e impatrioticamente, promovem os nossos adversários a deturpação real dos fatos, para com isso alcançarem a meta de semear a confusão e a subversão dos números e dados falsamente fabricados entre o povo e o governo, com fins espúrios e meramente eleitorais, assim como tentar estabelecer o ódio entre os menos favorecidos que não possuem condução com os que a tem.

É interessante mostrar que, mesmo nas classes de renda baixa, os indicadores são razoáveis. Nas famílias de renda entre um e três salários mínimos, a situação — em 1972 — era a seguinte:

## BRASIL:

INDICADORES SOCIAIS URBANOS E RURAIS — 1972  
FAMÍLIAS DE RENDA ENTRE UM E  
TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

| Discriminação                 | %<br>Famílias |
|-------------------------------|---------------|
| Fogão a gás ou elétrico ..... | 68            |
| Geladeira .....               | 15            |
| Máquina de costura .....      | 40            |
| Ferro elétrico .....          | 33            |
| Rádio .....                   | 58            |
| Televisão .....               | 17            |
| Bicicleta .....               | 14            |
| Automóvel .....               | 3             |

Na zona exclusivamente urbana, esses indicadores são, naturalmente, muito mais elevados:

|                          | %  |
|--------------------------|----|
| Geladeira .....          | 27 |
| Máquina de Costura ..... | 46 |
| Televisão .....          | 30 |
| Automóvel .....          | 4  |

Outros indicadores há, que contrariam frontalmente a teoria derrotista de muitos demagogos. Repetem, insistentemente que o povo não tem dinheiro, que a renda é concentrada nas mãos de poucos. No entanto, pelo quadro abaixo, verifica-se que isto não é verdade.

## BRASIL:

## INDICADORES SOCIAIS URBANOS, POR DOMICÍLIOS

(1972)

| Discriminação                         | % dos domicílios |
|---------------------------------------|------------------|
| Abastecimento de água (rede geral) .. | 61               |
| Esgotos sanitários (rede geral) ..... | 30               |
| Iluminação elétrica .....             | 78               |
| Rádio .....                           | 85               |
| Geladeira .....                       | 47               |
| Televisão .....                       | 50               |
| Automóvel .....                       | 17               |
| Fogão a gás ou elétrico .....         | 78               |
| Máquina de costura .....              | 56               |

Fonte: IBGE

## A Família Brasileira

## \* Casamentos Realizados

## A FAMÍLIA BRASILEIRA

Indicador da maior significação para aferir-se a melhora do padrão de vida do brasileiro, é, inquestionavelmente, a evolução do número de casamentos no Brasil; especialmente se levarmos em conta a verdadeira guerra que os subversivos travam contra o matrimônio.

Através dos meios de comunicação de massa o que se assiste, em termos de exaltação ao sexo-livre nos países objetivados pelos comunistas é exatamente o inverso do que fazem na Rússia, onde, face as mais que desastradas experiências, quando patrocinaram a destruição da família, logo após a implantação do Regime, verifica-se o verdadeiro culto a família legalmente constituída, enquanto punem severamente o celibatário, a pornografia e quaisquer atentados à moral.

Assim temos sido vítimas de uma mais que diabólica campanha antifamília, especialmente através das novelas da Televisão, do Cinema e de um infundável número de publicações, tudo mobilizado no sentido para desencorajar os nossos jovens ao matrimônio. Inobstante aos resultados positivos que lamentavelmente alcançam os inimigos da família brasileira, vejamos que, graças à formação cristã de nossa gente, como também graças a melhoria do poder aquisitivo do povo, temos:

| Ano        | Casamentos realizados |
|------------|-----------------------|
| 1967 ..... | 342.220               |
| 1968 ..... | 365.715               |
| 1969 ..... | 348.839               |
| 1974 ..... | 818.424               |

Fonte: IBGE

O verdadeiro salto, 140% de aumento no número de casamentos enquanto o incremento populacional não foi superior a 15%, ocorreu, sem dúvidas no período de maior expansão da nossa economia, com a melhor distribuição das rendas, 1.636.848 jovens puderam realizar o seu sonho de amor através da constituição de 818.424 novos lares.

## AGRICULTURA E PECUÁRIA

- A SUPRA e as Ligas Camponesas
- Dados Comparativos
- Energia Elétrica no Campo
- Assistência Técnica
- A Produção Rural e Incentivos
- Crédito Concedido

## AGRICULTURA E PECUÁRIA

Lembram-se os mais velhos, mas vale repetir, não o sabem os nossos filhos, que encontramos a Agropecuária do Brasil, em 1964, em situação verdadeiramente caótica, dentro do esquema de "quanto pior melhor" quando no governo, os adversários da Revolução, diabolicamente, asfixiavam o Brasil, liquidando a fonte geradora da quase totalidade das nossas divisas de exportação.

Para fazê-lo, utilizaram os recursos oriundos da Agropecuária, não para montar ou financiar fábricas de tratores, adubos ou implementos agrícolas, mas as fábricas de automóveis, e para vender para quem, se àquela época não podíamos comprar e pagar bicicletas? Mas não pararam aí, estrangulavam através da falta de crédito, da falta de assistência técnica, ao mesmo tempo em que promoviam a discórdia entre fazendeiros e colonos, criando atrativos mais que artificiais na zona urbana para tirar o braço do colono da produção para vir a ser um pária desajustado das favelas que foram surgindo nas cidades. Precisavam de "massa de manobra" para pressionar o "desgoverno" de então, precisavam desencorajar o fazendeiro, precisavam parar o Brasil. Com o desamparo oficial, com a crescente exploração da economia urbana sobre si, totalmente desestimulados os fazendeiros, os produtores rurais, por sua vez, passaram a "saquear" a terra de suas propriedades, o máximo no menor espaço de tempo possível, e nada investiram para aplicar face a insegurança remanescente, e, o que é pior: insegurança estimulada e ostensivamente patrocinada pelos governantes. Tãmanha a pressão, tão terrível o egoísmo da área urbana, que ainda perduram grandes dificuldades no setor.

## A/SUPRA/E AS LIGAS CAMPONESAS

Com a SUPRA — as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" caía a produção e a produtividade.

Tal a desorganização dos meios de produção na zona rural que, ainda na década de 60/70 em que pesem os esforços cometidos a partir de 1964, que, triplicando o número de tratores agrícolas e quadruplicando o consumo de adubos químicos, perdemos em produtividade, isto é, produzimos menos por hectare cultivado nos 5 principais itens da nossa produção: arroz, milho, feijão, algodão e amendoim.

Em 1967 fabricando 6.219 tratores por ano, iniciamos a ascendente recuperação, isto é, a obter divisas, mais aquela altura quase que totalmente comprometidas com os royalties, e lucros a serem remetidos pelos 225.389 automóveis de luxo já então sendo produzidos.

Para sintetizar os resultados, da herança maldita, recolhida pela Revolução, os frutos da demagogia urbanizadora e mais que desordenada da nossa população rural, vejamos os números que não podem ser desmentidos:

## PRODUÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS NO BRASIL

| Ano        | Quantidade |
|------------|------------|
| 1967 ..... | 6.219      |
| 1970 ..... | 13.248     |
| 1975 ..... | 62.000     |
| 1976 ..... | 64.000     |

Como se vê em 9 (nove) anos, graças ao apoio dado pelo governo às fábricas de tratores e agricultura, aumentamos em 1000% a produção de tratores agrícolas.

Como resultado da política revolucionária de apoio e de Reparação à Agropecuária, vejamos um curioso estudo comparativo elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, onde constata-se uma verdadeira reviravolta em favor do produtor rural a partir de 1969.

## DADOS COMPARATIVOS

UNIDADES DE PRODUTO AGRÍCOLA NECESSÁRIAS  
PARA ADQUIRIR UM TRATOR LEVE (44 HP)  
ESTADO DE SÃO PAULO, 1967/75

| Ano         | Arroz em casca<br>(sc. 60 kg) |        | Milho<br>(sc. 60 kg) |        | Café<br>beneficiado<br>(sc. 60 kg) |        | Soja<br>(sc. 60 kg) |        | Algodão<br>em caroço<br>(sc. 60 kg) |        |
|-------------|-------------------------------|--------|----------------------|--------|------------------------------------|--------|---------------------|--------|-------------------------------------|--------|
|             | N.º de<br>unidades            | Índice | N.º de<br>unidades   | Índice | N.º de<br>unidades                 | Índice | N.º de<br>unidades  | Índice | N.º de<br>unidades                  | Índice |
| 1967 .....  | 727                           | 100    | 2.147                | 100    | 334                                | 100    | 1.105               | 100    | 2.608                               | 100    |
| 1968 .....  | 729                           | 100    | 2.595                | 119    | 270                                | 81     | 973                 | 88     | 2.330                               | 89     |
| 1969 .....  | 834                           | 115    | 1.717                | 79     | 187                                | 56     | 928                 | 84     | 2.337                               | 90     |
| 1970 .....  | 881                           | 121    | 1.698                | 78     | 131                                | 39     | 754                 | 68     | 2.021                               | 77     |
| 1971 .....  | 524                           | 72     | 1.531                | 70     | 162                                | 48     | 684                 | 62     | 1.537                               | 59     |
| 1972 .....  | 518                           | 71     | 1.475                | 68     | 116                                | 35     | 691                 | 62     | 1.449                               | 56     |
| 1973 .....  | 499                           | 69     | 979                  | 45     | 91                                 | 27     | 456                 | 41     | 1.125                               | 43     |
| 1974 .....  | 362                           | 50     | 927                  | 43     | 89                                 | 27     | 443                 | 40     | 847                                 | 32     |
| 1975 (1) .. | 287                           | 39     | 812                  | 39     | 68                                 | 20     | 450                 | 41     | 1.037                               | 0      |

(1) Média dos preços de produtos agrícolas de Janeiro a agosto, corrigidos pelo índice de variação estacional.  
FONTE: Instituto de Economia Agrícola.

Ai está, a partir de 1969 e 1970 temos a queda vertical em unidades (sacas) de produtos agrícolas necessários para aquisição de um trator de 40 HP. 881 sacas de arroz em 1970 para em 1975 necessitar-se 287 para pagar o mesmo trator. 1.717 sacas de milho em 1969 e em 1975 precisou-se tão-somente 812 sacas.

Se em 1969 precisava-se de 187 sacas de café, em 1975 pagou-se o mesmo trator com a venda de 68 sacas. No caso da soja que precisávamos de 928 sacas em 1969, já em 1975 foram necessárias tão-somente 450 sacas e assim por diante.

## ENERGIA ELÉTRICA NO CAMPO

Para melhorar a produtividade rural, dar mais justa remuneração e fixar o homem no campo, inegavelmente, muito ainda esta por ser realizado, mas vejamos o que temos conseguido na eletrificação rural, especialmente nos últimos anos.

De 1965 a 1973 foram construídos 8.821 km de redes de transmissão e atendidas 12.000 fazendas. Somente em 1974, 15.100 km de novas redes para atender mais 26.000 propriedades rurais. Em 1975, mais 81.700 propriedades rurais foram eletrificadas.

## ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Como que, para ironizar, para escarnecer, mesmo, da nossa gente desprezando a nossa vocação, quase atávica, para o amanho da terra, transformaram o "País eminentemente agrícola", o Celeiro do mundo, em País faminto e importador de feijão podre do México, em 1963. Dentro do esquema do "quanto pior melhor" foram esvaziando e mutilando o Ministério da Agricultura até a imoralidade total.

Sem recursos para qualquer programa de trabalho e pagando a seus técnicos salários inferiores ao de motoristas de caminhões das empresas particulares, ali permaneceram alguns poucos idealistas e aqueles próximos à aposentadoria, e isto, como salientado, ao mesmo tempo em que tumultuavam a vida do empresariado rural, através dos conflitos e ameaça à propriedade promovidos por pessoal pago pelo cofre do próprio Ministério da Agricultura.

Nada de orientação, de assistência técnica, de sementes selecionadas, o crédito agrícola com seus recursos desviados para as mãos dos especuladores dos gêneros alimentícios. Da condição de Mercadores, de mascates que comprovam fome e vendiam misérrimas, cabla à Revolução, a partir de 1964, dos escumbros, recolocar o Brasil na trajetória do destino que Deus nos confiou, de sermos os mitigadores da fome que infelicitou e mata milhões em todas as latitudes da terra. Como fazê-lo se não dispúnhamos dos recursos necessários e até mesmo o crédito internacional havíamos perdido?

Sem tergiversar incluiu-se a longa e penosa caminhada, coidou-se de restabelecer a confiança do empresário rural, do

produtor no Governo, ao mesmo tempo em que lhe propiciava as ajudas materiais possíveis.

Restaurada aos poucos a confiança junto aos produtores, deu-se os primeiros passos no rumo da pesquisa, da seleção de sementes, da construção de armazéns e silos, produção de adubos e defensivos, dos meios de transporte, mecanização, preços mínimos e financiamentos. Os resultados ai estão, alimentamos 110 milhões de brasileiros e contribuindo com mais de 2/3 das nossas divisas de exportações.

Mas, para chegarmos aos níveis atingidos e aos mais que auspiciosos que se avizinhm, vejamos 3 (três) aspectos dos muitos que tiveram que ser corajosa e patrioticamente enfrentados pela Revolução.

Vejamos em 1.º lugar quantos tratores agrícolas tínhamos no Brasil em 1964 e quantos em 1975.

| Ano  | N.º de Tratores Agrícolas |
|------|---------------------------|
| 1964 | 95.454                    |
| 1970 | 157.346                   |
| 1975 | 289.285                   |

Com a previsão e segundo o número alcançado, até julho de 1976 a produção de tratores deste ano será superior a 64.000 unidades, ou seja, somente em 1976 produziremos mais de 75% dos tratores que existiam no País em 1964.

Tal a evolução no setor que, em 1970, tínhamos 1 trator para cada 31 propriedades e em 1975, 1 para cada 17 propriedades.

Por outro lado, mesmo considerando-se o crescente número de novas propriedades, seja por redivisão ou expedição de novos títulos por parte do INCRA, com a produção de tratores prevista para 1976, passaremos a ter 1 trator para cada 14 propriedades rurais.

## A PRODUÇÃO RURAL E INCENTIVOS

Explorando os resíduos, as seqüelas ainda remanescentes no meio rural, frutos do abandono, da verdadeira guerra, movida pelos inimigos do Brasil, através dos governos fracos e desmoralizados, como salientado e ressaltado, tudo fizeram para tumultuar e emperrar a produção rural, ao ponto, como vimos, de desviar todos os seus recursos, o fruto dos conflitos cambiais, sobre o café, para financiar as fábricas de automóveis. Pois bem, apesados do poder, tentam a volta ao governo tentando intrigar a Revolução com a gente do campo.

Para desmascará-los, além dos fatos até aqui demonstrados, coloquemos uma "pá de cal" sobre a mentira dos falsos profetas. Vejamos o crédito que concederam à agropecuária em 1963 para financiar a safra de 1964, enquanto, vale repetir, desvia-

vam os recursos da própria agropecuária, para financiar os especuladores, os "pelegos" apaniguados das cidades. Vejamos:

## CREDITO CONCEDIDO NO BRASIL (1)

1963 a 1975

(Cr\$ 1.000 000 correntes)

| Ano  | Agrícola | Pecuária | Total      |
|------|----------|----------|------------|
| 1963 | —        | —        | 287 (2)    |
| 1964 | —        | —        | 742 (2)    |
| 1965 | —        | —        | 1.000 (2)  |
| 1966 | —        | —        | 1.879 (2)  |
| 1967 | —        | —        | 3.116 (2)  |
| 1968 | —        | —        | 5.452 (2)  |
| 1969 | 4.464    | 2.025    | 6.489 (3)  |
| 1970 | 6.640    | 2.608    | 9.248 (3)  |
| 1971 | 9.209    | 3.660    | 12.869 (3) |
| 1972 | 13.436   | 5.232    | 18.668 (3) |
| 1973 | 21.275   | 9.059    | 30.334 (3) |
| 1974 | 34.805   | 13.467   | 48.272 (3) |
| 1975 | 63.462   | 26.535   | 89.997 (3) |

(1) Sistema Nacional de Crédito Rural — Fluxos Anuais

(2) Conjuntura Econômica — FGV

(3) Banco Central do Brasil — DICRI

Como se vê, passada a fase de "destoca do terreno" a partir de 1964 verificamos de ano a ano a multiplicação dos recursos financeiros destinados à agropecuária, atingindo no período de 70/75 um aumento na ordem de 1.000%.

Por outro lado, talvez o aspecto mais importante e que poderia passar despercebido, é o fato de que, as taxas de juros, os incentivos fiscais, as máquinas e implementos agrícolas, somando-se os 40% de subsídios pagos pelo Governo sobre o preço dos adubos, tudo isto significou, em 1975, Cr\$ 15,8 bilhões de cruzreiros da ajuda governamental à agropecuária.

Finalmente, após reparar e instrumentalizar o Ministério da Agricultura em todos os seus aspectos, temos atualmente, somados os orçamentos-programas do ministério gastando mais de 20% de todos os seus recursos com a pesquisa, no desenvolvimento de novas técnicas e sementes selecionadas para a melhoria da produtividade rural.

## INTRIGAS CIVIS/MILITARES

\* Maldade e Intriga

\* Posição Assumida

\* O Brasil em Comparação a Outros Países.

## INTRIGAS CIVIS-MILITARES

Dentro de uma batida tática de explorar a mente jovem dos moços brasileiros, tem sido uma constante nas pregações oposicionistas, especialmente nos meios estudantis, na tentativa de colocar a Revolução em posição militarista e, por isso, prejudicial aos projetos em favor da educação. Alegam gastos maiores com a segurança, que outros setores por eles indicados como de maior importância ao desenvolvimento nacional.

Maliciosamente procuram os emedebistas, através da distorção progressiva dos números constantes nos orçamentos públicos, comparar números falsificados e atribuídos a gastos militares, exatamente com os valores também falsificados por eles e distribuídos a gastos com a Educação.

## MALDADE E INTRIGA

Assim orientados os oposicionistas profissionais deturpam propositalmente números e valores, para, dessa forma, alimentarem o poder da Intriga povo-Governo. Para que se tenha uma idéia de que esta tentativa de subversão não é nova e que data do momento em que as nossas Forças Armadas, em 1964, ostensivamente chocou-se contra a comunização do Brasil. Vejamos o levantamento que realizei em 1968, no auge do momento mais crítico de crises estudantis que, então, dominava toda a Nação e mais, se acentuava numa bem armada conspiração em favor da intriga civil-militar.

## POSIÇÃO ASSUMIDA

Quando Deputado Federal, formulei da tribuna da Câmara dos Deputados, em 25 de outubro de 1968, a denúncia que segue:

"Sr. Presidente, a fase que ora atravessamos em nosso País, é, sem dúvida, a mais séria para a sobrevivência do regime democrático. Os atos de terrorismo se repetem de momento a momento. Assaltos a bancos, choques entre a polícia e estudantes e ao mesmo tempo a constante e terrível intriga entre civis e militares, com o objetivo exclusivo de enfraquecer e desacreditar os responsáveis pela manutenção da ordem, tudo isso, Sr. Presidente, nada mais é do que o estágio avançado da chamada guerra revolucionária.

## O BRASIL EM COMPARAÇÃO A OUTROS PAÍSES

Examinemos os contingentes militares dos países europeus, asiáticos e africanos, enfoquemos especialmente o potencial militar dos países do tão decantado "paraíso soviético". Vejamos o quanto paga cada cidadão desses países, por ano, para a manutenção das suas forças armadas.

No quadro a seguir, apresentamos os principais países da "cortina de ferro" e do mundo ocidental, e também o Brasil, com a população, o número de homens de seus efetivos militares, a percentagem destes sobre a população e os gastos militares, em dólares, por habitante

(1970)

| Países            | População   | Efet. Militar | % Efet. / Pop | Gastos Mil. US\$ per capita |
|-------------------|-------------|---------------|---------------|-----------------------------|
| Albânia           | 2.000.000   | 38.000        | 1,9           | 34,5                        |
| Bulgária          | 8.400.000   | 154.000       | 1,8           | 27,1                        |
| Checoslováquia    | 14.500.000  | 225.000       | 1,5           | 100,1                       |
| Alemanha Oriental | 17.200.000  | 127.000       | 0,73          | 61,8                        |
| Hungria           | 10.300.000  | 102.000       | 0,99          | 30,3                        |
| Polônia           | 32.000.000  | 270.000       | 0,84          | 51,9                        |
| Rumânia           | 19.500.000  | 173.000       | 0,88          | 27,1                        |
| União Soviética   | 234.500.000 | 2.970.000     | 1,2           | 127,9                       |
| China Comunista   | 780.000.000 | 2.700.000     | 0,3           | 9,8                         |
| Inglaterra        | 55.350.000  | 429.300       | 0,7           | 111,5                       |
| Canadá            | 20.000.000  | 103.000       | 0,51          | 78,4                        |
| França            | 49.750.000  | 520.000       | 1,1           | 98,0                        |
| Itália            | 53.000.000  | 416.000       | 0,7           | 39,1                        |
| Turquia           | 32.000.000  | 480.000       | 1,5           | 13,7                        |
| Estados Unidos    | 198.500.000 | 3.400.000     | 1,7           | 322,9                       |
| Brasil            | 90.000.000  | 183.000       | 0,2           | 6,7                         |
| Cuba              | 7.750.000   | 121.000       | 1,6           | 32,2                        |

Sr. Presidente, tal a eloquência dos números para justificar a nossa tese, isto é, de que não é grande o efetivo das nossas Forças Armadas, como também não é caro o seu custeio ao contribuinte nacional, que dispensam maiores comentários. Contudo, quero chamar a atenção de V. Ex.<sup>sa</sup> para um fato de suma importância, o qual poderá passar despercebido aos menos atentos. Vejam V. Ex.<sup>sa</sup> a Turquia, a Bulgária e Cuba, esses três países, cuja renda per capita é equivalente à nossa, têm gastos militares infinitamente maiores. Na Turquia os contribuintes de impostos pagam anualmente US\$ 13,70 para manutenção de suas forças armadas, o que vale dizer mais de duas vezes o que pagamos nós brasileiros. A Bulgária exige dos seus contribuintes US\$ 27,10 por ano e para o mesmo fim, mais de quatro vezes, portanto, o que gastamos. E aqui, Sr. Presidente, enfoquemos a tão decantada Cuba de Fidel Castro, onde os pagadores de impostos pagam US\$ 32,20, por ano, para o custeio das milícias do Sr. Fidel, o que equivale, em números redondos, a cinco vezes o que pagamos nós. E não fazemos parte da OLAS!

## OS INSTRUMENTOS DE EXCEÇÃO

QUEM TEM MEDO DO AI-5 E DO DECRETO N.º 477?

\* Porque Permanecem

\* O Ato Institucional n. 5

\* O Decreto-Lei n.º 477 e a Lei Ordinária

\* O 477 — A Lei Humanizada

## OS INSTRUMENTOS DE EXCEÇÃO

## QUEM TEM MEDO DO AI-5 E DO DECRETO N.º 477?

Nascidos num clima de extrema tensão política, em decorrência das crises criadas e alimentadas por falsos brasileiros guiados por filosofias importadas, especialmente por aqueles que, investidos de cargos ou mandatos públicos e, portanto, sob pleno gozo de imunidades, malversavam a coisa pública e subvertiam a ordem estabelecida, o Ato Institucional n.º 5 e o Decreto n.º 477 surgiram como remédio heróico e eficaz, capaz de salvaguardar a moral e os costumes políticos e administrativos nacionais.

Enquanto o AI-5, que serve como o "cavalo de batalha" dos pregadores empedreiros, veio corrigir distorções específicas no seio da classe política e no seio da administração pública brasileira, o Decreto n.º 477, igualmente combatido pelos inimigos do regime, se preocupou com a extirpação dos meios estudantis brasileiros da incômoda e corrupta presença dos subversivos profissionais, que se imiscuíam na classe estudantil para pregar a desordem e desfiguram a imagem positiva que o Brasil adquiriu após o advento da Revolução de 1964.

E se combatem esses instrumentos excepcionais o fazem exclusivamente buscando fazer com que o Brasil retorne a um passado recente não muito orgulhoso para a nossa gente, para continuarem servindo à Ideologia dos países da cortina vermelha.

## PORQUE PERMANECEM

A permanência destes dois instrumentos de força é matéria até certo ponto controversa: de um lado existem homens de boa fé, da melhor formação democrática, mas que por más informações ou por carência de um melhor conhecimento da matéria, ou por generoso otimismo, propugnam pela revogação de tais atos. Perigosos e excessivamente eufóricos, sem o pretenderem, terminam por contribuir com os adversários que, em verdade, buscam coisa muito mais drástica através do combate aos dois "remédios heróicos", à disposição da segurança pátria. O que desejam os que criticam e verberam com grande veemência pela supressão desses dois institutos, o fazem com o desejo de enfraquecer e desmoralizar o regime, através do retorno à corrupção desenfreada que campeava no Brasil antes de 1964 e que ainda hoje nos visita, haja vista as constantes punições aplicadas pelo Governo.

## O AI-5

O povo brasileiro, que hoje conhece um dos mais avançados índices de desenvolvimento, especialmente através dos sistemas de comunicação social do País, tem acompanhado e aplaudido, sem sombra de dúvida, a aplicação das punições que o Governo tem imposto para conter a subversão e a corrupção. As últimas cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos têm demonstrado a seriedade do Governo do eminente Presidente Geisel, que não permite oscilações na moral e nos costumes políticos e administrativos do Brasil.

Quando cassa um parlamentar, o faz após comprovadas provocações e claro objetivo de desmoralização do regime vigente ou malversação da coisa pública. Esse fato, por si, e com bases em elementos concretos e recentes, o povo brasileiro está assistindo e aplaudindo as punições oriundas do Ato Institucional n.º 5, que não está aí para perseguir adversários políticos do Governo, mas para a permanência da moral política e a preservação dos valores cívicos do País. Tanto assim é que o Governo Geisel usou, no correr de seu mandato, sete vezes os poderes do AI-5, na maioria delas para punir políticos que usando de seus direitos e influências, estabeleceram a corrupção. Não foram apenas homens do MDB os atingidos por este instrumento de força, mas igualmente homens que se infiltraram na ARENA, que é o Partido da Revolução, para adquirir favores ilícitos.

## O 477 E A LEI ORDINÁRIA

A maioria dos que combatem o Decreto n.º 477 não o conhece. Isso pode se afirmar com absoluta segurança, haja vista que este Decreto veio extirpar do seio da classe estudantil os profissionais da subversão que se aproveitavam dos incantos juvenis para pregar doutrinas importadas e estabelecer um quadro de pessimismo docente e negações aos valores pátrios.

É o referido instrumento, mais humano que a própria legislação ordinária, Código Penal ou Lei de Segurança Nacional, em especial o regimento das próprias unidades de ensino. Essa estabeleceu uma punição de caráter permanente, ao impedir que um aluno expulso se matricule, condenando-o a uma penalidade perpétua. O combatido 477 assegura ao estudante punido, por atos de indisciplina ou subversão, que se matricule três anos após a punição. Isso, por si, e torna mais humano que a referida legislação ordinária.

Como se vê, o Alto Comando Revolucionário, dispoñdo da Lei de Segurança Nacional, dos Reppmentos das Universidades além do próprio Código Penal, no caso, verdadeiramente muito

mais duros e inflexíveis, numa cabal demonstração de sua Filosofia Democrática Cristã e, sobretudo, por entender a psicologia do jovem e, sabendo-o generoso e intrinsecamente honesto, mas desprovido de maior maturidade para se defender do engodo comunista, buscou um remédio específico e adequado que é o Decreto n.º 477.

Mais que desonesta e criminosa é a forma com que os subversivos falsam a verdade quando alardeam que aos estudantes capitulados nas disposições do Decreto-Lei n.º 477 não é assegurada ampla defesa. Mas o que buscam os agentes da filosofia marxista é transformar os nossos jovens em testas de ferro de suas exdráxulas ideológicas.

## O DECRETO-LEI N.º 477

Para os que não conhecem seu texto original publicamos, em sua íntegra, o Decreto-Lei n.º 477:

## DECRETO-LEI N.º 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I — Ailie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II — Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora deles;

III — Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV — Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo, de qualquer natureza;

V — Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI — Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1.º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I — Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outra da mesma natureza, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

II — Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de 3 (três) anos.

§ 2.º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perde-lá-a, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 3.º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2.º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-Lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo, a instauração de Inquérito Policial.

Art. 3.º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1.º O Indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante, proibido de frequentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2.º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3.º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especi-

cando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4.º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no item I do § 1.º do art. 1.º deste Decreto-Lei.

§ 5.º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4.º Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5.º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste Decreto-Lei.

Art. 6.º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — A. COSTA E SILVA — Luis Antônio da Gama e Silva — Tarso Duro.

#### O BRASIL HOJE E SUA CREDIBILIDADE JUNTO AOS DEMAIS PAÍSES

A não ser por ouvir falar ou através de dados e pesquisas, a nova geração brasileira pouco se lembra do corrosivo descrédito internacional que abalava o Brasil antes de 1964, pois a realidade que hoje conhece, 14 anos depois, é bem outra, de crescente ascensão em nível de relacionamento comercial e diplomático com os demais países.

Um jovem de 22 anos, hoje, àquela época nada mais era que um simples garoto de 8 anos, mais preocupado com jogo de bolinha de gude, que propriamente com o ambiente de conturbação geral que dominava a sua pátria-mãe, muito menos conhecia o nacionalismo exaltado e desvestido de patriotismo que levou o País ao ridículo, ao escárnio e ao total descrédito internacional, ao ponto de vermos navios pertencentes à PETROBRAS, como que "navios-piratas", navegarem sob disfarce de bandeira estrangeira, emprestada por outra nação, para não serem apreendidos para o resgate de dívidas não pagas pelo Brasil.

É bom que se ressalte que à época o endividamento externo brasileiro ascendia a 3,8 bilhões de dólares e as nossas exportações não ultrapassavam 1,7 bilhões de dólares, mais ou menos 1/6 das dívidas atuais. Isso prova que a credibilidade nacional foi reacquirida e é conservada através de uma balança de pagamento estável. Em dados comparativos basta dizer que o Brasil tem aberto um crédito de 22 bilhões de dólares, quando exportou, no ano-base de 1975, 8,7 bilhões de dólares.

Assim nada é mais natural, aos adversários da Revolução, em se incomodarem com a credibilidade destruída pelo Brasil no exterior, adversários esses, oriundos de interesses e especulações contrariados na bolsa internacional, de fáceis lucros com a desgraça nacional. Inconformados permanecem com o progresso que vimos destruindo em parte, graças aos créditos obtidos no exterior e à presença maciça dos investidores estrangeiros no Brasil, tentam, diabólica e impatrioticamente, por todos os meios, alardear que o nosso País estaria insolvente ou à beira da falência.

E de que forma atingem o povo?

Através da inocência propositada da oposição e da irresponsabilidade de determinados setores inconseqüentes do MDB nacional, que não quer ver a continuidade do desenvolvimento nacional, de braços com a clara orientação marxista do "quanto pior melhor".

#### INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

• Nova Belém—Brasília e a Transamazônica

• Riquezas do Subsolo

• O Gado e Exportação

• Críticas Exacerbadas

• Os Nada-Faz e os Fracassos

• Espírito de Bravos

• Os Contratos de Risco

• "Quanto Pior Melhor"

• O Desespero do MDB

#### INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

Sob a inspiração do patriotismo, portando e exercitando a Legenda "Integrar para não entregar", a Revolução, após o diagnóstico sem fantasia, partiu para um programa de reformulação legislativa e de planejamento com eleições de prioridades que resultassem, afinal, na tão sonhada e longamente procrastinada Integração da Amazônia Brasileira à Comunidade Nacional. As repercussões dos escândalos, de vandalismo, da maiversação dos recursos públicos através da antiga SPEVEA, à Revolução não restou outro caminho senão uma total reformulação na política até então adotada em relação à Amazônia, e para tanto transformou tudo a partir do próprio órgão coordenador do Desenvolvimento Regional.

Criada a SUDAM, reformulados o Banco da Amazônia e RODOBRAS incluiu-se a política dos incentivos fiscais em moldes a desenvolver a Indústria e a Agropecuária na Região.

#### A NOVA BELEM—BRASÍLIA E A TRANSAMAZÔNICA

Transformando o "caminho" à quase "picada" que viria a ser a rodovia Belém—Brasília, àquela altura com mais de 90% das suas pontes de madeira-branca, apodrecidas, em uma fita asfáltica de 2.200 km, construiu-se a tão injuriada Transamazônica, combatida pelos meros avisados de um lado e pelos egoístas que só pensam no Brasil litorâneo, pelo outro. Aparelhando e construindo os portos fluviais, criando a Zona Franca de Manaus, fazendo o levantamento geológico e pedológico através do RADAM, e mobilizando a patriótica juventude universitária através do Projeto Rondon, que lá tem ido constantemente para aprender e ajudar, pôde a Revolução convencer aos seus críticos mais impiedosos e ao mundo todo que a Amazônia era para nós, muito mais que uma configuração geográfica, era nossa de direito e de fato.

#### RIQUEZAS DO SUBSOLO

Com as riquezas prospectadas no subsolo, tais como Minérios de Ferro em Carajás, maiores jazidas do mundo, Alumínio do Vale do Rio Trombetas, que em breve colocará o Brasil como um dos grandes exportadores mundial, com o Manganês do Rio Fresco, Níquel de Araguaína, Ouro do Tapajós, Cassiterita em Rondônia, enfim, riquezas inimagináveis já foram localizadas e avaliadas em montantes mais que suficientes para justificar todos os gastos ali realizados.

Sem falarmos nas outras perspectivas minerais e na fabulosa riqueza vegetal, com o PROTERRA e, mais recentemente, através do "POLAMAZÔNIA", o que conseguimos nestes últimos 12 anos, em termos de migração interna, de ocupação daquela imensidão territorial, somente este fato, e por ele, estaria justificada a presença dos governos Revolucionários neste período.

#### O GADO E EXPORTAÇÃO

Cerca de 5 milhões de Bovinos estão nascendo e localizando-se no extremo Norte de Goiás e Mato Grosso e no sul do Pará e Maranhão onde, graças ao regime de chuvas e qualidade das terras, temos carne de 1.ª qualidade, para prover o mercado interno e exportar 12 meses por ano. Sem as chamadas entressafras e com o apoio creditício que tem sido mais que abundante, aquele pedaço, até bem pouco, mais que esquecido do Brasil, colocará, pela regionalização que se processa na nossa pecuária de corte, o nosso País, na posição de maior provedor mundial de proteína animal.

#### CRÍTICAS EXACERBADAS

No entanto os anti-Brasil, os egoístas do asfalto das metrópoles e os desavisados que lhes faz o "jogo" por inadvertência, não poupam os Governos da Revolução, com críticas as mais infundadas e injustas.

Veja-se as críticas dos nossos opositores do MDB, agindo como "engenheiros de obras falsas" por ignorância ou má-fé, o certo é que ao tacharem a Transamazônica de estrada que liga o "zero ao nada, ou, coisa alguma" por má-fé ou total inciência, vale repetir, não constam na ocupação do território que se processa pelos espigões desvendados ou ligados ao Brasil pela Transamazônica.

Ligando os pontos meridionais ou navegáveis dos grandes rios entre si, a Transamazônica criou as condições para o sistema integrado de transporte rodoviário.

#### OS NADA-FAZ E OS FRACASSOS

Não ignoram, por certo, mas os "nada-faz" são testemunhas, mais do que testemunhas, são responsáveis pelas fracassadas tentativas de ocupação da Amazônia através das calhas dos rios. No entanto, impatrioticamente, por todas as formas, em verdadeiro desespero de causa, procuram minimizar a efetiva e irreversível conquista e ocupação da Amazônia promovida pelos Governos Revolucionários, com o apoio e aplausos de todos os que verdadeiramente amam o Brasil.

Os que já imaginavam o Brasil amarrado, amordaçado, empacotado e endereçado ao atrelamento com os escravos do "Paraíso" Soviético ou Chinês, na medida em que vamos saindo

do subdesenvolvimento e alcançamos os níveis de vida a que temos direito com nação soberana, vão aprimorando as suas táticas mas sempre perseguindo o mesmo objetivo, que é o retorno ao passado.

#### ESPIRITO DE BRAVOS

Com sacrifícios de todos, é verdade mas graças ao espírito de renúncia e de bravura das atuais gerações, em 1980 atingiremos a auto-suficiência de insumos básicos tais como, metais não ferrosos, siderurgia, petroquímicos, fertilizantes, defensivos agrícolas, papel e celulose, que exigirão investimentos na ordem de Cr\$ 165 bilhões de cruzeiros em grande parte já aplicados e que nos pouparão divisas na ordem de 22 bilhões de dólares, ou seja o equivalente a todas as nossas divisas externas.

#### CONTRATOS DE LISCO

Querendo perpetuar-nos na pobreza explorando a boa-fé de honrados nacionalistas, tudo fizeram para impedir os contratos com cláusula de risco para a prospeção do Petróleo no Brasil. Velocemente intentaram e ainda tentam esconder que estes contratos sempre foram realizados anteriormente com técnicos americanos, russos, só que não corriam risco algum, pois utilizando capital, pessoal e equipamentos da PETROBRAS, encontrassem ou não o Petróleo, recebiam as quantias ajustadas. Vale repetir, sem nenhuma autoridade moral para pôr em dúvida o patriotismo de quem quer que seja, quanto mais do honrado e patriota Presidente Geisel, tudo vem fazendo para confundir a nossa gente, especialmente, aos mais sensíveis ao patriotismo, que são os nossos jovens estudantes, porque em verdade sabem e sabem muito bem que os contratos de riscos por nós adotados são tão pouco atraentes que somente cinco (5) entre as centenas de Empresas do ramo pretenderam negociar com a PETROBRAS.

O que pretendem, nós que os conhecemos as diabólicas manhas e propósitos, estamos mais que cientes, a pretexto de livrar-nos do "Trust" o que buscam e sempre buscarem é a nossa eterna condição de "pisar riquezas com os pés descalços".

#### QUANTO PIOR MELHOR

Sempre e sempre no esquema do "quanto pior melhor" cabem-nos dizer alto e bom som a verdade, o monopólio estatal do Petróleo continua intocável, pagaremos pelo petróleo que encontrarem e a PETROBRAS fara, como realmente nos convém, a exploração dos poços que forem localizados pelas firmas contratadas, queiram ou não os inimigos do Brasil.

Frustrados na tentativa de Intranquilizar o País com a subversão, com o terrorismo interno, partem para a tentativa de entregar-nos e desmoralizar-nos ante os demais países como apátridas que são, nada mais natural. O grave, doloroso é assistirmos elementos a eles ligados utilizarem o rótulo de oposição legal, nela infiltrados para prosseguirem nesta inglória tarefa de "apunhalar pelas costas" a terra que os alimenta e abriga.

#### O DESESPERO DO MDB

Mas aí estão os frutos, aí estão os resultados, enquanto se desesperam os nossos adversários do MDB que os usam e são mais que usados pelos inimigos de todos nós, ante a derrocada do Brasil que anunciam, mas não chega e não chegará nunca, vai o nosso País crescendo e generosamente patrocinando evangelicamente o crescimento dos nossos vizinhos, como é o caso da Bolívia, do Uruguai e Paraguai. Como exemplo, veja-se o financiamento de 3,5 bilhões de dólares feitos pelo Brasil à Binacional Brasil-Paraguai, que constrói a Usina de Itaipu estimada em 5 bilhões de dólares.

Enquanto insistem os nossos adversários no desânimo, no derrotismo, dentro da política do pragmatismo responsável, numa demonstração cabal de que sabemos conduzir o nosso País ao seu grande destino sem ingerência de quem quer que seja, assinamos com a Alemanha Ocidental o extraordinário acordo para que possamos, para fins pacíficos, utilizar a energia nuclear e desenvolver a nossa própria tecnologia no setor. Dentro desta filosofia de maturidade e determinação na busca de nosso lugar no átrio e nas catédra das grandes decisões internacionais, dentro dos limites da decência no cumprimento dos nossos tratados, vamos estreitando o nosso relacionamento comercial com quantos nos convenham.

#### PRODUÇÃO NACIONAL DE AVIÕES E NAVIOS

Vitórias mais que extraordinárias vimos assinalando na Produção Nacional de Navios e Aviação, vejamos.

Com a criação da EMBRAER, produzimos com grande economia de divisas o que segue:

|                       |              |
|-----------------------|--------------|
| De 1970 à 1974        | 224 aviões   |
| Em 1975               | 279 "        |
| Em (Programados) 1976 | — 413 aviões |

Vale salientar que, em 1975, foram produzidos 78 aviões agrícolas e em 1976, nesta categoria, produziremos 116 aviões.

Além de poupar, estamos obtendo divisas, através das exportações que vimos realizando para o Chile, Uruguai e outros países amigos.

**Marinha Mercante** — Tradicionais exportadores de grandes toneladas, desde o Império assistia a nossa gente a grande sangria sofrida pelo Brasil, com os fretes marítimos.

Com uma legislação portuária absolutamente inadequada e um frota pequena e envelhecida, chegamos a 1964 com um total de 461 embarcações, compreendendo navegação interior, cabotagem e longo curso com capacidade total de 1.424.000 (T.P.B.) Tonelagem de Porte Bruto.

Sem alardes, sem demagogia, adequamos a legislação às necessidades nacionais, aparelhamos os Portos e Estaleiros para chegarmos a 1975 com 748 embarcações e com a capacidade de 4.604.020 toneladas.

Na programação de atendermos todas as nossas necessidades de transporte marítimo e fluvial, temos atualmente em construção navios nos estaleiros brasileiros que nos levarão às capacidades que seguem:

|         |                  |
|---------|------------------|
| Em 1976 | 5.370.000 T.P.B. |
| 1977    | 6.345.000 "      |
| 1978    | 7.412.000 "      |
| 1979    | 9.066.000 "      |
| 1980    | 9.500.000 "      |

Por outro lado, para se ter uma idéia real da importância que alcançamos neste setor, vejamos que o Brasil, em 1976, já detém, conforme o quadro que segue, sozinho, mais capacidade do que a soma de quase todas as Marinhas Mercantes das Américas do Sul e Central, ressaltando-se o mais importante que é a pouca idade de uso dos nossos navios, em relação aos demais países:

#### FROTA MERCANTE DAS AMÉRICAS DO SUL E

CENTRAL — 1975

Somente Navios de Grande Curso

| Idade Média | Países      | N.º de Navios | Cap. Tonelagem |
|-------------|-------------|---------------|----------------|
| 6,7 anos    | Brasil      | 269           | 4.500.000      |
| 17,7 "      | Argentina   | 171           | 1.600.000      |
| 9,7 "       | México      | 62            | 750.000        |
| 10,8 "      | Cuba        | 86            | 590.000        |
| 15,2 "      | Venezuela   | 50            | 600.000        |
| 12,2 "      | Chile       | 50            | 600.000        |
| 10,7 "      | Peru        | 50            | 600.000        |
| 12,8 "      | Colômbia    | 34            | 230.000        |
| 19,0 "      | Uruguai     | 19            | 240.000        |
| 13,6 "      | Equador     | 19            | 210.000        |
| 13,3 "      | Paraguai    | 17            | 19.000         |
| 20,8 "      | Nicarágua   | 5             | 18.000         |
| 20,1 "      | Guatemala   | 5             | 16.000         |
| 18,0 "      | El Salvador | 2             | 6.000          |

Soma da Capacidade dos demais países: 5.479.000 T.P.B.

Capacidade dos navios brasileiros: 4.500.000 T.P.B.

Em 1976 a capacidade dos navios brasileiros será de ..... 5.370.000 T.P.B.

#### EPILOGO

Aos democratas-liberais bem intencionados que, "por julgarem os outros pelo conhecimento que têm de si mesmos", ingenuamente terminam por dar aspectos e foros de seriedade às "campanhas" pelo "estado de direito", de "redemocratização" através da volta ao passado, quando em nome de uma caricatura de democracia e com a libertinagem por ela oficializada e patrocinada, ostensivamente, quase nos tomaram a total liberdade e o direito de construirmos, de edificarmos e irmos aperfeiçoando uma democracia autêntica, sobretudo consentânea com a nossa realidade, a partir da vitória de 31 de março de 1964.

Por outro lado, em apelo à consciência dos nossos adversários, por respeito aos seus filhos, aos contemporâneos, a si mesmos e à história, como se fora uma "chave de ouro" deste desprezioso trabalho, transcrevemos as palavras finais do honrado Presidente Ernesto Geisel, na sua saudação à Comissão Executiva da ARENA, que o visitava em 22-10-75.

Dis. Sua Excelência:

"... só não é livre aquele que quer perturbar a ordem.

Este vai para a cadeia, para o processo, pois o primeiro dever do governo é assegurar um clima que permita o trabalho, porque só pelo trabalho é que podemos progredir.

Liberdades gerais, como há no Brasil, há em poucos países do mundo.

Digo isto com absoluta convicção, e assim pensa também a grande maioria dos brasileiros de todas as regiões.

Duvido que existam países no mundo com a liberdade que se goza aqui. A principal abertura que está faltando, e faltando muito, é a Oposição abrir a janela e olhar para fora, olhar para o mundo, ver como o mundo vive, ver o que há de terrorismo, o que há de assassinatos, o que há de crimes, o que há de perturbações pelo mundo afora.

Os brasileiros não sofrem disto.

Por que não olham e não vão ver o desemprego que existe nos países mais desenvolvidos? Por que não vão ver o problema dos países que permanentemente estão paralisados por greves? Por que não vão olhar o que está acontecendo nos países comunistas? Por que não abrem as janelas?

Quem se enclausura num quarto e começa a divagar é apenas um teórico, não pode ser um realista, não pode querer conduzir um povo adulto debaixo de idéias geradas num ambiente em que se fecham de propósito. É preciso arejar, é preciso que a Oposição abra a janela e olhe para o mundo tal como ele é.

Não precisamos de mistificações.

Podemos ser sinceros em nossos propósitos, de dizer a verdade, porque a nossa verdade é boa.

Acredito que, com esta verdade, vamos manter a adesão do povo ao Partido e ao Governo, e dessa forma assegurar o bem-estar da coletividade nacional."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

## ATA DA COMISSÃO

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1978

As 10 horas do dia vinte e oito de março de mil novecentos e setenta e oito, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a Presidência do Senador Daniel Krieger, presentes os Srs. Senadores Helvídio Nunes, Wilson Gonçalves, Heitor Dias, Itálvio Coelho, Dirceu Cardoso, Otto Lehmann, Leite Chaves, Orestes Quêrcia, José Sarney e Cunha Lima, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos da Comissão; dispensada a leitura da ata da reunião anterior é, em seguida, dada como aprovada.

Com a palavra o Sr. Senador Helvídio Nunes relata a Mensagem nº 64, de 1978, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Doutor Harry Amorim Costa, para exercer o cargo de Governador do Estado do Mato Grosso do Sul. De acordo com o Regimento Interno o Sr. Presidente declara que a reunião é secreta.

Tornada pública é encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1978

As dez horas do dia vinte e nove de março de mil novecentos e setenta e oito, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a Presidência do Sr. Senador Daniel Krieger, presentes os Srs. Senadores Leite Chaves, Orestes Quêrcia, Helvídio Nunes, Wilson Gonçalves, Cunha Lima, Itálvio Coelho, Otto Lehmann, Heitor Dias, Dirceu Cardoso, José Sarney e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos da Comissão. Dispensada a leitura da ata da reunião anterior é, em seguida, dada como aprovada.

São relatadas as seguintes proposições constantes da pauta:

- 1) Projeto de Resolução da Comissão de Economia à Mensagem nº 41, de 1978, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 100.000.000,00. Relator: Senador Itálvio Coelho. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.
- 2) Projeto de Resolução da Comissão de Economia à Mensagem nº 43, de 1978, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 13.785.824,00. Relator: Senador Otto Lehmann. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.
- 3) Projeto de Resolução da Comissão de Economia à Mensagem nº 42/78, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste (SP) a elevar em Cr\$ 4.156.408,81 o montante de sua dívida consolidada. Relator: Senador Otto Lehmann. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.
- 4) Projeto de Resolução da Comissão de Economia à Mensagem nº 38, de 1978, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Fátima do Sul (MT) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 18.000.000,00. Relator: Senador Wilson Gonçalves. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.
- 5) Projeto de Lei do Senado nº 34/76 — Submete as empresas em que haja participação de capital estrangeiro à fiscalização do Banco Central do Brasil, e dá outras providências. Relator: Senador Itálvio Coelho. Parecer: inconstitucional. Concedida vista ao Senador Orestes Quêrcia.
- 6) Projeto de Lei do Senado nº 236/76 (Emenda nº 1-Plenário) — Concede ao piloto privado o direito de contribuir, como autônomo, para a Previdência Social. Relator: Senador Otto Lehmann. Concedida vista ao Senador Leite Chaves.
- 7) Projeto de Lei do Senado nº 284/77 — Dispõe sobre instalação de serviço de reprografia nas bibliotecas e arquivos da Administração Federal. Relator: Senador Cunha Lima. Parecer: inconstitucional. Aprovado.
- 8) Projeto de Lei da Câmara nº 111/76 — Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, que "autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia", e dá outras providências. Relator: Senador Otto Lehmann. Parecer: constitucional e jurídico o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura. Aprovado.
- 9) Projeto de Lei do Senado nº 285/77 — Torna privativo de empresas nacionais a prestação de serviços de auditoria no Território Nacional. Relator: Senador Otto Lehmann. Parecer: injurídico. Aprovado.
- 10) Projeto de Lei do Senado nº 267/77 — Assegura bolsa de estudo aos componentes de equipes esportivas, nas condições que estabelece, e dá outras providências. Relator: Senador Cunha Lima. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.
- 11) Projeto de Lei do Senado nº 226/77 — Erige em monumento nacional o conjunto arquitetônico, imóveis e logradouros que especifica na localidade de Conservatória, Distrito do Município de Valença, Estado do Rio de Janeiro. Relator: Senador Cunha Lima. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.
- 12) Projeto de Lei do Senado nº 192/77 — Visa a amparar a cultura artística popular através as bandas de música, e dá outras providências. Relator: Senador Heitor Dias. Parecer: constitucional e jurídico, com emenda de redação. Devolvido pelo Senador Orestes Quêrcia, a quem fora dada vista. Aprovado o parecer.
- 13) Projeto de Lei do Senado nº 20/78 — Institui o "Dia do conferente de carga e descarga dos portos nacionais". Relator: Senador Cunha Lima. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.
- 14) Projeto de Lei do Senado nº 03/78 — Dispõe sobre doação, à União, pelo Distrito Federal, de bens móveis colocados à disposição da Presidência da República em 17 de novembro de 1967. Relator: Senador Wilson Gonçalves. Parecer: cons-

titucional e jurídico. Aprovado. 15) Projeto de Resolução da Comissão de Economia, que "altera o art. 1º da Resolução nº 125, de 1977", do Senado Federal. Relator: Senador Itálvio Coelho. Parecer: favorável. Aprovado. 16) Projeto de Resolução da Comissão de Economia à Mensagem nº 56, de 1978, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Mu-

nicipal de Amambai (MT) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 20.100.000,00. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ga maior benefício, porque, se o fundamento do Professor Almir de Oliveira é precisamente esse, de que a matéria é descurada, pois que haja uma atitude, pois que haja uma ação, pois que haja uma correção administrativa no campo universitário, para que a disciplina seja realmente ministrada, mas, não aprovar com a nossa responsabilidade a modificação, a ruptura do currículo mínimo do Curso de Direito. É querer, com uma certa dose de leveza, tratar de um problema de muita seriedade.

Porque, os currículos...

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Não apoiado!**

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Aceito o não apoiado, porque, evidentemente não pretendo que o meu argumento convença V. Ex<sup>a</sup>, mas, que pelo menos a minha posição seja caracterizada no Plenário da Casa, porque, bem ou mal eu passei por um Ministério, e dentro desse Ministério foi durante o meu período, durante a minha gestão, que os currículos de Direito foram modificados, exatamente para introduzir matéria como essa, imagine-se, por exemplo, Direito Agrário, que não era estudado no País. Enquanto isso, o Direito Internacional Público, o Direito Internacional Privado eram obrigatórios. E a grande queixa contra os professores que nos propuseram esse currículo mínimo foi precisamente esta, a de que se abandonava o estudo do Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado em favor de Direito Agrário, por exemplo, quando sabemos hoje que os jovens bacharéis que saem neste País pelas diversas faculdades e universidades têm muito mais oportunidade de atuarem no campo do Direito Agrário do que no campo do Direito Internacional Privado.**

É esta a nossa posição, Sr. Presidente. Não direi que seja uma posição técnica, mas evidentemente ela não é uma posição por trás da qual exista apenas o interesse político de querer criar a impressão do que o Partido do Governo é contrário ao estudo de Direitos Fundamentais do homem (Muito bem! Palmas!)

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.**

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha.**

**O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

O Senado da República vive nesta tarde uma hora da verdade. Há que haver, nesta sessão, um teste de sinceridade. Afinal de contas é preciso mais uma vez que se diga que a Oposição brasileira, consciente do pensamento que empolga hoje toda a humanidade, achou que era chegada a hora de tornar formal um movimento intelectual que transcende partidos políticos e que se transformou na verdadeira filosofia do século. Ultrapassamos a fase em que a palavra mágica era desenvolvimento. Foi preciso que o Sumo Pontífice da Igreja Católica viesse acudir os tecnocratas, embrulhados na definição do que seria desenvolvimento, dizendo que desenvolvimento era o nome da paz, para que voltassem aqueles poetas do passado, aqueles economicistas que só vêem o material, a considerar que desenvolvimento tem que ter por fulcro o humanismo. Essa onda que começa a empolgar o mundo e que hoje é a grande bandeira ocidental, é a resposta a tudo aquilo que até a ficção científica nos alerta na proximidade do ano de 1980, naquela obra de Orwell, de que, se não despertarmos de que desenvolvimento tem que ser dirigido ao ser humano, que desenvolvimento é paz, portanto é vigor da natureza humana, poderemos perecer. Foi preciso, Sr. Presidente, que até a ficção científica nos advertisse que poderíamos passar a ser, subitamente, apenas algarismos na organização dos governos fortes. É evidente, Sr. Presidente, que enquanto a humanidade acordada começa a reconhecer a prioridade dos seus direitos, aqueles governos que continuam a insistir no atestado de óbito do liberalismo, procurem as explicações mais primárias para que o homem se desvie

da sua escalada atávica em busca do seu aperfeiçoamento anímico. É exatamente por isso, por essa percepção de futuro que só os que convivem com o povo têm a qualificação de perceber, que o MDB trouxe esse projeto que não é nenhuma novidade no mundo universitário internacional.

Por que, então, Sr. Presidente, votar contra esse projeto de direitos humanos, se é a própria humanidade, se são os próprios governos, se são os jovens, se são os filósofos, se são, até os escritores de ficção que acham que, definitivamente, chegamos ao século da valorização humana? Por que, então, Sr. Presidente, — repito — votar contra esse projeto? Será que, subitamente, direitos humanos passou a ser palavrão? Ou será que naquela parafernália que estamos acostumados a assistir, neste País, há também uma rebelião semântica, de modo que as palavras se deformem no seu sentido básico? Afinal de contas, este é o País onde oposição e contestação são coisas diferentes, quando todos os dicionários da nossa língua dizem que são coisas, absolutamente, iguais. Será, então, que é uma nova deformidade semântica que quer se dar a direitos humanos? Falemos mais claro. Será que chegamos ao ponto de acreditar que falar em direitos humanos é falar em subversão?

Evidente, Sr. Presidente, que como dizia o poeta Luiz Vaz de Camões, "mais abaixo o veneno vem coberto".

O que há, Sr. Presidente, é uma luta contra a natureza de parte do Governo e do seu Partido, uma defasagem no tempo, uns antolhos que não deixam que se veja o futuro, não só desta Pátria, mas o futuro da humanidade. É a mesquinha do agrado fácil, porque outro argumento não foi apresentado, nesta Casa, senão o tolo argumento aritmético, digo mais, o tolo argumento aritmético, aliás, o mesmo argumento que serviu para afastar a Oposição brasileira dos órgãos de comunicação.

Mas esse argumento singelo, simplório, não encerra uma discussão. A Nação, hoje, assiste a hora da verdade. Na medida em que o Partido do Governo votar contra este projeto, está se comprometendo, irremediavelmente, recusando a caminhada pela senda do progresso, com humanismo, que os verdadeiros brasileiros hão de fazer na nossa Pátria. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.**

**O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

Escutei a argumentação do nobre Senador Jarbas Passarinho. No meu entender, o Senador Gilvan Rocha a destruiu, dizendo que apenas um simples cálculo aritmético impedia S. Ex<sup>a</sup> de compreender porque não se deveria dar a cadeira autônoma de Direitos Humanos Fundamentais.

Sr. Presidente, recorde-me de que, se assim fosse no passado, quando, por exemplo, o meu pai estudou Engenharia sem mecânica dos solos, sem grandes estruturas, não houvesse a dinâmica do ensino, nós, engenheiros de hoje, talvez estivéssemos ainda examinando os currículos do passado, buscando questões de horas e de aritmética para nos adaptarmos ao tempo moderno que exige ensino mais moderno, por exemplo, no campo da Engenharia, S. Ex<sup>a</sup> também lembrou, e o deveria ter feito com mais ênfase e com mais tristeza, que a Nação, durante 14 anos, assistiu engavetada no Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases que tanto ela reclamava. Talvez tenha acontecido, àquela época, o que acontece muitas vezes neste Senado Federal, quando nós deixamos de cumprir as nossas obrigações e este Plenário permanece vazio, ou com dois, três até, no máximo, dez Senadores. Talvez, àquela época, a Lei de Diretrizes e Bases que tanto a Nação reclamava, tenha ficado adormecida, porque nós não tenhamos cumprido com as nossas obrigações.

Sr. Presidente, recebo, da Câmara Municipal de Cruzeiro, um aplauso por esta iniciativa. O Senador Gilvan Rocha também o disse-

ram, bem os Srs. Senadores Dirceu Cardoso e Leite Chaves: isto não é novidade no mundo!

No mundo ocidental, a França (que o inaugurou), a Áustria, a Bélgica, a Finlândia, a Grécia, a Irlanda, a Itália, a Noruega, a Holanda, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Suécia, a Suíça, a Turquia, Malta, o Canadá, os Estados Unidos e Porto Rico têm, em diversas Faculdades de Direito e de Ciências Políticas, o ensino de Direitos Humanos Fundamentais.

No Brasil, numa cidade do interior, em Juiz de Fora, a Universidade Federal, já o tem, mas não em caráter obrigatório.

O ensino, Sr. Presidente, Srs. Senadores, principiou na França em 1948 — chamo a atenção para a data — sob a denominação de "Libertés Publiques".

Vamos lembrar, também, Sr. Presidente, a recomendação feita pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em sua 27ª Sessão, para que se desenvolvesse uma disciplina autônoma de Direitos Humanos em todos os países.

Tudo isto mostra como é relevante o problema em nosso tempo e como tem ele preocupado os grandes responsáveis pelos destinos da Humanidade.

O projeto, Sr. Presidente, não é de ordem política. S. Exª, o ex-Ministro da Educação, lembrou que, neste projeto, o Ministério da Educação e Cultura, através do Conselho Federal de Educação, não foi ouvido. E perguntamos nós: por que a Comissão técnica do Senado — a Comissão de Educação — não fez, então, esta consulta ao Ministério da Educação e Cultura, se assim entendia o nobre Senador Jarbas Passarinho? Ou será que as comissões técnicas do Senado não têm autonomia ou não têm conhecimento de estudarem quaisquer matérias por nós apresentadas? Ou será que sempre teremos que recorrer ao Executivo para opinar nas matérias dos legisladores? Se assim fosse, estaríamos, cada vez mais, diminuindo o poder do Legislativo.

Lamentavelmente, se a argumentação se baseia no número de horas, numa Faculdade de Direito, para se dar o ensino de Direitos Humanos Fundamentais é triste que o Conselho Federal de Educação não saiba fazer contas de aritméticas para alterar, na dinâmica que o tempo moderno exige, esse currículo, para a adoção da matéria Direitos Humanos Fundamentais.

Recordo, mais uma vez, o meu caso, quando, na minha Faculdade de Engenharia, fomos obrigados a tirar dois cursos, o de Engenharia Civil e o de Eletrotécnica. Hoje, a dinâmica já exige a separação desses dois cursos.

A dinâmica do ensino conduz a essas modificações. Não podemos ficar parados no tempo e no espaço, a espera de que, só quando o Conselho Federal de Educação acordar, poderemos adotar outras cadeiras em outros cursos.

Para encerrar — já que por estar um pouco afônico tenho dificuldade de falar — gostaria apenas de chamar a atenção da nobre Bancada da Maioria para um aspecto do projeto que não envolve nenhum problema de ordem política. Defendemos os Direitos Humanos, como também acreditamos que a Bancada da ARENA o faça:

Assim sendo, o presente projeto tem, no particular, uma função supletiva, na busca de solução que garanta à juventude estudiosa do Brasil, meios de acesso a uma formação que lhe reforçará a confiança nos destinos da humanidade, contribuindo, ainda, para uma compreensão maior e mais clara dos problemas políticos da nossa época e reforçando as esperanças em uma pátria sempre digna, justa e identificada com os princípios intangíveis do cristianismo.

Este, Sr. Presidente, o objetivo que nos levou a apresentar ao Senado Federal a adoção, em caráter obrigatório, da Cadeira de Direitos Humanos Fundamentais. (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU DISCURSO.*

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO

Estado de São Paulo

Ofício nº 289/78

Cruzeiro, 26 de abril de 1978.

Ao  
Exmº Senhor  
Senador Itamar Franco  
Brasília — DF

Prezado Senhor:

Tenho a grata satisfação de encaminhar a V. Exª, cópia do Requerimento protocolado nº 618/78, de autoria do nobre Vereador Dr. Paulo Roberto de Carvalho Scamilla, aprovado na Sessão Ordinária realizada dia 25 do corrente, solicitando a inserção em Ata de um Voto de Aplauso a sua digna pessoa, pela louvável iniciativa de projeto de lei, autorizando a inclusão no currículo das Faculdades de Direito da cadeira de "Direitos Humanos".

Com meus sinceros cumprimentos apresentado a V. Exª, meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente. — Dr. José Augusto Rocha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria, Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES. Líder da Maioria, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vozes oposicionistas, nesta Casa, e declarações na imprensa têm procurado, obviamente de maneira distorcida, situar a posição da ARENA diante do projeto do Senador Itamar Franco. Chegou-se mesmo — ignoro, no momento, o nome do autor dessa entrevista — a fazer um apelo à Bancada Majoritária para comparecer, votar e trabalhar e, conseqüentemente, cumprir o seu dever.

A respeito dessas afirmativas maliciosas e injustas, desejo, rapidamente, porque o tempo não permitiria me alongar, aduzir algumas considerações e argumentos. Se se acusa a ARENA de não estar cumprindo o seu dever, isto é, de não estar trabalhando, quando abandona o plenário para não votar uma matéria — e no entender de S. Exªs está ocorrendo a prática da ociosidade — esse argumento é contrário ao próprio MDB que, muitas vezes, abandona o plenário.

Tanto a atitude da ARENA como a do MDB são perfeitamente legais; os dois Partidos se encontram numa atitude perfeitamente legítima. É o mecanismo de todos os Parlamentos negar-se ou dar-se *quorum*. De modo que a lição de trabalho que a nobre Oposição pretende nos ministrar não estaria nunca à altura de uma universidade, mas, tão-somente, nos limites e na dimensão de um MOBIL que não aceitamos.

Sr. Presidente, o Sr. Senador Itamar Franco, com o seu projeto, deseja tornar obrigatório o ensino da disciplina de Direitos Humanos em nossos cursos jurídicos. O ensino dessa importante matéria, pela própria essência e natureza dos cursos jurídicos, sempre existiu, e a oportunidade, ou melhor, a obrigatoriedade que tem o professor de ensinar Direitos Humanos se verifica em todas as disciplinas, principalmente no campo de Ciências Sociais e Ciências Humanas.

O Conselho Federal de Educação estabeleceu um currículo mínimo e um opcional. O currículo mínimo é de 1.700 horas e o opcional de 1.000 horas. E, Sr. Presidente, no currículo mínimo, que quer dizer matérias, disciplinas obrigatórias, constam: Direito Constitucional — onde se estampa a plenitude dos direitos humanos, principalmente, através da Teoria Geral do Estado, intimamente vinculado ao Direito Constitucional. (Muito bem!)

Então, está, no Direito Constitucional, o ensino obrigatório de Direitos Humanos.

Também o Direito Penal, Sr. Presidente, está no currículo mínimo, no currículo obrigatório. O Direito Penal exige um dos mecanismos mais sensíveis da prática, do reconhecimento e da consagração dos Direitos Humanos que é o contraditório, que é a reserva legal. Ali, então, se ensina Direitos Humanos.

A Sociologia e a Economia figuram no currículo obrigatório, isto é, no currículo mínimo de 1.700 horas. Por que, então, Sr. Presidente, se já é obrigatório o ensino de Direitos Humanos em todas essas disciplinas, vem o MDB e insiste na criação de uma Cadeira específica e obrigatória de Direitos Humanos? Por quê? Isto vai, Sr. Presidente, prejudicar o aluno; esta adição vai prejudicar o aluno em dois setores: aumentando o currículo mínimo, aumenta a carga-horária que o aluno tem que enfrentar.

E, por via de consequência, num curso de Direito, ao revés de formar-se com quatro anos, ele vai ter que extrapolar esse prazo para concluir o seu Curso de Direito. E não é só isso: vai agravar a situação financeira do estudante, que terá obrigatoriamente que pagar pelo magistério, pelo ensino de uma nova disciplina, absolutamente desnecessária, como disse, porque, no Curso de Direito, pelo currículo mínimo que se estabeleceu, já é obrigatório o ensino de Direitos Humanos.

Então, o que deseja o Movimento Democrático Brasileiro, pela iniciativa de um brilhante engenheiro? É, tendo em vista, a palpante sensibilidade da hora atual, criar matéria-prima para a construção dos seus objetivos de exacerbar a opinião pública, procurar caracterizar que a ARENA, estando contra o projeto, está contra os Direitos Humanos.

Sr. Presidente, é lamentável que isto ocorra, não da parte da interpretação do eminente Senador Itamar Franco, que não tem grandes compromissos com o Curso de Direito, mas é profundamente lamentável que esta opinião, esta exploração, que tem caráter nitidamente político, parta de homens do MDB que, com a sua inteligência, e com os seus talentos, fecundam as cátedras das nossas Universidades.

O que deseja, portanto, o MDB é fazer uma mera exploração política, esquecido de que, com essa insistência, com esse projeto, vai retardar, com relação ao aluno do curso de Direito, a conquista da colina iluminada do seu ideal e do seu diploma. E, mais ainda, encarecer, tornar um gravame maior para a nossa sociedade, cujo poder aquisitivo ainda não pode suportar novos ônus.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella.** Fazendo soar a campainha.) — Peço a V. Ex<sup>a</sup> que termine o seu discurso, pois o seu tempo está findo.

**O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES)** — Trata-se portanto, Sr. Presidente, em primeiro lugar, do afastamento da ARENA do plenário, na oportunidade da votação desse projeto, que se verifica, porque não temos número para rejeitá-lo. Rejeição necessária que vai ao encontro do interesse do aluno do curso de Direito; em segundo lugar: não aceitamos, de maneira alguma, lições a respeito dos nossos deveres para com os trabalhos e as atividades desta Casa. O que o MDB, por inteiro, agora, pela iniciativa do ilustre Engenheiro, deseja, é procurar, pela distorção, criar uma interpretação errônea do comportamento da Bancada Majoritária. Mas, dentro de pouco tempo, a ARENA, que naturalmente está envolvida ainda nas implicações de um processo sucessório nos Estados e cujos representantes, nesta Casa, não puderam vir por inteiro participar dos trabalhos das nossas sessões, irá votar contra este projeto, projeto absolutamente desnecessário porque redundante e contrário aos interesses do alunado brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ)** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah, para encaminhar a votação.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, os nobres Senadores Eurico Rezende e

Jarbas Passarinho, brilhantes figuras da ARENA, não trouxeram nenhum argumento que me convencesse a votar contra o projeto do nobre Senador Itamar Franco, que cria a cadeira de Direitos Humanos Fundamentais.

As duas orações dos nobres Senadores se resumem a termos aritméticos. O argumento mais forte, do Senador Eurico Rezende, é a preocupação do custo da nova cadeira: ele se refere a faculdades particulares. Materialmente, não às do Governo. Ele está preocupado com o custo pago pelo estudante e não com o pago pela faculdade. Este custo será, naturalmente, maior. Qualquer que seja a explicação, Sr. Presidente, tudo se resume a cálculos aritméticos. Mas este custo pode desaparecer. A carga horária do Direito Constitucional ou de qualquer outra disciplina pode ser modificada, pode haver uma redução dessa carga, com a introdução desta Cadeira, subtraindo outra cadeira. Por exemplo, a Cadeira de Prática Forense, não pode sofrer uma redução, com a inclusão da Cadeira de Direitos Humanos Fundamentais? A Cadeira de Educação Física não pode sofrer uma redução?

Sr. Presidente, não posso me convencer com esses argumentos, porque S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Jarbas Passarinho, ex-Ministro da Educação, está agarrado ao currículo, cuja carga horária é de 2.700 horas. Ele não admite uma mudança, não admite um remanejamento.

Leccionei Química até o dia em que fui eleito Deputado Federal para a Constituinte de 1946. Quando perdi a eleição, em 1966, para o Senado da República, ao deixar a Câmara, no dia seguinte, estava dando aula. Abandonei a minha carreira no Congresso e fui para o magistério. Quando examinei a Química, quantas novidades, encontrei, quantas descobertas, quantos novos corpos químicos que revolucionaram o mundo! Inclusive, a descoberta do méson, por um brasileiro, feita em 1947, ou 1948, e tanta coisa mais. Tantas coisas que surgiram nesses últimos tempos e que preocupam o homem de hoje e do futuro, tais as suas implicações e as suas consequências, entre as quais o material físsel.

Mas, Sr. Presidente, esta questão de dizer que não pode mudar, é uma opinião do ex-Ministro. Mas o ex-Ministro não ouviu aquele Conselho, não ouviu aqueles outros professores que opinaram na organização desse currículo para este Projeto. O Senado da República se cinge apenas a um parecer.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Homologuei o parecer do Conselho.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Eu sei, mas me refiro agora, para a criação dessa Cadeira, o Conselho foi ouvido? Os professores foram ouvidos? Nada disso, Sr. Presidente. Vamos nos cingir a um parecer contrário do Relator da matéria que é também da nobre representação da ARENA.

Vou votar a favor desse projeto, porque, inclusive, o Senador Heitor Dias, num dos seus discursos, há várias semanas disse: "se ao menos o autor do projeto propusesse uma Cadeira optativa..."

**O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA)** — Eu não disse isso.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Eu ouvi, V. Ex<sup>a</sup> disse no seu discurso. A minha memória, graças a Deus, ainda funciona bem. Mas ele não propôs isso, nem propuseram uma acomodação, nem ouviram os professores, nem o Conselho. É apenas o desejo da ARENA. Primeiro foi uma retirada, uma fuga, agora vem aqui para esmagar este projeto, como para esmagar outros projetos de interesse dos trabalhadores, dos funcionários e várias outras classes.

Sr. Presidente, aqui, só não fomos acusados de subversivos — embora haja chegado ao limiar da acusação — mas o MDB está em boa companhia: está em companhia das Nações Unidas e de muitas nações de alta cultura, como o Canadá, a Bélgica, a Holanda. — E se quiserem também a companhia de um país em vias de desenvolvimento, temos Porto Rico; portanto, estamos em boa companhia.

Nossa intenção não é fazer política, mas servir, colocando-nos diante de um mundo em mudança, que está a exigir novos métodos, novas disciplinas e novos trabalhos, porque o homem de hoje, como o do futuro, precisa viver a realidade do Brasil e do mundo. É isto

que o MDB está fazendo: vivendo, com os pés no chão, a realidade que está a exigir mudanças — e a criação da Cadeira de Direitos Humanos Fundamentais, não deveria jamais ser rejeitada por uma Bancada que a cada momento fala no desenvolvimento.

Nós queremos isso; o desenvolvimento da cultura e a prática de uma disciplina que pode melhorar, de maneira substancial, a cultura do nosso estudante, a cultura que o Brasil precisa para se situar no mundo de hoje. (Muito bem!)

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Antes de continuarmos no encaminhamento de votação, concedo a palavra, para explicação pessoal, ao Senador Jarbas Passarinho, de vez que terminantemente proibi o aparte do nobre Senador, e o faço, nos termos do Art. 16, inciso V, letra "a":

"em qualquer fase da sessão, para esclarecimento de fato em que haja sido nominalmente citado na ocasião, em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de 2 (dois) oradores durante a sessão."

S. Ex<sup>a</sup> quis, evidentemente, esclarecer um fato objeto de explicação do nobre orador que se encontrava na tribuna e o Presidente interveio para dizer que tal não era possível, razão pela qual concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nos termos do dispositivo regimental citado.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se poderia V. Ex<sup>a</sup> anuir com a solicitação que, através de mim, faz o nobre Senador Hugo Ramos que pretendia falar antes da minha explicação pessoal, dizendo S. Ex<sup>a</sup> que o assunto a mim se refere também.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Evidente que não há nenhum prejuízo e me sinto muito à vontade para conceder a palavra ao nobre Senador Hugo Ramos.

**O SR. HUGO RAMOS (MDB — RJ)** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de agradecer a V. Ex<sup>a</sup> e, mais ainda, ao nobre Senador Jarbas Passarinho pelo gesto delicado que teve para comigo.

Vou abordar a matéria, Sr. Presidente, inteiramente diverso de todos quanto aqui já se pronunciaram sobre o assunto.

Venho de uma família política e conhecida; sou o quinto membro desta família que tenho a honra de figurar no Senado da República e, todos nós, temos uma tendência conciliadora; nós temos a alma pessedista e é com essa alma pessedista que venho à tribuna para verificar que esse radicalismo, entre as duas correntes possa, talvez, encontrar uma solução feliz.

Nós estamos discutindo o projeto, em primeiro turno. Há possibilidade, portanto, de discutir a matéria em dois turnos. S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Senador Jarbas Passarinho, referiu-se a Caio Tácito, de quem tive a honra de ser companheiro de banco escolar. Caio Tácito Sá Vianna Pereira de Vasconcelos é todo o seu nome. José Carlos Barbosa Moreira também influente processualista citado pelo eminente ex-Ministro da Educação e extraordinário representante da ARENA, neste Plenário.

Se nós pudéssemos anuir, no sentido de aprovar, em primeiro turno, este projeto, para que ele retorne à Comissão de Justiça e, na Comissão de Justiça, serem chamados tais vultos da educação nacional, para colaborar com o Senado, já que ninguém é contra, essencialmente, a matéria, mas as dificuldades que são, apenas, concernentes ao problema do horário, do estrangulamento, da impossibilidade de se decidir a matéria em favor da adoção, definitiva, dos direitos fundamentais do homem, tenho a impressão, Sr. Presidente que isto seria um gesto nobre da Maioria, aquiescendo a um apelo que, humildemente faço, desta tribuna. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho,

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A minha solicitação, embora amparada claramente no Regimento, é menos em meu favor e mais em homenagem ao nobre Senador Benjamim Farah, a quem nunca, nesta Casa, eu consegui ver, numa só vez, portanto nunca, tentando atingir deliberadamente a um companheiro, nunca. Por isso é em homenagem a S. Ex<sup>a</sup> que eu dou a explicação.

Eu tinha acabado de mostrar, em primeiro lugar, que não era contra o projeto — disse clarissimamente isto. E se o projeto viesse, por exemplo, em termos de disciplina opcional, onde se situa o Direito Internacional Público, o Direito Internacional Privado e o Direito Agrário, eu estaria de acordo, mas fui mal interpretado.

Em segundo lugar, mostrei que os cursos jurídicos estiveram com o seu currículo praticamente congelado quase duas dezenas de anos, e graças a esses homens, que o Sr. Senador Hugo Ramos que acaba de citar os seus nomes, um dos quais, hoje, é Ministro do Supremo Tribunal, graças a professores notáveis, emérito, dos cursos jurídicos no Brasil, nós mudamos o Curso.

Há, na Bancada da Oposição, Professores de Direito Constitucional, e eu duvido que esses Professores não tratem de direitos humanos, direitos fundamentais do homem, quando lecionam aos seus alunos.

Eu mostrava então que não havia um prejuízo total na hora em que se rejeitasse a matéria, para que ela fosse mais bem elaborada, sem nenhum desdouro ao engenheiro — porque não é desdouro nenhum que o Engenheiro tenha tomado essa iniciativa, ainda mais louvado num mestre, também de boa reputação, da Universidade de Juiz de Fora.

O que me atingiu mais foi o fato de o nobre Senador Benjamim Farah declarar que, enquanto eu dizia isso, eu fizera um novo currículo, sem ouvir o Conselho. Isso não. Eu homologuei a decisão do Conselho — foi isso que entendi.

**O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ)** — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> ouviu o Conselho para isso.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Para isso o quê?

**O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ)** — Para esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** Fazendo soar a campainha.) — Peço ao nobre Senador Benjamim Farah que não dialogue com o orador.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Bem, mas quem ouviu o Conselho não fui eu e inclusive, naquele tempo, eu não era Ministro.

Como há uma retificação a fazer e o nobre Senador Benjamim Farah foi mal interpretado por mim, parte da minha explicação estaria prejudicada, pois S. Ex<sup>a</sup> não disse o que eu pretendia ter ouvido. Mas ficaria claro que eu homologuei uma decisão, e acho que a solução apresentada pelo nobre Senador Hugo Ramos, não apenas com o que ele classifica de pessedismo, mas também com o que S. Ex<sup>a</sup> classifica como de espírito conciliador, de minha parte penso que é extremamente interessante. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Accioly Filho (ARENA — PR)** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Accioly Filho.

**O SR. ACCIOLY FILHO (ARENA — PR)** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O meu voto, a respeito da matéria que está em debate, resulta de uma profunda convicção pessoal e do maior respeito que tenho aos direitos humanos.

Conselho Penitenciário — criação brasileira — e a judiciária, conferindo a esta o julgamento e àquela a instrução e a crítica dos pedidos, bem como a vigilância."

O quadro desse órgão, segundo foi observado no referido Decreto que o instituiu, é preenchido por sete Conselheiros: um Procurador da República, um membro do Ministério Público local e mais cinco membros de livre nomeação do Senhor Presidente da República, no Distrito Federal e no então Território do Acre. Na escolha desses cinco membros, observou-se o seguinte critério: três professores de Direito ou juristas em atividade forense e dois professores de Medicina ou clínicos profissionais.

Daquela época até hoje, o Conselho Penitenciário sofreu alterações substanciais, adaptando-se à legislação específica.

Atualmente se constitui ele, no âmbito federal, em um órgão consultivo e deliberativo do Ministério da Justiça, com a regulamentação dada pelo Decreto nº 64.416, de 28 de abril de 1969, que dispôs sobre a Organização do Ministério da Justiça.

Compete-lhe velar pelo sistema penitenciário nacional, estatuir as regras básicas para o adequado cumprimento das penas, objetivando a recuperação do sentenciado sob todos os aspectos, opinar nos processos de graça, indulto e comutação de pena pela Justiça Federal e do Distrito Federal e, também, emitir pareceres em matéria ligada à técnica penitenciária, sempre que solicitado pelo Ministro da Justiça.

No âmbito estadual é ele um órgão ligado diretamente ao Poder Judiciário, na qualidade de auxiliar, ou então integrante das Secretarias da Justiça, dependendo da legislação local.

Suas funções também diferem de um Estado para o outro, mas sua composição é sempre igual, quer no âmbito federal, quer no estadual, mantido que foi o critério do Decreto nº 16.665, de 1924.

*Criado aos vinte três dias de maio do ano de mil novecentos e vinte e oito, o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo teve como seu primeiro Presidente o saudoso Cândido Motta.*

Os demais Conselheiros integrantes desse histórico primeiro Conselho foram homens que, pelo seu vulto e reconhecido valor, dispensam maiores apresentações: Flaminio Fávero, professor emérito de Medicina Legal; José de Alcântara Machado de Oliveira, juristas: mais os insignes Antônio Carlos Pacheco e Silva, Francisco Glycério de Freitas, Fernando Maximiliano, Accacio Nogueira, Leite Bastos e Francisco Pontes de Rezende.

Aberta a primeira sessão, naquele inesquecível 23 de maio, sete petições de sentenciados foram distribuídas entre os Conselheiros, sendo designada desde logo a próxima sessão para o dia 26 do mesmo mês.

Nestes cinquenta anos de existência, o Conselho contou, em seus quadros, com a nata da inteligência paulista — e por que não dizer, nacional — numa demonstração inequívoca de grandeza.

Enumerá-los seria difícil, sem embargo de estarem inscritos para sempre na memória paulista e em nossa História. Apenas acrescentarei aos nomes já mencionados dos integrantes do primeiro Conselho, alguns dos que já não vivem: Noé Azevedo, Soares de Melo, Jorge Americano, Almeida Júnior, Mário Moura Albuquerque, Boaventura Nogueira da Silva, Benedito Siqueira Ferreira.

Hoje, completando seu cinquentenário, o Conselho Penitenciário Paulista mais e mais demonstra seu valor, sua inestimável importância, porque está voltado para defesa do bem mais caro a qualquer homem: a liberdade.

Dentre os títulos e honrarias que marcam minha modesta vida, guardo, com carinho todo especial, o título de Conselheiro do egrégio Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo.

Não podia, destarte, deixar de saudá-lo, aqui e agora, desejando, ardentemente, que passadas mais cinco décadas, quando então será ele centenário, as gerações vindouras sintam e saibam, como sabemos e sentimos, a relevância de suas funções, e a abnegação de seus membros e o imensurável valor de suas obras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

→ O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Encontra-se em fase de apreciação final o Projeto de Lei do Senado nº 97/77, de minha autoria, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol. A referida proposição já foi apreciada pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Educação, tendo obtido parecer favorável em todas elas.

Na verdade, Sr. Presidente, a crise financeira que se abate sobre os clubes brasileiros de futebol deixou, de há muito, de ser um fenômeno cíclico para ser uma realidade de todos os dias. Raros são os clubes que conseguem apresentar superávit nos seus balanços anuais, seja por uma política inflacionária de salários, gastos na assistência ao esporte amador, elevadas taxas por utilização dos estádios pertencentes aos governos estaduais, fórmulas desastrosas de realização dos campeonatos e competições, além de outros fatores.

Por outro lado, deixam os clubes profissionais de futebol de carrear para seus cofres significativas receitas em face de lhes ser vedada a propaganda nos uniformes de seus atletas profissionais.

Como afirmou o ilustre Senador Otair Becker, digno relator da matéria na Comissão de Economia, não foi sem razão que dirigentes de alguma dos principais clubes de futebol do Rio e de São Paulo se manifestaram favoravelmente à medida, que urge ser adotada, para melhoria da altitiva situação econômica do esporte mais popular do País.

Do ilustre Dr. Francisco Horta, à época em que apresentamos esse Projeto, Presidente do Fluminense Futebol Clube, do Rio de Janeiro, extraímos o seguinte depoimento:

"Acho importante que se mude a legislação esportiva permitindo o uso de propaganda nos uniformes. O futebol é caro, está inflacionado e temos de buscar novos meios para arrecadar. O Fluminense, inclusive, enfrentou o Bayern usando publicidade do MOBREAL na camisa e todos acharam um sucesso. Não há porque impedir que todos usem. Pode-se até delimitar um tamanho e lugar, mas é válido."

Também o Dr. Antônio Augusto Dunshee de Abranches, Vice-Presidente do Clube de Regatas Flamengo, se manifestou favoravelmente à medida ao afirmar:

"Concordo com a publicidade desde que sejam obedecidos dois requisitos: a propaganda deve ser feita de modo a que não prejudique o uniforme do clube, e o percentual a que têm direito clubes e jogadores deve ser determinado, para não causar desentendimentos, com cada clube estabelecendo seu próprio percentual."

Ainda se manifestaram favoravelmente Presidentes de várias outras agremiações profissionais de futebol, entre os quais o Dr. Wilson Carvalho, Presidente do América Futebol Clube, Dr. Charles Borer, Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas, Lauro Moraes, Presidente da Associação Atlética Ponte Preta, Leonel Martins de Oliveira, Presidente do Guarani Futebol Clube, e Modesto Roma, Presidente do Santos Futebol Clube.

Como se vê, Sr. Presidente, o Projeto de nossa autoria conta com o apoio de ilustres personalidades ligadas ao futebol. São dirigentes que conhecem de perto a realidade dos nossos clubes e por isso mesmo reconhecem a necessidade de se adotar medidas efetivas no sentido de minorar a vexatória situação dessas agremiações.

Em seu parecer na Comissão de Educação e Cultura, o nobre Senador Otto Lehmann assim se manifesta:

"Na verdade, os clubes brasileiros de futebol vivem mesmo, com raríssimas exceções, às portas da falência, pois o preço dos ingressos nos estádios não acompanharam a desvalorização da moeda e a maioria das partidas é deficitária; a quase totalidade dos clubes mantém um amadorismo "marrom" em diversos esportes, que consome os seus já parcos recursos; os débitos previdenciários vão se avolumando e, assim, os clubes vão caminhando para um estado de completa insolvência."

Não temos dúvidas de que, embora a correção de algumas destas distorções possam contribuir para a melhoria das condições financeiras dos clubes brasileiros de futebol, a única providência que realmente pode solucionar de vez a situação de constante endividamento dos mesmos é a permissão de propaganda nos uniformes, à exemplo do que já se faz, nos Estados Unidos e na Europa, em todas as modalidades esportivas.

Não se trata, Sr. Presidente, de matéria financeira, tributária ou orçamentária. Os pareceres dos órgãos técnicos são todos favoráveis à aprovação da nossa proposição.

Por todas as razões que aqui expressamos, apelamos à valorosa bancada da Maioria, no sentido de votar favoravelmente, permitindo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 97/77, que tantos benefícios propiciará aos atletas e aos clubes profissionais de futebol de todo o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique de La Rocque) — Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

### ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 27, de 1978 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de

seu Parecer nº 275, de 1978), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), para ser aplicado no Programa de Obras Rodoviárias do Estado, tendo

**PARECER**, sob nº 276, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 28, de 1978 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 277, de 1978), que autoriza a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (SP) a elevar em Cr\$ 145.237.927,68 (cento e quarenta e cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

**PARECER**, sob nº 278, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique de La Rocque) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 48 minutos.*)

## ATA DA 78ª SESSÃO, EM 23 DE MAIO DE 1978

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### EXTRAORDINÁRIA

#### PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES  
OS SRs. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Rurico Rezende — João Calmon — Benjamim Farah — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Vilela de Magalhães — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

*É lido o seguinte*

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

*Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 1978

(nº 1.245-D/75, na Casa de origem)

Dispõe sobre o arbitramento judicial de indenização por dano causado a veículo de fabricação estrangeira, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nas ações de reparação de dano causado em acidente, a veículo de fabricação estrangeira, o juiz, ao proferir a sentença condenatória, arbitrará o respectivo montante em valor que não excederá ao custo do veículo de passeio, de fabricação nacional, de mais alto preço.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se às ações da espécie, que ainda dependam de execução.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

(*À Comissão de Constituição e Justiça.*)

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1978

(nº 1.118 - D/75, na casa de origem)

Institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções em empresas públicas ou assemelhadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens para quem assumir cargo ou função a nível de Direção ou de Conselho, em empresas públicas, autarquias, fundações, sociedades de economia mista ou em qualquer tipo de sociedade onde o poder público possua mais de cinquenta e um por cento de ações ou de cotas de participação.

**ATA DA 92ª SESSÃO, EM 13 DE JUNHO DE 1978**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura**  
**— EXTRAORDINÁRIA —**  
**PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO**

*ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Adalberto Sena — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Luiz Cavaleante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — A lista de presença acausa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 1978**

Modifica a redação do "caput" do art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 472. O alistamento militar ou o afastamento do empregado em virtude das exigências do Serviço Militar, ou de encargo público de qualquer natureza, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador.

.....

.....

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Quando o trabalhador é obrigado ao cumprimento de serviço militar ou encargo público civil, seu contrato de trabalho não pode sofrer rescisão ou alteração; tal circunstância apenas suspende a execução do contrato, devendo o empregador aguardar o empregado que está desempenhando serviços considerados relevantes para o País.

Todavia, no tocante ao serviço militar tem ocorrido um procedimento inconveniente, por parte da empresa, no sentido de burlar o dispositivo de que estamos tratando.

De fato, já desde à época do alistamento militar, o empregado é vítima de manobras sub-reptícias, no sentido de colocá-lo fora do mercado de trabalho, para evitar que se efetive a situação de afastamento prevista pelo art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Assim, ao atingir dezessete anos de idade, o jovem trabalhador passa a ser incômodo para a empresa, mesmo que ainda não se saiba sobre o seu aproveitamento nas fileiras das Forças Armadas, à época da convocação; pelo simples alistamento, esse jovem passa à condição de "pátria laboral".

Nosso projeto tem por objetivo afastar essa prática lesiva aos direitos do nosso jovem trabalhador, de quem tanto depende o futuro da Pátria.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1978. — Nelson Carneiro.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 472. O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar ou de outro encargo público não constituirá motivo para a alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

.....

.....

*(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)*

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — O projeto lido será publicado e despachado às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 156, DE 1978**

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "c" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1977, que regulamenta o exercício da profissão dos biomédicos.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1978. — Paulo Brossard, Líder do MDB.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — De acordo com o disposto no art. 375, III, do Regimento Interno, esse requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão seguinte.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura de requerimento.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 157, DE 1978**

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado do artigo intitulado "Uma reunião em assembléia geral do MOBREAL", publicado no *O Estado de S. Paulo*, do dia 1º de junho do corrente.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1978. — Osires Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — O requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1978 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 279, de 1978), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguariúna (SP) a elevar em Cr\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, tendo

PARECER, sob nº 280, de 1978, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

#### O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 34, de 1978 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 293, de 1978), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar duas operações de empréstimo externo, no valor de DM 16.000.000,00 (dezesseis milhões de marcos alemães) cada uma, destinadas ao fornecimento e instalação de equipamentos e materiais médico-hospitalares para Hospitais de Ensino em fase de construção pelas Autarquias estaduais, tendo

PARECER, sob nº 294, de 1978, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, redações finais dos Projetos de Resolução nºs 29 e 34, de 1978, aprovados na Ordem do Dia da presente sessão e que, nos termos do parágrafo único do art. 355 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário. (Pausa.)

São lidas as seguintes:

#### PARECER Nº 301, DE 1978 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 29, de 1978.

Relator: Senador Otto Lehmann

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 29, de 1978, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguariúna (SP) a elevar em Cr\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1978. — Adalberto Sena, Presidente — Otto Lehmann, Relator — Helvídio Nunes.

ANEXO AO PARECER Nº 301, DE 1978

Redação final do Projeto de Resolução nº 29, de 1978.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, Inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 1978

Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguariúna (SP) a elevar em Cr\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jaguariúna (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo de igual valor, junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado ao financiamento dos serviços de galerias pluviais, guias, sarjetas e pavimentação no "Conjunto Habitacional Vila 7 de Setembro" e construção de vias de acesso ao centro urbano daquela localidade, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

#### PARECER Nº 302, DE 1978 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1978.

Relator: Senador Helvídio Nunes

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1978, que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar duas operações de empréstimo externo, no valor de DM 16.000.000,00 (dezesseis milhões de marcos alemães) cada uma, destinadas ao fornecimento e instalação de equipamentos e materiais médico-hospitalares para Hospitais de Ensino em fase de construção pelas Autarquias estaduais.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1978. — Adalberto Sena, Presidente — Helvídio Nunes, Relator — Otto Lehmann.

ANEXO AO PARECER Nº 302, DE 1978

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1978.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 1978

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo, a realizar duas operações de empréstimo externo, no valor de DM 16.000.000,00 (dezesseis milhões de marcos alemães) cada uma, destinadas ao fornecimento e instalação de equipamentos e materiais médico-hospitalares para Hospitais de Ensino em fase de construção pelas Autarquias estaduais.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de São Paulo autorizado a realizar, através da Universidade Estadual de Campinas e do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, duas operações de financiamento externo, em moeda estrangeira, junto a Hospitalia Internacional GmbH—Alemanha, no valor de DM 16.000.000,00 (dezesseis milhões de marcos alemães) cada uma, sob orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, para fornecimento e instalação de equipamentos e materiais

quatro mil quilômetros no final do governo dele. Digo que é um programa de quatro mil porque elas estão praticamente concluídas. Vou dar-lhes mais um dado: o Paraná irá ficar com 30 cidades sem ser servidas por asfalto, de 290 municípios. Havia mil e trezentos quilômetros de rodovias estaduais e mil e setecentos de federais, vai ficar com sete mil quilômetros de rodovias pavimentadas, até equiparando-se a São Paulo, em termos de área por quilômetro. Verificamos que São Paulo tem cerca de doze mil quilômetros de rodovias pavimentadas, mas o seu território é 1/3 maior do que o do Paraná. São Paulo tem trezentos mil quilômetros quadrados, se não me falha a memória, e o Paraná tem cento e noventa e oito mil quilômetros quadrados.

Quanto à outra pergunta, nobre Senador, a estrada está tal qual foi feita. O problema é — já expliquei aos Srs. Senadores — o de não se fazer uma etapa, porque o pavimento seria um investimento, e, aí, é que vem a megalomania, o aspecto faraônico, que abandonamos: uma etapa que não era necessária, não foi feita. Quanto à infraestrutura, vou dar um exemplo do que o nobre Senador quis dizer, em outros termos: é como se fizesse uma casa e a pintasse à cal e, agora, depois que se ganhou um pouco mais de dinheiro, vai lá e se faz uma pintura de primeira qualidade. Então, faltava a pintura de primeira qualidade, mas o alicerce e as paredes estão lá, intactos. Ficam aqui, a minha palavra contra a de S. Ex<sup>a</sup> e o convite para que os Srs. Senadores verifiquem *in loco*, porque essa história de acusar um programa, — não estou defendendo, aqui, um problema somente pelo aspecto pessoal do Paraná, — porque uma ingerência, uma acusação dessa natureza, realmente, terá reflexos no Brasil inteiro, que precisa mudar os critérios. Seria o fracasso, por uma propaganda negativa, irreal e desinformada, de um método que deve ser adotado no País inteiro. Faço, aqui, a defesa não só do Paraná, porque seria um fato isolado e até pessoal, como diz o nobre Senador, em que eu, estando diretamente envolvido no processo, esteja, aqui, querendo defender em causa própria. O que acho é que não se pode desmoralizar, às custas de desinformações, um método que será de alta necessidade nacional. No Estado de Goiás, nos Estados do Nordeste, existem materiais naturais, perfeitamente aplicáveis, a custos baixíssimos, para a pavimentação de rodovias, que, às vezes, são jogados de lado, são atirados, utilizando-se pedras britadas que custam caro na sua produção. Então, estou aqui fazendo uma defesa, em termos da continuidade de uma tecnologia nacional que deve ser preservada para o bem de todo o País e que se abandone, de vez por todas, os métodos importados, onerosos.

Quero dizer, nobre Senador, que existe reação não só de V. Ex<sup>a</sup>, como de vendedor de equipamento, fábricas de cimento, firmas empreiteiras, que não querem que se faça uma estrada por um milhão de cruzeiros, quando se pudesse fazer com cinco milhões.

Era isso o que tinha de dizer à Casa. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia, por cessão do nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, a *Folha de S. Paulo* publicou um noticiário, a respeito de um trabalho do IBGE, realmente alarmante e que merece algumas considerações no plenário do Senado Federal, nesta tarde.

Este noticiário, Sr. Presidente, se relaciona com estatísticas da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, realizada, como dissemos, pelo IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas — em algumas regiões do Estado, visto que, em outras regiões, ainda o IBGE não terminou o seu trabalho.

Mas, o fato alarmante, Sr. Presidente, é o que esclarece: o analfabetismo aumenta em nosso País. Em cinco regiões, a porcentagem aumentou de 28% para 30% de analfabetos, em três anos, de 1973 a 1976. Nesses três anos, a proporção de analfabetos, entre as pessoas de cinco anos e mais, passou de 15,2% para 17%, no Estado

do Rio de Janeiro; de 20,7% para 21,4%, nos três Estados da Região Sul; de 25,1% para 27,5%, em Minas Gerais e Espírito Santo; de 45,1% para 50,1%, nos nove Estados do Nordeste e de 18,5% para 17,2% no Estado de São Paulo, único Estado onde ocorreu uma diminuição mas, mesmo assim, no que diz respeito às pessoas entre as idades de 5 e mais. Também no Estado de São Paulo, entre as pessoas de 5 a 9 anos, crianças, portanto, que se pressupõe devam ter escolaridade, houve um acréscimo do analfabetismo, nessa faixa etária, porque, em 1973, a taxa era de 49,1%, aumentando para 54,1%.

Sr. Presidente, o jornalista Eduardo Suplicy, no seu comentário, lembra um aspecto que é muito importante recordar e que é o seguinte:

“O agravamento da taxa de analfabetismo no Brasil durante um período que foi considerado de extraordinário crescimento econômico faz-nos pensar sobre as prioridades da “democracia relativa”: de 1973 a 1976, o Produto Interno Bruto teve um crescimento real de 26%; a produção de automóveis cresceu 31%; a de aço, 28%; a de cimento, 42%; e o número de analfabetos entre os que têm idade para saber ler e escrever (5 anos e mais) cresceu 15%, passando de 22,6 milhões, em 1973, para 26,1 milhões, em 1976, nas cinco regiões examinadas.”

Portanto, com muita procedência, o jornalista lembra que o agravamento do analfabetismo em nosso País situa-se exatamente numa época conhecida por todos nós como a época do milagre econômico brasileiro, com crescimentos na ordem que estabelecemos aqui.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (MDB — SP) — Antes de levantarmos as questões, inclusive com relação ao movimento de alfabetização, MOBRAL, com todo prazer, dou o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (ARENA — PA) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> que me conceda o aparte, inclusive, por ser oportuno, antes que V. Ex<sup>a</sup> chegue ao desdobramento do seu pensamento, porque, até agora, realmente não entrou no seu discurso, V. Ex<sup>a</sup> está apenas citando dados de outrem. Em primeiro lugar, nobre Senador Orestes Quércia, isto é espantoso, é simplesmente espantoso, porque, veja V. Ex<sup>a</sup> a série histórica brasileira, em relação a analfabetismo de pessoas com mais de sete anos de idade ela vem decrescendo. Frisei os sete porque V. Ex<sup>a</sup> incluiu na sua leitura: analfabetismo, a partir dos cinco anos de idade. Nenhuma entidade responsável de educação no mundo arrola crianças com cinco anos de idade como analfabetos, porque admite que o início da escolarização é aos sete anos e não aos cinco.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (MDB — SP) — Nenhuma...?

**O Sr. Jarbas Passarinho** (ARENA — PA) — Nenhuma entidade responsável de educação do mundo considera analfabeta uma criança de cinco anos de idade.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (MDB — SP) — V. Ex<sup>a</sup> quer então classificar o IBGE de irresponsável?

**O Sr. Jarbas Passarinho** (ARENA — PA) — Não. Isso é intriga de V. Ex<sup>a</sup> que, aliás, não está mesmo à altura de São Paulo; é uma intriga um pouco mais baixa. O papel do IBGE é relacionar, o papel de V. Ex<sup>a</sup> e do jornalista e economista que V. Ex<sup>a</sup> está citando é o de interpretar esses dados, como a taxa de analfabetismo. Não me incomode com o IBGE porque o mesmo fez verificações. Agora, quem manipula os dados — veja que eu queria ser breve no aparte mas, V. Ex<sup>a</sup> me chamou para outro — é que pode colocar uma dose de malícia ou uma dose de irresponsabilidade no que faz, ou de seriedade.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (MDB — SP) — Eu só havia perguntado se V. Ex<sup>a</sup> classificava o IBGE de irresponsável.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Pergunto se V. Ex<sup>a</sup> conhece melhor do que eu, naturalmente, a UNESCO, não conhece?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Não melhor do que V. Ex<sup>a</sup>, mas conheço.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Então, V. Ex<sup>a</sup> sabe que a UNESCO só considera analfabetismo, a partir dos 15 anos de idade. Por quê? Porque dos sete, que é o início da escolarização, até os quatorze, a pessoa ainda tem condições de se alfabetizar, digamos ainda que, tardiamente, mas, dentro de um quadro geral. Por isso, ela só considera analfabeto, para fins de pesquisa, dos quinze anos de idade para a frente. Ora, no momento em que o IBGE faz um levantamento daqueles que, aos cinco anos, ainda não foram alfabetizados e o jornalista a que V. Ex<sup>a</sup> se refere absorve isso para tirar conclusões de que o analfabetismo aumentou no Brasil, é ele que está, a seu critério, fazendo interpretações e não o IBGE, que é responsável por isso.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Mas, V. Ex<sup>a</sup> estava impressionado com os dados.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Impressionado com os dados, pelo seguinte: primeiro, porque os dados são, evidentemente, variáveis, eles não se mantêm relacionados a um mesmo ponto de referência, como eu acabei de dizer a V. Ex<sup>a</sup>: a partir de 15 anos de idade é que qualquer levantamento estatístico de população se serve para um estudo relativo de analfabetismo adulto. Se V. Ex<sup>a</sup> tem, em 1940, 55% de analfabetos adultos no Brasil, recenseamento de 1950, 10 anos depois, 51%; a taxa brasileira caiu 4%, cresceu em valor absoluto, caiu em valor relativo; chega ao recenseamento de 1960, que o próprio IBGE considera um recenseamento duvidoso, a taxa caiu para 39%, o que é anormal. Porque, veja V. Ex<sup>a</sup>, antes vinha caindo 5% passou para 12% numa década, sem nenhum movimento de alfabetização. Foi por milagre, esse sim, seria milagre, que é, por definição, o efeito sem causa. Depois, chega o ano de 1970 e a taxa de analfabetismo dá 33%, mesmo referido a 1960 com uma queda de 6%. Então o analfabetismo vem sempre caindo, sem a existência do MOBIL, apenas houve uma atividade do MEB, circunscrito a um grupo pequeno, e outros mais. Ora, como nobre Senador Orestes Quêrcia, V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem responsável, que representa aqui o maior Estado da Federação, e que medita sobre o que diz, poderia a partir daí, admitir que essa interpretação inicial do Sr. Eduardo Suplicy estivesse correta? Então, este é que é o problema. Primeiro, estamos aqui também tendo a honra de ter como nosso companheiro de Plenário o mais brilhante de todos os Ministros de Educação, que eu conheci na minha vida, que é o Senador Gustavo Capanema. Eu estou citando fatos concretos, as quedas de valores eram contínuas; agora que se tem um projeto nacional, que tem a maior respeitabilidade internacional e serviu de modelo para dezoito outros países, agora que aumenta e não cai? Eu estou perplexo, meu caro Senador. A menos que seja o que estou dizendo a V. Ex<sup>a</sup>: em primeiro lugar, o que nós temos que comparar, para provar que o MOBIL fracassou no Brasil, são populações adultas; qual a taxa de analfabetismo adulto? Porque considerar que uma criança de cinco anos é analfabeto, por Deus, daqui a pouco, nós vamos caracterizar como analfabeto aquele que está dentro do ventre ainda, porque não nasceu lendo a cartilha. A idade dele para começar a alfabetização é aos sete anos de idade. Quando V. Ex<sup>a</sup> disse cinco anos e mais, acenderam aqui, na obscuridade do raciocínio do seu pobre colega pelo Pará, o dado de comparação: é que se está comparando antes uma estatística que só englobava de quinze anos para frente, com outra, agora, que vai buscar cinco anos de idade. Tem que aumentar!

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que juntamente, com o nobre Senador Gustavo Capanema foram, ao seu tempo, brilhantes Ministros da Educação. E como disse, no momento em que dava o aparte a V. Ex<sup>a</sup> não havia ainda entrado no mérito da análise.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Por isso é que eu pedi o aparte, para que V. Ex<sup>a</sup> não incorporasse no seu pronunciamento uma colocação precipitada...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — E inclusive porque não sou técnico no assunto, e não tenho a mesma responsabilidade de V. Ex<sup>a</sup>, por ter sido ex-Ministro da Educação...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Ex<sup>a</sup> teria sido mais brilhante.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Não concordo com V. Ex<sup>a</sup> O que me chamou a atenção, realmente, foi o fato do IBGE, classificar, exatamente, as idades de 5 a 9 anos no primeiro item da pesquisa e, no segundo, a faixa de 5 anos e de mais idades.

Evidentemente, analisando este aspecto, à primeira vista, os dados do IBGE, chegamos à mesma conclusão que o Professor Eduardo Suplicy, que é um moço inteligente e brilhante, chegou.

V. Ex<sup>a</sup> levanta uma questão que parece procedente: qual seria a relação dos brasileiros com menos de 7 anos — portanto, nesta porcentagem? Evidentemente, é uma informação que não poderíamos dar. É uma dúvida que julgo procedente, mas, infelizmente, temos que analisar aquilo que o IBGE nos proporciona; e se esta análise nos leva a esta conclusão e se esta conclusão não é absolutamente real, evidentemente, tenho a impressão que grande culpa deve caber ao IBGE, porque é ele que levanta os dados, desde 1973, através desta pesquisa de amostras por domicílio, até 1976, classificando o analfabetismo de 5 anos a mais...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — É que eu estava tentando, justamente, sensibilizar V. Ex<sup>a</sup> para...

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — E sensibilizou.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — ... não chegar a conclusões precipitadas. Muitas vezes os jornalistas, sobretudo o jornalista que tem sua crônica diária, é um angustiado em relação a tempo. E o primeiro problema que lhe vem a serviço do seu *metier*, que é escrever todos os dias a sua coluna, facilita até a sua missão. Mas, é uma observação, nobre Senador, que me parece não só imprecisa como altamente perigosa, duvidosa. Foi o que eu disse a V. Ex<sup>a</sup> quando deu margem ao descaminho do meu pensamento central. A UNESCO só considera como analfabeto aquela pessoa que, atingido os 15 anos de idade, não foi alfabetizada. Aí é que ele é considerado analfabeto para fins estatísticos. O nobre Senador Gilvan Rocha presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o MOBIL — e V. Ex<sup>a</sup> ia entrar na apreciação do MOBIL, quando eu lhe pedi, por oportuno, o aparte. Antes de entrar no MOBIL, vamos caracterizar as bases de referência. O MOBIL trabalha com pessoas de 15 anos e mais; portanto, não pode o MOBIL ser acusado com referência a analfabetismo de cinco anos e mais, até 14. Ou nós temos uma mesma referência para compararmos a variação dos números ou então é um pandemônio, não se tem mais sentido. Por isso, apenas pedi o aparte a V. Ex<sup>a</sup> antes da conclusão. Agora, o IBGE não está errado — me permita agora fazer a defesa do IBGE que V. Ex<sup>a</sup> ainda há pouco pensava que eu estava desconhecendo — ele não está errado, ele tem a obrigação de fazer essa análise porque a nós, como homens públicos e administradores em geral, interessa particularmente, saber o número de vagas nas escolas primárias. E, aí é que pode estar talvez uma conclusão embutida nesta estatística: se aumentou o número de crianças ainda não alfabetizadas, é provável que o número de vagas não tenha crescido na proporção em que cresceu a faixa etária que deve ser educada. Isso é outra conclusão cabível, a ser provada, mas cabível; mas não a de que aumentou o analfabetismo no Brasil. Isso não, isso é absurdo.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte nobre Senador?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — A Folha de S. Paulo** traz um quadro explicativo geral, e faz menção também ao analfabetismo em pessoas com mais de vinte anos; o esclarece que o analfabetismo aumentou, muito no Estado do Rio de Janeiro, a partir de pessoas com mais de vinte anos de idade, diminuiu um pouco em São Paulo, de 17% para 15,4%, e permaneceu em torno de 19% na Região Sul e 27% no Estado de Minas. Evidentemente, não temos aqui o quadro analítico do IBGE, e estamos analisando um noticiário do jornal *A Folha de S. Paulo*.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) —** O seu colega preocupado com V. Ex<sup>a</sup>, como seu eterno colega, não quis que V. Ex<sup>a</sup> chegasse logo a incorporar, como seu, o argumento que é do jornalista. Max Ewrbler já dizia que o jornalista, muitas vezes, é um escritor frustrado, porque o tempo que ele tem para trabalhar não lhe dá margem para pesquisas maiores: ele apenas lança a idéia. Então, é possível que o professor Suplicy — ele é um economista, ao que eu sei — na angústia do tempo, tenha logo atribuído um aumento de analfabetismo. Daí eu dizer a V. Ex<sup>a</sup>, perplexo ou não perplexo. Na ocasião em que não havia um movimento de alfabetização, diminuía o número de analfabetos em taxa relativa; no momento em que há o MOBRAL, com uma indiscutível validade — poderá ter seus erros, eu mesmo apus minha assinatura ao pedido de CPI solicitada pelo Partido de V. Ex<sup>a</sup> sobre o MOBRAL, mas ele tem validade indiscutível, tanto que foi reconhecido pela UNESCO como modelo para 18 países que enfrentam o mesmo problema — nesta hora, aumenta? Então é a perplexidade. Daí eu achar que o problema exige uma melhor análise para chegar a conclusões.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) —** Exatamente. Sobre este aspecto, antes de dar o aparte ao nobre Senador Gilvan Rocha, eu gostaria de lembrar, que tivemos no Senado, no ano passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o MOBRAL. Infelizmente, quando esta Comissão queria, ir mais a fundo na análise da problemática MOBRAL, a maioria desta Casa impediu que esta Comissão se aprofundasse no seu estudo sobre a vantagem ou não do MOBRAL para a Nação brasileira, tendo em vista o custo excessivo que o MOBRAL, tem para o País. Mas, infelizmente, naquela altura, por decisão da Maioria nesta Casa levada à Comissão pelo Senador Eurico Rezende, não tivemos oportunidade de nos aprofundar neste assunto, para analisar detidamente o que significa o MOBRAL neste País.

Entretanto, estes dados parecem-me impressionantes: essas primeiras informações do IBGE dão uma rápida imagem do analfabetismo no País, quer queira o nobre Senador Jarbas Passarinho ou não. Esta é a realidade. Não vamos deixar que estes argumentos relativos, a essas picuinhas, cidades de cinco anos, etc. desfavoreçam a validade dos dados apresentados pelo IBGE. A verdade é a realidade que aí está. Há uma tendência de agravamento do analfabetismo no Brasil.

Tem o aparte do nobre Senador Gilvan Rocha.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) —** Nobre Senador, o assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz a plenário é de importância nacional. V. Ex<sup>a</sup> está examinando números tabulados e ensaje que o nosso Partido tenha o constrangimento de comemorar o insucesso de um alardeado, de um fantasioso processo de alfabetização que se tentou impingir à Nação. É claro que participo da opinião do ilustre ex-Ministro Jarbas Passarinho: não vamos, aprioristicamente, jogar pedras sobre uma instituição que foi feita nas melhores das intenções para resolver o problema do analfabetismo no Brasil. Lembro-me perfeitamente das ocasiões em que fiz comentários sobre a ação do MOBRAL, inclusive, rebelando-me contra as conclusões da CPI que, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, foi amputada no momento mais crucial das suas investigações. Lembro-me que a crítica que se fazia era a de que o MOBRAL seria uma instituição envolta na filosofia central do Governo que considera suas obras como coisas intocáveis, perfeitas e acabadas. E aí chegamos os números, que evidentemente têm correlação com o MOBRAL. Senão, vejamos: primeiro, está demonstrado que o indi-

ce de analfabetismo das primeiras faixas etárias aumentou enormemente neste País. Foi uma das preocupações daquela Comissão acabar com a filosofia que se estava cristalizando no MOBRAL de que o curso de curta duração substitua a obrigação constitucional de educação formal, primária, obrigação do País inserida na nossa maior Lei. Segundo dado: os índices de alfabetização de adultos também não estão acompanhando aquela euforia que o MOBRAL anuncia pelos meios de comunicação. É evidente que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é o início de uma análise mais apurada que teremos a obrigação de fazer. Mas, infelizmente, temos que registrar a tristeza da celebração de mais um insucesso de um Governo que tenta encobrir a verdade fria dos números com a fantasiosa propaganda bem montada.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) —** Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que, Presidente daquela CPI, é testemunha de que a maioria desta Casa impediu a Oposição de analisar, com profundidade, o que significa e o que tem significado o MOBRAL neste País, tendo em vista o alto custo que ele representa para os cofres públicos.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) —** Com todo prazer, nobre Senador Evandro Carreira.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) —** Nobre Senador Orestes Quêrcia, agradeço a benevolência da concessão ao aparte que tem a intenção de pôr em relevo esse aspecto do seu discurso: a constatação inequívoca da falência do MOBRAL. O fato de se ter impedido a continuidade das averiguações, das análises e das perquirições, para constatar a validade ou não do MOBRAL, é prova incontestada da sua invalidade.

E o que é mais sério, nobre Senador, não é o aumento da taxa de analfabetos, é o aumento da taxa de semi-analfabetos em nossa Pátria, haja vista o fato verificado pela imprensa nacional de que os alunos de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Graus e aqueles que se aventuram ao vestibular não sabem sequer redigir uma carta para a namorada; haja vista a linguagem comum confirmada pela novela do "Te Contei"; haja vista a substituição do tratamento na segunda pessoa do singular pela expressão "a gente".

Agente é de polícia. Ou se trata na segunda pessoa do singular ou na segunda do plural, tu ou vós. "Porque a gente vai, a gente quer, a gente come, a gente gosta, é regressão cultural." Agente é de polícia. O "a gente" é um atestado inequívoco da falência desses 14 anos em todos os tipos de modelos, até no educacional, nobre Senador!

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) —** Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> Realmente, estou de acordo em que, se houvesse da parte da Maioria nesta Casa condições de comprovar a viabilidade do MOBRAL, eles, componentes da Maioria, teriam deixado que nós analisássemos o assunto, a fundo, naquela CPI. Mas a Maioria nesta Casa ficou com receio da análise que a CPI iria realizar e, através da palavra do Líder da ARENA, Sr. Senador Eurico Rezende, num golpe de mão rápido, terminou com a CPI. Se houvesse a convicção de que uma análise profunda pudesse dar dividendos ao MOBRAL, evidentemente que a Maioria teria deixado que a CPI analisasse profundamente a questão. O fato de a Maioria não ter deixado que a CPI analisasse a questão, evidentemente, repousa no medo, no receio de que a realidade viesse à tona.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) —** Concederei, primeiramente, o aparte ao nobre Senador Agenor Maria e, depois, com todo prazer, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Jarbas Passarinho

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Nobre Senador Orestes Quêrcia, o Sr. Ministro interino da Previdência Social revelou ontem, com a responsabilidade de Ministro, que 842 mil crianças estão sendo internadas, pelo País afora em hospitais, por carência alimentar. Na minha terra tem um provérbio que diz: "saco seco não se põe em pé". Vamos ser francos; como é que nós queremos que a juventude brasileira estude, se eduque, aprenda, se está morrendo de fome? Quem está dizendo é o Sr. Ministro da Previdência Social. Passo a ler algum trecho do jornal:

"O Ministro interino da Previdência Social, Luiz Assumpção, revelou ontem, durante o Simpósio sobre Nutrição e Alimentação promovido pela Câmara, que até o final do ano 842 mil crianças, menores de dois anos, deverão ser internadas nos hospitais da Previdência Social em todo o País, a um custo estimado de quase três bilhões de cruzeiros. O problema nutrição precária é a causa principal ou associada dessas internações."

Senador Orestes Quêrcia, com esse salário que está aí, com esse modelo econômico que dá ao capital o direito de tudo, é uma filosofia em que o financeiro sobrepõe-se ao econômico de uma tal maneira que, quem tem indústria, comércio ou agricultura, neste País, e não dispõe de capital de giro próprio e depende do capital de giro alheio, está trabalhando e perdendo o que tem, porque os juros do dinheiro estão acima da rentabilidade de qualquer empresa Nacional. Ou o Governo modifica sua filosofia, ou ninguém sabe para onde vai ser arrastado. O problema não é de educação: é de fome, porque quando chega S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro da Previdência Social, a revelar num Simpósio que 842 mil crianças estão sendo internadas por carência alimentar, é um negócio monstruoso. E lá na minha área existem crianças que não vão ao hospital, morrem por lá mesmo, simplesmente porque não tem hospital. Esse é o quadro, infelizmente, do nosso País. Um quadro que nos envergonha e nos entristece. Eu disse ontem, num discurso aqui, que o salário mínimo no Rio Grande do Norte, é de Cr\$ 1.111,20. Para alcançar este salário precisa ser de maior, estar com saúde e ter todos os documentos. Pois bem, o trabalhador recebe, no fim do mês, somente Cr\$ 1.022,00, e com desconto de 8% para a Previdência Social. É de se perguntar se um elemento, ganhando Cr\$ 1.022,00 cruzeiros por mês, vai pensar que tem condições de alimentar alguém, se não dá nem para ele? Disse há poucos dias da tribuna da Casa, que, na minha terra, o homem solteiro, operário, vai morrer solteiro feito burro-mulo, porque não pode casar. Muito obrigado.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive trazendo o depoimento de um Ministro, a respeito da realidade social deste País, dando uma demonstração de que o quadro social brasileiro tem um retrato deplorável perante os olhos de qualquer analista. Significa que o desenvolvimento, que o Governo diz que está ocorrendo em nosso País, não atinge as classes menos favorecidas da população.

Esses dados coincidem com a informação do IBGE; de que se agrava o analfabetismo em nosso País, ao mesmo tempo em que o Governo alardeia uma situação boa no campo econômico. É, realmente, lamentável!

Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e, com todo prazer, dou o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Nobre Senador Orestes Quêrcia, disse a V. Ex<sup>a</sup>, ainda há pouco, que me sentia masoquista, na medida em que cedi o meu tempo, para que V. Ex<sup>a</sup> fizesse esse tipo de discurso. Veja que já estamos discutindo, imbricado no seu discurso, o modelo econômico e o programa de saúde, e já o nobre Senador Evandro Carneira, com muita propriedade, trouxe à baila o problema da crescente incapacidade de escrever, na língua vernácula, e o discurso de V. Ex<sup>a</sup> termina sendo um políedro multiforme. Eu pedi a V. Ex<sup>a</sup>, em homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, a quem prezo, que fosse cauteloso com uma notícia de jornal, mesmo que ela tenha como res-

ponsável um jornalista credenciado, e não tirasse conclusões apressadas, porque a conclusão conspira contra a ordem natural das coisas. Não é possível que o analfabetismo tenha diminuído, de 1950 a 1970, sem nenhum instrumento para o combate específico a ele, e terem aumentado quando esse instrumento existiu. Isso é absolutamente ilógico! Em seguida percebi que os dados eram de referência duvidosa.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — V. Ex<sup>a</sup>, e o próprio IBGE, dizem que esses dados — nos quais se valia uma diminuição do analfabetismo, — não são corretos.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não disse isso, V. Ex<sup>a</sup> é que está dizendo. Peça a nota taquigráfica e veja que, em nenhum momento, eu disse isso. Disse que quando V. Ex<sup>a</sup> tentou a intriga...

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — Porque os dados que o IBGE nos proporciona, há mais de 10 anos, é de que o analfabetismo realmente cresceu.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — ... comigo, em relação ao IBGE, eu lhe disse que não aceitava a intriga. O IBGE faz uma pesquisa, e sabe V. Ex<sup>a</sup> que essa pesquisa, a domicílio, é apenas aproximada. Ainda teremos que discutir isso, porque o grande recenseamento será exatamente, V. Ex<sup>a</sup> sabe tanto quanto eu que é decenal, em 1980, quando nós teremos tudo isso posto à prova. Mas V. Ex<sup>a</sup> sabe, e eu lhe disse ainda há pouco, que o IBGE está relacionando, por conta dele, porque faz pesquisa nesse sentido, o analfabetismo a partir dos 5 anos de idade. Ora, a Constituição brasileira prevê que a escolaridade começa aos 7 anos de idade, consequentemente, daqui a pouco alguém pesquisa com 1 ano de idade: tem que ser analfabeto. E alguém, mais purista, vai saber se, na vida intra-uterina, alguém já pode ser alfabetizado. Não tem sentido! Disse a V. Ex<sup>a</sup> — e parece que V. Ex<sup>a</sup> não quer levar em consideração os argumentos do seu próprio colega — que a UNESCO, que é a maior instituição para esse fim, só considera como analfabeto o adulto de 15 anos para frente, porque até 14 anos ele pode se alfabetizar. Pergunte ao Senador Agenor Maria, pergunte ao Senador Evandro Carneira — dos quanto Senadores do MDB presentes, pois são de áreas como a minha: um é da Amazônia e o outro é do Nordeste — se não há pessoas que só chegam à escola com dez, onze anos de idade. Antes dos 15 anos ele pode se alfabetizar. Conseqüentemente, é uma imprudência tirar conclusões num terreno tão movediço. Foi o que quis dizer a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — Permita-me V. Ex<sup>a</sup>, só para contra-argumentar, dizer o seguinte:...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Se há contra-argumentação nisso, quero aprender a lição.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — ... em 1973 o IBGE levantou dados com pessoas de cinco anos ou mais. Em 1976 levantou dados, também, com pessoas de cinco anos ou mais. V. Ex<sup>a</sup>, também, não pode tirar conclusões apressadas de julgar que somente esse índice cresceu com relação às pessoas de cinco anos.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não estou tirando conclusões; quem está tirando é V. Ex<sup>a</sup>

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — Foi V. Ex<sup>a</sup> quem argumentou.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Ex<sup>a</sup> me permite concluir o aparte? V. Ex<sup>a</sup> me concede a palavra e, em seguida, cassa a palavra no momento em que preciso argumentar. Porque o que V. Ex<sup>a</sup> me disse não tem razão de ser, V. Ex<sup>a</sup> prossegue. Prefiro, realmente, me inscrever depois, e ouço V. Ex<sup>a</sup> com todo o respeito.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP) — V. Ex<sup>a</sup>, pelo jeito, está querendo se assenhorar do meu discurso, embora eu concorde com V. Ex<sup>a</sup>

Evidentemente, V. Ex<sup>a</sup> me cedeu o tempo e tem todo o direito de, através de apartes, usar o tempo que quiser, e eu os darei com todo o prazer.

Apenas queríamos lembrar um aspecto importante. A UNESCO considera analfabetos a partir de 15 anos. Ora, estamos no contexto de um País em desenvolvimento, que vive em dificuldades. Evidentemente, a pessoa, o cidadão, a criança com mais de 7 anos, se não entra para uma escola, consideramos que essa pessoa é analfabeta. Se a UNESCO considera analfabetos apenas os que não sabem ler ou escrever depois de 15 anos, poderíamos lembrar, como o próprio Senador Jarbas Passarinho lembrou, que a Constituição do Brasil considera o indivíduo analfabeto a partir de 7 anos. Portanto, devemos levar em consideração a realidade do Brasil e não a realidade daquilo que a UNESCO tem para efeito universal. Temos que analisar a realidade do Brasil em particular, e em razão disso é que estamos levantando esse problema.

Mas, Sr. Presidente, queremos encerrar, lembrando um aspecto muito importante de uma emenda que apresentamos recentemente, através dos membros do MDB da Comissão de Reformas, que possibilita o voto ao analfabeto.

Professores ilustres julgam que o analfabeto, podendo votar, ingressa num campo novo, de discussão, de análise política, e que essa possibilidade de voto abre perspectivas ao analfabeto, inclusive no sentido de ele alcançar um melhor estágio, possibilitando maior facilidade para a sua alfabetização.

É mais um argumento, Sr. Presidente, que trazemos a esta Casa e que respalda na nossa pretensão de possibilitar o voto ao analfabeto, conforme é do entendimento de tanta gente importante nesse setor de Educação.

Era, o que desejávamos trazer, nesta tarde, Sr. Presidente, com as desculpas ao Senador Jarbas Passarinho, por não ter S. Ex<sup>a</sup> talvez, ou o orador que está na tribuna, entendido bem a situação e por não termos possibilitado o diálogo que S. Ex<sup>a</sup> gostaria.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Não é o caso de V. Ex<sup>a</sup> pedir desculpas, absolutamente. Apenas preferi ouvi-lo, respeitosamente, e acumular dados, e V. Ex<sup>a</sup> acabou de me proporcionar alguns mais, para que possam, numa próxima oportunidade, ser analisados.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP)** — Sr. Presidente, era o que tínhamos a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Está na Ordem do Dia, para ser votado, um requerimento solicitando urgência para o projeto que regulamenta a profissão de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina, e dá outras providências.

Esse projeto, Sr. Presidente, decorre de Mensagem Presidencial do dia 28 de novembro de 1975.

Quando o projeto aqui chegou os interessados, através dos seus amigos e conhecidos no Congresso Nacional, começaram uma jornada de pressão. E fui procurado para dar o meu apoio a este projeto.

Este projeto, Sr. Presidente, que regulamenta a profissão de Biomédico, cria — como disse — um Conselho Federal e, além deste, Conselhos Regionais. Segundo estou informado, existem em todo o Brasil quatro mil Biomédicos. Então, vamos dar um Conselho Federal e Conselhos Regionais para quatro mil Biomédicos, enquanto há outras classes congêneres que nele poderiam ser enquadradas como, por exemplo, os Biólogos, que são, no Brasil, em quarenta mil e que vão ficar de fora. Os Biólogos são mais antigos que os Biomédicos, e, até hoje, não tiveram a mínima atenção dos órgãos públicos nesse sentido.

Como eu dizia, Sr. Presidente, começou uma jornada, uma peregrinação, despertando o interesse do Congresso em favor desse projeto.

Mas, vieram outros interessados, os Biólogos, expondo a sua situação, cuja atividade é mais ampla e se enquadra perfeitamente nesse projeto. Os Farmacêuticos vieram aqui e deram apoio integral aos Biólogos; trouxeram um substitutivo e o entregaram ao nobre Líder da Maioria, que lhes prometeu consultar o Sr. Ministro da Saúde. Porém, até hoje, não obtive nenhuma informação em torno dessa matéria, e não tenho conhecimento de quem a tenha obtido. O fato é que está na Ordem do Dia o Projeto Governamental, atendendo apenas ao interesse dos Biomédicos e deixando de lado os Biólogos.

Sr. Presidente, a minha presença nesta tribuna não é para examinar o projeto na sua conformação global, mas para fazer um apelo ao Líder da Maioria, a fim de que S. Ex<sup>a</sup> nos distribua o substitutivo que recebeu e nos convoque para um encontro e para um debate sobre o assunto relacionado aos Biomédicos e aos Biólogos. Então, faremos substitutivo que atenda aos dois, sem que tenhamos de criar dois conselhos federais e, posteriormente, conselhos regionais, com uma evidente despesa, porque esta não é uma Nação rica.

O que interessa, Sr. Presidente, é um encontro, um debate e a fusão dos dois interesses através de um substitutivo.

Faço um apelo, para que o autor do requerimento, que solicita urgência para esse projeto, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, o retire, e nós, então, iremos fazer um trabalho que atenda ao interesse de todos, mas não um trabalho, no estilo de colcha de retalhos. Vamos fazer uma obra completa; vamos dar, digamos assim, uma estrutura global, porque esse projeto atende apenas a uma parcela, a uma parte desse grande problema.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — O que nós queremos é oferecer à Casa um trabalho que atenda aos interesses de todos, inclusive ao interesse dos cofres públicos, que não podem estar, a toda hora, de portas abertas para aqueles que desejam assim.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, para lhe dar uma informação?

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Já lhe darei o aparte, com muita honra, nobre Senador.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Pensei que V. Ex<sup>a</sup> não tivesse ouvido o meu pedido.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Já ouvi, e só quero completar o meu raciocínio.

Hoje, vêm os Biomédicos; amanhã, virão os Biólogos; depois de amanhã, começará a vir uma série de profissionais, pedindo, também, a regulamentação de suas profissões, um Conselho Federal e Conselhos Regionais. Já que eles são da mesma área — e os Biólogos são mais antigos e ficaram isolados, ficaram, digamos assim, ignorados aqui nesta Casa, vamos fazer um trabalho para ambos, para o Biólogo e para o Biomédico.

Quero ouvir o aparte do nobre ex-Ministro da Educação e Cultura.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Muito grato, nobre Senador Benjamim Farah. Desculpo-me por ter insistido no pedido de aparte, porque supus que fosse apenas problema de som, que V. Ex<sup>a</sup> não me tivesse ouvido, porque sei do cavalheirismo de V. Ex<sup>a</sup>, que me daria o aparte tão pronto eu lhe pedisse.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Graças a Deus estou em plena forma, no que tange à minha saúde. Graças a Deus, porque senão os meus inimigos já teriam me engolido.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Espero que agora mais do que nunca V. Ex<sup>a</sup> prove essa boa qualidade de hidigedez.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Venho mantendo a forma, por enquanto.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Um ano eleitoral é um teste para esse fim. Mas, gostaria apenas de dar uma informação a V. Ex<sup>a</sup> De fato, quando V. Ex<sup>a</sup> solicita que o nobre Senador Paulo Brossard, na qualidade de Líder do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, retire o requerimento de urgência que fez, se V. Ex<sup>a</sup> me permite eu diria que já não tem mais sentido o apelo de V. Ex<sup>a</sup>, porque também já não sentido tem o pedido de urgência do nobre Líder do MDB, uma vez que o projeto já foi votado em todas as comissões e vem para a Ordem do Dia agora. Então, o que seria proporcionado em economia de tempo pelo estatuto da urgência, já está ultrapassado. Relativamente à segunda parte do argumento de V. Ex<sup>a</sup>, eu gostaria de também aditar uma consideração. Não se trata de um projeto que regule, ao mesmo tempo, atividades múltiplas. Trata-se, especificamente, de um projeto de regulamentação profissional. Ora, essa regulamentação profissional decorre de uma atividade da Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, e esta, por seu turno, é condicionada pelo tipo de curso ou de atividade profissional que se pretende regulamentar. O curso de Biólogos não é exatamente igual ao curso de Biomédico, e ambos não são iguais ao curso de Bioquímicos, pois, se o fossem, nós teríamos o absurdo de verificar que as universidades brasileiras graduam com nomes diversos alunos que teriam feito o mesmo tipo de treinamento curricular. Há diferenças. E em havendo diferenças não há como, num único projeto, regulamentar profissões que, embora tendo partes iguais, tem partes peculiares. Daí por que acho que V. Ex<sup>a</sup> está, no mérito, certo. Estou inteiramente de acordo com V. Ex<sup>a</sup>, de que não devemos prejudicar Biólogos, Bioquímicos, dando aos Biomédicos, por exemplo, o direito de terem o monopólio sobre essa atividade. Não. Mas no passo em que se encontram as coisas, tenho sido ouvido como eventual responsável pela bancada e tenho respondido que talvez o que me pareça melhor é que se trata de, com urgência, e, aí sim, caberia requerimento de urgência, quer do meu Partido, quer do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, regulamentar a profissão de Biólogo e a profissão de Bioquímico.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Muito obrigado, nobre Senador Jarbas Passarinho. Infelizmente, não posso concordar com V. Ex<sup>a</sup>, porque se nós examinarmos o aspecto profissional dentro dessa grande área médica, vai-se criar, como consequência, grande quantidade de conselhos. Amanhã chega aqui o Nutricionista exigindo a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais. Vem o Pedriata e afirma ser da área médica, realmente, mas que a sua especialidade é diferente da do cirurgião. Vamos, então, criar para eles um Conselho Federal e os Conselhos Regionais. Depois, aparece um otorrinolaringologista e diz: "Não tenho nada a ver com Clínica, nada a ver com Cardiologia, com Gastroenterologia ou Pediatria, minha especialidade é cabeça, é nariz, garganta e ouvido. Então, quero a regulamentação desse setor, com um Conselho Federal e os Conselhos Regionais.

A coisa iria muito longe, seria uma "Sinfonia Inacabada". Ouço o nobre Senador Evandro Carreira.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Suponhamos que mais tarde os biônicos — não, não são os "biônicos" Senadores — mas aqueles que se dedicam à nova Ciência chamada Biônica, que é uma associação entre a Biologia e a Eletrônica, aquela que construiu o "Homem de seis milhões de dólares".

É a Ciência Biônica, e quem se dedica ao seu manuseio são os biônicos, quererão, também, um Conselho Especial e Conselhos Regionais.

Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu estado de saúde, e V. Ex<sup>a</sup> comprova isso, porque, no Estado do Rio de Janeiro, foi afetado pela peste suína e pela "peste biônica". V. Ex<sup>a</sup> ficou isento, pois não sentiu a necessidade de recorrer à bionidade para estar aqui com saúde.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Muito obrigado, nobre Senador Evandro Carreira. Ouço agora, o nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex<sup>a</sup> continua a possuir aquele senso de oportunidade nos seus pronunciamentos. Hoje, essa regulamentação dos biomédicos é um assunto nacional. Agora mesmo estou chegando de uma reunião, para a qual fui convidado por representantes de Biologistas e Farmacêuticos sobre o assunto. Tenho a impressão de que o assunto tem que ser examinado num nível partidário e apolítico, já que é um assunto onde não se devem imiscuir interesses outros senão no sentido de contribuição para que se chegue a uma solução. O projeto de regulamentação dos Biomédicos possui uma característica singularíssima: conseguiu desagradar todas as áreas. Acabo de receber um memorial contra a regulamentação de Biomédicos, assinado por entidades de Biomédicos. Vê V. Ex<sup>a</sup> que houve um tumulto no sentido dessa regulamentação. E digo mais, fui até instado a conversar com o ilustre ex-Ministro Jarbas Passarinho, no sentido de que se ache uma fórmula — infelizmente, vi, já, a assertiva de que S. Ex<sup>a</sup> é contrário — qual seja a elaboração de substitutivo que regule globalmente as profissões paramédicas de Biologistas, de Técnicos em Farmácia, de "biônicos" — digo mal, foi a percepção auditiva que me traiu — de Biomédicos, no sentido de que se regule isso porque não vejo nenhuma desvantagem num projeto global, inclusive evitaria essa dispersão burocrática muito a gosto de certos setores do Governo. Estamos encarregados, pela Bancada da Oposição, de redigir um substitutivo. Porque, veja V. Ex<sup>a</sup>, os médicos já entraram na guerra, os Radiologistas e os homens de análises clínicas. Então, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que este é um assunto que está envolvendo tantos interesses que a solução salomônica desta vez é a solução razoável. Que o Governo se sensibilize e resolva todos os problemas num só, sem nenhuma inconveniência de um texto generalizado, porque, afinal de contas, pretende-se uma regulamentação de profissões absolutamente afins, e, mais do que afins, parentes, irmãs. Faço um apelo à compreensão da Maioria, no sentido de que ouçamos as entidades de classe e façamos um projeto substitutivo que consiga o que esse projeto governamental não conseguiu, isto é, a pacificação da família dos paramédicos brasileiros.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Agradeço o aparte do nobre Senador Gilvan Rocha, e quero dizer que realmente o projeto desagradou a gregos e troianos. Ainda ontem, fui convocado para uma assembléia, pela manhã, na Universidade de Santa Úrsula, debatendo com Biólogos, Biomédicos, Farmacêuticos, e todos estão contra esse projeto, inclusive os Biomédicos. Não sei o que há com esse projeto, que até os Biomédicos do Rio de Janeiro estão contra? Ouvi isso e confirmo, dando o nome da Universidade. O próprio reitor estava presente. V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Jarbas Passarinho, está dizendo que não. Mas, foi. O que o nobre Senador Gilvan Rocha disse é uma verdade que eu ouvi ontem, que naturalmente ele ouviu, que outros devem ter ouvido.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Para mim é uma honra ouvir o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Peço que V. Ex<sup>a</sup> não se irrite; longe de mim querer atingir a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, que nunca pretendi pôr em dúvida. Apenas não concordei quando V. Ex<sup>a</sup> disse que os biomédicos estão contra. A Casa está cheia de delegações de biomédicos, trabalhando em favor do projeto. Procuraram-me, como procuraram todos os Senadores e Deputados. Mas, veja como é curioso — e nisto estou de pleno acordo com o Senador Gilvan Rocha, quando declarou que deve haver uma solução que não a partidária — o MDB, agremiação a qual V. Ex<sup>a</sup> pertence, na pessoa do seu Líder, foi quem solicitou, aqui, o regime de urgência para que o projeto dos biomédicos fosse aprovado imediatamente; não queria sequer que houvesse os prazos

regulamentares de discussão nas Comissões. Agora, o MDB descobre que os biomédicos estão sendo sacrificados. Então, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que primeiro não pensasse que eu seria tão grosseiro em por em dúvida a palavra de V. Ex<sup>a</sup> Quando V. Ex<sup>a</sup> fala que recebeu — está dando testemunho acerca de algumas pessoas da área de biomédico — esse testemunho de insatisfação, eu gostaria de mostrar a V. Ex<sup>a</sup> que há pressões, há centenas e milhares de telegramas que chegam à Liderança do Governo, pedindo que o projeto seja aprovado como está pela área dos biomédicos. Não concordo — mas, não estou incluindo nisso a minha posição de Líder eventual — em momento algum que se dê a ele qualquer tipo de privilégio; disse isto aos biólogos que me procuraram, aos bioquímicos, e, agora, aos médicos, como se referiu o nobre Senador Gilvan Rocha, inclusive de Patologia e de Radiologia. Então, o que estou procurando é ser prático, sincero, sem dar a impressão a ninguém de que desejo agradar, sem poder agradar. No momento em que nós estamos com um projeto que já está ultimado — está na Ordem do Dia, para votação — caberia, agora, discutir o que foi levantado pelo nobre Senador Gilvan Rocha: se é possível ou não um substitutivo que, por exemplo, faça a regulamentação global de todas as profissões paramédicas. Eu corro o risco de dizer a um médico, como o nobre Senador por Sergipe, que isto não é possível. Eu não posso regulamentar uma profissão de enfermagem tal como se regula uma profissão de biólogo; este é o nosso problema, é a nossa dificuldade, e nós queremos que a nobre Oposição, com o mesmo grau de sinceridade, analise o problema que nós pede que tenhamos sinceridade ao analisá-lo. Eu não quis, em nenhum momento, atingir a nobre figura do Sr. Senador Benjamim Farah, pondo em dúvida a palavra de S. Ex<sup>a</sup> O que eu digo — e, aí, provaria — é que, quando os Srs. Senadores Gilvan Rocha e Benjamim Farah declaram que ouviram manifestação contrária por parte de biomédicos, esses profissionais não significam, evidentemente, a classe ou a maioria da classe — que, enchendo esses corredores, está conosco — a dizer que estamos prejudicando a profissão deles. Eu já disse a eles: "Eu sou favorável para que se regule a profissão de vocês, jamais permitindo, porém, que, com o meu voto, vocês tenham o monopólio sobre uma área, que não devem ter". Então, vê V. Ex<sup>a</sup> que não sou contra o gênero do problema que V. Ex<sup>a</sup> levanta.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Só um instante, nobre Senador Gilvan Rocha.

Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Jarbas Passarinho, e ouvirei o aparte do nobre Senador Leite Chaves, que já o havia me solicitado antes. Em seguida, darei o aparte ao nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> está tratando de um assunto de extrema qualidade, sob cuja pressão o Senado Federal vem vivendo, há bastante tempo. E uma das razões pela quais a nossa Liderança, o Sr. Senador Paulo Brossard, requereu urgência foi exatamente para que o País não pensasse que era uma inatividade, um indiferentismo do Senado Federal que o levava a não votar contra ou a favor esse projeto. O que a Liderança do MDB deseja é realmente uma solução imediata para o caso. Mas, no requerimento de urgência não houve um posicionamento no sentido favorável ou contrário ao mérito.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Isso é mais que evidente, pelo amor de Deus.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Agora, estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> no que diz respeito ao esforço de se conseguir uma regulamentação global para o problema. Ao que se sabe, a biomedicina é um ramo da biologia, é uma especialidade da biologia. Ela é o conteúdo de um continente maior, que é a biologia. Proceder-se como se deseja, regulamentando-se a profissão da biomedicina sem que antes se proceda à regulamentação do biólogo, que abrange uma gama enorme de outras especializações, estar-se-ia procedendo con-

mo se na Medicina regulamentássemos a profissão — digamos — do pediatra sem que antes regulamentássemos a do médico. Logo, teria que fazer um serviço completo, um trabalho completo: proceder-se à regulamentação da biologia, com as suas subdivisões. O Conselho Nacional seria um só, dividido em determinados setores. Então, haveria as subspecializações, porque, do contrário, iríamos criar um problema maior do que o que estamos tendo, agora. Se os biomédicos alegam que não têm campo operacional de trabalho, depois da aprovação deste projeto, os biólogos e os farmacêuticos haveriam de se sentir sem condições de exercer a sua profissão. Parece-me que há um instante para a reflexão maior da Casa. E é neste particular e neste passo que me parece inteiramente aceitável e pertinente a sugestão do ilustre Senador Gilvan Rocha.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Agradeço o seu aparte e quero dizer que, da mesma forma que a Casa está cheia de biomédicos, está cheia, também, de outros profissionais do ramo. Tem farmacêuticos, tem bioquímicos, tem biólogos nesta Casa, pedindo uma regulamentação equânime e, ao mesmo tempo, uma regulamentação global, para não se fazer uma série de trabalhos, como colcha de retalhos.

Quanto ao nobre Senador Paulo Brossard, S. Ex<sup>a</sup> ficou mal, porque é do MDB, tal e coisa, então ele estava contra a ARENA. O Partido não está em jogo, não é um jogo político. Queremos fazer uma obra perfeita, um trabalho sem cor partidária. Tanto, que nem falei em MDB. Quando falei em requerimento, nem citei o Líder, porque o Líder — se V. Ex<sup>a</sup> quiser, vou dar um depoimento muito interessante — me consultou agora mesmo, lá fora, sobre a possibilidade de examinar juntamente com o nobre Senador Gilvan Rocha e fazermos um substitutivo. Então, ele não está — digamos assim — apaixonado por isto aqui. Ele aceita um diálogo e quer encontrar uma solução global.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Com prazer.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Vê V. Ex<sup>a</sup> com tristeza que o apelo que foi feito há minutos não caiu em terreno fértil. Fiz um apelo, em nome inclusive da altitude do Senado, para que se encontrasse uma solução partidária para o problema, e o Líder da Maioria vem dar a entender que há uma discrepância no comportamento do MDB, evidentemente para tirar — segundo insinuação bem clara — proveitos eleitorais do episódio. Mas, interessante é a tese de S. Ex<sup>a</sup> de que o pedido de urgência significaria que votaríamos a favor. É absolutamente inéduo pensar-se desse modo. O que o MDB quis fazer foi desgastar um projeto que já estava há muito na Casa, enquanto sentia o problema social agravar-se, inclusive com graves. E tanto isso é verdade que o projeto, depois de ativado pelo pedido de urgência, ainda não aprovado, mas realmente ativado, porque o MDB estava vigilante sobre ele, reuniu a Comissão de Saúde e teve voto contrário dos nossos representantes lá. É uma pena — e acredito que isso não seja uma opinião final do Governo — que não se possa conciliar as tendências e regulamentar globalmente as profissões, porque, ao contrário do que diz o Ministro, é absolutamente possível, a menos que se confunda, como S. Ex<sup>a</sup> confundiu, ciências médicas com ciências biológicas. Evidentemente que não se pode colocar enfermagem em ciências biológicas — são ciências médicas — mas é absolutamente crível que se tenha uma regulamentação de cuja qual o Governo é responsável, porque comete o grandíssimo pecado de permitir que jovens façam o vestibular em carreiras nas quais se diplomem e não sabem o que fazer com esse diploma. Este País tem que regulamentar de uma maneira nacional, sem passionalismo e sem insinuações, que nos desagradam profundamente. O MDB não tem posição formada sobre o texto do substitutivo, tem opinião formada de que o projeto, original como está, prejudica uma imensidade de classes e não satisfaz inclusive aos próprios biomédicos de escolas oficiais que assinaram documento neste sentido. Renovo o apelo de não se pôr em termos emocionais um proble-

ma que afeta uma quantidade enorme de profissionais que se formaram sem saber o que iriam fazer depois de formados.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Agradeço ao meu colega Senador Gilvan Rocha. Agora, ouvirei o nobre Senador Evandro Carreira.

**O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM)** — Nobre Senador Benjamin Farah, V. Ex<sup>a</sup> alvitrou uma posição muito razoável. Há necessidade de se restringir de imediato, de se tomar posição séria com relação a este problema. Mesmo porque nos chega a notícia de que o Sr. Amaral Peixoto acaba de se registrar como "biônico" na Assembléia Legislativa fluminense.

Candidato ao diploma de "biônico", há necessidade de se regulamentar essas profissões porquanto, daqui a pouco, ele vai querer clinicar e também fazer análises médicas. Há necessidade de uma regulamentação imediata.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Nobre Senador Benjamin Farah, V. Ex<sup>a</sup> me permitiria um aparte antes da conclusão do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Ouço o nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — E eu agradeço porque é simplesmente espantoso que o nobre Senador Gilvan Rocha tenha afirmado que confundi ciências biológicas com ciências médicas. Se S. Ex<sup>a</sup> confiar na Taquigrafia da Casa, vai encontrar exatamente o que ele disse e o que eu repliquei. S. Ex<sup>a</sup> disse — e eu tenho muito boa memória — que era perfeitamente possível compor um substitutivo que englobasse todas as áreas paramédicas. Foi a expressão de S. Ex<sup>a</sup>: paramédicas, e paramédico é o enfermeiro. De modo que eu declarei, desde logo, ser impossível colocar todos eles na mesma regulamentação. De sorte que não há a menor incoerência naquilo que eu afirmei, nem a confusão que S. Ex<sup>a</sup> me emprestou, nem também qualquer tipo de emocionalismo no caso. Se V. Ex<sup>ts</sup> me provarem que é perfeitamente possível regulamentar, num só bloco, estas profissões, já estou partidário da idéia. Tenho a responsabilidade de já ter passado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social durante três anos, sei que as regulamentações de profissões são separadas umas das outras; portuários, por exemplo exige desde o vigia até o estivador, cada um tem sua profissão regulamentada, no entanto, são afins. Por quê? Porque elas têm partes comuns e têm partes que são peculiares a cada uma. Isto eu disse aos jovens que me procuraram. Estou a favor da tese deles. Não concordo que se dê, repito, nenhum tipo de monopólio a uma profissão contrariamente a outras. Agora, acho isto impossível, Senador. V. Ex<sup>a</sup> conhece o Parlamento muito mais do que eu; V. Ex<sup>a</sup>, além de talento, tem muito mais experiência.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — V. Ex<sup>a</sup> é muito bondoso.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — V. Ex<sup>a</sup> sabe que, nesta altura, se pudessemos ter um substitutivo que fosse capaz, realmente, de englobar e regulamentar várias profissões numa área só, então eu já estaria de acordo. Mas, peço as V. Ex<sup>ts</sup> que, sem emocionalismo, examinemos o problema. Eu, respondendo eventualmente, pela Maioria, estou inteiramente aberto para que se analise a questão a partir do Ministério do Trabalho, se é possível regulamentar profissões que, tendo partes comuns, têm, entretanto, partes que não são comuns.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte?

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Permitirei num instante. Antes, quero apenas perguntar ao nobre Senador Jarbas Passarinho...

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco, Fazendo soar a campainha.)** — Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que o tempo desta sessão está terminado.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Eu só perguntaria ao nobre Senador Jarbas Passarinho se essas diversas categorias profissionais, à beira do cais, cada uma delas tem um conselho federal e um conselho regional? Se tivessem, aonde é que iríamos parar?

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Eu não disse isso.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — V. Ex<sup>a</sup> disse que cada uma delas tem sua regulamentação, aí estou de acordo. Mas, cada uma delas não tem um conselho federal e um conselho regional.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — V. Ex<sup>a</sup> sabe que, por exemplo, o CREA só coloca, no Conselho Federal, arquitetos e engenheiros, agora as profissões são diversas. Por Deus! Onde estamos?

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Encerrando, ouvirei agora, o Senador Gilvan Rocha.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Eu continuo insistindo Ex<sup>a</sup>, que se tire proveito do debate, mesmo sem levar em consideração que, certas vezes, a emenda é pior do que o soneto. Evidentemente, nesse quiprocó, o que se deseja é fazer regulamentação de profissões paramédicas, ainda não regulamentadas. Enfermagem é uma profissão regulamentada. Mas vamos tirar proveito disso. O Senador Líder da Maioria, apesar de inicialmente achar impossibilidade disso, lança um desafio, não à Bancada do MDB, que teve a justeza de pensar em fazer um substitutivo, ouvindo as classes. Mas vamos tirar proveito. S. Ex<sup>a</sup> votará, creio, num substitutivo que contenha as assinaturas de entidades representativas dessas profissões. Vamos trabalhar neste sentido.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ)** — Eu agradeço aos nobres Senadores que me apartearam, trazendo uma contribuição valiosa, não só os Senadores do meu Partido, como também a contribuição do nobre Senador Jarbas Passarinho que, com o brilho de sua inteligência sempre traz luzes a todos nós, na escuridão deste mundo.

Sr. Presidente, já que se falou em política, este é o pensamento do meu Partido. O nobre Líder do Movimento Democrático Brasileiro não está, digamos assim, apaixonado por este projeto; ele quer encontrar a verdade, um denominador comum, e é este denominador que precisamos evidenciar nesta Casa, em favor dessas categorias, em favor dos biomédicos, em favor dos biólogos.

Eu daria alguns detalhes, mas o tempo já está extinto, peço então ao nobre Líder do Governo que nos ajude a retirar este projeto da Ordem do Dia, já que é a Maioria quem decidirá, e não temos maioria, que S. Ex<sup>a</sup> nos ajude a colocar em debate o projeto, o substitutivo, que está nas mãos do próprio Líder da Maioria. Queremos debater aquele projeto, e queremos fazer um substitutivo que atenda a todos, e não que resolva em parte, com prejuízo dos demais. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco)** — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 50, de 1978, de autoria do Sr. Senador Alexandre Costa, que extingue o Quadro de Pessoal CLT, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 8, de 1976, e dá outras providências.

Ao projeto foi oferecida uma emenda, que será lida pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário.

*É lida a seguinte*

#### EMENDA Nº 1

#### Ao Projeto de Resolução nº 50/78

Dê-se ao § 2º do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§ 2º O enquadramento resultante da execução do disposto neste artigo deverá efetivar-se na mesma Referência de vencimento em que esteja enquadrado o servidor no Quadro Permanente."

S11/78  
008

Político-administrativa do Município de Colatina, no norte do meu Estado, que hoje, festeja com um vasto programa de cerimônias cívico-religiosas e escolares a passagem de data tão significativa para o Estado do Espírito Santo.

Colatina, Sr. Presidente, é dos grandes municípios do meu Estado, e sempre teve na nossa Representação Federal representantes ilustres. Agora mesmo, tem, na chapa de senadores, representantes dos dois Partidos, um candidato do MDB e um da ARENA, o que revela a sua importância eleitoral, além de candidatos outros à Representação Federal, que significam a pujança eleitoral daquele município.

Sr. Presidente, em Colatina reside uma das mais expressivas...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não gostaria de interromper o pensamento de V. Ex<sup>a</sup> Não para tentar ocupar um lugar vazio, mas para, na ausência do Líder do meu Partido nesta Casa, dizer que, se presente estivesse, S. Ex<sup>a</sup> naturalmente estaria se associando a V. Ex<sup>a</sup> nesta homenagem que presta, por todos os títulos justa, à comunidade de Colatina.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> De fato, registraria com prazer a participação, o acesso ao meu pronunciamento do ilustre Líder da Maioria, se aqui estivesse presente.

Mas, Sr. Presidente, tão significativa é a posição de Colatina no mosaico eleitoral e administrativo do meu Estado, que ali fomos buscar um dos candidatos a Senador da República, precisamente o ex-Senador e ex-Vice-Governador Raul Gilbert, que já honrou essa bancada na Representação do Estado do Espírito Santo no Senado Federal. É um nome larga e significativamente projetado na vida política do nosso Estado, e tem desempenhado, desde a Prefeitura do Município à Vice-Governadoria do Estado e à Governadoria, numa interinidade, e até na Representação capixaba aqui no Senado.

Ali também a ARENA foi buscar um candidato a Senador, um Deputado Federal pela ARENA, que é o candidato do norte na triplíce formação da chapa de Senadores da ARENA no Estado, o ilustre Deputado Moacyr Dalla, que também e, coincidentemente, cunhado do futuro Governador, Senador Eurico Rezende.

Sr. Presidente, além dessa significação eleitoral, Colatina é o Município de maior produção de café do Estado. Certa vez, chegou a

ser o maior produtor de café do mundo, o que revela a pujança econômica daquele município. Chegou a ser, há dez ou quinze anos, o maior produtor de café do mundo! Perdeu essa auréola do seu prestígio cafeeiro, porque o Governo erradicou milhares de alqueires de terra, cobertos de lavoura de café, na área de Colatina.

Erradicada a lavoura, Colatina perdeu aquela categoria de município maior produtor de café do mundo. Mas é, Sr. Presidente, o maior produtor de café do meu Estado.

Além disso, tem um parque industrial considerável; três faculdades, e parte para uma futura universidade, porque tem o empresariado, os meios sociais e políticos, enfim os meios culturais de Colatina são de alta significação, movimentando-se agora para conglomerarem essas faculdades numa unidade universitária, o que dará uma predominância magnífica à zona de que ela é o centro. Quer dizer, o norte do Estado, o sul da Bahia e a região nordeste do Estado de Minas Gerais.

Portanto, aí, nestes fatos, quero revelar a significação de Colatina, no processo do Estado.

Hoje, Sr. Presidente, significativamente, deveria acontecer, em praça pública ou em salão, uma solenidade de grande expressão, pois uma filha de D. Colatina, a senhora que deu seu nome ao município, porque, à época era esposa do grande Governador José de Carvalho Muniz Freire, D. Colatina Muniz Freire doaria, em solenidade cívica de alta expressão, o colar que o município de Colatina entregou a sua mãe, numa solenidade em que pretendia demonstrar a gratidão do povo pelo que fizeram por Colatina o Governador José de Carvalho Muniz Freire e D. Colatina.

Sr. Presidente, para essa solenidade, tive o ensejo de me comunicar com os diretores, o prefeito e o próprio Juiz de Direito na cidade, pedindo que marcassem a hora do evento.

Entretanto, por motivos diversos, a solenidade será realizada durante as comemorações do 58º aniversário da Cidade de Colatina.

Assim, Sr. Presidente, registro o fato — e registro, sobretudo, Sr. Presidente, o aniversário de Colatina, grande Município do Norte Setentrional, cujo Prefeito é candidato a Deputado Federal pela ARENA — lá, onde uma pujante equipe de homens, de espíritos lúcidos, de professores, de juristas, de estudantes, de operários e a principal formação do embasamento de Colatina a sua formação agrícola, a sua formação pecuária, todos esses elementos juntos e de mãos dadas produzem e mantêm Colatina na linha de frente dos Municípios capixabas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

#### ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1978

Às dez horas do dia vinte e quatro de agosto do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Srs. Senadores Wilson Gonçalves — Presidente, Cattete Pinheiro Alexandre Costa, Altevir Leal, Itamar Franco e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Heitor Dias, Murilo Paraiso, Osires Teixeira, Saldanha Derzi, Virgílio Távora e Lázaro Barboza.

Constatada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, é concedida a palavra ao Sr. Senador Adalberto Sena, que relata favoravelmente o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1978-DF, que "dispõe sobre a criação de fundo especial, de natu-

reza contábil, denominado Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Distrito Federal — FUNDO-IDR".

Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer, com restrições da parte do Sr. Senador Itamar Franco.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

#### ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1978

Às dez horas do dia vinte e quatro de agosto do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Sala "Clóvis Bevilacqua", presentes os Senhores Senadores João Clamon — Presidente, Adalberto Sena, Cunha Lima, Itamar Franco, Ruy Santos e Cattete Pinheiro, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Tarso Dutra, Gustavo Capanema, Otto Lehmann e Evelásio Vieira.

Constatada a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Logo após, são apreciadas as seguintes proposições:

**Pelo Senhor Senador Ruy Santos**

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1978, que "dispõe sobre o preenchimento de vagas em instituições credenciadas a executar programas de Residência Médica".

Durante a discussão, é concedida vista da matéria ao Senhor Senador Itamar Franco.

**Pelo Senhor Senador Cattete Pinheiro**

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1975, que "torna obrigatório o ensino de higiene e segurança do trabalho nos cursos técnicos e profissionais, em todo o País, e dá outras providências".

Durante a discussão, o Senhor Presidente concede vista regimental ao Senhor Senador Adalberto Sena.

Finalmente, a Comissão aprova o texto do Convênio a ser firmado entre o Senado Federal e a Universidade de Brasília, que por ordem do Senhor Presidente vai publicado em anexo da presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ANEXO

#### UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Gabinete do Reitor

**Termo de Convênio que fazem o Senado Federal e a Fundação Universidade de Brasília para avaliar a Educação brasileira.**

O Senado Federal, neste ato representado por seu Presidente, Senador Petrônio Portella, daqui por diante denominado Senado, e a Fundação Universidade de Brasília, neste ato representada por seu Presidente, Reitor José Carlos de Almeida Azevedo, daqui por diante denominada FUB, celebram este Convênio que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### Objetivos

O Convênio regula a forma e as condições mediante as quais a FUB — tendo em vista decisão tomada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal — elaborará documento sobre a Educação no Brasil, baseado nas conferências que ali proferiram, nos últimos dois anos, autoridades no setor educacional.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### Requisitos

A FUB, ouvida a Comissão de Educação e Cultura, reunirá especialistas brasileiros que responsabilizar-se-ão pelos estudos e

relatórios setoriais e elaborará o relatório final a ser encaminhado ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura no prazo de noventa dias, a contar da data de assinatura do Convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### Recursos Financeiros

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio limitar-se-ão ao pagamento de *pro labore* no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) a, no máximo, quinze educadores, ao pagamento de até vinte passagens aéreas, de ida e volta de localidades do território nacional a Brasília e ao pagamento de até sessenta diárias, no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cada uma.

#### CLÁUSULA QUARTA

Os relatórios parciais e o final analisarão diferentes aspectos do ensino de 1º e 2º Grau e Universitário, dos Ensino Supletivo e Profissionalizante e do MOBRAF, tendo como objetivo apresentar sugestões para o seu aprimoramento, analisando ainda, na medida do possível e da disponibilidade de informações oficiais, aspectos de natureza administrativa, financeira, pedagógica e outros relacionados à Educação Brasileira.

Parágrafo único. A Comissão de Educação e Cultura, mediante troca de correspondência com a UnB, poderá solicitar a análise de temas especiais relacionados aos objetivos deste Convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA

Os recursos relativos ao pagamento dos *pro labore* serão repassados de uma só vez à UnB, por ocasião da assinatura do Convênio, acrescidos de uma taxa de administração de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros).

Parágrafo primeiro. A UnB emitirá as passagens aéreas e efetuará os pagamentos das diárias, até aos limites estabelecidos na Cláusula Terceira e apresentará ao Senado a fatura final que será paga até quinze dias após a sua apresentação, acrescida de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para trabalhos de datilografia.

Parágrafo segundo. Tendo em vista a natureza do Convênio, a FUB não cobrará a taxa de participação.

#### CLÁUSULA SEXTA

Os casos omissos serão resolvidos mediante troca de correspondência entre as partes, desde que não sejam alterados os objetivos deste Convênio.

Parágrafo único. Fica eleito o foro de Brasília para dirimir dúvidas que possam originar da execução do presente Convênio e que não possam ser resolvidas por via administrativa.

E, por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Convênio em quatro vias de igual teor, na presença das testemunhas indicadas.

Brasília, de de 1978. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal. — José Carlos de Almeida Azevedo, Reitor da Universidade de Brasília.

Testemunhas: — Senador João Calmon — Senador Evelásio Vieira.

ras estimativas, a produção de álcool anidro poderá alcançar, na safra 1978/79, o volume de 2,4 bilhões de litros, ampliando, destarte, a possibilidade de estender a mistura de 20% a outras regiões do País, além da cidade de São Paulo, de várias regiões de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O esforço concentrado no sentido de expandir e diversificar nossas exportações teve, também, excelentes resultados.

Após vultoso déficit acusado pela nossa balança comercial em 1974 (US\$ 4,7 bilhões), como consequência quase direta da quadruplicação do preço do Petróleo, foi possível encerrar 1977 com superávit de US\$ 138 milhões, marca que, por si só, é bastante expressiva para justificar o acerto de toda política adotada em relação aos setores comentados. Todavia, subjacentes a esses resultados, há fatos e tendências que merecem registro especial. Missões lideradas pelo MIC têm realizado importantes conversações comerciais, no mais alto nível, em países como o Iraque, Argélia, Austrália e Iran, além de outros do Leste Europeu. As perspectivas existentes nesses mercados são realmente promissoras para o Brasil, visto que temos excelentes condições de ampliar nossas vendas, tanto na área de serviços, como na de produtos manufaturados, sobretudo de material de transportes, têxteis e alimentos. Presentemente, já atuamos em diversas frentes, principalmente no setor de construção civil, induzindo a realização de obras de grande porte, como hidroelétricas, estradas de rodagem, hotéis, telecomunicações, e outras, no Oriente Médio (Iraque, Iran e Arábia Saudita), África (Argélia, Gabão, Mauritania e Nigéria) e América Latina (Uruguai, Venezuela, Peru, Bolívia e Colômbia).

P. Qual a contribuição das multinacionais para o desempenho industrial do país nos últimos anos?

R. Vale salientar, de início, que com a experiência adquirida temos tido a capacidade de direcionar os investimentos das multinacionais para onde julgamos possa ser maior a sua contribuição ao desenvolvimento do País, isto é, para os setores em que o aporte de capitais e tecnologia possam gerar maior eficiência no uso dos recursos, observados os aspectos socio-econômicos desejáveis, no estágio atual em que nos encontramos. Os resultados dessa política, no referente a aporte de capitais, podem ser avaliados pelos investimentos diretos dessas empresas que quase duplicaram, no período 1974/77, pois evoluíram de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 7,5 bilhões. Enquanto isso, os reinvestimentos passaram de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 3,7 bilhões, assim, o total de investimentos e reinvestimentos passou de US\$ 6,0 bilhões para US\$ 11,2 bilhões, ou seja, um incremento de quase 100%, no período. Tendo em vista que esses investimentos foram orientados para os setores que julgamos indicados, é fácil ver o reflexo que estão tendo na formação de renda nacional, por outro lado, através sobretudo da Biefex tem-se procurado orientar as multinacionais para os programas de exportação. Assim é que indústrias como a automobilística têm sido estimuladas a manter o seu ritmo de expansão em função principalmente das potencialidades do mercado externo. Quanto à transferência de tecnologia, a política adotada permitiu que, entre 1974/77, fossem deferidos 5.616 pedidos de transferência e fossem formulados 7.268 pedidos de aberturas. É preciso que fique bem clara a nossa posição no tratamento relacionado com a transferência de tecnologia, pois, nesse campo, não perseguimos a auto-suficiência, que julgamos impossível a qualquer País, mas tão-somente, além de salvaguardar os interesses nacionais, orientar o esforço externo para onde não exista tecnologia nacional adequada, política consubstanciada nos atos normativos nºs 15 e 30 do INPI, respectivamente de 11-9-75 e 19-1-78, por fim, apenas para efeito de exemplificar o êxito que temos obtido no difícil papel de conciliar os interesses nacionais com os das multinacionais, quero citar o caso típico dos pólos petrolíferos, em que se estimulou o tipo de organização tripartite (empresa nacional/estatal e multinacional) às indústrias "down stream".

P. Como tem evoluído a participação da indústria nacional frente às multinacionais e às estatais? Reduziu-se ou aumentou a dependência externa da economia brasileira?

R. Os dados disponíveis sobre o desempenho das empresas nacionais, multinacionais e estrangeiras. Assim mesmo medido em termos de participação relativa do patrimônio líquido, referem-se aos anos de 1973 e 1976. Por esses dados, verifica-se que, entre 47 diferentes tipos de indústria, em 21 a indústria nacional ganhou posição relativa: em seis a situação permaneceu a mesma entre os dois anos considerados: em 13 houve perda de posição relativa e em sete os dados referem-se apenas a um ano, o que não possibilita comparações. Sem embargo, é oportuno esclarecer que em todos os setores importantes (minerais metálicos, não-metálicos, siderurgia, metalurgia, de não ferrosos, máquinas, motores e equipamentos industriais, material elétrico, construção naval, autopeças, carrocerias, tratores e máquinas e terraplenagem), houve ganhos de posição ou a situação permaneceu a mesma. Tomando-se outro indicador para responder a essa pergunta, poderíamos, ainda, citar a crescente participação da indústria nacional no fornecimento de máquinas e equipamentos aos projetos aprovados pelo CDI, já que, em termos de valor, evoluiu de 36% para 74,5% entre 1973/77. Além disso, a participação dos capitais nacionais na execução dos projetos aprovados por aquele órgão tem aumentado significativamente entre 1974/77. Assim é que, nesse período, essa participação nos projetos de bens de capital evoluiu de 49% para 86%. Em insumos básicos de 77% para 88% e em bens de consumo de 76% para 86%.

Esses dados mostram, claramente, a preocupação não só de preservar, mas, também, a de expandir o papel da empresa nacional no nosso desenvolvimento. Com relação à segunda parte da pergunta, creio que as respostas, anteriores, especialmente a primeira, evidenciam que toda a política adotada está orientada, em última análise, para conferir maior nível de independência externa, de modo particular em setores estratégicos em que, até muito recentemente, apresentávamos quase que completa dependência (bens de capital e insumos básicos).

P. Quais as perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos?

R. Serão boas, pois muitos dos atuais grandes projetos em execução estarão em funcionamento efetivo a partir do biênio 1979/80. Devemos ter presente, contudo, que devido aos nossos problemas de balanço de pagamentos e de inflação, deverá o Governo manter uma política de crescimento moderado, em torno de 5% ao ano. No tocante ao balanço de pagamentos, fizemos inegavelmente grandes progressos, pois de um déficit recorde de Cr\$ 7,1 bilhões em "conta-corrente", em 1974, conseguimos reduzi-lo para Cr\$ 4 bilhões, em 1977. Quanto à dívida externa, tremendamente influenciada por esses déficits, deveremos perseguir o objetivo de incrementar nossas exportações, nos próximos anos, em ritmo relativamente maior do que o crescimento de nossos compromissos financeiros no exterior. O problema, portanto, será crescer as exportações, em níveis que permitam manter a relação dívida líquida/exportações inicialmente estável e, posteriormente, declinante. Esse, a meu ver, deverá ser um dos objetivos principais a serem alcançados nos próximos 6 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 157, de 1978, do Senhor Senador Osires Teixeira, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "Uma Reunião em Assembléia Geral do MOBREAL", publicado no *O Estado de S. Paulo*, do dia 1º de junho de 1978.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É o seguinte o artigo cuja transcrição é solicitada:

#### UMA REUNIÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL

Discretamente, quase como quem dá seqüência a uma rotina de trabalho, o MOBREAL realizou na semana passada uma reunião que

poderia ter ficado como a assembléia geral dessa agência de educação: reuniram-se durante quatro dias 570 supervisores de área de todo o Brasil, ou sejam, os responsáveis pela presença e ação do movimento em cada uma das microrregiões em que se agrupam os municípios do território nacional — todos eles, como se sabe, alcançados há já vários anos pelo MOBREAL. Para os observadores de fora, foi uma visão do movimento a partir do trabalho humilde, mas profundamente generoso, de campo (e no sentido mais real do termo: 70% da ação do MOBREAL desenvolve-se, atualmente, na área rural). Para os participantes foi uma ocasião preciosa de tomar consciência nítida da relevância nacional do que conseguem dentro dos horizontes forçosamente limitados da ação local: a consciência da co-responsabilidade, que é um dos ingredientes mais poderosos de uma verdadeira integração nacional.

A indagação que a amplitude e a mística quase palpável do MOBREAL sugerem é se não reside nele um dos principais fatores de renovação futura de todo o sistema nacional de educação, atualmente comprometido com conceitos altamente questionáveis (a educação por níveis, quando toda educação é um processo continuado e permanente por exemplo) e emperrado por uma burocracia que desestimula a iniciativa na mesma medida em que se presta a certos enfeudamentos políticos.

Já tivemos ocasião de dizer, nestas colunas, que jamais se poderia ser contra o MOBREAL: pelo tipo de necessidade a que atende, pela estrutura que recebeu na origem (e que lhe permite, até hoje, uma fórmula de operação extremamente econômica) e, enfim, pela própria conveniência de se estabelecer uma concorrência sadia entre agências distintas e diversas de educação. Cumpre, porém, acrescentar que, por maiores que sejam os erros de avaliação possíveis nos números, por mais que se possam discutir os métodos e até mesmo certos aspectos da filosofia do movimento, em oito anos o MOBREAL se distanciou em décadas das sucessivas campanhas de alfabetização que o Brasil tinha promovido anteriormente.

Basta lembrar que, com os 1.202.535 alfabetizados em 1977, o residual de analfabetismo ficou reduzido para 14,2% — menos de metade do percentual de há oito anos, quando o MOBREAL começou a funcionar regularmente. Mas, como hoje o movimento é muito mais uma agência de educação permanente que uma campanha se exaurindo na alfabetização de adultos, o trabalho desdobrou-se espontaneamente num mecanismo de difusão cultural (programas de educação sanitária, de incentivo às culturas regionais e locais, de formação de comunidades) que acaba atacando de um ângulo insuspeitado o problema da qualificação profissional e, conseqüentemente, da distribuição de renda. Talvez por isso tenha o MOBREAL conseguido bom desempenho em seus programas de profissionalização: para 102.500 vagas oferecidas nos "balcões de empregos" criados pelo MOBREAL (e a custo zero, diga-se de passagem) houve 45.000 encaminhamentos e 21.000 colocações efetivas.

E aqui nos encontramos com um desdobramento da indagação feita acima: não teria o Brasil obtido muito maiores resultados na educação sistemática, se tivesse dado, no passado, igual ênfase à difusão cultural? A necessidade autêntica do aprimoramento pessoal não é função do nível geral de cultura numa população? O problema da evasão escolar (crítico, em todo o Brasil, depois de apenas dois ou três anos de escolaridade sistemática) não acusa justamente uma falta de interesse que as comunidades não souberam sanar e não pede, por outro lado, um instrumento flexível de recuperação como o MOBREAL, onde a freqüência seja perfeitamente compatível com o exercício de um emprego para o ganho do pão diário?

Essa consciência potencialmente provocadora (que se cuidem certos mandarínatos...) de uma nova política educacional para o Brasil está a se formar, quase imperceptivelmente, entre os alfabetizadores, monitores, agentes e supervisores do MOBREAL. Foi ela o clima da reunião promovida semana passada no Rio de Janeiro, em que os participantes puseram perguntas que os responsáveis pela política nacional de educação deveriam reciclar.

### O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1978 (nº 126-B/78, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, em Brasília, a 17 de novembro de 1977, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 385 e 386, de 1978, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

### O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1978-DF, que dispõe sobre doação, à União, pelo Distrito Federal, de bens móveis colocados à disposição da Presidência da República em 17 de novembro de 1967, tendo

PARECERES, sob nºs 378 a 380, de 1978, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- do Distrito Federal, favorável; e
- de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

### O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 55, de 1978 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 481, de 1978), que autoriza a Prefeitura Municipal de Lupércio (SP) a elevar em Cr\$ 610.800,00 (seiscentos e dez mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 482, de 1978, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

### O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 6:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1977, do Senhor Senador Jarbas Passarinho, que obriga as emissoras de televisão a incluir, nas suas programações semanais de filmes estrangeiros, um filme, pelo menos, com legenda em português, tendo

PARECERES, sob nºs 508 e 509, de 1978, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

são de benefícios pecuniários do PRORURAL a serem concedidos ao trabalhador rural produtor, tendo

PARECER, sob nº 195, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 5 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1978-Complementar, do Senhor Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, tendo

PARECER, sob nº 167, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 6 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1977, do Senhor Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, tendo

PARECERES, sob nºs 92 e 93, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e no mérito, favorável; e

— de Economia, favorável.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1978, do Senhor Senador Agenor Maria, que isenta do pagamento do Imposto de Renda os aposentados da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 194, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 8 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que assegura transporte gratuito aos assalariados de baixa renda, aposentados e estudantes, tendo

PARECER, sob nº 292, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Petrônio Portella) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 45 minutos.)

#### REQUERIMENTO ENCAMINHADO À MESA

#### REQUERIMENTO Nº 288, DE 1978

Requeiro, nos termos do art. 233, do Regimento Interno, transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Exmº Sr. Ministro General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos, por ocasião da Sessão Solene do Superior Tribunal Militar, comemorativa ao Sesquicentenário do Supremo Tribunal Federal.

A importância e oportunidade do documento podem ser atestadas pelo seguinte tópico em que o ilustre homem público defende: "as eleições presidenciais e parlamentares, realizadas sem qualquer favorecimento oficial dos Poderes Executivo e Judiciário aos candidatos, nos termos da legislação vigente e evitada, por intempestiva e ilegítima a participação bona partista das Forças Armadas, na luta político-partidária, por infringência de sua missão constitucional — as quais devem estar voltadas única e inteiramente nobre para defesa da Pátria e da Lei".

Sala das Sessões, 27 de setembro de 1978. — **Franco Montoro**.

À Comissão Diretora.

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 22-9-78 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. MARCOS FREIRE** (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Falamos, há poucos dias, da distribuição da riqueza — entre nós, nitidamente injusta e discriminatória. Daí por que a qualidade de vida, agravada pelas pressões inflacionárias e pela irreprimível elevação do custo de vida, não poderia, de modo algum, registrar índices satisfatórios.

Mostramos que persistem, aqui e acolá, em todos os lugares e em todas as partes, fortes indícios de miséria generalizada: altas taxas de mortalidade infantil e geral, analfabetismo em expansão, desemprego e subemprego, doenças de massa, suanutrição e desnutrição em grau elevado e, no centro de tudo, salários baixíssimos, muito aquém das necessidades vitais da população.

Esses problemas, que se agravam e se aguçam constantemente, revelam a precariedade da ação do Governo nos campos econômico e social.

Na área educacional, apesar dos propalados (mas nunca alcançados) êxitos do MOBRAL e da reforma do ensino — até agora não implantada integralmente — os retrocessos são flagrantes. A II Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, recentemente divulgada pela Fundação IBGE, desmente a linguagem triunfalista oficial e desnuda alguns ângulos dramáticos da realidade brasileira.

Mesmo em regiões menos aviltadas pela poluição da miséria, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Sul do País, os índices de analfabetismo acusaram deplorável crescimento.

No Rio de Janeiro, o coeficiente de crianças em idade escolar (5 a 9 anos), que não sabem ler nem escrever, saltou de 40,9%, em 1973, para nada menos de 52,9%, em 1976, registrando um aumento de quase 30% no curto espaço de 4 anos.

Em São Paulo, a elevação da taxa de analfabetismo, nos mesmos período e faixa etária, foi um pouco menor, mas nem por isso menos lamentável: passou de 49,1%, em 1973, para 54,1%, em 1976.

Nos Estados sulinos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por outro lado, evoluiu de 49,6%, em 1973, para 58,5%, em 1976, com um acréscimo de 20% no quadriênio.

Em Minas Gerais e Espírito Santo, o número de crianças, com idade entre 5 e 9 anos, sem nenhuma instrução cresceu de 52,1%, em 1973, para algo como 61,3%, em 1976, experimentando um aumento de aproximadamente 20%.

Contudo, foi exatamente o Nordeste — paupérrimo e esquecido — que registrou maior elevação do coeficiente de analfabetos, para essa mesma faixa etária, passando de 65,9%, em 1973, para a espantosa cifra de 80,9%, em 1976, com uma taxa equivalente a cerca de 30%.

Até mesmo o ensino de todos os níveis, abrangendo pessoas com 5 anos e mais, experimentou, no período, grave retrocesso.

Apenas São Paulo apresentou ligeiro avanço, com o índice de analfabetismo caindo de 18,5%, em 1973, para 17,2%, em 1976. Todas as demais regiões, com pequenas diferenças, acusaram recrudescimento do número de analfabetos.

O quadro seguinte explicita melhor a questão:

| Região                              | Porcentagem |      |
|-------------------------------------|-------------|------|
|                                     | 1973        | 1976 |
| Rio de Janeiro .....                | 15,2        | 17,0 |
| São Paulo .....                     | 18,5        | 17,2 |
| Paraná, S. Catarina e RGS .....     | 20,7        | 21,4 |
| Minas Gerais e Espírito Santo ..... | 25,1        | 27,5 |
| Nordeste .....                      | 45,1        | 50,1 |

Fonte: II PNAD

Fundação IBGE, 1976

A região nordestina, como sempre, lidera as estatísticas negativas. Hoje, por obra e graça de um modelo econômico sabidamente elitista, metade da população do Nordeste não sabe ler nem escrever.

De nada adianta o clamor de indignação e protesto de alguns setores oficiais, especialmente MEC e MOBRRAL, contestando e criticando a validade dos dados recém divulgados pela Fundação IBGE. Eventuais diferenças de critérios metodológicos, apontadas como conflitantes, não foram lembradas, por exemplo, quando o órgão, pouco antes, revelou ligeira melhora na apropriação da riqueza na faixa que recebe até meio salário mínimo, que, em 1972, era de 21,3% da população economicamente ativa e passou, em 1976, a representar 12,38% da força de trabalho. Os métodos de avaliação, num e noutro caso, foram rigorosamente os mesmos.

Parece-me, portanto, que, quando se trata de exaltar as virtudes do modelo, qualquer critério é válido. Todavia, quando a única alternativa é fantasiar a realidade e mistificar a opinião pública, os processos científicos que dão expressão à verdade não servem e são, sempre, mal interpretados.

Ora, que me desculpem os donos do poder e seus acólitos, mas ninguém, até hoje, conseguiu "tapar o sol com a peneira".

Este, portanto, é um outro aspecto da realidade nacional a revelar a completa falência do modelo brasileiro — antes de tudo, elitista e concentrador.

A Nação está cansada e quer democracia de verdade para, reformulando suas estruturas, oferecer melhores condições de vida

para os trabalhadores. Essa tem sido a luta do MDB, que prosseguirá com destemor, até que, enfim, o Povo seja Poder.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**ATA DA 149ª SESSÃO, REALIZADA EM 15-9-78**  
(Publicada no DCN — Seção II — de 16-9-78)

**RETIFICAÇÃO**

No texto do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978, proposto pelo Superior Tribunal Militar, que "altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências:

Na página 4.592, 2ª coluna, na ementa do projeto,  
Onde se lê:

**Altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003 de 21 de outubro de 1969) e dá outras providências.**

Leia-se:

**Altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969) e dá outras providências.**

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 73, de 1978 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-Lei nº 1.631, de 2 de agosto de 1978, que "Dispõe sobre a incidência do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos nos álcoois Etilíco e Metílico, para fins carburantes, e dá outras providências".**

#### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1978

Às dezesseis horas do dia doze de setembro do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Alexandre Costa, Heitor Dias, Wilson Gonçalves, Jarbas Passarinho, Dinarte Mariz, Helvídio Nunes, Itálvio Coelho, Dirceu Cardoso, Roberto Saturnino, Adalberto Sena e os Deputados Antonio Gomes, Siqueira Campos, Luiz Rocha e Navarro Vieira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 73, de 1978 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.631, de 2 de agosto de 1978, que "Dispõe sobre a incidência do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos nos álcoois etílico e metílico, para fins carburantes, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Augusto Franco e os Deputados Homero Santos, Cardoso de Almeida, Getúlio Dias, Jorge Uequed, Milton Steinbruch, Pedro Lauro e Odemir Furlan.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao relator da matéria, Deputado Antonio Gomes, que emite parecer favorável à Mensagem nº 73, de 1978 (CN).

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

### COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

#### 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1978

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de setembro do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Sala "Ruy Barbosa", presentes os Senhores Senadores Benjamim Farah, Presidente, Adalberto Sena, Lenoir Vargas e Saldanha Derzi, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Accioly Filho, Augusto Franco, Heitor Dias e Hugo Ramos. É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constante da pauta, são relatados os seguintes pareceres:

#### Pelo Senhor Senador Adalberto Sena

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1978, que "Regula a expedição de certidões pela Administração Pública Federal e dá outras providências"

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1977, que "Acréscena dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975"; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1977, que "Dispõe sobre a contagem em favor dos segurados do INPS do tempo de serviço público estadual e municipal", que tramitam em conjunto.

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1978, que "Cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, regula o seu funcionamento, e dá outras providências".

Em discussão e votação, são os pareceres aprovados sem restrições.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite um aparte, nobre Senador Dirceu Cardoso?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Não fosse V. Ex<sup>a</sup> um dos homens mais experimentados neste País e se eu não estivesse junto do Presidente da Comissão que, apesar de neófito no Congresso Nacional, tem dado demonstração de sua sabedoria e equidade, chamaria a atenção de ambos sobre esse problema. Porque fui Presidente da CPI do MOBREAL e a minha Comissão foi atropelada desde o começo. Quando se percebeu que iríamos apurar os descaminhos do MOBREAL, o Líder da Maioria, literalmente, atropelou a CPI: desconvoou pessoas, encerrou a Comissão no meio. Vê V. Ex<sup>a</sup> que é preciso olho vivo como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, com muita alegria para nós, no primeiro dia da CPI. Porque a experiência é altamente negativa, mesmo porque tudo aquilo que começamos a investigar na CPI do MOBREAL, depois foi comprovado e denunciado por ex-funcionários daquela entidade e largamente difundida no País por órgão de informação e, até hoje, não respondido.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que nos relembra um episódio, porque nós, também, participamos da Comissão nobre e ilustre presidida por V. Ex<sup>a</sup>

Devo dizer, Sr. Presidente, que os nossos trabalhos na Comissão, nós do MDB, "estamos com um olho no padre, outro na missa e cuidado com o preceito". Porque esse grupo da ARENA começou hoje a agitar, e com ele vamos ter muito trabalho. O Senador Otto Lehmann, Senador Alexandre Costa e o Senador Itálio Coelho, todos três, Sr. Presidente, formaram um trio atacante querendo subverter o roteiro aprovado pela Comissão, roteiro de autoria do ilustre Senador Jarbas Passarinho, que foi magnificamente traçado e dosado por S. Ex<sup>a</sup>

Mas, fiquem certos S. Ex<sup>as</sup>, como acentuou o nobre Líder do MDB, Senador Gilvan Rocha, "estamos com um olho no padre, outro na missa e a atenção no preceito".

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) Nós é que vamos ficar de olho para que o MDB não procure, em descaminho, levar isto para um outro terreno. A apuração, da boa aplicação do dinheiro é que nos interessa, e foi nisso que a ARENA insistiu hoje na reunião: que, primeiramente, se esclareça à Nação essa acusação — e V. Ex<sup>a</sup> sabe que os homens que estão naquela Comissão são todos dignos, não são capazes de enganar. O Presidente, Senador Itamar Franco, não tem nada de neófito, veio com uma grande experiência para esta casa, é uma das figuras que já foi convocada, no seu partido, para exercer a Liderança, precisamente porque, entre tantos ilustres Senadores, ele se destacou pela sua capacidade. S. Ex<sup>a</sup> não encontrará, da parte de nenhum de nós, qualquer óbice, porque — e peço o depoimento de V. Ex<sup>a</sup> — hoje todos se mostraram interessados em alcançar o mesmo objetivo, isto é, o esclarecimento da verdade, uma satisfação, o quanto antes, à Nação brasileira, que não pode ficar impressionada com este noticiário parcial da imprensa internacional a desmoralizar o bom nome deste País no estrangeiro.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Sr. Presidente, não há restrição quanto à honorabilidade dos Srs. Senadores, de maneira alguma; longe disso. Apenas a dúvida foi a seguinte: como o instrumento de constituição tem como primeiro ponto o Acordo Nuclear, achávamos que devíamos começar pelo Acordo Nuclear.

O segundo ponto, então, se refere a outras investigações secundárias. Mas o nobre Senador Alexandre Costa interveio com uma preliminar para que, primeiro, investigássemos o suposto desvio de dinheiro, isto é, a diferença entre o que a NUCLEBRÁS disse que empregou — 400 milhões de dólares — e o que o Instituto Nacional de Propriedade Industrial disse ter empregado; cento e poucos milhões de cruzeiros. São duzentos e noventa milhões de cruzeiros que foram empregados não sabemos onde.

Esta é a acusação que pesava. Esta tentativa se esboçou diante da resistência do ilustre Presidente, que conduziu, no primeiro dia, com mão firme, com pulso firme, a Comissão.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Exatamente para esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> o aspecto da questão levantada pelo Senador Alexandre Costa de que nós deveríamos averiguar o problema dos 296 milhões de dólares. A dúvida está em que a NUCLEBRÁS diz que só enviou 104 milhões, quando o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, através do Dr. Ubirajara Cabral, praticamente, aloca recursos acima de 400 milhões de dólares.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Exatamente, nobre Senador.

Portanto, Sr. Presidente, longe de nós qualquer restrição à honorabilidade de todos os membros da Comissão, pois o grupo da ARENA é o melhor que poderíamos ter, mas o trabalho deveria iniciar-se amanhã, não sendo isso possível porque o Presidente de ELETROBRÁS, Dr. Arnaldo Barbalho não pode comparecer pois teve uma convocação em menos de 24 horas. Logo, quarta-feira terão início os trabalhos.

Queria dar ciência ao Senado que a Comissão instalada hoje, já, quarta-feira, dará início aos seus trabalhos de apanhamento dos depoimentos de todas as testemunhas que aqui se farão ouvir.

Era esta a comunicação que eu desejava fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fala-se muito da propaganda eleitoral a respeito dos inativos: várias vezes, em outros tempos, tive diversas oportunidades de fazer iniciativas em favor deles, que foram coroadas de êxito. Infelizmente, nestes últimos tempos, as nossas iniciativas, nesse sentido, não têm sido amparadas conforme a lei, conforme a tradição e conforme o comportamento do Congresso em outras legislaturas.

No ano passado, fiz uma emenda para a equiparação dos inativos. Neste ano, nova iniciativa neste sentido.

Infelizmente, Sr. Presidente, a luta é muito grande, a barreira é enorme, mas, precisamente, aqueles que se opõem à nossa iniciativa estão gritando nas praças e nas ruas, através do rádio e da televisão. Manifestam entusiasmo, solidariedade e todo tipo de apoio quando, na verdade, aqui dentro do Congresso, não comparecem para votar qualquer coisa em favor do funcionário. Mas o dia 28 de outubro vem aí e o Governo está prometendo muitas coisas em favor do funcionalismo.

Sr. Presidente, este na hora do Governo tirar das dificuldades em que se encontram os inativos e baixar um ato, ou mandar uma mensagem para a equiparação dos inativos, muitos dos quais estão passando fome.

Não me alongarei porque a minha presença na tribuna, neste instante, cinge-se apenas a um apelo ao Senhor Presidente da República para que, na abundância das suas tendências em favor dos problemas sociais do nosso País, olhe um pouco para os inativos e dê qualquer coisa, pelo menos uma equiparação, como fizeram outros Governos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acontecimento da maior importância para a vida social do Estado, sem dúvida, a Festa da Sereia de Ouro, tradicional promoção

sendo nada. O dinheiro se desvaloriza a cada dia que passa, o juro é maior, mas o trabalho não. O trabalhador pode ser mal pago porque ele pode morrer, pois morrendo tem outro para substituí-lo. É o que vem acontecendo, porque não tem sentido um salário de 180 cruzeiros, quando o determinado pelo Governo é de hum mil cento e onze cruzeiros e vinte centavos. O que é um mil e vinte e dois cruzeiros, que é a parte líquida desse salário? Porque o Governo sabe que, com esse salário, o trabalhador não pode viver: ele vai definhando e morre. Mas ele morre e não acontece nada, porque tem outros para substituí-los. A mão-de-obra ociosa é grande e, então, pode morrer.

Acho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que infelizmente esta é a realidade e o Governo, que tudo pode, não consegue resolver este problema...

Lí, há questão de trinta dias, que o Governo autorizou aos fabricantes de cimento do Brasil, tendo em vista a inflação, a cada 120 dias, aumentar o preço do cimento. Aí, eu me perguntei: de certo, a cada 120 dias, pelo menos, vai ser aumentado o salário. Se o cimento tem o direito de aumentar o seu custo, pela inflação, podia aumentar de preço, é lógico que o assalariado, tendo em vista o alto custo do alimento, ele vai ter também direito de ter um aumento, pelo menos a 120 dias. Não! O cimento, a cada 120 dias, pode aumentar o preço, mas o assalariado brasileiro, o trabalhador, vai ter de esperar maio de 1979 para ter o aumento de seu salário. Aí eu pergunto: a carne, no ano passado, era trinta cruzeiros o quilo, aqui em Brasília. Está custando sessenta. O feijão, a água, tudo subiu, e este operário vai esperar maio de 1979. Será que ele tem condições de chegar até lá? Ele não tem. Mas não tem importância. Ele fica tuberculoso, ele morre, mas tem outro para substituí-lo.

É de se perguntar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se essas distorções sociais podem levar a bom termo esse País. Não pode, se a criminalidade excessiva aumenta, tendo em vista, justamente, a injustiça social.

Vou concluir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque, na realidade, à Casa, à ARENA, não interessa o debate. Se eu estivesse, aqui, falando da vida alheia, talvez interessasse. Mas, como estou falando um problema sério, um problema do sofrimento do povo, um problema que pode, realmente, levar este País para uma eclosão social imposta pelas distorções, imposta pelo egoísmo, imposta, sim, pela falta de sensibilidade, de solidariedade humana, este não interessa.

Está muito certo. Mas, infelizmente, não está existindo isso. O que está existindo é um "salve-se quem puder". O que existe no País é um salve-se quem puder, é a correria louca para ter o poder. Quero saber o poder de quê? Porque, da maneira que vai, vamos ter poder sobre o quê? Sobre uma porção de gente que está se acabando de fome?

Aqui fica, Sr. Presidente, mais uma vez o depoimento de um homem que conhece o interior deste País, e conhece melhor, ainda, o interior do Nordeste, e traz o depoimento fiel da situação de quem trabalha e, trabalhando, produz e que estão morrendo de fome, estão desassistido, estão perdendo as esperanças. E, perdendo as esperanças, quero saber para onde nós vamos nos arrastar. Porque hoje já não é só ele, que nasceu com fome e está necessitado. A nossa classe média começou a sofrer também. Começou a sofrer e esta classe média não vai se deixar anestesiado.

Aqui fica, portanto, o meu depoimento. Sou responsável pelo que disse da tribuna e espero, mais uma vez, não do Governo, mas espero que Deus, que eu acredito em Deus, ilumine este Governo, para que ele acorde para esta realidade, sob pena de marcharmos, cada vez mais, aceleradamente, para uma situação irreversível. Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

**O Sr. Dirceu Cardoso** (MDB — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Às 10 horas de hoje, Sr. Presidente, instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar o Acordo Nuclear e a construção das usinas nucleares de Angra dos Reis.

Foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o nobre Senador Itamar Franco para Presidente da Comissão e, para Vice-Presidente, o nobre Senador Cattete Pinheiro.

Assumindo a Presidência, o nobre Senador Itamar Franco declarou os motivos da Comissão, o roteiro da investigação e designou o ilustre Senador Jarbas Passarinho para Relator da Comissão.

Assumindo o seu cargo, o ilustre Senador Jarbas Passarinho leu o relatório das atividades da Comissão, relatório que aprovamos por unanimidade. E, da Comissão fazem parte, pelo MDB, os nobres Senadores Itamar Franco, Roberto Saturnino e o Senador que ocupa esta tribuna, e, pela ARENA, os nobres Senadores Jarbas Passarinho, Otto Lehmann, Vice-Líder da Maioria, Itálvio Coelho, Alexandre Costa e Cattete Pinheiro. Cinco da ARENA e três do MDB.

Pois bem, Sr. Presidente, o relatório da Comissão foi aprovado, mas com uma preliminar, levantada pelo Senador Alexandre Costa, preliminar esta que, na discussão, teve momentos de exaltação da Comissão e subverteu a ordem, por uns instantes, porque o ilustre Senador Alexandre Costa desejava inverter a ordem das investigações, o que foi obstado pela atitude do Senador Jarbas Passarinho e do ilustre Presidente Itamar Franco.

Então, Sr. Presidente, ficou estabelecido que amanhã ouviríamos o Presidente da ELETROBRÁS. Mas, como S. Ex.<sup>a</sup> não poderia comparecer amanhã, quarta-feira, às dez horas, terá início, então, o trabalho de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim, Sr. Presidente, era a comunicação que eu desejava fazer para que já o Senado Federal tomasse conhecimento de que uma Comissão, constituída na semana passada, hoje tomou posse a sua Mesa Diretora e, amanhã, deveria iniciar-se o trabalho de investigação.

**O Sr. Otto Lehmann** (ARENA — SP) — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (MDB — ES) — Pois não.

**O Sr. Otto Lehmann** (ARENA — SP) — Apenas pedi licença para o aparte, para dizer que não houve essa tentativa — V. Ex.<sup>a</sup> permite que eu conteste neste ponto cordialmente — para que se investisse a ordem dos trabalhos. O relatório do ilustre Senador Jarbas Passarinho terminava por dizer que a comissão deveria se desdobrar em duas partes: uma, a fazer a investigação técnica; a outra, a parte financeira. E o que o Senador Alexandre Costa pleiteou, com o apoio nosso, meu e o do Senador Itálvio Coelho, foi que fizéssemos primeiro a investigação financeira, para dar, desde logo, à Nação brasileira uma satisfação daquilo que a imprensa abordou, de que teria havido desvio de dinheiro. Então, nós queríamos, como isto é facilmente apurável, que esta parte, desde logo, fosse elucidada, para depois passar-se à parte técnica, que pode retardar o esclarecimento que a Nação espera receber. Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (MDB — ES) — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, que relatou exatamente o que se passou na Comissão; foi nos exatos termos que V. Ex.<sup>a</sup> apontou.

valorização do imóvel e uma pequena renda adicional, podem enfrentar empreendimento desta natureza.

Em nossa opinião, são as instituições como o Banco Nacional da Habitação, o INPS e outras entidades ligadas à área social, que estão aptas e possuem, por finalidade, inclusive legal, condições para iniciar no País um vasto programa de casas para aluguel. Elas podem arcar com essa responsabilidade aplicando parte de suas reservas técnicas ou de suas dotações orçamentárias, remanejando outras economias por meio da minimização de programas de reduzido efeito e menor interesse social.

Ao atribuir ao Banco Nacional da Habitação, através da utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a providência de prover a moradia daqueles que, por serem pobres, não podem se vincular ao Sistema Financeiro de Habitação, o faz dentro dos princípios básicos da própria lei instituidora do FGTS, enunciados no § 3.º do artigo 13:

"No Programa de Aplicações (do Fundo de Garantia) serão incluídas previsões do BNH para execução do programa habitacional."

Assim, o Projeto ao incluir a obrigatoriedade da construção de imóveis, do tipo popular, para os trabalhadores carentes de recursos, visa a complementar o Plano Nacional de Habitação e a favorecer a erradicação das favelas, com todas as suas misérias sociais.

Vinculando o contrato do aluguel à renda do trabalhador, garante à instituição locadora a segurança do recebimento dos aluguéis, não só pelo desconto em folha de pagamento, a ser efetuado pelo empregador, como também, por permitir que, em caso de desemprego do locatário, que acarrete a sua inadimplência, possa ele valer-se dos depósitos da conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Acreditamos que um projeto com esses propósitos há de merecer a aprovação do Congresso Nacional, ainda mais que tem perfeita viabilidade jurídica e constitucional, vez que segue as diretrizes da própria Lei instituidora do FGTS de não acarretar ônus para o sistema, pois o investimento aplicado na construção das moradias será reembolsado por meio do recebimento de aluguéis garantidos.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI N.º 5.107, DE 13-9-66

Art. 13. As aplicações do Fundo serão feitas diretamente pelo BNH ou pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, ou ainda pelos estabelecimentos bancários para esse fim credenciados como seus agentes financeiros segundo normas fixadas pelo BNH e aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I — garantia real;

II — correção monetária igual à das contas vinculadas mencionadas no art. 2.º desta Lei;

III — rentabilidade superior ao custo do dinhelro depositado, inclusive os juros.

§ 1.º O programa de aplicações será feito baseado em orçamento trimestral, semestral ou anual, de acordo com as normas de que trata este artigo.

§ 2.º Os excedentes em relação à previsão orçamentária serão aplicados em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ou em títulos que satis-

façam os requisitos de manutenção do poder aquisitivo da moeda.

§ 3.º No Programa de Aplicações serão incluídas previsões do BNH para execução do programa habitacional.

§ 4.º Aos agentes financeiros será creditada, a título de taxa de administração, percentagem não superior a 1% (um por cento) dos depósitos efetuados, a qual será fixada anualmente, para cada região do País, pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do BNH.

*As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Economia.*

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O projeto justificado da tribuna pelo autor, será publicado e remetido às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Braga Júnior.

O SR. BRAGA JÚNIOR (ARENA — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, ocupamos, hoje, a tribuna desta Casa, para apresentar à consideração dos nossos Pares um projeto que julgamos da maior importância para o País, visando a criação do Dia do Alfabetizador.

Somos daqueles que entendem que o desenvolvimento, o progresso e a estabilidade sócio-econômica de uma Nação repousa, efetivamente, na educação e na saúde da sua população, daí trazermos à consideração da Casa esta proposição.

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 327, DE 1978**

Institui o "Dia do Alfabetizador", e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É instituído o "Dia do Alfabetizador", que será comemorado a 8 de setembro.

Art. 2.º A cada ano será escolhido o Alfabetizador do Ano, que receberá uma bolsa de estudo até a universidade.

Parágrafo único. Caso o Alfabetizador não tenha condições de usufruir da premiação, a mesma, por sua solicitação, poderá ser transferida para o filho ou dependente que venha por ele a ser indicado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Acreditamos ser, tão-somente, um preito de justiça, que seja instituído o "Dia do Alfabetizador", quando o País terá a oportunidade de demonstrar, publicamente, a gratidão e o apreço por todos aqueles que entendem e agem segundo o princípio de que o homem é o sujeito e o objeto de seu próprio processo.

Nos dias atuais o mundo todo entende que a alfabetização é um processo educativo de promoção humana onde as técnicas de leitura, escrita e cálculo não representam senão meros instrumentos que se oferecem ao desenvolvimento do homem. Este, que em sua plenitude, é o objetivo da sociedade. E é na aprendizagem, vista à luz de uma dinâmica global, que cabe ao educador — e em última análise, ao Alfabetizador — oferecer a este mesmo homem a grandiosa oportunidade de tentar dotá-lo dos poderes de comunicação, participação, criação, transformação e realização, contribuindo desse modo, para a melhoria das condições existenciais para si e para os outros.

A fixação do dia 8 de setembro é sugerida para que coincida com o Dia Internacional da Alfabetização, adotado como tal pela UNESCO.

O prêmio de uma bolsa de estudo fixado no art. 2.º do Projeto e cujos critérios de concessão serão fixados em decreto, será a representação material do apreço e do reconhecimento da Nação a esse contingente de pessoas, as mais das vezes anônimas, cuja missão última é a de dotar o homem analfabeto das condições básicas e essenciais à sua emergência a uma vida mais consciente.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1978. — **Braga Júnior.**

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esta é a proposição que trazemos à consideração da Casa, para sua devida apreciação. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) — O projeto lido e justificado da tribuna pelo nobre Senador Braga Junior, será publicado e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — Cattete Pinheiro — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Marcos Freire — Augusto Franco — Benjamim Farah — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 296, de 1978, do Senhor Senador Jarbas Passarinho, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Dr. Raimundo de Souza Moura, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, no V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado. Será feita a transcrição.

*(É o seguinte o pronunciamento cuja transcrição é solicitada.)*

"Ao me dirigir o convite para a participação neste Congresso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria teve o cuidado de acentuar que o tema a meu encargo — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — não me impediria de estender o comentário a outros aspectos que eu entendesse adequados e oportunos. Não se trata de simples cortesia ou, ainda menos, de um privilégio pessoal. Na verdade, o órgão coordenador deste movimento, que ora presenciamos, revelou a compreensão necessária do que representa, na ordem social, em nosso País, um problema relevante quando se pretende dar-lhe solução. Nos países subdesenvolvidos ou mesmo em pleno desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não se pode debater, planejar ou concretizar solução de profundidade sem prévia consideração às repercussões que venha a ter sobre a estrutura geral da sociedade. Há, a meu ver, uma diferença fundamental, nessa hipótese, entre as áreas atrasadas ou parcialmente desenvolvidas e aquelas áreas demarcadas na plena maturidade econômica. Nestas, os problemas podem ser tratados isoladamente, pois é tão sólida

a base do progresso que se torna apto a resistir ou ficar imune ao insucesso da medida singular. Naquelas, é sempre frágil a estrutura, incapaz dessa imunidade, há como que uma irradiação sísmica de cada solução. Esta, ainda que bem intencionada, desde que falte ao planejamento a visão total, correrá o risco do insucesso. Daí por que, enfrentando o tema, limitado dentro do direito e da economia, como seria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, teremos, como bem acentuou o órgão inspirador deste Congresso, de abranger outros temas, interligados não por força de mera associação de idéias, mas, sim, de uma associação determinada pela realidade brasileira.

Há, como se evidencia dos atos, projetos e proclamações dos responsáveis pela gestão do País, acentuada tendência, em dois pontos: a industrialização básica e a educação universitária massificada. Sem dúvida, não falta boa-fé aos dirigentes. Mas a boa-fé, ressalva a responsabilidade, não redime, todavia, o erro, inerente a toda obra humana, e que por isto mesmo deve ser denunciado, em tempo de se conjurar o grave perigo que ameaça o nosso futuro.

Seria supérfluo dizer que uma das grandes conquistas da ciência política foi o princípio de que o alicerce do progresso é o desenvolvimento econômico, cujo instrumento é a industrialização. Transforma-se, por esse meio, cada país ao mesmo tempo em produtor de matérias-primas e parque de manufaturas, capaz de atender ao intercâmbio internacional, às necessidades do mercado interno, servindo à riqueza nacional e ao bem-estar do povo. André Maurois fala-nos, na *História da Inglaterra*, do tempo em que esta aspirava ser, e foi, de fato, o "moinho" e o resto do mundo o "campo de trigo". A simples exportação de matérias-primas sujeita o povo que assim procede aos caprichos e abusos do importador estrangeiro, ora pela fixação dos preços em grau aviltante, ora pela substituição do produto por outros, sintéticos. A teoria do desenvolvimento industrial gerou o exagero. Acreditou-se que tudo dependeria de atingir esse estágio, para a cura dos flagelos sociais. Chegou-se a doutrinar que, além dos males inerentes ao atraso — pobreza, doença, invalidez, analfabetismo, superstição, medo — até o direito, a moral, a expansão do espírito humano, a crença em Deus, a fé numa vida imortal, seriam decorrência ou superestrutura da economia. O decurso do tempo mostrou que o conceito de progresso industrial não é tão avassalador. Aqui me permito desde logo comentar que o fenômeno dos chamados "dissidentes" na União Soviética não encerra apenas um problema político superficial, mas a contradição trágica da doutrina marxista. É que a industrialização não responde a tudo, não abrange a universalidade do ser humano. As doutrinas materialistas são formas de mediocridade. A inteligência será precisamente isto, segundo Danielou: "não estar encerrada na experiência, mas poder julgar a experiência em nome da verdade." Ainda que se admitissem como resolvidos todos os problemas de ordem material, ainda que a sociedade estivesse na plenitude do seu bem-estar, restaria sempre uma porta áurea que se abre ou deve abrir-se para o infinito, dentro de cada ser humano. A busca do maravilhoso ou que outro nome lhe dermos, a sede do eterno, a natural, inviolável aspiração de encarar o universo além das aparências, nos conduzem a uma distinção: pão e liberdade não se confundem. A verdade inconcútil é feita da soma do corpo e da alma. O homem é dotado de uma natureza física, ligada ao chão, e de uma natureza angélica, que transcende à experiência, ao jugo científico. Daí a razão de se criar, com o Cristianismo, o princípio da pessoa humana, um ser dotado de direitos e deveres, um fim em si mesmo, não um

acidente da natureza, mas um irmão dela, esse princípio que deu sentido à nossa presença na Terra, deu resposta ao mundo empírico do paganismo e, ainda hoje, corrige a visão mutilada do materialismo.

Voltando ao ponto da industrialização, diremos que esta não deve ser, sob nenhum pretexto, despótica. Principalmente em países, como o Brasil, pelo fato de que o solo tropical padece de grave deficiência, ao contrário do solo das zonas temperadas. Aqui tudo depende do respeito à proteção dos recursos naturais. A conservação do solo, sua produtividade, têm por cobertura a preservação das reservas florestais, segundo um plano cuidadosamente estabelecido. A exploração predatória pode gerar a laterização, isto é, a desertificação maciça, a total improdutividade. A industrialização, nesta área, exige dos empresários a racionalização, a tomada de consciência do meio em que atuam, diríamos, uma dignidade em relação ao tratamento do meio-ambiente. Não deve ser levada pelo impulsivo interesse de enriquecimento individual, nem mesmo pelo interesse ainda que mais elevado, da rentabilidade em termos do erário ou da renda nacional. Nem devemos considerar que o estado de miséria justifica a industrialização a qualquer preço. Jamais se justificaria considerar a conservação dos recursos naturais como opinião de indivíduos românticos, fora da realidade nacional. Pelo contrário, são eles, os que alertam para esse problema, de uma coerência profunda, exprimem uma compreensão total do que é necessário fazer e respeitar no planejamento industrial. A industrialização arbitrária pode gerar a extinção das próprias fontes que a alimentam. Pretendendo-se enriquecer a vida, consolidar a prosperidade, terminar-se-á por extinguir a vida mesma, generalizando a miséria, em face da desertificação. Grandes realizações, como as Usinas de Itaipu, de Paulo Afonso, de Três Marias, não terão importância, no futuro, e talvez em futuro bem próximo, se não se cuidar do fator elementar — a proteção dos rios que as sustentam. A poluição do meio-ambiente ou a destruição dos recursos naturais, por força daquilo que se chama falsamente "progresso", é um dos problemas de maior relevância na atualidade brasileira, e no mundo de hoje.

Há, nessa mesma seqüência de idéias, alguns outros fatos que demonstram o entrosamento, num país subdesenvolvido, das soluções essenciais. No Nordeste, por exemplo, foi adotada a fórmula, em princípio feliz, de boa dosagem científica, no sentido de que a melhor maneira de combater o flagelo da seca, em sua conseqüência — a miséria — seria a industrialização, pois esta obviamente não depende do clima, por via direta, como a agricultura regional. Em breve, porém, ficou patente que a industrialização, com todos os incentivos, não seria integralmente útil, pois a indústria moderna, requerendo condições de produtividade e rendimento econômico, exige a mão-de-obra qualificada, e esta não existe naquela região. Há, portanto, um interregno, impossibilitando o emprego em favor das massas nordestinas, que terão de arrostar com um longo período de sofrimento. As máquinas substituem essa mão-de-obra despreparada e técnicos de outras origens são chamados a ocupar o lugar que deveria ser reservado ao material humano local. Este fica, portanto, pelo menos em sua maioria, relegado ao marca-passo da pobreza.

A conseqüência do que vimos de apontar gera outra convicção. Poderemos admitir a industrialização como remédio para muitos males, mas um, temos certeza, deverá ser tratado concomitantemente e não a posteriori: a educação do povo.

É por isso que o Japão, após a humilhação sofrida, no século passado, pela esquadra norte-ame-

ricana, que quebrou, à força, o seu isolamento, jurou tornar-se uma grande potência e deu início a este audacioso projeto precisamente pela educação. Há de se conseguir recursos, a qualquer preço, para o desenvolvimento da educação, ao mesmo tempo em que se processa o desenvolvimento econômico. Não em termos de simples slogan, mas em termos da catástrofe desse problema. Pergunta-se, agora: a ênfase do ensino universitário, compreendido no sentido de alcançar o maior número de brasileiros, é, de fato, a meta acertada? Entendo que não. Qualquer que seja a filosofia sobre "elitismo", a verdade é que não se pode transformar 110 milhões de brasileiros em 110 milhões de doutores. Nem mesmo o ensino médio será admissível estendê-lo a todo o povo brasileiro. Mas, uma certeza é indiscutível: possível e necessário transformar todos os brasileiros em cidadãos conscientes dos seus deveres, de seus direitos, do que valem as instituições jurídicas e políticas, do que representa para o País a fonte de recursos naturais, do que devem e podem fazer os seus dirigentes, que a ele, povo, cabe escolher. Começemos por declarar que o povo é que sustenta o regime. Não há jurista, por mais hábil, a ponto de esboçar uma Constituição capaz de, por si só, assegurar a paz social, a felicidade do povo. Nem as instituições tradicionais — o Congresso na plenitude do seu funcionamento, o habeas corpus, o mandado de segurança, a liberdade de imprensa, de reunião, de pensamento, de ação partidária, tais preceitos, ainda que válidos, não sustentam o regime democrático. Assim como o Catolicismo se mantém, não pela ação dos Papas, dos bispos, da filosofia patristica, mas pelo povo de Deus — uma pobre mulher que reza é mais sábia do que um intelectual — esse povo, indiferente à doutrina do ateu, do materialista, do filósofo, que freqüenta a mesa da comunhão, fiel ao seu direito de crer acima das opiniões vulgares ou eruditas, assim também a vida política e social do País estará garantida somente na proporção em que o povo estiver apto a ver e opinar. Daí não se conclua insensatamente que só com o decorrer do tempo, com o amadurecimento da consciência popular, dever-se-á instaurar o regime democrático. Quero lembrar, apenas, que a abertura para o regime democrático pressupõe aquilo que podemos chamar o "estado de cidadania". Este será criado pelo preparo do homem do povo, pela educação. Não a educação superior nem a média, mas a educação primária, que, insisto, será o verdadeiro curso de cidadania. Chego, agora, ao ponto culminante deste raciocínio: o ensino primário, no Brasil, deve passar, desde já, para a total responsabilidade da União. Reserve-se aos Estados o ensino universitário, por si mesmo especializado e limitado, bastando, em cada Unidade Federativa, a existência de uma Universidade, para o preparo técnico e científico de que o País precisa. O problema da formação da cidadania é tão urgente, como condição do regime democrático, que não pode admitir divagações sobre recursos ou conveniências de momento. Pelo menos, em fase experimental, por um quinquênio, poderá ser concretizado. Todos os recursos serão lançados nesse Plano quinquenal, até a conquista do objetivo. Não se diga que iniciativas bem intencionadas, como o MOBRAF ou o Fundo de Participação tenham resolvido o trágico problema. São medidas razoáveis, mas incompletas. A resolução que se espera, em nome da sobrevivência do regime democrático, é a transferência,

em termos absolutos, da manutenção do ensino primário — elevado a um curso de cidadania — para a responsabilidade da União Federal. O ensino primário, tal como é praticado, podemos afirmar — sem receio de perder o senso das proporções — constitui um fracasso. Sobre esta base precária fazem-se construções brilhantes mas voltadas à inutilidade. Diante-se diariamente esta ou aquela fórmula jurídica, modelos constitucionais, sem se lembrarem de que só o povo pode utilizar a liberdade, sustentar o regime. Como afirmou Shelley, a liberdade só é boa para quem é forte. Só o povo, fortalecido pela educação, pode garantir a liberdade e beneficiar-se dela, em regime duradouro.

Tais considerações vêm a propósito também do tema específico, que me foi confiado neste memorável Congresso. Em torno da proteção do trabalhador brasileiro, emitiram-se diversos conceitos, em grande parte não exatos. Afirmou-se, por exemplo, que a legislação do trabalho teve origem paternalista, constituiu-se em doação sem qualquer esboço de luta. Acontece que a industrialização, produzindo o proletariado, criou a necessidade de sua proteção. Como surgiu concomitantemente a industrialização com a mão-de-obra correspondente o proletariado urbano — o gênio dos estadistas contemporâneos dessa fase criadora, estabeleceu tratamento jurídico adequado, de acordo com a tradição do Direito do Trabalho e os compromissos do Tratado de Versalhes, de que fomos signatários na mesa das deliberações, como aliados na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Por outro lado, espalhou-se a idéia perversa de que esse tratamento jurídico em favor do operariado seria obstáculo ao progresso industrial. Mas cedo se veio a verificar que o progresso do País cresceu aceleradamente a par do estatuto de proteção do trabalhador. O progresso somente pode ser obtido com base na justiça para os que produzem. Um País de escravos não obtém nem merece a prosperidade. Progresso e Justiça são conceitos irmãos.

Para abreviar o debate sobre o tema — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — direi que o sistema, em princípio, não é mau. Teve em vista, primordialmente, gerar uma fonte de poupança para o País, partindo-se do princípio de que o maior obstáculo para os países subdesenvolvidos é a falta de capital. Uma idéia evidentemente inteligente inventou essa fórmula. O programa de aplicação no plano habitacional também é de ser louvado. Há ainda vantagens ponderáveis em favor do trabalhador. Neste aspecto, todavia, são elas de caráter estritamente individual, e por vezes aproveitando o estado de pobreza, que leva ao imediato da utilização do Fundo. O defeito essencial, a meu ver, do regime do Fundo de Garantia, foi o caráter preponderantemente capitalista do sistema. Reduziu-se a garantia do trabalho a um negócio em termos de valor material. Países há em que o desenvolvimento industrial, na base capitalista, é tão acentuado que torna possível o princípio de concentrar na reparação pecuniária a violação do direito do trabalhador. Como nos Estados Unidos, por exemplo, a atuação dos sindicatos profissionais se respalda na propriedade de ações das empresas, com o que podem enfrentar o debate dos seus problemas, estabelecer a eficácia das convenções coletivas, vencer as intransigências e as controvérsias entre o capital e o trabalho. No Brasil, a realidade é outra. A lei, aqui, tem de obedecer ao critério tradicional de toda lei. Servir como fim educativo e como fim terapêutico. A lei tem por objetivo um princípio ético, a par do caráter pragmático. É um estandarte, uma luz que permanece como o ideal do aperfeiçoamento da conduta individual. É também o meio cogente de regular, em cada caso, objetivamente, o litígio, a maneira de agir.

A garantia do emprego, que era regra da proteção do trabalhador brasileiro, não constitui simplesmente um privilégio, mas uma afirmação ética e social. Se a legislação do trabalho, no regime democrático, tem por fim conciliar o capital e o trabalho, é indispensável a norma que sugere, estimula essa harmonia. A garantia do emprego, criada pela CLT, não cria o fato. Sanciona-o, elege-o como uma afirmação da meta democrática. Se o trabalhador permaneceu, por determinado período, servindo bem, essa situação é ratificada pela lei, mantendo-o no emprego enquanto não provada a justa causa de dispensa. O princípio não é fonte de atritos, pois estes ocorrem como um episódio sem desmoralizar o sistema. A verdade é que a respeito de incompreensões de uma e de outra parte, o princípio da estabilidade estava se afirmando e terminaria por consolidar-se na lei e nos espíritos, atendendo ao fim ético que ditou.

Creio que a principal reforma do Fundo de Garantia é precisamente fazê-lo não um substituto da estabilidade ou um adversário dela, mas dar-lhe a verdadeira dimensão de um corolário econômico. O sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço continuará a servir ao programa de poupança, ao plano habitacional, e a outros fatores do bem-estar do povo brasileiro em geral, mas sem perder de vista que a estabilidade não é incompatível com o progresso nem com a prosperidade das empresas. O princípio da estabilidade do trabalhador é uma pedra angular na relação entre o capital e o trabalho, dentro do regime democrático, de acordo com o critério das soluções pluralistas que a evolução social admite. O Brasil, ainda que suportando o ônus do atraso, num estado de arquipélago econômico, não é um país condenado a uma solução extremista. Tem recursos naturais imensos e, além disso, uma tradição legalista, tem uma índole generosa de compreensão humana, de pacifismo, afirmado na miscigenação das raças; na tranquila delimitação de suas fronteiras; no recurso ao arbitramento quanto aos conflitos internacionais; na boa vizinhança, pois, há mais de um século não se empenha em guerra no continente; na cooperação internacional; no princípio de igualdade dos Estados, grandes ou pequenos, instituída em Haia, por proposição de Rui Barbosa; no princípio da neutralidade ativa, reeditado por Franklin Roosevelt, mas criado em Buenos Aires na famosa conferência proferida pelo mesmo Rui, quando condenou o alheamento do Brasil na guerra de 1914; no tratamento fraternal dispensado ao imigrante; no tratamento humano dispensado aos nossos irmãos indígenas, segundo o evangelho de Rondon, não valendo, neste aspecto, invocar casos episódicos, de caráter individual, contra aquela afirmação, como pretendem fazer crer os caluniadores do Brasil, no âmbito internacional ou às vezes, interno, chegando à miséria de comparar o nosso País aos criminosos de genocídio.

Agradecendo o convite para este honroso encargo, reafirmo que o trabalhador não é a peça de uma engrenagem nem o trabalho a mercadoria que se vende e se avilta. O trabalhador, como um ser humano, merece todo o respeito e, como brasileiro, é credor da gratidão nacional, pois suas mãos constroem a grandeza deste País. Continuem atentos e firmes, lutando pela participação não só na mesa da prosperidade mas também na mesa das decisões nacionais. Através dos instrumentos jurídicos, legais e constitucionais, essa luta deve prosseguir pelo aperfeiçoamento do próprio sistema jurídico e indo além das reivindicações ligadas à categoria profissional, envolvam outros brasileiros, que ainda permanecem deserdados da proteção efetiva do Estado, por circunstâncias do atraso, esses brasileiros que se encontram na Amazônia, no Nordeste, no chão das favelas das grandes cidades, nas áreas pobres do Sul e do

Oeste. Não esqueçam que a norma constitucional de que todo o poder emana do povo não é abstração mas uma realidade viva e dinâmica, sem a qual não sobrevive a Nação. Lutar, enfim, pela meta do nosso tempo, que, segundo um pensador, é encontrar o homem uma possibilidade para a liberdade de se abrir a um amor e a uma esperança, ou, por outras palavras, conciliar a dignidade do trabalho com o regime democrático."

**O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Item 2:**

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 297, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Senhor Ministro Maurício Rangel Reis e pelo Doutor Valfrido Salmito Filho, na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada em Recife.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado. Será feita a transcrição.

*É o seguinte o discurso proferido pelo Sr. Ministro Rangel Reis:*

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República

É com grande honra que assinalamos a presença de Vossa Excelência, mais uma vez, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, em demonstração inequívoca, constantemente reiterada, do apreço, do desvelo e especial atenção que vem conferindo ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste, desde o início do seu Governo.

A SUDENE é basicamente um centro de estudos, de planejamento de ações no Nordeste, de coordenação de programas especiais e gestora, em conjunto com o Banco do Nordeste do Brasil, dos recursos provenientes dos incentivos fiscais e financeiros que o Governo Federal atribui à região nordestina.

A par disso, pela presença, permanente e atuante, dos Governadores dos Estados nordestinos, em seu Conselho Deliberativo, esta Casa é também o estuário natural de reivindicações e sugestões daqueles que têm o dever e a missão de conduzir e orientar o desenvolvimento econômico e social em seus Estados, compondo bloco homogêneo, juntamente com as lideranças políticas do Nordeste, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores, integrantes do grande partido político que apóia o Governo, unidos no pleito de aspirações legítimas do Nordeste.

Sabem os nordestinos que Vossa Excelência sempre examinou tais aspirações com o espírito voltado para este torrão de nossa Pátria, no qual viveu e trabalhou intensamente, com o pleno conhecimento de suas necessidades básicas, nos setores rural e urbano.

Mas Vossa Excelência tem a responsabilidade maior de atender a toda a Nação brasileira, de cuidar das questões essenciais da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul, de fixar prioridades nos setores econômico e social, de cuidar da política exterior de um País que se expandiu de maneira extraordinária, tornando-se cada vez mais presente nos mercados mundiais, dia a dia mais respeitado pela segura liderança de Vossa Excelência, engrandecida não só pela obra administrativa, econômica e social, mas, também, pelas conquistas políticas que culminaram com a recente Emenda Constitucional, abrindo perspectivas seguras para um novo estágio político da Nação brasileira, com o fortalecimento do regime democrático.

Permito-me, Senhor Presidente registrar, nesta oportunidade, algumas das principais medidas de apoio ao Nordeste, aprovadas por Vossa Excelência, desde o início do seu Governo.

Na área econômico-financeira, a alteração do mecanismo de incentivos fiscais pelo Decreto-lei n.º 1.376, de dezembro de 1974, com a criação do FINOR, além de ter proporcionado à SUDENE maior eficácia na gestão dos recursos provenientes dos incentivos, eliminando intermediação onerosa e ineficiente, permitiu aumentar, sensivelmente, o montante de recursos financeiros disponíveis.

O confronto do quadriênio 1970/73, com o de 1974/77, com base em preços constantes de 1977, demonstra que o valor do desembolso de incentivos fiscais cresceu de uma média anual de Cr\$ 3,4 bilhões para Cr\$ 5,2 bilhões, com um incremento de 47%.

Ainda na área de incentivos fiscais, medida de excepcional relevância foi aprovada por Vossa Excelência, na reunião da SUDENE realizada em outubro de 1977, no Estado da Paraíba. Determinou Vossa Excelência que, independente do valor global das opções das pessoas jurídicas e desde que a receita total do Imposto de Renda se comportasse de acordo com a previsão, o Governo Federal asseguraria o Orçamento do FINOR e dos outros Fundos de Incentivos, aprovados por Vossa Excelência, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE.

Essa medida proporcionou à SUDENE condições para estabelecer uma programação de desembolso, com maior racionalidade, de acordo com os seguintes critérios básicos:

- 1) prioridade aos projetos em estágio avançado de conclusão;
- 2) prioridade aos setores de maior significação na indústria, tais como o pólo petroquímico, o de fertilizantes, o metal-mecânico, o têxtil, o de confecções, o de couros e calçados e outros;
- 3) prioridade aos projetos nos Estados menos desenvolvidos do Nordeste, a fim de se buscar maior equilíbrio intra-regional;
- 4) apoio ao setor agropecuário.

Não obstante a maior disponibilidade de recursos financeiros, a SUDENE vem adotando política restritiva de aprovação de novos projetos, diante da diferença acumulada, ainda proveniente do sistema 34/18, entre demanda e oferta de recursos e da própria elevação de custos, agravada pela dilatação dos prazos de conclusão dos empreendimentos, onerados por encargos financeiros.

A política que vem sendo adotada, Senhor Presidente, tem sido pois de concentrar recursos na conclusão de projetos de elevada significação econômica e social, de acordo com as prioridades fixadas. A par dessa circunstância, que exigia período de restrições e absoluto rigor, novas medidas foram estudadas para o fortalecimento do FINOR e sel que o ilustre Ministro João Paulo dos Reis Velloso as anunciará nesta reunião, após terem sido submetidas à consideração de Vossa Excelência.

Outra medida de alta significação no setor financeiro resultou da Emenda Constitucional n.º 5, de 28 de junho de 1975, segundo a qual a quota de recursos de Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), vinculados ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios, foi elevada progressivamente de 10% em 1975, para 20% em 1978. Para o Nordeste a medida significou um aumento de transferências, a preços constantes de 1977, de Cr\$ 3,8 bilhões de 1973 para Cr\$ 7,1 bilhões em 1977, com aumento real de 89%.

Diante da importância do setor agropecuário, Senhor Presidente, ao qual Vossa Excelência conferiu sempre elevada prioridade, permito-me registrar o esforço que vem sendo realizado no Nordeste. Em termos de recursos financeiros, o FINOR passou a deferir maiores recursos para projetos agrícolas que, no antigo sistema 34/18 praticamente nada captavam. O crédito rural experimentou sensível aumento, não só através do Banco do Nordeste do Brasil mas, também, pelo Banco do Brasil. O saldo global das aplicações do Banco do Nordeste se elevou de Cr\$ 3,5 bilhões, no final de 1973, para Cr\$ 24 bilhões, em junho de 1978. Em 1978 se registrou a maior taxa de aplicações no crédito rural e industrial no Nordeste, caracterizando de fato o BNB como Banco de Desenvolvimento, ao se atingir 73,8% em junho de 1978 sobre as aplicações totais, quando era de 51% em 1973. Por sua vez, o Banco do Brasil elevou o saldo de suas aplicações no crédito rural no Nordeste de Cr\$ 3,4 bilhões, ao final de 1973, para Cr\$ 31,4 bilhões em julho de 1978, cabendo assinalar que, nos dois Bancos, foi significativa a parcela do crédito agrícola associado à assistência técnica, de acordo com o POLONORDESTE.

A preocupação pelo desenvolvimento agropecuário do Nordeste, reconhecidamente um setor ainda débil na economia nordestina, levou Vossa Excelência a aprovar a execução de diversos Programas Especiais, que se encontram em plena fase executiva. Permito-me destacar os de maior importância:

1) Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), criado em outubro de 1974, partindo de uma concepção nova, de descontinuidade espacial, em função de áreas prioritárias e de nelas atuar de maneira concentrada e integrada, mobilizando diversos órgãos do Governo Federal e dos Governos Estaduais. De 1975 a 1978, as aplicações do POLONORDESTE representaram investimentos de Cr\$ 6 bilhões, a preços correntes, inclusive a parcela de crédito.

Creio que todos os Governadores dos Estados do Nordeste poderiam oferecer um depoimento sobre o que tem representado o POLONORDESTE, de efetivo esforço de integração e de apoio a áreas selecionadas do Nordeste, em particular no que se refere à armazenagem, à eletrificação rural, às estradas vicinais, ao crédito, à assistência técnica e à pesquisa. Encontram-se em execução 32 Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI, cuja sigla já é conhecida por milhares de agricultores nordestinos, e 5 projetos de colonização.

2) O Programa de irrigação, que no Governo de Vossa Excelência teve grande impulso na região Semi-Árida através do DNOCS, onde os projetos devem ter elevado conteúdo social, diante da concentração demográfica e relativa escassez de terras agricultáveis, e na região do São Francisco, onde se vêm desenvolvendo projetos de escala empresarial, sempre com o componente da colonização que a eles se associa.

No período 1974/78, a preços correntes, vêm sendo aplicados, no Nordeste, nos programas de irrigação, cerca de Cr\$ 6 bilhões, o que permitiu a execução de grandes obras de infra-estrutura de captação de água de construção de canais, de sistemas de bombeamento, até chegar ao assentamento de milhares de irrigantes.

Penso, Senhor Presidente, que se poderia considerar rompida a inércia no Programa de Irrigação, superada a fase em que o Nordeste possuía 256 açudes públicos, com 12 bilhões de litros de água acumulados e com projetos de aproveitamento, mas sem obras de irrigação, pois não dispunha de recursos financeiros. Hoje o quadro é diverso e, no futuro pró-

ximo, a progressão do número de irrigantes nos projetos será geométrica, diante do que se executou em obras de infra-estrutura.

Seria impraticável, neste momento, aprofundar-me a nível de detalhe, mas destaco alguns projetos e obras de maior significação, executados e em execução pelo DNOCS e pela CODEVASF:

1) O novo sistema de bombas de Orós, que permitirá, até fevereiro de 1979, a perenização do Rio Jaguaribe, com grandes benefícios em todo o Vale; a expansão dos Projetos de Morada Nova, Icó-Lima Campos, Gurguéia e Curu-Paraipaba. Refez-se o Açude Engenheiro Avidos, obra inaugurada por Vossa Excelência; encontra-se em licitação a construção da Barragem de Acauã, na Paraíba, cumprindo compromisso com o povo paraibano. Também em licitação se encontram os Projetos do Baixo Açu, no Rio Grande do Norte e de Massangano, em Pernambuco, este aproveitando a tomada de água já concluída da Barragem de Sobradinho. Grande transformação econômica e social se verifica no Baixo São Francisco, pela ação da CODEVASF. O Projeto Tourão, implantado no submédio São Francisco para a produção de 2 milhões de sacas de açúcar e 120 mil litros/dia de álcool, se encontra em fase avançada de conclusão, compreendendo a obra de captação de água do rio São Francisco, a Usina e a Destilaria. De igual forma avançados se encontram os projetos Maniçoba, Curaçá, São Desidério e outros. Concluiu-se a Barragem do Bico da Pedra, no rio Gorutuba, tornando-o perene, com grandes benefícios para o norte de Minas Gerais.

3) O Projeto Sertanejo já se encontra com 40 núcleos instalados, dos 60 previstos na meta inicial, disseminados no Nordeste Semi-árido, a cargo do DNOCS e das Secretarias de Agricultura dos Estados, sob a coordenação da SUDENE. Creio não ser necessário destacar, mais uma vez, a importância desse Projeto que é preventivo contra situações de seca, visando a minorar os seus efeitos.

4) Ampliação dos programas de pesquisa agrícola e assistência técnica, inclusive a execução do Programa Especial do Trópico Semi-árido, através da ação conjugada da EMBRAPA, EMBRATER, SUDENE, CNPq e órgãos estaduais.

5) Execução do programa de assistência à comercialização de produtos agropecuários, aos pequenos produtores rurais, a cargo do Ministério da Agricultura.

6) Expansão dos serviços relacionados com a modernização do sistema de abastecimento.

A elevada prioridade conferida por Vossa Excelência ao setor agropecuário se estendeu naturalmente ao Nordeste, onde transformações importantes foram alcançadas. É claro que muito resta a realizar, no sentido da modernização do setor agropecuário nordestino, que exige tecnologia especial, irrigação, ampliação do crédito, maior assistência técnica, e, em certas áreas, maior ênfase à modificação da própria estrutura fundiária. Exige, sobretudo, continuidade, o que acredito estar assegurado diante das diretrizes já expostas pelo sucessor de Vossa Excelência, o General João Baptista Figueiredo, neste mesmo recinto.

Sei, Senhor Presidente, que me estendo um pouco na minha fala. Mas creio importante assinalar, ainda, o que de mais significativo se vem realizando na área social, motivo de permanente preocupação de Vossa Excelência desde o início do seu Governo.

Programas de elevado conteúdo social vêm sendo executados no Nordeste: habitação; saneamento bá-

altura, através dos Ministros da área econômica, que a inflação estava sob controle, e vamos terminando o ano de 1978 com uma inflação beirando já a casa dos 40%, isso nos números oficiais. O Senador Virgílio Távora disse que ainda não conversou — até anotei — com o gestor das nossas finanças. Não sei também se nesta altura vai adiantar S. Ex<sup>a</sup>, que chega de uma campanha vitoriosa, conversar com o gestor das nossas finanças. Lamentavelmente, depois de 4 anos aqui, no Senado Federal, não podemos falar que o Governo foi vitorioso na sua luta contra a inflação. Ele foi derrotado fragorosamente na sua luta contra a inflação. Não acreditamos, Senador Jarbas Passarinho, que, com essas medidas de controle da expansão dos meios de pagamento, como V. Ex<sup>a</sup> recordou no início da fala, o Governo vá conseguir limitar essa inflação. Lamentavelmente o Governo brasileiro que aí está falhou, e vai continuar falhando, nesta luta contra a inflação, apesar dos gestores da economia nacional.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Faltava, nobre Senador Itamar Franco, ao meu apelo humilde pela Amazônia, o protesto um pouco marcado pela ...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Pouco construtivo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — É o vício do cachimbo.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — Foi bastante construtivo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — ... em algumas frases, aí intercaladas, que são de uma fina perfídia, em relação ao Governo.

Acredito, e V. Ex<sup>a</sup> também com certeza, que qualquer medida antiinflacionária só produz efeitos após alguns meses.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — Mas, Senador Passarinho, lembrei a V. Ex<sup>a</sup> que foi de janeiro de 1975.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Certo. Estou com a primeira parte da intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, em que me foi perguntado se acreditava nas medidas atuais.

Essas medidas, naturalmente, vão repercutir já no Governo do General João Baptista Figueiredo favoravelmente. A menos que se adotasse no Brasil o que não se fez até agora — a adoção de uma política antiinflacionária drástica, política que os países em que a democracia é estável, e, portanto, podem correr mais facilmente esse risco, adotam.

Adotam medidas drásticas, criam resseção, engendram o desemprego, para, dentro de dois anos, voltarem ao normal.

Lembro que, logo depois da Guerra do Yom Kipur, com a quadruplicação ou mais do preço do petróleo, o Japão, que estava como a terceira economia do mundo, apresentou uma inflação de 30%, sem correção monetária. V. Ex<sup>a</sup> pode imaginar o que é uma inflação de 30% sem a correção monetária, para poder equilibrar as finanças, inclusive de médias e pequenas empresas e também das pessoas físicas.

Em dois anos, o Japão se havia livrado da inflação, a peso, entretanto, de uma política drástica — criação de recessão, provocação de desemprego — para, depois, se recuperar. Mas são economias sólidas, que podem fazer esse lance, podem dar-se ao luxo de fazer esse tipo de combate. Se nós o fizéssemos, se o Governo entrasse numa medida violenta para debelar a inflação, V. Ex<sup>as</sup> da Oposição nos criticariam muito mais.

Não querendo, de maneira nenhuma, discutir contra o óbvio, porque estamos com o processo inflacionário ainda agudo, é claro, apenas diria a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo não mentiu quando disse que a inflação estava sob controle, porque ela teve uma mudança de curva — era descendente e passou a ascendente. Nessa ascensão, passou a ter um platô, uma altura de equilíbrio, que está agora na altura dos 40%.

Quando, no ano passado...

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — V. Ex<sup>a</sup> vai-me permitir, sem interromper o seu raciocínio, sempre muito lúcido. Se V. Ex<sup>a</sup>

verificar, a partir de 1974 a 1978, notará que não houve uma curva ascendente e depois uma curva descendente. Ao contrário...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Mas estou raciocinando com isto. De 1964 até 1973 a curva foi descendente. Nos primeiros meses de 1974, ou seja, nos últimos três meses do Governo Médici, passamos a ter índices inflacionários que só no Governo Castello Branco havíamos tido, de 4% ao mês. Portanto, já foi ao fim do Governo Médici e no início do Governo Geisel que tivemos uma recidiva do processo inflacionário. É verdade que em 1975, senão estou equivocando, ela foi maior do que em 1974. Mas em 1976, 1977 e 1978, ela está sob controle na medida em que está repetindo os mesmos números.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — Não, Ex<sup>a</sup>, não repetiu os mesmos números. V. Ex<sup>a</sup> verificará que entre 76, 77 e 78, praticamente agora, estamos chegando ao final, não repete ...

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Tivemos 40%, e 40% agora.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — E qual foi a de 1975? O Senador Virgílio Távora pode dizer aí.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Vamos aos números. Em 1976, realmente estava a 46% só. Em 1977, desceu — e V. Ex<sup>as</sup> todos me bateram palmas —, chegou a 39%. Já agora este ano sobe, mas fica neste patamar de 40%.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — O patamar que a ARENA gosta de ficar. Vou admitir que é o patamar inflacionário em que a ARENA gosta de trabalhar.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Que é grave, sem dúvida.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Diria, muito mais grave, se as medidas não fossem tomadas.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA)** — Recebi, relacionado com este fato e com o aparte que ainda há pouco me deu o Senador Itálvio Coelho, exatamente um apelo do Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Pará, porque são os problemas de uma economia incipiente.

O Pará tem na pimenta-do-reino uma de suas fontes de exportação mais expressivas, ou a mais expressiva de todas. No mercado internacional, a cotação caiu terrivelmente — de 2.500 dólares norte-americanos por tonelada passou para 1.500 dólares.

Nessa altura, o que o Pará pleiteava? Pleiteava apenas a inclusão da pimenta-do-reino na pauta dos produtos amparados pela política de preços mínimos do Governo Federal.

Era, nas palavras do Senador Virgílio Távora, o mínimo neste caso que se fazia para o máximo de efeito. Exatamente o reverso do que S. Ex<sup>a</sup> citou — o mesmo jogo de palavras para mostrar a mesma coisa ao reverso. No caso, é uma restrição que causará um efeito mínimo de benefícios ao Brasil, em termos de enxugar a oferta de dinheiro com o máximo de desvantagem de natureza social. Neste caso, era precisamente o contrário.

Sr. Presidente, faço um apelo ao Ministro Mário Simonsen e ao Governo Federal — embora estejamos todos de acordo que a luta contra a inflação deve ser o nosso principal objetivo — faço um apelo para que se analise a peculiaridade de uma economia fraca, de uma economia débil, de uma economia que sofre bastante os efeitos de qualquer variação de cotação de seus produtos, pois que praticamente monocultura. Neste sentido é apelo que faço, para que a Amazônia tenha um tratamento diferenciado.

**O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB)** — Senador Jarbas Passarinho; antes de V. Ex<sup>a</sup> concluir o seu discurso, desejo inserir um dado em reforço à sua argumentação. O Banco do Brasil, tem na Região Nordeste, 1/3 das suas agências no País, mais de 350 unidades. No entanto, destina neste momento, cerca de 18% de suas aplicações. Ora, estamos em plena safra nordestina. Evidentemente que

qualquer restrição, uma redução nas aplicações, mesmo de 7%, como foi adotada para o Banco do Brasil, e creio para todos os bancos oficiais, o reflexo dessa redução será muito mais intenso, extraordinariamente mais intenso nessa Região do que no Centro-Sul do País. Não há como comparar. O Banco do Brasil aplica apenas 18% na Região do Nordeste. A medida antiinflacionária adotada, de redução dos meios de pagamento, é válida, é um instrumento válido, é um instrumento antiinflacionário. A nossa discordância está em reforço a sua argumentação. O Banco do Brasil tem, na Região do Nordeste, um terço das suas agências no País; mais de 350 unidades; porém aplica, apenas, neste momento, cerca de 18%. Ora, estamos, em plena safra nordestina, evidentemente que qualquer restrição, mesmo de 7%, como foi adotado para o Banco do Brasil — e creio que para todos os bancos oficiais — uma redução nas aplicações, é evidente que o reflexo dessa redução será muito mais intenso, extraordinariamente mais intenso nessa Região do que no Centro-Sul do País; não há como comparar. Dezoito por cento apenas aplica o Banco do Brasil na região do Nordeste. Mas a medida antiinflacionária adotada, de redução dos meios de pagamento, é um instrumento válido antiinflacionário. A nossa discordância está em que essa medida não possa ser adotada em caráter nacional e na mesma intensidade, com os mesmo números para todo o País como se nós tivéssemos uma economia uniforme, homogênea.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) —** Muito bem.

**O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) —** Ai reside exatamente a nossa estranheza. O apelo que V. Ex<sup>a</sup> faz ao Ministro é de toda procedência. Desejo que S. Ex<sup>a</sup> nos ouça e, realmente, tome medidas que possam corrigir esta anomalia. Era o que desejava inserir no seu pronunciamento.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) —** Agradeço o aparte no nobre Senador Milton Cabral e me ocorre, aqui, dizer apenas que se temos medidas adotadas, até de natureza constitucional, para incrementar o desenvolvimento das regiões mais adiantadas, então, como salienta o nobre Senador Milton Cabral, não havendo uma homogeneidade no desenvolvimento econômico do País, eis aí o momento em que se poderia exatamente caracterizar esse tipo de distinção no procedimento oficial.

Foi com este objetivo, Sr. Presidente, que ocupei a tribuna para, em nome da Associação Industrial do Estado do Pará, em nome da Federação das Indústrias do Estado do Pará e das empresas em geral do Estado e por extensão, naturalmente, da Amazônia, solicitar ao Governo uma preocupação especial para atender às peculiaridades daquela região. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) —** Com a palavra o nobre Senador Braga Júnior.

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Vamos, hoje, pronunciar o nosso discurso de despedida desta Casa, em virtude do próximo recesso ocorrer no dia 6 de dezembro e nos encontrarmos ausentes, representando o Senado Federal na ONU, por designação de S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente desta Casa, e com a homologação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Não poderia deixar esta Casa, onde o curto convívio de pouco mais de um ano me fez conhecer a altitude moral, cívica e intelectual de seus integrantes, sem que a minha palavra de despedida revelasse o quanto me foi proveitoso esse tempo, decerto inesquecível.

Coincidentemente, ninguém pode negar que, neste curto período da Legislação, o Congresso Nacional e, no seu contexto, o Senado Federal, viveram dias de tal densidade política, de tantas emissões cívicas, de oportunos e brilhantes pronunciamentos, de tão largos passos no caminho da restauração democrática, como não ocorrerá, ainda, nos últimos dez anos.

Se foi imperativo, no primeiro quadrimestre do ano passado, adotar-se o recesso extemporâneo, já este ano o Presidente Geisel deu um alentado e corajoso passo, no sentido da conquista definitiva — e desejamos irreversível — do Estado de Direito Democrático.

Mesmo na reforma política de 1977, quando permite a alteração do texto constitucional por maioria absoluta e não dois terços do Plenário, ficava aberto ensejo às pretendidas ampliações da reforma, sem grandes obstáculos, numa simples sessão legislativa, sem o aguardo de toda uma legislatura.

À rigidez do preceito anterior, sucede-se o dinamismo do *quorum* possível e já não se torna necessária a convocação de uma Constituinte, para a mais rápida substituição do texto da Lei Maior.

Tivemos, ademais, no agosto Plenário da Câmara dos Deputados, a realização das convenções partidárias e, finalmente, a escolha do novo Presidente da República, e somente nos honra e envida o fato de ter participado de um Plenário que indicou o General João Batista Figueiredo para a Chefia da Nação, com o nosso voto.

É momento, ainda, de emprestar o conveniente significado à presença do Movimento Democrático Brasileiro nessa disputa, não apenas porque sua participação validasse o processo indireto da escolha, mas, sobretudo, porque não compareceu com anti-candidatos, mas, com verdadeiros concorrentes, de experiência administrativa comprovada e dotados do mais alto valor cívico.

Além desses fatos, de ordem política, tivemos, também, o ensejo de participar dos debates do Plenário e do Trabalho das Comissões, aprendendo a valorizar, mais do que antes, como Deputado Estadual em duas legislaturas, o desempenho do Parlamento brasileiro, onde se estudam, em profundidade, todos os problemas nacionais, com uma assessoria digna de todos os encômos e um funcionalismo que honra os quadros administrativos, não apenas do Legislativo, mas de todo o País.

Agora, as contingências da própria vida política vão afastar-me desse convívio, desde que não disputei a reeleição.

Mas inenso foi o meu lucro, principalmente daquele "saber de experiência feito", de que falava Camões, ao ouvir, nesta tribuna, lições de todos os ramos do Direito, das mais diversas especialidades técnicas, principalmente sobre economia, finanças e administração pública e social, de tantos, que seria arriscado citar qualquer nome, porque, ao certo, pecaria por omissão.

Assim, tanto quanto a instituição parlamentar brasileira me revelou as excepcionais virtuosidades e a nobreza e segurança do seu desempenho, no concerto dos Poderes do Estado, como, individualmente, ensinou-me Deus colher, neste Plenário, as mais preciosas e ricas amizades, que enriqueceram o meu patrimônio afetivo.

Todos temos compromisso com a vida, principalmente nas suas altas manifestações espirituais e morais. E se o Direito está inserido no universo da Moral é porque é filho da Razão e da Política.

O meu último juramento, ao assumir o mandato, pelo Amazonas, nesta Câmara Alta do Congresso Nacional, foi de fidelidade à Constituição, que é a Carta Magna do nosso Direito Positivo.

Então, apesar da humildade da minha origem, a que permaneço fiel, o povo me delegou vários mandatos legislativos que tenho procurado honrar como estou certo que os que ficam e os que virão continuarão servindo à causa pública, sempre voltados para os supremos interesses da Pátria.

A juventude brasileira desta década está tendo os instrumentos de ensino e de trabalho que as das décadas passadas não tiveram, e nenhuma nação pode crescer e prosperar sem que ocorra, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento político, social, econômico e cultural. Fora dessa filosofia é construir-se uma nação com processos artificiais.

As idéias filosóficas são, freqüentemente, as mais sábias e as mais fecundas.

Rousseau assinalava que alguma coisa mais do que ciência e tecnologia é necessária para o bom aproveitamento das invenções da própria ciência e da técnica. E essa alguma coisa, que ele chama de sabedoria, é o objeto do pensamento filosófico e, na verdade,

representa a soma e o mais importante produto da longa e penosa experiência humana na política.

A incoerência e a desordem não podem governar, não podem liderar, nem muito menos construir, daí lembrar que o mundo do futuro não deverá ser governado pelo poder econômico internacional como alguns desejam, porque ele exerce o fascínio do poder e de influência sobre a vida dos homens e também porque nós caminhamos para uma economia de escala mundial.

Esta geração e as porvindouras devem lutar para encontrar meios de disciplinar e controlar a atividade do poder econômico, para que aja e sirva, com Justiça, para o bem da própria humanidade e das nações, porque, senão, estaremos construindo um mundo mais pobre, em condições espirituais e, possivelmente, em termos biológicos, incapaz de sobreviver.

Pessoalmente devotado aos problemas da Nação, do meu Estado e de toda a Região Amazônica, no contexto do desenvolvimento nacional integrado, que foi e é uma aspiração reiterada pela Revolução e orientadora da atuação do meu partido, tive ensejo, mais uma vez, nesta tribuna, de expor os dados da minha experiência, com o intuito de sensibilizar os meus pares e o Governo, para a sua mais rápida e satisfatória solução.

Decerto, o imenso vale, emerso de um golfo pré-histórico e fertilizado pela erosão da grande cordilheira e pelos depósitos orgânicos dos seus numerosos afluentes, é, ainda, um mistério parcial para os ecólogos, os agrôlogos e quantos procuram desvendar os segredos telúricos daquele imenso continente semilíquido. Entretanto, se cuidadosa deve ser a exploração da Amazônia brasileira, já há, identificados, na área, alguns bolsões de fertilidade permanente, para os quais apresentamos projetos de infra-estrutura, como o PROALCOOL, e obtivemos a aprovação dos suprimentos financeiros para a pavimentação viária, como no caso da estrada Manaus—Itacoatiara; iniciativas energéticas, como a construção da Cachoeira da Balbina, de uma hidrelétrica, que se beneficiará da pavimentação de uma rodovia; finalmente, a reativação da Zona Franca, além de outros benefícios atinentes à infraestrutura do meu Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, bem sei que seria impossível realizar, com a eficiência e amplitude desejadas, a missão que compete a um representante do povo na alta Câmara Legislativa do País, apenas completando o exercício de um mandato parlamentar.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Com muito prazer.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — V. Ex<sup>a</sup> inicia, no Senado, a retomada de uma praxe daqueles que, por circunstâncias várias, por motivos e razões diversas, não permanecerão nesta Casa; trata-se de uma das boas praxes do Senado, e que dá oportunidade para que aqueles que conviveram com os parlamentares que por aqui passaram, por aqui passam e aqui estão, possam trazer um testemunho, um testemunho que se há de incorporar aos Anais da Casa e que há de valer, pelos tempos em fora, como o melhor atestado daqueles que convivem com o parlamentar em torno da sua atuação no período em que desenvolveu sua atividade nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> diz, no seu pronunciamento, que apenas durante o lapso de um ano e alguns meses esteve no exercício efetivo do Senado da República, mas V. Ex<sup>a</sup> tem sido tão permanente, tão atuante, tão presente, quer nas Comissões Técnicas, quer no plenário, quer nas atividades até sociais desenvolvidas no Senado da República, que parece a nós que V. Ex<sup>a</sup> desempenha há muito tempo o mandato de Senador.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Muito obrigado.

O Sr. Lenoir Vargas (ARENA — SC) — Leve pois V. Ex<sup>a</sup> uma palavra do representante de Santa Catarina, de admiração pela maneira com que V. Ex<sup>a</sup> se conduziu nesta Casa, pela maneira com que V. Ex<sup>a</sup> representou o valeroso Estado do Amazonas, no defender os interesses da Amazônia como aqueles projetos a que V. Ex<sup>a</sup> se refere

no discurso que está proferindo; leve esta palavra de admiração, de simpatia, de carinho, da parte da representação de Santa Catarina, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> — achamos nós um pouco adiantadamente — se despede ou apresenta a sua despedida do Senado da República. Pena que V. Ex<sup>a</sup> não tivesse disputado novamente a cadeira de Senador, pois certo estaríamos de que o povo do Amazonas haveria de reconduzir V. Ex<sup>a</sup> para continuar a prestar, como sei que irá prestar, em outro ramo de atividade, relevantes serviços à Nação brasileira.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminentíssimo Senador Lenoir Vargas, agradecemos o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e pedimos permissão a V. Ex<sup>a</sup> para incorporá-lo ao nosso modesto discurso, porque ele, realmente, veio enriquecer o nosso pronunciamento e trazer mais elementos, confirmando o que já havíamos dito com relação ao Senado da República. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Lenoir Vargas.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Nobre Senador Braga Junior, V. Ex<sup>a</sup> iniciou o seu discurso de despedida desta Casa, a que V. Ex<sup>a</sup> serviu com brilho, dizendo que aqui tinha enriquecido os seus laços de afeto; no meu caso houve apenas um fortalecimento ou o revigoramento dele, uma vez que somos amigos há muitos anos, antes que ambos tivéssemos tido, sequer, qualquer vezeleidade de vida pública. V. Ex<sup>a</sup> um empresário daqueles que caracterizam a sua vida por uma luta ingente, para vencer por métodos limpos, e eu, àquela altura, servindo no Estado do Pará, no Comando Militar da Amazônia. Somos, portanto, amigos de algumas décadas, por isso mesmo, muito me alegrou ver V. Ex<sup>a</sup> chegar a esta Casa para representar o Estado do Amazonas. Nós da Amazônia, como do Brasil de modo geral — mas na Amazônia isso é muito característico — não somos pessoas que nos fixemos exatamente apenas na representação das áreas que, por direito de berço, deveríamos representar. Eu, acreano de nascimento, represento o Pará, V. Ex<sup>a</sup>, paraense de nascimento, representa o Amazonas; ocorreu-me que há poucos anos a *Bloch Editores*, desejando produzir uma série de livros paradidáticos, chamados "Nosso Brasil", encomendou-me a mim o livro sobre o Pará, e a Leandro Tocantins, que é paraense, o livro sobre o Acre. De maneira que essa nossa interpenetração amazônica está provada, aqui, também, pela presença de V. Ex<sup>a</sup>, honrando a representação do Amazonas; o meu testemunho é de que V. Ex<sup>a</sup> aqui chegou e foi uma voz vigorosa em defesa daquela região. V. Ex<sup>a</sup> naturalmente não perdeu de vista os problemas nacionais, mas aqui se inseriu, neste corpo de Senadores da República, como uma voz das mais vibrantes e uma inteligência lúcida, versando os assuntos em que V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, é mestre, como precisamente os problemas do empresariado daquela região. De modo que também digo como o Senador Lenoir Vargas: lastimo que V. Ex<sup>a</sup> não haja decidido concorrer para prosseguir, aqui, uma carreira parlamentar que já se caracterizou pela eficiência, durante o breve período em que V. Ex<sup>a</sup> ocupou essa cadeira.

E congratulo-me com o povo do Amazonas por ter tido em V. Ex<sup>a</sup> um representante tão zeloso, tão correto e tão eficiente.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, agradecemos o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, somos amigos diletos há várias décadas. Ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup> para dizer da sua luta como acreano pelo desenvolvimento do nosso Estado. E, neste momento, deixo este depoimento no Senado da República que, como paraense, falando em nome do povo da Amazônia e de todo o território brasileiro, nós estamos orgulhosos, envaidecidos mesmo de tê-lo como representante do nosso Estado na Câmara Alta do País.

Muito obrigado.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM)** — Com muito prazer, eminente Senador Benjamim Farah.

**O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ)** — Eu poderia, neste instante, simplificar a minha participação no seu brilhante discurso ratificando o que disse o nobre Senador Jarbas Passarinho porque S. Ex<sup>a</sup> já falou por todos nós. Todavia, quero consignar, também, a expressão do meu apreço por V. Ex<sup>a</sup> que, como aquele famoso guerreiro romano, veio, viu e venceu. Num mandato tão curto, V. Ex<sup>a</sup> se impôs ao respeito de todos os seus colegas. Por isso o nosso nobre colega Jarbas Passarinho, com muita propriedade, fixou bem o nosso pensamento. V. Ex<sup>a</sup> venceu aqui pelo trabalho, inteligência, simpatia, capacidade de comunicação, pois cada Senador é um amigo de V. Ex<sup>a</sup> Sabemos que V. Ex<sup>a</sup> é um homem que tem um grande amor ao Brasil, que avulta sobretudo através do seu trabalho, tendo as vistas voltadas para aquele imenso Território Amazônico, patrimônio extraordinário que todos devemos defender com muita garra. Lembro-me, eu era ainda muito jovem, quando inimigos do Brasil queriam entregar três mil quilômetros da Amazônia para a UNESCO. Fomos, então, liderados na antiga Câmara dos Deputados pelo bravo estadista Artur Bernardes. Lutamos heroicamente e o projeto, que já havia sido aprovado em dois turnos, nós derrubamos e isso graças à interferência do Estado Maior do Exército, ao qual pedimos um parecer que foi contrário a essa entrega. Os militares, mais uma vez, como tem sido sempre, defenderam a integridade deste País. V. Ex<sup>a</sup> tem defendido aqui a Amazônia, V. Ex<sup>a</sup> tem tratado de problemas brasileiros com entusiasmo, com muito vigor e muita oportunidade, dando-nos a certeza de que aqui ou fora desta Casa será sempre o mesmo brasileiro, que há de amar sempre o Brasil e defendê-lo para que seja realmente um país grande.

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM)** — Agradecemos o aparte do eminente Senador Benjamim Farah, que além de vir enriquecer o nosso pronunciamento, trouxe uma alta dose de solidariedade humana, que muito nos sensibilizou, porque, realmente, o que conta é o convívio dos seres humanos quando eles se respeitam mutuamente e se querem bem, também, mutuamente. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e ao Estado que representa nesta Casa com o brilhantismo e a dedicação patriótica e lamentamos que V. Ex<sup>a</sup>, também, por determinação ou determinismo político V. Ex<sup>a</sup>, deixe o Senado na próxima legislatura, embora continue servindo o Brasil na Câmara Federal da Capital da República. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM)** — Com muito prazer, Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco (MDB — MG)** — Senador Braga Junior, o Senado ouve com atenção e respeito o discurso de V. Ex<sup>a</sup> V. Ex<sup>a</sup> vai deixar o Senado Federal, vai deixar, nesse instante o convívio dos Senadores da República. Homem dedicado à causa pública, homem cheio de vontade de servir, uma grande figura humana, V. Ex<sup>a</sup> honrou o seu Estado aqui no Senado Federal, o Senador Jarbas Passarinho já o disse, e o disse muito bem, a voz vigorosa de V. Ex<sup>a</sup>, na defesa do Estado do Amazonas. Nós, do Senado, representamos o povo na sua regionalidade, na sua condição local de vida. V. Ex<sup>a</sup> soube encarnar muito bem a função de Senador da República.

Neste instante, então, em que V. Ex<sup>a</sup> deixa o Senado Federal, nós, em nome da Liderança do Partido nesta Casa, levamos a V. Ex<sup>a</sup> nosso abraço efetivo e a certeza de que fora do Senado Federal V. Ex<sup>a</sup> há de continuar servindo ao Brasil, como tem servido até agora, com essa sua devoção, com esse sentimento de bem servir à nossa Pátria.

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM)** — Eminente Senador Itamar Franco, sensibilizados agradecemos o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente no momento em que V. Ex<sup>a</sup> está representando a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro que, com a sua atuação, também muito tem contribuído para que a Nação se desen-

volvesse como vem desenvolvendo-se, porque somos daqueles políticos que não podemos deixar de reconhecer o trabalho de todos aqueles que vêm para o Senado da República e para a Câmara Federal representar o povo e o Estado, alguns que lhes serviram de berço e outros que adotaram como se fosse o próprio Estado natal. Receba pois, também, o nosso agradecimento, o nosso muito obrigado por esse abraço afetivo e sincero que V. Ex<sup>a</sup> nos dirigiu e, também, pode ficar certo V. Ex<sup>a</sup> que nós, no mundo empresarial, continuaremos servindo à Nação com a mesma dedicação e com o mesmo patriotismo que vimos servindo há mais de quarenta anos.

**O Sr. Luiz Viana (ARENA — BA)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM)** — Concedo o aparte ao eminente Senador Luiz Viana.

**O Sr. Luiz Viana (ARENA — BA)** — Embora não me seja dado ter os mesmos traços de afinidade que ligam V. Ex<sup>a</sup> ao eminente Senador Jarbas Passarinho, que tão bem interpreta os sentimentos de todos nós, eu desejaria, em poucas palavras, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> profere o discurso de despedida desta Casa, o sentimento que, indistintamente, acima dos partidos e das pessoas, domina o Plenário neste momento é o de pesar por haver sido tão curta a permanência de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa. Realmente, desde o momento em que aqui chegou, V. Ex<sup>a</sup> se afirmou não apenas como homem público que é, como conhecedor dos problemas da sua região, dos problemas do País, aos quais tem dedicado trabalho, atenção, inteligência e conhecimento; V. Ex<sup>a</sup>, além dessas qualidades ou dessas virtudes de homem público, tem conquistado a todos pela sua maneira de ser, pela sua personalidade assinalada por uma cordialidade, por um convívio, que é dos mais agradáveis para todos nós, esteja V. Ex<sup>a</sup> certo disto. No momento em que V. Ex<sup>a</sup> sai do Senado para servir ao País, à sua região, ao seu Estado, para servir bem, como tem servido, V. Ex<sup>a</sup> pode fazê-lo com a alma satisfeita, porque é realmente motivo de satisfação para qualquer um de nós, ao chegar ao termo de um mandato, ao termo de uma missão, poder dele sair com o reconhecimento público, o reconhecimento de todos os seus colegas, não apenas ao homem público, mas ao amigo, que V. Ex<sup>a</sup> se tornou de todos e de cada um de nós.

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM)** — Eminente Senador Luiz Viana, agradecemos ao aparte de V. Ex<sup>a</sup> e vamos rememorar um episódio de nossa vida pública: em 1964, quando Deputado, nós nos conhecemos pela primeira vez no Palácio das Laranjeiras, na ocasião em que V. Ex<sup>a</sup> era Ministro-Chefe da Casa Civil de Sua Excelência, o saudoso e querido Marechal Humberto Castello Branco. Desde aquele instante, procurei seguir a minha vida pública fazendo tudo para que, pelo menos, fosse o discípulo de V. Ex<sup>a</sup> e continuasse a servir ao meu Estado e à minha Pátria, com o mesmo zelo, com a mesma dedicação e com o mesmo patriotismo que V. Ex<sup>a</sup> vem servindo até hoje. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Daniel Krieger (ARENA — RS)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA)** — Tem todo o direito o Senador Daniel Krieger.

**O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM)** — Senador Daniel Krieger, por cessão do nosso dileto amigo, Senador Ruy Santos que havia solicitado o aparte anteriormente, concedemos o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O Sr. Daniel Krieger (ARENA — RS)** — Associe-me às justas homenagens que o Senado Federal está prestando a V. Ex<sup>a</sup> No convívio que mantivemos, o nosso conhecimento, a nossa amizade aprimorou-se. Também sou dos que saem; continuaremos lá fora como simples cidadãos, mas sempre amigos.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminente Senador Daniel Krieger, realmente V. Ex<sup>a</sup> é uma das amizades da qual vamos deixar o convívio; fazemos porém questão de preservá-la e continuá-la até os últimos instantes de vida que Deus nos der, porque V. Ex<sup>a</sup> é outro exemplo de dignidade, para ser seguido por aqueles que ficam e por aqueles que virão servir à Nação, nesta Casa do Congresso Nacional.

Eminente Senador Daniel Krieger, nós, fora do Senado, continuaremos os mesmos diletos amigos, temos certeza, como V. Ex<sup>a</sup> tem sido de todos os seus colegas aqui no Senado da República, como também de todos os membros do Parlamento Nacional. Muito obrigado eminente Senador Daniel Krieger.

Concedo, agora, aparte ao meu querido amigo Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Como V. Ex<sup>a</sup>, que está deixando o Senado, também vou deixá-lo, agora. De maneira que eu poderia dizer a V. Ex<sup>a</sup>, ao apartá-lo: saíamos, vamos e não nos despeçamos, mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> da impressão que me ficou do convívio desse pouco tempo em que V. Ex<sup>a</sup> permaneceu nesta Casa, do homem de espírito público, do homem lhano, do homem cavalheiro, de um homem cordial. V. Ex<sup>a</sup> volta para o seu Amazonas para continuar servindo ao Brasil, nas classes empresariais em que se tornou líder; eu saio, não sei para quê. Deus é que saberá! Muitas felicidades a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminente Senador Ruy Santos, Deus sabe, e nós também o sabemos, que V. Ex<sup>a</sup> deixa o Senado e volta para a sua Bahia de Todos os Santos, para continuar servindo ao seu estado e à Nação Brasileira, como fez até agora, em que pese estarmos deixando o convívio desta Casa. Mas temos certeza que não decepcionamos o povo que nos mandou representá-lo no Senado da República, para servir à Bahia e ao Brasil. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Concedo o aparte ao eminente Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Meu caro amigo, é até com emoção — sentimento que raramente nos domina, mesmo nos mais apaixonados debates nesta Casa — que lhe dirigimos estas palavras, na hora em que V. Ex<sup>a</sup> daqui se despede: ao *gentleman*, ao líder empresarial bem sucedido, ao combatente e sempre intemérito defensor das coisas de sua terra, aliava V. Ex<sup>a</sup> àquela outra figura humana, inesquecível a todos que convívio com V. Ex<sup>a</sup> tiveram, a de homem prestativo, sempre disposto a ajudar a seus colegas, a dar-lhes as informações necessárias, o contributo do seu conhecimento, do seu próprio cabedal, quando algum companheiro a V. Ex<sup>a</sup> recorria. Impressões deixadas por V. Ex<sup>a</sup> são raras, nobre Senador, e essas, geralmente um pouco egoisticamente, procuráramos guardar, sempre, com bastante desvelo. No caso, no escrínio de nossas recordações, ficarão esses anos de nosso convívio com V. Ex<sup>a</sup>

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminente Senador Virgílio Távora, agradecemos sensibilizados ao aparte de V. Ex<sup>a</sup>, com a mesma emoção que V. Ex<sup>a</sup> dissera no início do seu aparte, porque, realmente, sempre fomos bons amigos e esperamos continuar cultivando esta amizade. No momento em que V. Ex<sup>a</sup> deixa o Senado para, pela segunda vez, governar o seu Estado, nós lhe desejamos muitas felicidades, muito êxito no seu Governo e temos certeza de que o povo do Ceará vai, mais uma vez, viver feliz e sorrindo, como já o fizera da primeira vez, quando V. Ex<sup>a</sup> fora o Governador que impulsionou e dinamizou aquele Estado, para contribuir com a grandeza do Brasil. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Virgílio Távora.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Com muito prazer, nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> deve estar altamente gratificado, inclusive porque, agora, na minha palavra, fala a unanimidade dos Senadores presentes da Oposição, que não fazem mais do que cumprir um dever, ao reafirmar que V. Ex<sup>a</sup> engrandeceu a representação do seu Estado. Receba o nobre colega, o caro amigo, a homenagem de um estado sofrido que sobre entender a luta que, com tanto dinamismo, V. Ex<sup>a</sup> trouxe na defesa de outro estado sofrido que é o Estado do Amazonas. É gratificante V. Ex<sup>a</sup> ouvir a unanimidade da Oposição Brasileira sentada nesta Casa louvar o trabalho e o desassombro de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> leva, portanto, para a sua vida privada, a homenagem da unanimidade dos seus colegas.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminente Senador Gilvan Rocha, agradecemos o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, porque ele realmente muito significa e significará hoje, amanhã e sempre, não só na minha vida privada, como pública porque, realmente, é gratificante, como V. Ex<sup>a</sup> bem o disse, em pouco tempo de exercício de mandato, levar de volta para o meu Estado o aparte que V. Ex<sup>a</sup> acaba de nos dar em nome da unanimidade da Oposição, que muito tem contribuído para a grandeza do Brasil e a felicidade do povo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Eminente Senador Lourival Baptista, com grande honra ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Lourival Baptista (ARENA — SE) — Eminente Senador Braga Júnior, esta Casa, através de seus partidos — ARENA e MDB, homenageia V. Ex<sup>a</sup>. Os seus representantes fazem justiça a um homem que dignificou o seu mandato, a um parlamentar que, neste ano e alguns meses de atuação, conquistou amigos, dentre os quais me incluo, pela sua cordialidade, atenção, bom trato e pela sua maneira de proceder. V. Ex<sup>a</sup> deixará saudades no Senado Federal e não tenho dúvida de que, onde estiver, continuará prestando serviço ao Brasil e ao seu Estado, levando daqui o reconhecimento de todos que viam no Senador Braga Júnior, um parlamentar que cumpriu o seu dever, que trabalhou pelo seu Estado e que engrandeceu o Senado. Associe-me às justas homenagens que esta Casa presta neste momento e cumprimentando-o, cordialmente, desejo-lhe felicidades.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminente Senador Lourival Baptista, ao agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup> também queremos fazer menção ao episódio que V. Ex<sup>a</sup> conquistou para a sua vida pública. Saiu daqui com o seu ilustre colega Augusto Franco para o seu Estado. Ele, como Governador e V. Ex<sup>a</sup>, pelos merecimentos, pelo grande trabalho que prestou ao País nesta Casa, já como Senador escolhido indiretamente, como um pleito de reconhecimento e de gratidão do País a V. Ex<sup>a</sup> e ao seu Estado, reconduzindo-o novamente ao Senado da República. A prova de que V. Ex<sup>a</sup> não temeria o voto popular, é que V. Ex<sup>a</sup> voltou ao seu Estado, com seu eminente colega e companheiro, Governador escolhido, e trouxe a vitória para nosso Partido, continuando a servir a causa pública brasileira.

O Sr. Augusto Franco (ARENA — SE) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Com prazer.

O Sr. Augusto Franco (ARENA — SE) — Senador Braga Júnior, V. Ex<sup>a</sup>, ao se despedir de seus colegas, nesta Casa, na Câmara Alta, além de deixar saudades como companheiro — V. Ex<sup>a</sup> foi um dos que melhor relacionamento aqui travou — também com seu espírito público em favor do seu Amazonas e em favor do Brasil, merece esse tributo que todos os parlamentares do Senado estão prestando nesta sua despedida. Desejo a V. Ex<sup>a</sup> que também, ao deixar o Senado, seja feliz e seja um trabalhador pelo Brasil, pelo Amazonas, como sempre o foi, no seu intuito de servir ao povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Agradeço ao eminente Senador Augusto Franco.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) V. Ex<sup>o</sup> me permite um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Ouço com prazer o nobre Senador.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Nobre Senador Braga Junior, pelo nosso Partido, a ARENA, falou o nosso eminente Líder Jarbas Passarinho. Realmente prestou a V. Ex<sup>o</sup> as homenagens que o Partido lhe deve. E os seus colegas, ao desfilarem pelo microfone desta Casa, prestaram a V. Ex<sup>o</sup> uma das mais expressivas homenagens: da admiração, do respeito que todos nós temos pela conduta, pelo alto espírito público, pelo companheirismo e pelo grande trabalho de Senador que V. Ex<sup>o</sup> exerceu nesta Casa. V. Ex<sup>o</sup> realmente recebe hoje uma consagração merecida. Um homem do seu porte, do seu dinamismo, do seu cavalheirismo, não poderia deixar de receber essas homenagens que são a admiração que toda esta Casa presta ao grande Senador que foi V. Ex<sup>o</sup> representante do Estado do Amazonas.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Muito obrigado a V. Ex<sup>o</sup> pelo aparte e pelas homenagens que acaba de me prestar, eminente Senador Saldanha Derzi, porque veio comprovar aquilo que nós levamos do Senado da República, que é a melhor impressão dos nossos colegas e companheiros. Pode ficar certo de que nós sabemos cultivar esta amizade.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Permite V. Ex<sup>o</sup> um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Concedo o aparte ao eminente Senador Alexandre Costa.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Senador Braga Júnior, desejo associar-me às homenagens que o Senado presta a V. Ex<sup>o</sup>, quando do discurso que profere na sua despedida, nesta sessão. V. Ex<sup>o</sup> aqui chegou e se afirmou como homem público da maior categoria, prestando os mais relevantes serviços ao seu Estado. E sem falarmos da sua fidalguia, do seu cavalheirismo, como bom amigo que é. Eu não me despeço de V. Ex<sup>o</sup>, eu digo até logo, porque tenho certeza que o seu Estado, ao qual V. Ex<sup>o</sup> prestou os mais relevantes serviços, homem público que V. Ex<sup>o</sup> é, empresário vitorioso, cheio de serviços prestados a seu Estado, o Amazonas, haverá de muito em breve precisar de V. Ex<sup>o</sup>, quer na chefia do seu Executivo, quer como legítimo representante numa das Casas do Legislativo brasileiro.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminente Senador Alexandre Costa, nós agradecemos o aparte de V. Ex<sup>o</sup> e muito sensibilizados queremos declarar a V. Ex<sup>o</sup> que só levamos saudades deste convívio, só levamos saudades dos nossos colegas, e de V. Ex<sup>o</sup>, principalmente, com quem eu mantive o mais estreito laço de amizade, nunca essa amizade sofreu o menor arranhão, porque o nosso comportamento nesta Casa, como o de todos os nossos eminentes colegas, não foi outro senão o de servir à causa pública, com amor e com fidelidade aos interesses nacionais. Muito obrigado mesmo, Senador Alexandre Costa. A V. Ex<sup>o</sup>, que continua, desejamos muitas felicidades, e que prossiga servindo ao Brasil e ao seu Estado, o Maranhão.

Muito obrigado a V. Ex<sup>o</sup>

O Sr. Itálvio Coelho (ARENA — MT) — Permite V. Ex<sup>o</sup> um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Com muito prazer, eminente Senador Itálvio Coelho.

O Sr. Itálvio Coelho (ARENA — MT) — Nobre Senador Braga Júnior, desejo juntar minha modesta voz à de todos os ilustres pares nesta Casa que se congratularam com V. Ex<sup>o</sup>. No seu substancial discurso, expende V. Ex<sup>o</sup> conceitos basilares de uma brilhante atuação política, daquelas que se tornam a razão mesma de levar cidadãos independentes a se dedicarem à vida pública, para dar um

pouco de si ao povo e à Nação. V. Ex<sup>o</sup> bem sabe que a política é apaixonante, despertando, às vezes, as mais belas qualidades do homem, às vezes, aquelas qualidades do mundo cão. A política tem a pureza da água da fonte, e também os redemoinhos traiçoeiros das águas poluídas, mas que, afinal, com o correr do tempo, com a formação dos caudais, ainda podem, pelos menos, gerar energia. Aí, a política gera esforço da energia, da pertinácia, do bem servir. V. Ex<sup>o</sup>, nestes anos de convívio, conquistou a mim, pela lhanza do trato, mas muito mais pela firmeza das atitudes tomadas a benefício do povo, no fiel cumprimento do mandato.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Eminente Senador Itálvio Coelho, agradecemos o aparte de V. Ex<sup>o</sup>, porque ele veio não só enriquecer o nosso humilde discurso, como também injetar, no nosso espírito, o nosso desejo de continuar sempre servindo o Brasil, de não esmorecer e continuar nesta caminhada, até o dia em que consigamos colocar esta Nação no seu verdadeiro lugar, objetivo comum de todos nós, de nação independente, para a felicidade do seu povo. Muito obrigado a V. Ex<sup>o</sup>.

O Sr. Magalhães Pinto (ARENA — MG) — V. Ex<sup>o</sup> me permite um aparte?

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Com muito prazer, Senador.

O Sr. Magalhães Pinto (ARENA — MG) — Vejo com muito prazer a manifestação de meus colegas, no momento em que V. Ex<sup>o</sup> se despede do Senado Federal.

Solidarizo-me de maneira cordial, salientando que sua atuação foi a mais dinâmica e eficiente durante o tempo em que exerceu o mandato nesta Casa.

V. Ex<sup>o</sup> demonstrou profundo conhecimento da Amazônia e propugnou sempre por medidas que possibilitassem o desenvolvimento dessa extensa área do território brasileiro.

Com este aparte, trago-lhe meu irrestrito apoio, certo de que V. Ex<sup>o</sup> continuará sua vida pública em outros postos que lhe serão confiados pelo valoroso povo do Amazonas.

O SR. BRAGA JUNIOR (ARENA — AM) — Agradeço o aparte do eminente amigo e Senador Magalhães Pinto que veio enriquecer o nosso modesto pronunciamento e que para mim, esse aparte, muito me honra porque é o reconhecimento de um eminente colega como V. Ex<sup>o</sup> que dignifica esta Casa e o Parlamento Nacional porque vem devotando o mais profundo zelo no trato da coisa pública sempre propugnando pelo desenvolvimento integrado do Brasil e do seu povo.

Continuo, Sr. Presidente e Srs. Senadores consciente dessa limitação, mas tocado pela vocação de servir à nossa gente, procurei dar ao meu desempenho uma feição útil e atenta aos problemas que me pareceram mais evidentes e a reclamar mais urgente e pronta ação. Creio, assim, com essa filosofia, ter podido focalizar alguns aspectos da problemática econômica e social do Amazonas, colaborando para a solução de questões de relevante interesse público.

Por mais de uma vez, da tribuna desta Casa, identifiquei situações que estavam a reclamar reparos e interferências governamentais, obtendo, em várias solicitações, atendimento aos meus apelos e permanentes reivindicações. Nessa trajetória, que considero profícua pelos resultados obtidos, contei, em muitas oportunidades, com o inestimável apoio do Governo Federal, sempre compreensivo aos justos reclamos populares que tive a honra de representar no Senado da República.

Confesso, Sr. Presidente, que as minhas metas sempre foram de certo modo ambiciosas. Em verdade, já em 1968, quando entregava ao Presidente Costa e Silva o título de Cidadão Amazonense, conferido pela Assembléia Legislativa do Amazonas, com a aprovação de projeto de lei de minha iniciativa, tive a oportunidade de destacar que se impunha a integração e ocupação da Amazônia: através de telecomunicações e de comunicações telegráficas das cidades do *hinterland*; Integração e Ocupação pela abertura e desobstrução de novos

canais navegáveis; Integração e Ocupação por mais navios em nossos rios; Integração e Ocupação pela construção de portos e aeroportos na Capital e nas localidades interiores; Integração e Ocupação pelo incremento à pecuária, à agricultura; Integração e Ocupação pela extensão dos benefícios fiscais da Zona Franca a toda a área que compreende a Amazônia Ocidental; Integração e Ocupação com isenção total do Imposto de Renda para as Pessoas Físicas e Jurídicas da Amazônia Ocidental; Integração e Ocupação pela disseminação eficiente do ensino primário, pela formação de técnicos, pela maior amplitude e reconhecimento do ensino universitário; Integração e Ocupação pela ação mais ampla e mais intensa dos serviços de Saúde Pública; Integração e Ocupação proporcionadas e permitidas por uma compreensão mais patriótica, nas áreas da Fazenda Nacional, em relação às finalidades, de emergência nacional, de necessidade nacional, da Zona Franca de Manaus — instrumento de exceção, criado para uma área de exceção, cujas reivindicações muitas já são uma realidade.

Todos esses aspectos foram, mais tarde, quando passei a integrar o vosso convívio, aqui ressaltados em manifestações de abordagem mais ampla, seja na análise das atividades do Governo Estadual, senão também no que concerne aos segmentos das questões de segurança e estratégia que dominam a conjuntura sócio-político-econômica da Amazônia Ocidental.

Analisando o que se devia fazer em função da melhoria das condições de vida do homem amazonense, fiz sentir que a ocupação da Amazônia representava, para a Nação, um objetivo político, econômico e cultural destinado a inscrever-se nas metas nacionais permanentes, integrando amplas fronteiras internacionais, absorvendo o silvícola, devassando recursos naturais e, assim, transformando cerca de cinquenta e um por cento do território brasileiro numa copiosa fonte de divisas, por um processo geoeconômico dinâmico e eficaz.

Preocupou-me, ainda, o aspecto do desenvolvimento agropecuário da Amazônia, representado pelo tradicional problema da titulação de terras, pelo favorecimento de insumos, estabelecimento de linhas de crédito e assistência técnica e pesquisa aos agricultores e pecuaristas. Abordei, embora a traços largos, em vários pronunciamentos nesta Casa, os assuntos mais significativos da conjuntura sócio-econômica do meu Estado, identificando problemas e apresentando soluções nas áreas da agricultura, pecuária, transportes, energia, saneamento básico, indústria, comércio, saúde e educação. Ao lado desse elenco de providências, tive a preocupação de assinalar a importância estratégica da Amazônia no complexo econômico mundial, a curto e longo prazos, não só como a maior reserva hídrica e de espaço vital do nosso Planeta, como, ainda, em face do que essa Região representa em potencialidade e riquezas ainda inexploradas. Desta sorte, transparece, em toda a sua plenitude, a evidente necessidade de encarar-se a Amazônia como um tesouro sobre o qual incidem disfarçadas cobiças, com mirabolantes sugestões de aproveitamento, que, a rigor, refletem, tão-somente, escusos interesses alienígenas de grupos econômicos hoje perfeitamente identificáveis.

Mantive-me, assim, no meio daqueles que identificam a Amazônia sobretudo como um elemento intrínseco da segurança nacional. E, assim entendendo, apelei no sentido de que se estabelecessem medidas de incentivo que obviassem o vazio demográfico, carreado recursos para a Região e incrementando as iniciativas públicas e privadas, de modo que, estratificada a nossa soberania, fossem definitivamente desencorajadas as prenunciadas investidas estrangeiras no setor. Aliás, neste ponto, quando advogava a construção da Hidrelétrica de Balbina, e respondendo a aparte do eminente Senador Evandro Carneiro, já declarava que os problemas da Amazônia são de responsabilidade geral da Nação, a não ser que queiramos assumir, no processo histórico, uma posição de tibieza contrária aos nossos sentimentos de brasilidade, e, como vaticinei várias vezes nesta Casa, prevendo a possibilidade de "dormirmos brasileiros e acordarmos estrangeiros".

Adentrei, assim, por várias vezes, o problema da economia amazonense, enfatizando sobretudo o referente à borracha, como

exemplo típico do que se poderia fazer em termos de recuperação e dinamização nesse setor. Embora consciente de estar produzindo uma verdadeira tautologia, mantive-me na tecla de relembrar que o Brasil, pelas condições ecológicas da Amazônia, já fora, em passado recente, o maior produtor de borracha natural do Mundo, e hoje, à vista de uma política até certo ponto descuidada, passara a importador desse produto, gastando preciosas divisas e empobrecendo uma região extremamente feraz e potencialmente produtiva. Ainda nesta oportunidade, saliento que nem tudo está perdido e que a crescente demanda mundial ainda poderá ser atendida pelo nosso País, caso ele se conscientize sobre a realidade amazônica da borracha, ampliando as linhas de crédito para o plantio de "n" milhões de pés de seringueiras e desenvolvimento das atividades da SUDHEVEA:

Isto para que, dentro de duas décadas, sejamos auto-suficientes em borracha natural e exportemos o excedente, para transformarmos, desta forma, a Amazônia na mais rica área produtora de borracha do Mundo e, assim, ajudarmos o Brasil a se colocar na conjuntura econômica que todos desejamos.

Mas, Sr. Presidente, consubstanciando assuntos da nossa economia, sugeri a criação da OUROBRÁS objetivando a pesquisa e a lavra auríferas em nosso País, sobretudo no aproveitamento da extraordinária descoberta da Serra dos Carajás.

Naquela ocasião, assinalai que tendo sido o Brasil, principalmente no século XVIII, um dos grandes produtores mundiais do ouro, infelizmente hoje não figura sequer entre os trinta primeiros países que contribuem para o fornecimento de 1.224 toneladas anuais ao mercado mundial, aparecendo a África do Sul com quase 101 toneladas e os Estados Unidos, em terceiro lugar, logo depois do Canadá, com produção superior a 55 toneladas anuais. Descrevi, então, a situação em que se encontrava o nosso País, importando, por ano, mais de seis milhões de dólares de ouro, com um consumo que, atualmente, supera a casa das sessenta toneladas anuais. Desta forma, encaminhei o assunto aos escalões responsáveis do Governo, sugerindo a formação de sociedades de economia mista, onde o capital fosse repartido em cinquenta e um por cento entre a União e os Estados em que se localizassem as minas, e os restantes quarenta e nove por cento entre brasileiros natos, mediante livre acesso à iniciativa privada. Contudo, a abordagem dos problemas amazônicos conduziu-me inapelavelmente à apreciação de uma iniciativa que continua colhendo resultados altamente significativos para o nosso povo — o Projeto Rondon. E não fora a possibilidade de internacionalização da Amazônia — já então sustentada pela sugestão da criação de uma imenso lago na Amazônia, com a tapagem em Óbidos, visando ao armazenamento de um enorme volume de água para atender às necessidades hídricas do próximo século — não teríamos talvez a realidade do Projeto Rondon, que tantos benefícios tem proporcionado à nossa gente interiorana.

Devo, portanto, neste instante de despedida, assinalar, como um agradecimento do povo amazonense, o trabalho fecundo do Projeto Rondon, que, além do mais, contribuiu para a sedimentação de uma convivência patriótica e humanitária em nossa juventude estudiosa, a qual, no exercício desse mister, desempenha uma ação consciente e digna de nosso grandioso destino.

Igual ao Projeto Rondon, nos seus profícuos resultados, foi, conforme assinalai em pronunciamento nesta Casa, o MOBRL, na sua luta permanente contra o analfabetismo, realizando uma notável tarefa que reduziu o número de analfabetos, no Brasil, a um percentual razoável que não supera a 10% do povo brasileiro, quando se sabe que, em 1900, havia mais de 65% de analfabetos no Brasil, ou seja, quase dois terços da nossa população. A minha contribuição, neste particular, revela-se no agradecimento que fiz, em nome da população carente do meu Estado, aos mestres que, no exercício do seu penoso sacerdócio, se deslocam pelos ínvios caminhos da Amazônia, ministrando conhecimentos e alargando as fronteiras do saber.

Outro tema que serviu de motivo a considerações de minha parte nesta alta tribuna, foi o relativo ao combate à inflação. Senti,

desde o primeiro instante em que comecei a pesquisar o assunto, que estava em face de uma situação que demandava soluções extremamente complexas e, até certo ponto, subordinadas a circunstâncias que fugiam ao controle da nossa política econômica-financeira. De fato, a crise energética mundial certamente se constituiu no fator dominante a influir no desequilíbrio da nossa balança comercial, determinando sérias repercussões na economia interna do País e, assim, agravando o problema inflacionário já contido, em parte, no seu crescimento desordenado, pelas reformas administrativas, tributárias e orçamentárias, que contiveram os gastos públicos, eliminaram as caudas orçamentárias, disciplinaram a arrecadação do Imposto Sobre a Renda e racionalizaram o balanço de pagamentos. Propus, então, uma campanha de mobilização nacional, visando a conjugar os setores mais significativos da sociedade brasileira, no sentido de uma ação fiscalizadora e desestimuladora dos desperdícios e das especulações e da formação de uma consciência nacional de poupança, únicos meios capazes de conter, pelo menos em nível suportável, os terríveis efeitos da inflação. Mas, Sr. Presidente, se muitos foram os problemas enfrentados e se para alguns sobrou-me a marca do desengano, tive também a ventura de, neste curto período de mandato, ver, com imenso júbilo, o Governo assinar com as sete nações que compõem a imensa região da Pan-Amazônia, quase metade da América Meridional, um pacto que tem, como inspiração primeira, sua defesa ecológica e resultado ulterior sua exploração racional integrada, em benefício econômico de todos os parceiros.

Tais motivos, brevemente resumidos neste pronunciamento, pelos quais deixo o Senado Federal, decerto com a saudação de quem sofre tão grande perda no convívio diário das relações humanas, mas, ao mesmo tempo, com um sentimento de ventura e do dever cumprido, pela oportunidade com que o destino me galardouo, no sentido de compor um dos mais egrégios Colégios da cultura, da inteligência, de sabedoria e do civismo do País.

Daqui saio com a intenção de, em meus afazeres privados ou pelos caminhos que, porventura, me conduzam, ainda, à vida pública, prestigiar esta Instituição, com o meu depoimento pessoal, mostrando como, quando e quanto cada um dos nobilíssimos companheiros fez e poderá fazer pela construção, no Brasil, de uma grande Pátria e de uma potência à altura da sua grandeza continental.

Estou certo de que os companheiros que aqui ficam continuarão lutando pelo fortalecimento e soberania do Poder e os que vierem se incorporarão a essa luta pela grandeza da Instituição na defesa do povo e pelo desenvolvimento integrado do Brasil.

Devo, no entanto, Sr. Presidente, antes de concluir, expressar também o meu reconhecimento aos eminentes Colegas da Mesa do Senado, com os quais recolhi uma grande soma de experiência no trato dos assuntos da mecânica do Poder Legislativo. Aos jornalistas que integram a Bancada da Imprensa — escrita, falada e televisada — deixo o meu mais profundo reconhecimento pela extraordinária ajuda que sempre me deram, na divulgação, lúcida e fiel, das parcas tarefas em que me empenhei no exercício do mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e, com este agradecimento a segurança de que o Senado continuará servindo à República e ao Povo, com a grandeza e a proficiência que sempre justificaram o bicameralismo no Brasil. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique de La Rocque) — A Presidência se associa às manifestações do Plenário, sem coloração partidária, na hora em que do Congresso Nacional se despede o nobre Senador Braga Junior.

Soube S. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, se conduzir nos trabalhos parlamentares de forma eficiente e com o melhor espírito público.

A Casa acaba de louvá-lo de forma explícita e altamente honrosa.

Receba, pois, nobre Senador Braga Junior, a nossa marcante homenagem pelo que fez e ainda empreenderá a favor do Amazonas e do Brasil.

**O Sr. Braga Junior** (ARENA — AM) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique de La Rocque) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

*São lidas as seguintes*

20 de novembro de 1978

Senhor Presidente

Nos termos do art. 86 do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Cattete Pinheiro, pelo nobre Sr. Senador Lenoir Vargas, na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 69, de 1978, a fim de apurar a gravidade dos fatos revelados pela revista *Der Spiegel*, da Alemanha, relacionados com a execução do Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Jarbas Passarinho, Vice-Líder da Maioria, no exercício da Liderança.

Brasília, 20 de novembro de 1978

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Dinarte Mariz, pelo nobre Sr. Senador Henrique de La Rocque, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 35, de 1978 (CN), que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Jarbas Passarinho, Vice-Líder da Maioria, no exercício da Liderança.

Brasília, 20 de novembro de 1978.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Dirceu Cardoso, pelo nobre Sr. Senador Cunha Lima, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 35, de 1978 (CN), que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Itamar Franco, Vice-Líder do MDB, no exercício da Liderança

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique de La Rocque) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

*São lidos os seguintes*

Ofício nº 196/78

Brasília, 20 de novembro de 1978.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes dos Senhores Deputados Darciilo Ayres e Murilo Rezende para integrar, em substituição aos Senhores Deputados Blota Júnior e Alípio Carvalho, a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 35, de 1978-CN, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".

Aproveito para renovar os protestos de estima e elevado apreço. — Deputado José Bonifácio, Líder da ARENA.